

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
NÍVEL: DOUTORADO**

**CRISTIANE LUÍZA SABINO DE SOUZA**

**TERRA, TRABALHO E RACISMO: VEIAS ABERTAS  
DE UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL NO  
BRASIL**

**FLORIANÓPOLIS- SC**

**2019**



CRISTIANE LUÍZA SABINO DE SOUZA

**TERRA, TRABALHO E RACISMO: VEIAS ABERTAS  
DE UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL NO  
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como pré-requisito para a obtenção de título de doutora em serviço social.

Linha de pesquisa: 3. Questão social, trabalho e emancipação humana.

Orientadora: Beatriz Augusto de Paiva

FLORIANÓPOLIS- SC  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

De Souza, Cristiane Luíza Sabino

Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil / Cristiane Luíza Sabino de Souza ; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva. – SC, 2018.

265 p.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Terra, trabalho e racismo. 3. luta de classes no Brasil. 4. Capitalismo Dependente Latino-americano. I. De Paiva, Beatriz Augusto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CRISTIANE LUÍZA SABINO DE SOUZA

**TERRA, TRABALHO E RACISMO: VEIAS ABERTAS  
DE UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL NO  
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como pré-requisito para a obtenção de título de doutora em serviço social.

COMISSÃO AVALIADORA:

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Beatriz Augusto de Paiva  
Universidade Federal de Santa Catarina - orientadora

---

Professor Dr. Renato Francisco dos Santos Paula  
Universidade Federal de Goiás - membro externo

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Roberta Sperandio Traspadini  
Universidade Federal do Espírito Santo - membro interno

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Dilceane Carraro  
Universidade Federal de Santa Catarina - membro interno

---

Professora Dra. Mirella Farias Rocha  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – suplente



Esta tese foi realizada com o apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior que concedeu bolsa à doutoranda durante todo o período de realização da mesma.





## RESUMO

A tese ora apresentada é resultado de uma construção teórica que entende que a crítica da economia política é histórica e socialmente determinada, portanto, móvel e em constante reelaboração. O objetivo foi decifrar e sistematizar categorialmente os elementos histórico-concretos que conformam determinações particulares nas relações sociais contraditórias entre capital x trabalho na formação sócio-histórica latino-americana, e, de modo singular, na brasileira. A hipótese é de que o estudo da luta de classes na América Latina, requer um giro teórico-metodológico e epistemológico que possibilite decifrar e expor categorias teóricas que permitam apreender a particularidade histórica da América Latina nas suas múltiplas e conexas dimensões contraditórias. Nesta perspectiva, elabora teoricamente a relação dialética terra-trabalho-racismo, buscando, na realidade concreta, novos sentidos ao que se define hegemonicamente como luta de classes, sentidos estes que podem nos permitir reconhecer a complexidade particular das contradições sociais na América Latina e traçar novas estratégias como classe trabalhadora, contra o capital. A tese tem um caráter histórico-analítico e a pesquisa bibliográfica foi o principal recurso metodológico utilizado. A análise buscou ir além da descrição das categorias teóricas, construindo mediações que explicitassem a natureza da relação entre elas. Seguindo o percurso ontológico do objeto de estudo nesta tese, buscamos: 1) construir uma perspectiva teórico-metodológica para o estudo da luta de classes na América Latina em diálogo com o materialismo histórico dialético; 2) decifrar e expor as categorias fundamentais o estudo da sociedade latino-americana, buscando relacionar as categorias modo de produção, formação sócio-histórica, transição e colonialismo a partir do seu desenvolvimento histórico-concreto neste território; 3) em expor a processualidade histórica da sociedade brasileira desde a invasão colonial, a partir da sistematização das categorias e processos históricos fundamentais para a apreensão da dinâmica do escravismo colonial e para a apreensão da transição ao capitalismo dependente. 4) articular a processualidade histórica das categorias terra, trabalho e racismo, em suas particulares determinações na América Latina, como elementos histórico-estruturais fundantes do capitalismo dependente, bem como sua relação dialética na luta de classes passado-presente neste território.

**Palavras-chave:** Terra, trabalho e racismo; luta de classes no Brasil; Capitalismo Dependente Latino-americano.



## ABSTRACT

The thesis presented here is the result of a theoretical construction that understands that the critique of political economy is historically and socially determined, therefore, mobile and constantly reprocessing. The objective was to decipher and systematize categorically the historical-concrete elements that make up particular determinations in the contradictory social relations between capital and labor in the Latin American socio-historical formation, and, in a singular way, in the Brazilian one. The hypothesis is that the study of the class struggle in Latin America requires a theoretical-methodological and epistemological turn that makes it possible to decipher and expose theoretical categories that allow us to grasp the historical particularity of Latin America in its multiple and related contradictory dimensions. In this perspective, he theoretically elaborates the dialectic relationship between land and labor and racism, seeking in concrete reality new meanings for what is defined as hegemonic class struggle, which can enable us to recognize the particular complexity of social contradictions in Latin America and to trace new strategies as working class, against capital. The thesis has a historical-analytical character and the bibliographic research was the main methodological resource used. The analysis sought to go beyond the description of the theoretical categories, constructing mediations that would explain the nature of the relation between them. Following the ontological course of the object of study in this thesis, we seek to: 1) construct a theoretical-methodological perspective for the study of class struggle in Latin America in dialogue with dialectical historical materialism; 2) to decipher and expose the fundamental categories the study of Latin American society, seeking to relate the categories mode of production, socio-historical formation, transition and colonialism from their historical-concrete development in this territory; 3) to expose the historical process of Brazilian society since the colonial invasion, starting from the systematization of categories and historical processes fundamental to the apprehension of the dynamics of colonial slavery and to the apprehension of the transition to dependent capitalism. 4) to articulate the historical process of the categories land, labor and racism, in their particular determinations in Latin America, as founding historical-structural elements of dependent capitalism, as well as their dialectical relationship in the past-present class struggle in this territory.

**Keywords:** Land, labor and racism; Class struggle in Brazil; Latin American dependent capitalism;



*Canta América*

*Não o canto de mentira e falsidade  
que a ilusão ariana  
cantou para o mundo  
na conquista do ouro  
nem o canto da supremacia dos derramadores de sangue  
das utópicas novas ordens  
de napoleônicas conquistas  
mas o canto da liberdade dos povos  
e do direito do trabalhador...*

*(Solano Trindade).*



## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Número de escravos entrados no Brasil.....	126
<b>Tabela 2</b> – Formas de protesto escravo.....	148
<b>Tabela 3</b> – Insurreições Baianas.....	153
<b>Tabela 4</b> – Número de escravos embarcados e desembarcados no Brasil no século XIX.....	182
<b>Tabela 5</b> – Movimento populacional em fins do século XVIII e XIX..	183





## ÍNDICE DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Comércio Triangular.....	124
<b>Imagem 2</b> – Mapa do fluxo de escravos.....	125
<b>Imagem 3</b> – Quilombos do Brasil do século XVII ao XIX.....	144
<b>Imagem 4</b> – Distribuição da população brasileira por raça no Censo Imperial de 1872.....	185
<b>Imagem 5</b> – Dados sobre população negra IBGE.....	209



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição da população ocupada segundo a cor ou raça - Brasil - 4º trimestre - 2012-2016.....	211
<b>Gráfico 2</b> - Rendimento médio real habitualmente recebido segundo a cor ou raça - Brasil - 4º trimestre - 2012-2016.....	212
<b>Gráfico 3</b> - Evolução da população desocupada segundo a cor ou raça - Brasil - 2012-2016.....	213



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO I - PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICO E AS PRINCIPAIS CATEGORIAS PARA O ESTUDO DA LUTA DE CLASSES NA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>50</b>
<b>1.1 Giro teórico-metodológico necessário à apreensão da luta de classes na América Latina.....</b>	<b>51</b>
<b>1.2. Método materialista histórico dialético: Por que o método marxiano possibilita conectar particularidade e totalidade?.....</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO II. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA O DECIFRAMENTO DA DINÂMICA DA SOCIEDADE LATINO-AMERICANA.....</b>	<b>69</b>
<b>2.1 Modos de produção, formação sócio-histórica e transição: elementos para uma apreensão dialética do processo histórico latino-americano.....</b>	<b>69</b>
<b>2.2. Colonialismo: o renascer do escravismo, o parto do capitalismo e seu sustentáculo perene.....</b>	<b>84</b>
<b>CAPÍTULO III - O PROCESSO DE TRABALHO E AS LUTAS DE CLASSES NO ESCRAVISMO COLONIAL.....</b>	<b>95</b>
<b>3.1. Os elementos fundantes do escravismo colonial.....</b>	<b>99</b>
<b>3.2. O processo de trabalho, o sistema de exploração e suas contradições no escravismo colonial.....</b>	<b>109</b>
3.2.1. Determinações e contradições da existência do escravo como produto-mercadoria.....	119
3.2.2. As determinações e contradições da existência do escravo como produtor de mercadorias: A luta de classes no escravismo colonial.....	135
<b>CAPÍTULO IV. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO: DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA À CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE/ DAS LUTAS PELA LIBERDADE DO TRABALHADOR À CONFORMAÇÃO DO TRABALHO LIVRE SUPEREXPLORADO.....</b>	<b>163</b>
<b>4.1. A superação dialética do escravismo colonial: o nascimento do capitalismo dependente.....</b>	<b>165</b>
<b>4.2. O nascimento do novo sobre o velho que insiste em não morrer: dinâmica da transição do escravismo ao capitalismo dependente.....</b>	<b>176</b>
4.2.1. A dinâmica da luta de classes sob a modernização sem mudança social.....	190

<b>CAPÍTULO V. TERRA, TRABALHO E RACISMO: AS CONTRADIÇÕES FUNDANTES DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....</b>	<b>199</b>
<b>5.1. Racismo: a construção da alienação colonial e suas determinações no capitalismo dependente.....</b>	<b>203</b>
<b>5.2. Terra, trabalho e racismo: mediações para o estudo da questão agrária na América Latina.....</b>	<b>232</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>247</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>257</b>

## INTRODUÇÃO

*“Digo: o real não está nem na saída nem na chegada.  
Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”*

*(João Guimarães Rosa)*

Este trabalho não é o ponto de partida, tampouco o de chegada. Este é um dos caminhos que atravesso em busca de sentidos reais às visões que cotidianamente me aparecem, não raro me assombam, mas nunca me convencem de serem como se mostram. Deveras porque não o são. Como disse Marx, “se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária”. Início esta tese como terminei o pré-projeto de seleção para o doutorado e também a dissertação de mestrado, sabendo que ambos fazem parte de um processo despertado pela cisma infinita de querer saber os porquês, os como, os quando, os onde, os para quê... Aprendi neste processo que a travessia investigativa é contínua, logo, não tem conclusão e sim preocupações em movimento, a espera de pontes reflexivas das quais emanam outros (re)começos.

Não considero que a minha necessidade de interpelar o mundo tenha se iniciado com a minha entrada na Universidade; esta já se somou a movimentos anteriores. Mas a primeira síntese de alguns dos questionamentos, tornados acadêmicos, foi feita no meu trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social. A questão que enfrentei no TCC, ainda em aberto e mais complexificada, era: *como se deu a formação das classes sociais no Brasil?* Decerto uma questão já enfrentada por muitos dos que vieram antes de mim, cujas contribuições me ajudaram a encontrar explicações, mas não a respondê-la inteiramente, dado que a própria dimensão da mesma só aos poucos vai se revelando para mim.

O TCC, intitulado “*A formação da sociedade de classes no Brasil na perspectiva de Florestan Fernandes*”, foi a síntese, muito incipiente, de alguns elementos teóricos que sinalizavam não respostas prontas, mas mediações que puderam elevar minha maturidade sobre o tema, construída em diálogo com algumas obras de Florestan

Fernandes<sup>1</sup>. Nesta primeira incursão, comecei a acessar categorias fundamentais para apreender a realidade brasileira, como *estatuto colonial*, *neocolonialismo*, *capitalismo dependente*, *desenvolvimento*, *subdesenvolvimento*, *revolução burguesa*, *luta de classes*, *relação arcaico-moderno*, etc. A assimilação destas categorias, nos limites de um TCC, apenas abriram inúmeras outras questões que despertaram ainda mais o desejo de dar continuidade à investigação.

Entre o término da graduação (2012) e o ingresso no mestrado (2015), foram dois anos de estudos, salvos da solidão pelo Grupo de Estudos Futuro Presente, do qual faço parte desde 2013. Com o GEFP pude continuar a incursão pela obras de Florestan Fernandes e iniciar um estudo mais sistemático da obra *O Capital*, de Karl Marx. Em 2014 tive uma aproximação com as obras de outros teóricos críticos do debate da dependência na América Latina, como Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank, além da aproximação ao debate de imperialismo tratado por Lenin e Mandel. O ano de 2014, portanto, foi de elaboração do projeto de pesquisa para o mestrado, centrado ao longo do caminho investigativo na busca de decifrar a história da luta de classes no Brasil. A pergunta central tomou uma forma um tanto mais empírica, arraigada em situações concretas mais próximas do meu cotidiano, sendo: *Qual a relação entre a migração temporária dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha (MG) e a superexploração de sua força de trabalho no setor sucroalcooleiro na atualidade?* Dita pergunta me permitiu narrar a relação entre os processos de migração temporária de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha - MG e a superexploração de sua força de trabalho no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo.

Desse modo, o trabalho realizado no mestrado, no Programa de Política Social da UFES, já tendo uma maior apreensão teórica sobre o debate da formação social e histórica brasileira e latino-americana, centrou-se em ampliar a compreensão da dialética do desenvolvimento capitalista a partir da realidade da América Latina, as particularidades manifestas nessa região, a contradição entre a intensa produção de riquezas e a miséria dos seus trabalhadores. Busquei apreender os fundamentos da contradição entre capital e trabalho e os elementos que particularizam suas manifestações concretas na América Latina

---

<sup>1</sup> Revolução Burguesa no Brasil (2006); Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina (1975).



para, a partir deles, explicitar os aspectos singulares destas contradições no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais. Neste processo, ao indagar *qual é a essência do capitalismo dependente e suas particularidades na sociedade brasileira?*, outras tantas categorias e debates se evidenciaram, como *questão agrária e renda da terra, superexploração, América Latina*, etc. Assim, no decorrer do trabalho pude entender melhor a relação *dependência-imperialismo*, a partir dos elementos que conduzem a drenagem de riqueza dos países da América Latina para os países imperialistas desde o processo colonial até a contemporaneidade.

Os avanços no tema da teoria marxista da dependência me possibilitaram refletir de forma mais ampla as relações do capitalismo dependente na totalidade das relações instituídas pelo mercado mundial. Neste entendimento, as *categorias dupla articulação dependente* ( F. Fernandes) e *superexploração e cooperação antagônica* ( R. M Marini) foram fundamentais na explicitação dos processos de transferência de valor instituídos pelas relações de subordinação externa e dominação interna instituídas pela burguesia (inter)nacional<sup>2</sup>. Explicitam-se a partir destas elaborações a complexidade da luta de classes na América Latina, sob a qual a classe trabalhadora é superexplorada e submetida às mais vis formas de violências estruturais - opressões.

Com o ingresso no PPGSS/UFSC, no qual realizei a pesquisa desta tese de doutorado, pude aprofundar os estudos numa perspectiva latinoamericanista, traçando um percurso investigativo sobre a luta de classes neste território com o aprofundamento dos estudos sobre a questão agrária e incorporando a dimensão racial das contradições que se apresentam no capitalismo dependente. Percurso este construído também a partir dos estudos e debates realizados no Grupo de *Estudos Veias abertas*, o qual compõe uma das muitas frentes de trabalho realizadas pelo Instituto de Estudos Latino Americanos - IELA/UFSC.

---

<sup>2</sup> Sobre o debate da dependência, numa construção dialógica entre as categorias explicativas elaboradas por F. Fernandes e por R.M.Marini, publiquei o seguinte artigo: *Cooperação antagônica e dupla articulação dependente: a dinâmica da luta de classes no Brasil*. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/798/showToc>

Entendemos que as estratégias de superação das *desigualdades*<sup>3</sup>, em um cotidiano de tendencial naturalização de múltiplas violências, social e historicamente construídas, requerem a busca e construção de processos diversos e integrados que se abram para a consolidação de outra perspectiva de desenvolvimento e humanidade, para além da desigualdade fundada pelo capital. Tais estratégias necessárias só podem nascer do seio da contradição inerente à esta sociedade que, quanto mais avança na expansão do controle dos territórios pelo capital, mais acentua os territórios de pobreza inerentes a seu desenvolvimento. Produzir conhecimento que possa contribuir para desvelar o fetiche da sociedade burguesa, com os traços particulares da realidade latino-americana, e evidenciar suas contradições é um desses processos necessários, ainda que o conhecimento só possa ser transformador quando aliado à estratégia e ação política.

Nesse sentido, esta tese se alinha também ao legado teórico-político do serviço social, cuja realidade se desenha no seio da crise estrutural do capital, a qual coloca à categoria profissional dos assistentes sociais muitos desafios na manutenção e afirmação cotidiana de um projeto ético-político crítico e afinado com a realidade social e com demandas das classes subalternizadas.

Marilda Iamamoto tem feito grandes esforços no sentido de provocar-nos a “tomar um banho de realidade brasileira” e latino-

---

<sup>3</sup> Nosso entendimento de desigualdade, elaborado em SOUZA (2016) se situa na tradição marxista, que nos permite apreender o processo anárquico inerente a três movimentos conexos: 1) a concorrência intercapitalista entre burguesias internacionais e nacionais que definem através de uma única produção conectada mundialmente uma taxa média de lucro a partir da qual os monopólios tenderão a apropriar-se da mais-valia extraordinária (MARX, 2013; MANDEL, 1985); 2) a relação capital-trabalho em que a base social da produção da riqueza capitalista se baseia na condição de expandir o tempo de trabalho excedente e contrair o tempo de trabalho socialmente necessário, processo do qual emana a extração de mais-valia por um lado e, por outro, a expansão da miséria da classe trabalhadora (MARX, 2013); 3) Nos matizes estruturais do racismo e do patriarcado as quais são, juntamente com a separação de classes, os pilares estruturantes da sociedade capitalista e instituem formas perversas de superexploração, dominação e opressão fundamentadas em diferenciações étnico-raciais e de sexo.

americana e nos aproximar dos aspectos históricos e estruturais que desvelam esta realidade

Pois é fundamental no exercício da profissão desvelar práticas socioculturais e sua vivência pelos sujeitos no cotidiano de suas lutas. É por meio delas, em distintas relações com o capital e o Estado, que vão construindo sua individualidade social com densidade histórica. Constroem suas consciências, não só como alienação, mas também como mediação crítica da história (IAMAMOTO, 2008, p. 248).

A análise e apreensão das relações contraditórias entre capitalistas e trabalhadores exigem situar a realidade concreta na totalidade que engloba a luta entre capital e trabalho no campo e cidade, assim como a reprodução de ideologias de dominação que justificam as desigualdades forjadas desde a formação social iniciada no escravismo colonial e continuada no capitalismo dependente. Buscar apreender a complexidade da reprodução da lei geral da acumulação capitalista na sua dinâmica interna, que cria e recria processos arcaicos de relações sociais e seus desdobramentos em conflitos, lutas e afirmações é essencial para que as/os assistentes sociais possam atuar de forma crítica e convicta onde quer que estejam. Assim, é necessário que empreendamos mais esforços também na construção de um acúmulo teórico sobre a realidade latino-americana e os determinantes históricos e estruturais que a conecta à totalidade complexa da reprodução social contraditória sob a égide do capital. É esse esforço que fará com que as nossas análises e mediações não fiquem defasadas e distantes do conteúdo real das contradições entre as classes sociais antagonicas no capitalismo dependente. Foi no esforço de apreender a dinâmica da luta de classes na América Latina e contribuir para análises mais ricas sobre mesma que realizamos esta tese. A quantidade de questionamentos que nos conduziu até aqui é ampla e a realização desta versão finalizada só os fez crescer. Tendo a crítica à economia política, numa perspectiva latino-americanista como base, nosso ponto inicial para a tese é a análise crítica das construções teóricas nas quais nos acercamos para apreender a realidade. É a partir da Teoria do Valor, de Marx e no diálogo com a Teoria Marxista da Dependência, em especial com as elaborações de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, que traçamos nosso caminho para a investigação da realidade, avançando nesta tese para o diálogo com outros autores como Clóvis Moura, Jacob Gorender, José Carlos

Mariátegui, Manoel Bomfim, Frantz Fanon, dentre outros, cujas obras nos permitiu encontrar novos elementos para a apreensão da luta de classes na América Latina.

Temos como referência na análise da luta de classes no capitalismo dependente a elaboração de Marini (2011) ao decifrar que a relação capital x trabalho na América Latina é mediada pela *superexploração* da força de trabalho. A superexploração revela a dinâmica *sui generis* da produção de valor no capitalismo dependente, expressando a dialética das relações contraditórias entre nações tecnologicamente mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, na qual a transferência de valor se constitui o processo de acumulação do capital e joga para o processo produtivo formas particulares de extração da riqueza.

Tomamos a categoria *superexploração* como chave para a explicitação da dinâmica da dependência, dado o seu grande valor explicativo. Mas, como se espera que seja no campo das Ciências ou das Teorias, a categoria *superexploração* também não é aceita sem questionamentos. Há muitos debates sobre a formulação marinista, sua validade explicativa, ou sua ampliação para outras realidades etc. Debates muito ricos, que vão por distintos caminhos, mas que de todo modo também contribuem para a construção teórica da própria categoria<sup>4</sup>. Também na nossa leitura, aceitando a formulação nos seus termos fundamentais a partir da Teoria do Valor, que busca expressar os mecanismos que permitem sustentam a drenagem da riqueza dos países dependentes para os países imperialistas, entendemos que a categoria *superexploração* necessita ser “preenchida” por elementos que possibilitem uma melhor apreensão da sua dialética no território concreto da luta de classes. Ademais, o próprio Marini (2011) demarcou a necessidade de, para além das explicações econômicas sobre o fundamento da dependência, buscarmos também elementos políticos e sociológicos que possam explicitá-lo.

Desse modo, ao nos apropriarmos da perspectiva de Marini (2011) sobre a *dialética da dependência na América Latina*, tendo em consideração os processos históricos que engendraram com a transição entre o modo de produção escravista colonial e o capitalismo

---

<sup>4</sup>VALENCIA, 2005; CARCANHOLO, 2017; OSÓRIO, 2016.

dependente, como o período que demarca *o vir a ser* das relações capital x trabalho neste vasto e ainda enigmático território, buscamos enriquecer a categoria *superexploração da força de trabalho*, reforçando a validade da mesma para a apreensão da luta de classes na América Latina. Neste sentido, colocamos em diálogo com a perspectiva marinista as elaborações teóricas de Mariátegui (2011), Gorender (2016), Moura (2014; 2014a), Fernandes (2006; 2008; 1975) e outros autores marxistas cujas formulações abrem possibilidades de apreensão mais ampla do real. Tal análise será priorizada no capítulo cinco desta tese, embora suas referências e evidências concretas perpassem todo a exposição.

Para nós, a categoria *superexploração* engendra elementos teóricos que nos possibilitam apreender a realidade latino-americana sem, necessariamente, como é corrente, compará-la - mas integrando-a - com os processos históricos dos países dominantes. É uma categoria que nos permite situar os problemas teóricos a partir das manifestações concretas do histórico de luta do nosso território. Na perspectiva da *superexploração*, podemos nos aproximar mais da realidade concreta das análises, por exemplo, nas questões vinculadas às concepções dos direitos sociais, das políticas sociais, do Estado etc., situando estes debates no chão da luta de classes neste território<sup>5</sup>. Ou seja, ao situarmos a categoria *superexploração* como expressão do movimento concreto da relação capital x trabalho na América Latina, construídas as devidas mediações, podemos decifrar tais questões pelo que elas apresentam na nossa realidade, e não por aquilo que o idealismo e a transposição mecânica de categorias e situações históricas particulares à outras realidades conduzem<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Sempre que nos referirmos a território nesta tese, estaremos nos referindo à América Latina, entendendo-a na amplitude que engloba também a região demarcada como Caribe, e, evidentemente, reconhecendo a sua complexidade e diversidade. Assim, o território representa uma amplitude categorial que permita apreender as relações sociais que conectam, histórica e estruturalmente, as distintas nações o compõem.

<sup>6</sup> Sobre o debate das políticas sociais na América Latina em diálogo com o debate marinista da *superexploração* consultar, dentre outros: PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166- 175, jul./dez. 2006; SOUZA, Cristiane L. Sabino de. *Capitalismo*

Em nossa pesquisa para tese, reconhecemos que a melhor fundamentação da categoria superexploração, tendo em vista o propósito de revelar a particularidade histórica da luta de classes e suas manifestações na sociedade brasileira, requer apreendê-la “por dentro”, ou seja, buscar os elementos que compõem a estrutura da sua reprodução social no território concreto. Desta forma, alcançamos nas nossas elaborações dois vetores compostos na substância da superexploração - reconhecida como determinação econômica do processo de produção de valor no capitalismo dependente - que assim passam a exigir novos esforços explicativos: a *questão agrária* e *racismo*, ambos conexos e forjados desde a invasão colonial e do escravismo por ela instituído como modo de produção dominante por mais de três séculos.

Portanto, na nossa perspectiva de análise, a superexploração da força de trabalho, possui como determinações fundantes a questão agrária - manifesta no monopólio da terra, e a questão étnico-racial - manifesta no racismo como expressão da alienação colonial (FANON, 2008) e *arma de dominação ideológica* (MOURA, 1994). Estas determinações substancialmente conexas e determinantes entre si, dão materialidade ao processo de acumulação capitalista dependente, integram o movimento geral do capital e demarcam a luta de classes particular no território, são o cordão umbilical que liga passado-presente no capitalismo dependente.

Chegar aos dois vetores assinalados acima, percurso que será tematizado nesta tese, suscitou uma série de questionamentos, que apareceram a partir da leitura de autores como Frantz Fanon e Clóvis Moura, os quais trazem como central na suas análises o tema do negro na sociedade. Chegar a tais autores, revelou-se um salto importante na nossa apreensão da realidade brasileira porque cada vez mais latino-americana, e é a partir deles que damos o giro fundamental para esta tese. *Como podemos estudar a luta de classes num país de passado escravocrata - com as dimensões que ocorreu no Brasil - sem trazer para o cerne do debate os impactos desse passado no presente?* Assim tem-se feito de forma dominante e isto - este ocultamento - por si só já é uma demonstração daqueles impactos.

Nesta tese tomamos também como fundamental na apreensão da dinâmica das relações sociais a categoria *alienação colonial*, cunhada pelo martinicano Frantz Fanon (2008). No seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008), quando faz a síntese de sete anos de pesquisa como psiquiatra, Fanon explicita a dinâmica da opressão racial nos seus aspectos objetivos e subjetivos, materiais e espirituais, conscientes e subconscientes. A alienação colonial expressa não apenas a situação do negro e seus descendentes na sociedade nascida da colonização, ela expressa a própria sociedade, com todos os seus sujeitos, brancos e negros e suas descendências. “Falo, aqui, por um lado de negros alienados (mistificados) e por outro de brancos não menos alienados (mistificadores e mistificados)” (FANON, 2008, LD, pos.539). Para o autor, a superação da opressão racial supõe transformações radicais em toda a estrutural social, supõe rupturas com o colonialismo em todas as suas formas continuadas na sociedade “puramente” capitalista. Sendo o racismo uma destas formas, entendemos que ele também *se constitui num complexo de elementos que dá continuidade e, ao mesmo tempo, cria novas determinações ao processo de alienação do trabalho sob o capital*.

Neste mesmo sentido, Clóvis Moura (1994; 2014) aponta que na relação de dominação imperialista, fundada desde a colonização e metamorfoseada nas relações entre nação independentes, o racismo se constitui como uma arma de dominação ideológica, à qual busca justificar a drenagem de riquezas das nações dependentes às imperialistas e todas as contradições que ela engendra.

Salientamos que de contextos e lugares muito distintos, apesar de processos históricos comuns, a questão racial na América Latina implica apresentar também sua processualidade particular sobre a questão indígena e posteriormente a questão negra, nos limites desta tese não demarcaremos as diferencialidades desse processo, elencando categorias que explicitam a realidade comum, mas sem pretender ocultar a dinâmica particular.

Com referência nas elaborações de Clóvis Moura (2014) assim como de Fanon (2008), ambos intelectuais e militantes marxistas, rigorosos no método e na busca pela desmistificação e transformação da realidade, destacamos a necessidade de apreender a complexidade das categorias *alienação colonial* e *racismo* na dialética histórica, de modo a apreender suas determinações recriadas pela relação contraditória de produção e apropriação da riqueza no modo de produção capitalista. Em

outros termos, é importante compreender a *alienação colonial*, e suas manifestações expressas no racismo, situadas historicamente, de modo a indagar os modos com que tal alienação se recria/reproduz na *alienação do trabalho* na sociedade capitalista – entendida esta, simplifadamente, como a impossibilidade do trabalhador se apropriar da totalidade dos produtos do seu trabalho. Em síntese, é necessário, para a apreensão das relações nas quais se assentam a produção do valor, em particular nas sociedades de dependente estruturadas pela dominação colonial, indagar: *quais os aspectos da alienação colonial e os impactos dela sobre a experiência passada, vivida pelos trabalhadores escravizados/servis no modo de produção escravista colonial, incidem na experiência presente vivenciada a partir da transição para o trabalho “livre” tipicamente capitalista?*

Tendo em vista a dialética histórica das relações sociais de produção capitalistas no Brasil e na América Latina, as quais se tornam hegemônicas após germinarem de um período de quase 400 anos de escravismo colonial, somos incitadas, em diálogo com os autores de referência, a problematizar os processos econômicos, políticos e culturais que, intrincados no modo de produção capitalista, se apresentam como criação político-ideológica da nação independente, do trabalho livre e da democracia neste território. Surgem desta problematização as seguintes questões:

1) O quanto das (ou quais as) formas ideológicas do trabalho (escravo e livre) criadas para/no escravismo colonial se recriam, materializadas concretamente pela forma mercadoria a partir da condição fetichista de sua produção de valor e mistificadas pela forma jurídica-política do capitalismo, nas relações sociais sob as quais se ancora este modo de produção?

2) o quanto (ou como) a alienação colonial e os impactos da experiência vivida pelos trabalhadores escravizados/servis do período colonial impacta na experiência futura, vivida a partir da transição para o trabalho livre – assalariado ou não – e através dele, na forma de alienação tipicamente capitalista?

3) Como o processo de “libertação” dos negros escravizados e o “aprisionamento” da terra na forma mercadoria e seu monopólio privado, cria um desencontro histórico na relação social raça/propriedade-da-terra/apropriação do território, a partir da qual se desenvolve a histórica marginalização do negro e do indígena na ocupação territorial, expressa no retrato social dos muitos sem-teto/sem-terra no país?



4) Como o racismo molda a estrutura desigual como “normalidade” na sociedade brasileira, ou, em outros termos, como o fetiche da democracia oculta as diversas perversidades e violências contra as populações negras e indígenas no Brasil?

Muitas outras questões podem se desdobrar desta problematização, mas estas cinco sistematizadas são as que compõem o percurso da pesquisa que nos conduziu na realização da tese ora apresentada. Sem pretender se constituírem inicialmente como objetivos da tese, passaram a compor sua estrutura investigativa nesta condição, pela natureza mesma deste estudo de caráter, ao mesmo tempo, histórico e teórico-metodológico. No mais, exatamente por este caráter, toda a exposição que aqui se apresenta é permeada por muitas questões, as quais tem o intuito de provocar a reflexão e evidenciar as possibilidades de análise abertas por esta perspectiva teórico-metodológica. Ademais, é a partir da realidade concreta que as mesmas se impõem.

Em toda a América Latina e Caribe a população negra soma mais de 150 milhões de pessoas, sendo que os países com maior concentração de negros são Brasil, Colômbia e Venezuela (CEPAL, 2009). Se incluirmos os descendentes dos povos originários, veremos que se trata da maioria esmagadora da população deste território.

Estudos recentes do IPEA (2014) nos mostram que no Brasil a população negra, apesar de majoritária (52%), é a mais afetada pela desigualdade de renda, de acesso às políticas públicas, com trabalhos mais precarizados, com destaque para a intensificação da violência contra as mulheres e os jovens negros. Sem poder entrar aqui em detalhes em relação à população indígena, que, após séculos de genocídio, de extermínio planejado e de dominação estatal, também é diretamente impactada pelo racismo. As populações negras e indígenas estão, portanto, imersas nas “expressões da questão social”, sendo as que mais sofrem com as múltiplas violências, fruto das contradições do capital neste território.

Ditas violências são determinadas pelo processo de expropriação sob o qual se estrutura a propriedade privada da terra e dos meios de produção em geral, em oposição ao direito a ter terra e instrumentos de produção pelos trabalhadores em todo o globo. No capitalismo estes são detentores apenas de sua força de trabalho e forjados para a disciplina da venda da mesma, via trabalho “livre” assalariado, conforme expôs Marx (2013). Como classe trabalhadora são continuamente submetidos a uma relação de opressão e exploração que narram sua trágica trajetória de dependência estrutural ou de subsunção real ao capital e à reprodução continuada da alienação colonial.

De acordo com Lélia Gonzalez é o capital que reproduz o racismo, mas “a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo ao partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas” (Gonzalez, 1981, p. 62)

Ludovico Silva (2013) nos lembra que a ideologia, como distorcida consciência do real, é uma expressão da estrutura social, só que falseia a sua realidade; entretanto ela é uma expressão das relações sociais, e antes que haja determinada forma de linguagem é necessário que as condições materiais que a determinam existam. Nesse sentido, a condição para que se reproduza qualquer ideia de desigualdade entre os seres humanos se assenta na desigualdade real das suas condições de reprodução.

No reino ideológico da “liberdade, igualdade e fraternidade” o racismo reina hoje, como reinou ontem. Seguindo a acepção de ideologia de Marx e Engels (2007), podemos dizer que para que haja uma ideologia racista é necessário que as bases materiais da sociedade se realizem a partir de determinadas desigualdades que buscam justificar-se pela “hierarquia das raças”. Na América Latina esta hierarquização era aberta e explicitada durante o escravismo colonial, fundada no interesse puramente econômico que, conforme mostra Williams (2012), se justificou pelo imperativo de civilizar as “raças inferiores” - índio e negro. A civilização colonialista foi a negação ontológica destes povos como forma de racionalizar a pilhagem e a exploração escravista. Mas o que justifica a continuidade do racismo nas suas formas objetivas e subjetivas numa sociedade cujo modo de produção não é mais o escravismo colonial baseado no trabalho do negro e sim o capitalismo dependente? Uma simplificação da resposta seria: As condições materiais de produção continuaram idênticas frente às modificações nas relações de produção - de escravidão para trabalho assalariado - apesar de representarem a mudança de um modo de produção a outro, ou seja de escravismo colonial a capitalismo dependente.

No Brasil, a abolição da escravidão foi uma revolução, ao abrir espaço para o modo de produção capitalista, no entanto, os limites desta revolução se constituíram ao largo do período que a precedeu, desde 1850 (MOURA, 2014). Desse modo, como explicaremos na tese, o capitalismo no Brasil, emergido das complexas relações internas e

externas, só pôde se desenvolver de maneira dependente. Internamente, as condições da transição entre os modos de produção, determinadas tanto pelas necessidades das classes dominantes internas, quanto do capital externo, forjaram particulares mediações, que se expressam na continuidade do monopólio da terra e dos meios de produção pela classe dominante. Frente ao caráter dessa continuidade, o trabalho livre, tanto dos ex-escravizados, quanto dos demais trabalhadores livres, serão, em grande medida, submetidos à mecanismos de exploração e dominação como o trabalho “livre” assalariado ou não, ou relações extra-capitalistas de produção, como assinalou Fernandes (2006). As condições concretas da reprodução social no Brasil sob a “lei geral da acumulação capitalista” conduzem a que as condições gerais desta reprodução - propriedade privada dos meios de produção e trabalho livre alienado - sejam dinamizadas a partir de elementos recriados sob marca histórica do escravismo.

Ao demarcar a centralidade das categorias terra-trabalho-racismo, construímos uma perspectiva de análise que busca apreender os distintos *ritmos, formas e tonalidades da lei do valor na América Latina*. Esta perspectiva depreende do entendimento de que para apreender a *alienação do trabalho* no capitalismo dependente, assentada na superexploração dos trabalhadores em geral, é necessário investigar e decifrar a sua relação dialética com as formas recriadas da *alienação colonial*. Esta expressa-se no *racismo*, ideologia dominante que busca justificar as desigualdades na apropriação da riqueza e dos meios para a sua produção no capitalismo dependente. De acordo com Moura (2014, p. 183)

o problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão colonial e tiveram como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sociorracial - ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo - deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia

justificatória que essa estrutura de dominação produziu.

Ao nosso ver, portanto, o estudo da realidade latino-americana que busca explicitar as contradições nas relações capital x trabalho neste território não pode prescindir de uma profunda análise da relação categorial **terra-trabalho-racismo** para explicitar essas contradições.

Em continuidade ao nosso percurso investigativo, e sempre tendo a luta de classes como eixo, a problemática fundamental da presente tese consistiu em apreender os elementos constitutivos da particularidade histórica da formação social latino-americana, e, dentro dela, da singularidade brasileira, em sua conexão com as estruturas de circulação global de mercadorias, dadas pela expansão do mercado no nível global após fins do século XV. Em tal percurso, todavia, tornou-se essencial explicar o processo histórico que engendrou as condições concretas de gênese e expansão do modo de produção capitalista também a nível mundial.

Desse modo, buscamos nesta tese *decifrar e sistematizar categorialmente os elementos histórico-concretos que conformam determinações singulares nas relações sociais contraditórias na formação sócio-histórica latino-americana*. O intento assim foi propor um novo constructo teórico-metodológico e epistemológico <sup>7</sup> que

---

<sup>7</sup> Demarcamos que o giro que se apresenta em termos teórico-metodológicos e epistêmicos nesta tese não é aleatório, antes, é fruto da conjuntura manifesta das contradições sociais. Entendemos que é do resultado histórico da luta de classes que emerge a necessidade de recolocar e rever as formas de análise da realidade. Assim como os autores de referência elaboraram outras perspectivas de análise a partir da conjuntura que se apresentava nos seus distintos tempos históricos, como é o giro realizado por Clóvis Moura, na década de 1940, ao situar a luta dos escravos como elemento fundamental para a análise das lutas; Ruy Mauro Marini e os demais teóricos marxistas da dependência nas décadas de 1960/70 ao buscar a processualidade da lei do valor nas particularidades latino-americanas; Jacob Gorender ao enfrentar o esquema fechado e supra-histórico de análise dos modos de produção e reivindicar novos elementos para a análise marxista dos processos históricos. Enfim, cada um dos autores de referência nesta tese se propôs a enfrentar teoricamente, nos processos de disputa política demarcados pelos contínuos processos de transição, a realidade que se apresentava. Na nossa conjuntura atual e sendo parte de uma geração que herda a carga histórica de uma falência teórica, principalmente pela vitoriosa ascensão neoliberal na década de 1980, o giro que se apresenta reflete a necessidade de

efetivamente relacione estas determinantes no engendramento da dinâmica contraditória conformada pelas relações sociais capitalistas no território brasileiro, desde sua condição latino-americana.

As proposições apresentadas nesta tese emanam das situações concretas da América Latina. Este é o território no qual apreendemos as relações categoriais que estruturam esta pesquisa. No entanto, sendo um território uno e diverso, as análises teóricas sobre o mesmo exigiram, ao nosso ver, dois movimentos:

Primeiro, considerar a *dinâmica histórica comum*, ou seja, os processos que, sendo determinações da totalidade, demarcam as particularidades desse território e suas épocas históricas - originária, escravista colonial e capitalista dependente - em relação ao desenvolvimento particular de outros modos de produção de outras regiões. E, de maneira singular para a análise, aquilo que diferencia e interage ou particulariza e universaliza. Em outros termos, sem deixar de demarcar dialeticamente as mediações entre totalizações particulares (Konder, 2008) que, na sua simultaneidade e constituição mútua, conduziram a integração dos processos de transição entre modos de produção nas distintas regiões do planeta, cuja objetivação se expressa no desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista a nível global (DUSSEL, 2016; MANDEL, 1975). Ou seja, a unidade latino-americana no movimento da totalidade que engloba a acumulação originária de capital, o desenvolvimento do modo de produção capitalista com a divisão internacional do trabalho e o imperialismo como última fase desse desenvolvimento <sup>8</sup>.

---

enfrentar a realidade aberta pelo brutal aprofundamento da crise estrutural do capital que acentua a superexploração da força de trabalho e todos os mecanismos de dominação sobre as nações dependentes. Nesta conjuntura, a depredação dos territórios e suas gentes abrem ainda mais as lacunas da desigualdade e da opressão, num processo onde a produção do valor, sob o capital profundamente finaceirizado, dispensa mediações e concessos, avança sobre as fronteiras políticas dos Estados nacionais, põe em xeque a democracia burguesa e revela um modo de produção de riqueza que agoniza e junto de si põe sob ameaça todas as formas de vida do planeta.

<sup>8</sup> Numa perspectiva dialética, cada fase, constituída por elementos diferenciados, também reproduz e recria formas de extração de valor das fases

Segundo, apreender as especificidades destas épocas históricas a partir dos processos particulares dentro de cada país da região, definidos enquanto tal pelos processos coloniais e pelas Independências nacionais. Localizamos aqui um corte teórico-metodológico nas épocas históricas que serão abordadas neste trabalho, aquelas engendradas pós invasão colonial. Os processos que estruturaram a produção de riqueza nos territórios colonizados/invadidos, marcaram modos de produção que reproduziram relações sociais de produção baseadas no trabalho forçado, no entanto, as formas organização do trabalho e da força de trabalho obedecerão a distintas formas. Também os processos posteriores de transição e desenvolvimento das relações de produção capitalistas dependentes, apresentarão especificidades, que, para a compreensão da dinâmica interna de cada país, precisam ser levadas em consideração. Nestas especificidades, demarca-se o que Vânia Bambirra (2013) classificou como “tipos de desenvolvimento”, evidenciando suas distinções dentro do processo dependente e desigual. Isto posto, apontamos que, nesta tese, a análise se centra no processos históricos a partir de suas manifestações concretas no Brasil, ainda que determinadas relações categoriais possam ser, metodologicamente, válidas para a análises de outros países de *Nuestra América*.

É preciso advertir sobre o recorte geopolítico de nossa reflexão, dados os limites da pesquisa acadêmica e o risco de generalizações indevidas. Assim, cabe registrar o reconhecimento das distinções entre os os modos de produção pré-capitalistas na América Latina, em termos de relações de trabalho - escravidão, servidão, semi-livre, livre e/ou assalariado - e suas implicações nas próprias contradições internas destes modos de produção em cada território particular.

Demarcaremos a exposição de nosso estudo enfatizando sua gênese no modo de produção escravista colonial brasileiro. Somente tendo em vista estas diferenciações, podemos, no que tange às relações de produção, expandir a nossa análise a toda a América Latina. Isto implica que, na maioria das vezes, esta expansão se dará num grau maior de abstração teórica do que quando tratarmos especificamente da realidade concreta do Brasil.

Em termos metodológicos, a pesquisa que fundamenta a tese em tela tem um caráter histórico-analítico e pretendeu ir além da descrição da relação entre as categorias teóricas, buscando realizar uma análise que determinasse e explicitasse a natureza dessa relação. A pesquisa bibliográfica foi recurso principal utilizado, sendo que os temas apresentam-se em três planos de análise conexos:

1) O estudo da formação sócio-histórica brasileira, entendendo-a em sua inserção mais ampla na história da América Latina a partir dos vínculos forjados pela invasão colonial;

2) O estudo do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira considerando distintas épocas históricas: o escravismo colonial e o capitalismo dependente, tendo a transição<sup>9</sup> entre ambas como o lócus histórico privilegiado para explicitar as rupturas e continuidades entre ambas, que são fundamentais para a reprodução do capital no Brasil;

3) a relação entre estas problemáticas apresentadas na explicitação das particularidades da luta de classes no Brasil e na América Latina.

---

<sup>9</sup> Entendemos que a categoria transição é a representação da dialética da história, demarcada pelos processos de radicalização das contradições inerentes a cada época histórica, mas fundada pelo movimento concreto de tais contradições. Estas diante da sociedade capitalista aceleram o tempo histórico, conduzidas pelas crises inerentes ao capital. Acenamos que nesta tese tomamos por referência os processos de transição desde América Latina, demarcados pela invasão colonial em 1492 e pela abolição da escravidão em fins do século XIX. Entretanto, salientamos que as múltiplas e conexas transições demarcadas pela expansão da produção de mercadorias, conexas pelo mercado mundial, e a dominação global do capital demarcam processos históricos nos quais as revoluções e lutas contínuas revelam a dialética da história recente. Os séculos XIX e XX foram demarcados por diversos processos de transição, resultado da luta de classes e dos processos revolucionários impulsionados pelas contradições do capital, pela lei tendencial da queda da taxa de lucro e a constante busca pela mais-valia extraordinária que dela resulta, impactando nas relações de produção no aprofundamento da exploração e da pilhagem do território.

Em vista desses planos de análise, tomamos como pressupostos de partida os seguintes constructos categoriais teórico-históricos:

1) O **trabalho**, na perspectiva da teoria do valor de Marx, na sua perspectiva ontológica como práxis humana, cuja determinação social capitalista impõe processos de alienação, transformando-o em meio de extração de valor, sob a propriedade privada dos meios de produção. A separação do trabalhador dos meios de produção e da **terra** é a base da sociedade burguesa, sob a qual sua força de trabalho se torna uma mercadoria cujo valor é socialmente determinado pela correlação de forças entre capital x trabalho e pelo desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 2013);

2) O escravismo colonial, dialeticamente, gestou as bases estruturantes do capitalismo dependente, ou seja, a forma da propriedade privada dos meios de produção e da terra e as classes-raças proprietárias e não proprietárias, a partir das quais serão determinadas a dinâmica das relações de produção particularizadas pela relação dependência-imperialismo (GORENDER, 2016; MOURA, 2014).

3) Na América latina, dada à condição dependente referenciada pelas independências formais do século XIX, aparece a essência da particularidade da economia dependente: a superexploração da força de trabalho, ou seja, as relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria trabalho na condição de alforria aparente) abaixo do valor, como característica *sui generis* de extração de valor no capitalismo dependente, dada a subordinação externa e a dominação interna imposta pela relação imperialismo dependência, sob a qual a transferência de valor às economias dominantes é compensada com uma forma particular de extração de valor (MARINI, 2011).

Nesta tese nos propomos a construir elementos histórico-categoriais para o estudo da luta de classes na América Latina e particularmente, no Brasil. Nossa hipótese é de que giro teórico-metodológico construído nesse sentido, ao decifrar e expor categorias teóricas que permitam apreender a particularidade histórica da América Latina, manifesta na relação dialética **terra-trabalho-racismo**,



possibilita novos sentidos ao que se define hegemonicamente como luta de classes, sentidos estes que podem nos permitir reconhecer a complexidade particular desta luta na América Latina e traçar novas estratégias como classe trabalhadora, contra o capital. É portanto, uma construção que se coloca em diálogo e debate com as produções teóricas fundadas na crítica da economia política, entendendo que esta também é histórica e socialmente determinada, portanto, móvel e em constante reelaboração.

Seguindo o percurso ontológico do objeto de estudo nesta tese, dividimos a exposição em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão a saber:

- o primeiro capítulo versa sobre a elaboração do giro teórico-metodológico proposto para o estudo da luta de classes, no âmbito da questão social na América Latina, em diálogo com o materialismo histórico dialético;
- o segundo trata do deciframento e exposição das categorias fundamentais o estudo da sociedade latino americana, buscando relacionar as categorias modo de produção, formação sócio histórica, transição e colonialismo a partir do seu desenvolvimento histórico-concreto neste território;
- no terceiro capítulo, elaboramos a sistematização das categorias e processos históricos fundamentais para a apreensão da dinâmica do escravismo colonial e suas contradições;
- no quarto, desenvolvemos a sistematização das categorias e processos históricos fundamentais para a apreensão da transição ao capitalismo dependente;
- no quinto e último capítulo, buscamos articular a processualidade histórica das categorias terra, trabalho e racismo, em suas particulares determinações na América Latina, como elementos histórico-estruturais fundantes do capitalismo dependente, bem como sua relação dialética na luta de classes passado-presente neste território.

A seguir apresentamos uma breve biografia dos autores de referência nesta tese. Priorizamos aqueles cuja memória-história é pouco conhecida ou mesmo marginalizada no ambiente acadêmico. Conhecer a história e a cara dos sujeitos com quem dialogamos é também um giro

necessário, tanto no sentido de situar cada autor no momento histórico em que viveu, quanto no de valorizar e aprender com sua práxis<sup>10</sup>.

### **Clóvis Moura (1925-2003)**



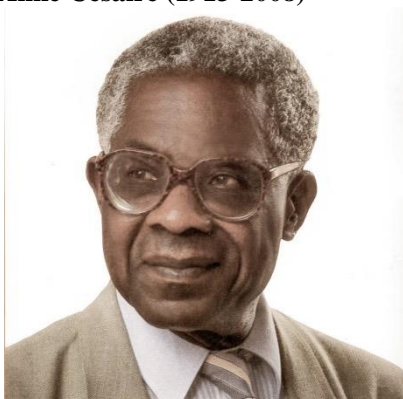
Nascido em Amarante, no Piauí, Clóvis Moura foi um dos primeiros autores a colocar o escravo como sujeito da sua própria história e não como uma coisa ou mera mercadoria com corrente na historiografia dominante. Nesse sentido, procurou explicitar as relações sociais no escravismo brasileiro a partir da concepção de que em toda sociedade, onde existe a exploração de uma classe pela outra, são as contradições que emergem das relações de produção que dinamizam tal sociedade, colocando os pressupostos à sua exploração. Moura relaciona entre as classes fundamentais do escravismo – senhores e escravos – e as transformações sofridas por aquele modo de produção, bem como a

---

<sup>10</sup> Esta apresentação é, entretanto, incompleta. Ao priorizar os autores que mais conseguimos incorporar também notamos que ela retrata a desigual condição da produção teórica demarcada também pelo patriarcado e pela dominação masculina nos ambientes políticos e acadêmicos, revela pois, o impacto da divisão sexual do trabalho. Reconhecendo os limites deste trabalho, cumpre salientar a presença das mulheres na práxis política, muitas vezes não sistematizada e divulgada. Infelizmente nos limites destas tese não incorporamos de forma central os trabalhos de muitas mulheres, como Lélia Gonzales, Angela Davis, Vânia Bambirra dentre outras.

dialética contraditória que faz emergir a partir do escravismo o capitalismo dependente. Rigoroso no método e na crítica marxistas, militante político do Partido Comunista do Brasil até 1962, quando rompeu com o partido e atuou junto ao movimento negro ao longo da sua vida. Nos lega uma vasta e rica obra teórica sobre a formação social brasileira, sempre comprometida com a superação do racismo e com a emancipação de todos os brasileiros<sup>11</sup>.

### **Aimé Césaire (1913-2008)**



Nasceu em Basse-Point, na Martinica, em 1913, tendo morrido em 2008. Foi um grande poeta da língua francesa e um militante de esquerda. Atuou como deputado da Assembleia Nacional Francesa, eleito pela Martinica, e presidente da Câmara de Fort-de-France. Foi o criador, juntamente com Léopold Sédar Senghor, do termo “negritude”. Em toda a sua obra e vida política estiveram presentes o combate ao colonialismo e ao racismo. Foi uma grande referência para Frantz Fanon, sendo citado diversas vezes na obra do seu conterrâneo. Césaire publicou mais de catorze obras entre poesia, peças de teatro e ensaios, traduzidas em diversas línguas.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.gtclouvismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>

<sup>12</sup> <https://www.geledes.org.br/aime-cesaire/>

**Jacob Gorender (1923-2013)**

Historiador. Nascido no Rio de Janeiro, era filho de judeus russos. Entrou para a Faculdade de Direito de Salvador em 1941, mesma época em que se filiou ao Partido Comunista Brasileiro. Lutou, pela Força Expedicionária Brasileira, na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Foi um marxista de grande imaginação sociológica, avesso a transposições, sua obra é considerada polêmica, como sempre é a obra de um pensador que ousa sair do lugar comum.

Gorender foi expulso do Partido Comunista Brasileiro por discordar das orientações políticas do Partido e em 1967 criou o Partido Comunista do Brasil Revolucionário (PCRB). Foi preso e torturado durante a Ditadura Civil-Militar, no ano de 1970, condenado a dois anos de prisão. Foi na prisão que, ao mesmo tempo que dava aulas sobre o escravismo a outros presos, esboçou em curso a proposta de transição do escravismo ao capitalismo, redigida posteriormente como uma das suas principais obras: *O escravismo Colonial*.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Fonte: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/jacob-gorender/index.html>

**Eric Willians (1911-1981)**

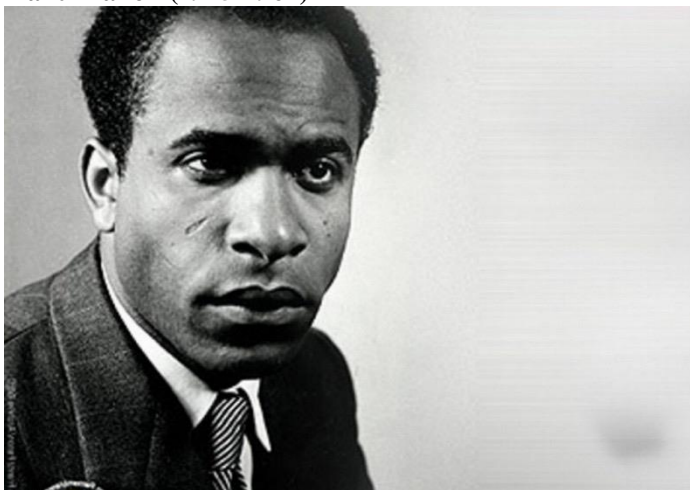
Nasceu em Trinidad e Tobago, descendente de ex-escravos da então colônia inglesa, se formou em história na Universidade de Oxford. Discípulo de CLR James, foi pioneiro ao fazer a análise articulada entre a formação do capitalismo industrial na Inglaterra e a escravidão dos africanos nas propriedades rurais das colônias Americanas, com a tese de doutorado que mais tarde inspirou o livro *Capitalismo e escravidão*. Um dos mais importantes historiadores da escravidão moderna e do tráfico de escravos transatlântico, sua obra influenciou pesquisadores de todo o mundo no Pós- Segunda Guerra Mundial. Foi o grande líder na luta pela emancipação do seu país, entre 1955 e 1956. Com a Independência de Trinidad e Tobago, atuou como primeiro Ministro desde 1956 até em 1981, quando faleceu.

**José Carlos Mariátegui (1894-1929)**

Nasceu em Moquegua, no Peru. Autodidata, atuou como escritor e jornalista, sociólogo e ativista político. Foi um dos primeiros e mais influentes pensadores do marxismo latino-americano do século XX, o que em seu tempo deu mais esperanças a um socialismo latino-americano, ou indoamericano, como ele denominava. Trabalhou com jornalismo de 1908 até 1919, quando passou a dedicar-se ao estudo e à militância socialista. Em 1918, viajou para Europa como correspondente, tendo retornado em 1923. No Peru, fundou a importante Revista Amauta (1923-1930) e o Partido Socialista Peruano em 1928. Nos seus breves 33 anos de vida, Mariátegui buscou entender a própria realidade, se apoiando na tradição marxista, mas sempre atento às particularidades da classe trabalhadora latino-americana – camponesa, indígena, negra, sem-terra. Sua obra tangencia a criação de uma sociedade autônoma, liberta da dominação colonial em todas às suas formas<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/jose-carlos-mariategui-86>

**Frantz Fanon (1925-1961)**

Também nasceu na Martinica (Caribe) e é considerado um dos pensadores mais instigantes do século XX. Atuou como psiquiatra, filósofo e cientista social. Em 1944 se alistou no exército francês, tendo posteriormente seguido para Lyon para estudar medicina e psiquiatria.

Em 1950 escreveu o texto que seria sua tese de doutorado, intitulado *Peles Negras, Máscaras Brancas*, mas que foi recusado pela comissão julgadora por não seguir as correntes hegemônicas, pois apresentava uma perspectiva anticolonialista e analisava as consequências da dominação colonial tanto para o colonizado quanto para o colonizador, explicitando a dinâmica do racismo criado pela colonização e suas profundas marcas psicológicas, econômicas e sociais resultantes daquela dominação. Foi obrigado a escrever outra tese, e só algum tempo depois a tese original foi publicada.

Quando da Revolução Argelina e da subsequente repressão violenta por parte dos franceses, Fanon renunciou ao cargo de Diretor do Departamento de Psiquiatria que ocupava em um hospital da Argélia, então colônia francesa, para se juntar à Frente de Libertação Nacional (FLN), entrando para a lista de cidadãos procurados pela polícia em todo o território francês. Lutou não apenas pela libertação da Argélia, mas também de outros países da África, que ainda eram colonizados na segunda metade do século XX. Em 1960 foi diagnosticado com leucemia e escreveu nos últimos meses de vida outra obra de grande

importância: Os condenados da terra. É, sem dúvidas, uma das maiores referências intelectuais e políticas na crítica ao colonialismo e ao capitalismo<sup>15</sup>.

### **Manuel Bomfim (1869-1932)**



Foi um médico, psicólogo, pedagogo, sociólogo, historiador e intelectual brasileiro. Nasceu em Aracaju, no Sergipe. Formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1880, Bomfim realizou uma viagem a Paris em 1902, na qual desenvolveu seus estudos em Psicologia. Autor de vasta obra, escreveu sobre sociologia, história do Brasil e da América Latina, sobre medicina e até mesmo botânica. Além disso, escreveu vários livros didáticos, inclusive alguns de língua portuguesa em co-autoria com Olavo Bilac.

Em 1907 se tornou Deputado Federal pelo Estado de Sergipe até 1908 quando tentou a reeleição mas não conseguiu se reeleger, tendo passado a se dedicar, então, exclusivamente à produção intelectual e literária. Seu livro, *América Latina: males de origem*, revela um intelectual contra-corrente, que combateu os intelectuais racistas da sua época e a dominação imperialista. Pôs em evidência as raízes do subdesenvolvimento latino-americano, denunciando o parasitismo colonial como o fundamento da situação de miséria e desigualdade em toda a América Latina. Reivindicou um sistema educacional libertário,

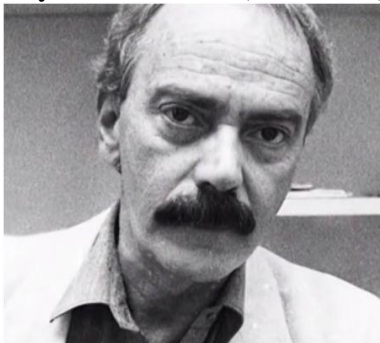
---

<sup>15</sup> <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/voce-conhece-frantz-fanon/>



que desse aos marginalizados condições de apreender a sua realidade e transformá-la<sup>16</sup>.

### **Ruy Mauro Marini (1932 -1997)**



Nasceu em Barbacena- MG, é um dos sociólogos marxistas que mais contribuem para a apreensão das particularidades da América Latina. Um dos principais intelectuais da Teoria Marxista da Dependência, confrontou o pensamento nacional-desenvolvimentista hegemônico nas décadas de 1950/60 e buscou explicitar as contradições fundantes do desenvolvimento capitalista latino-americano. Foi membro do grupo marxista revolucionário Política Operária (POLOP) e professor da Universidade de Brasília antes de ser exilado em decorrência da Ditadura Civil-militar após 1964. Os golpes militares na América Latina e a forte repressão tem grande impacto na vida de Marini. Em 1964 se exilou no México e 1969 no Chile, onde escreveu a sua obra mais divulgada, *A dialética da dependência* (1972); após o golpe e assassinato de Allende, no Chile, neste mesmo ano, teve que buscar exílio novamente, passando pela Europa, Panamá e retornado ao México em. Durante a estadia no Chile somou-se ao Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Só retornou ao Brasil após 1986<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> <https://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/08/a-utopia-de-manoel-bomfim/>  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932005000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300013)

<sup>17</sup> TRASPADINI; STEDILE (2011)



## CAPÍTULO I - PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICO E AS PRINCIPAIS CATEGORIAS PARA O ESTUDO DA LUTA DE CLASSES NA AMÉRICA LATINA

### 1.1 Giro teórico-metodológico necessário à apreensão da luta de classes na América Latina

As relações político-ideológicas e jurídicas sobre as quais se assentam o antagonismo entre capital x trabalho no Brasil, considerando seus vínculos histórico-estruturais com a América Latina, são elementos investigativos centrais para deciframento das particularidades da formação sócio-histórica do capitalismo dependente, sob o qual se estrutura, com base em múltiplas violências, a vida social neste território.

Com o método materialista histórico dialético, reconstruído a partir da realidade histórico-concreta deste território, que esta se revela como a síntese da invasão colonial, do escravismo e da dominação imperialista. Sendo assim, encontramos determinações que nos conduziram a centralizar determinadas categorias teóricas fundamentais para a análise, as quais mapeamos a seguir, para que nossa perspectiva investigativa fique prévia e devidamente problematizadas. A categoria **trabalho** como já dito, a apreenderemos na perspectiva elaborada por Karl Marx, como fundamento ontológico da humanidade, cujas relações fundamentais de produção são sociais e historicamente determinadas. Das determinações sócio-históricas da realização do trabalho na América Latina, cumpre-se lembrar da escravidão e servidão que antecederam as suas formas alienadas e tipicamente capitalistas então apresentadas, todavia - como procuraremos analisar - são produtos mesclados de cada percurso, contraditória e historicamente.

A **terra** é a categoria mediadora fundamental à apreensão dos sentidos do trabalho e suas determinações. Para Marx (2013; 2017), **terra e trabalho** são as fontes originárias de toda a riqueza, em qualquer tempo histórico. A separação entre ambos é o princípio de toda a exploração do trabalho alheio: da escravidão, da servidão, bem como do moderno trabalho “livre”. A separação entre o trabalhador dos seus meios de trabalho e da terra foi o primeiro passo rumo à conformação do particular modo de produção capitalista, processo decisivo para a subsunção do trabalhador ao mercado, à falta de alternativas e à crescente miséria. A **terra** representa na tese uma decisiva categoria

explicativa, síntese das múltiplas determinações do domínio e espoliação do território desde a invasão colonial, considerada na cosmovisão dos povos originários, como divina, absoluta, mãe de todos os seres, foi aprisionada como mera fonte de riquezas para o mercado, cercada e cerceada dos seus sentidos e das suas funções definidas por seus filhos originários.

Não pretendemos romantizar tais sentidos, nem abstrair as contradições que por ventura existiam neste território, mas é importante evidenciar é que o processo da conquista invasora, ao definir para este território um sentido mercantil, demarcou a ruptura de processos históricos, transitando brusca e violentamente para novos processos contraditórios. Sob estes processos, a terra é primeiro assaltada, depois mercadorizada, num contínuo de espoliação e monopolização privada do seu solo e dos seus recursos naturais, que definirá as possibilidades e formas de realização do **trabalho**, portanto, definirá a forma de existência daqueles que trabalham e daqueles que, monopolizadores da terra, se apropriam dos frutos do trabalho. É nesse sentido que a categoria **terra** se apresenta como explicativa das contradições passadas e presentes na América Latina Desde a colonização toda a riqueza apropriada pelos donatários estrangeiros, transportada ultramar para fortalecer os impérios dominantes escorre é das suas *veias abertas*, condenadas à fornecerem bens primários ao mercado internacional. Toda a riqueza arrancada do seu seio pelos braços de trabalhadores desterrados, miseráveis, escravizados, servis ou “livres” de toda a sorte de qualquer meio de produção.

O trabalhador desterrado, escorraçado de sua vida originária neste território ou sequestrado no continente africano, será ainda, desposuído de sua identidade, subjetividade e até da humanidade pelo processo colonial-escravizador. Deste processo forjado pela exploração e opressão de um povo sobre outros, os múltiplos povos da Pachamama ou da África e toda a sua diversidade étnica, cultural, social, enfim, toda a sua cosmovisão particular e historicamente determinada, serão reduzidos pela cosmovisão dos dominadores a **índios e negros**. Diante das contradições que forjam a existência dos sujeitos histórico-concretos que dinamizam a vida na América Latina desde a invasão colonial, as desigualdades objetivas bem como as justificações ideológicas das

mesmas, a categoria **racismo**<sup>18</sup> se apresenta também como indispensável na análise das contraditórias relações sociais neste território.

De acordo com Silvio Luiz de Almeida (2018), o racismo é estrutural, o que significa que não é um fenômeno conjuntural, uma anomalia ou patologia como costuma se reivindicar. O racismo é uma forma de racionalidade, de normalização, de assimilação das relações, das ações conscientes e subconscientes (ALMEIDA, 2018).

A normalidade da sociedade burguesa produz e reproduz as condições de desigualdade, das quais desencadeiam múltiplas determinações que se desdobram nas diversas formas de violência. Para apreender o racismo é preciso questionar sua vinculação com a dimensão econômica, política e cultural da sociedade. É necessário interpelar as estruturas e instituições responsáveis por manterem as desigualdades que se assentam no racismo ao mesmo tempo em que o reproduz (FANON, 2008; ALMEIDA, 2018).

O racismo estrutural na América Latina emana do processo de colonial que subjugou, escravizou e inferiorizou povos, territórios e culturas, a partir da estruturação do modo de produção escravista colonial, vinculado ao processo fundante do modo de produção capitalista na Europa. É expressão continuada da *alienação colonial* (FANON, 2008).

A formação sócio-histórica brasileira tem no seu cerne o racismo, o qual foi transformado numa força ideológica fundamental para a garantia da estrutura desigual que proporciona a produção do valor nos territórios que, uma vez colonizados, só puderam se estabelecer num capitalismo dependente, subordinado à dinâmica das nações imperialistas. Conforme aponta Clóvis Moura (1994, p.2), “O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação,

---

<sup>18</sup> Definimos categorialmente **racismo** em vez de **raça** por duas questões: 1) para nos afastarmos de qualquer entendimento biologizante, sempre que nos referirmos à raça neste trabalho estamos compreendendo-a como uma categoria sociológica, posto que, diferente do quer fazer acreditar as ideologias racistas por longo tempo dominantes, não existem raças humanas enquanto uma categoria biológica/natural. 2) para reforçar, metodologicamente, que se trata de um processo dinâmico, em movimento, cuja constituição histórica se faz no cotidiano pela reprodução permanente das desigualdades entre os sujeitos diversos, o qual não pode desaparecer pelas meras tentativas de ocultação e negação, e sim mediante mudanças radicais na ordem das suas determinações fundantes.

não apenas étnico, mas também ideológico e político”. Nesse sentido, o racismo persiste na estrutura das relações de produção e reprodução social nesta sociedade, cindida pela superexploração e pela desigualdade, como elemento fundamental para a estruturação das relações que possibilitam a organização social da extração de mais-valia.

O racismo não é um fenômeno exclusivo das sociedades latino-americanas, ele se manifesta globalmente, entranhado nas relações contraditória da sociedade moderna, sendo fruto do mesmo processo contraditório que deu base à ela, como aponta Aimé Césaire (2010). O racismo é a herança da escravidão colonial, nascida dos mesmos processos que possibilitaram a existência da sociedade burguesa moderna e de cujos espólios esta jamais poderá se livrar sem sucumbir-se, e portanto os mantém e os reproduz, pois deles se alimenta. A exploração e a opressão que se tenta mistificar pelo racismo, bem como pela dominação patriarcal são os eixos estruturantes do capitalismo. A luta de classes moderna é, necessariamente, um complexo que comporta a dialética da exploração da força de trabalho e das opressões de sexo e raça. É nesse sentido que tomamos o **racismo** como categoria analítica fundamental. Ademais, salientamos a apreensão da insidiosidade entre as dimensões de classe-sexo-raça na dinâmica contraditória da sociedade burguesa, de modo que, ainda que a ênfase dada nesta tese seja para classe-raça, também sexo/gênero se transversaliza nesta construção teórica.

Nas sociedades marcadas pela escravidão colonial é necessário, entretanto, mais do que em qualquer outra, apreender que o processo de expropriação da riqueza produzida pelo trabalho possui outras mediações que complexificam a relação de separação entre trabalhadores e meios de produção, fundamental ao modo de produção capitalista. Em síntese, demarcamos estas mediações em três dimensões conexas: 1) O escravismo colonial - marco da expropriação, tanto dos povos originários, quanto dos africanos expropriados de suas condições originais e submetidos à escravidão, que significou a subordinação da produção de riquezas neste território aos interesses das nascentes metrópoles imperialistas europeias; 2) tal processo de expropriação encarna, pois, também, a experiência coletiva dos trabalhadores destituídos da sua humanidade pelo processo que mercadorizou, escravizou e inferiorizou mulheres e homens e suas diversas formas de cultura e sociabilidade por mais de três séculos; 3) esta experiência histórica coletiva, na qual a desigualdade mistifica as diferenças e transforma povos diversos na forma generalizada “negro” ou “índio”, ao mesmo tempo em que conduz o que se considera humano à pretensa

universalidade branca, estrutura as relações de expropriação, exploração e dominação durante e após a escravidão colonial. Da sociabilidade criada sob o escravidão colonial se enraizou a racionalidade capitalista nestas sociedades, e o funcionamento normal das suas instituições perpetua as contradições que lhes são fundantes.

Desta síntese, temos que as relações de produção, nas quais determinadas “classes-raças” detém privadamente as condições materiais de produção, se constituem historicamente num duplo e conexo processo: 1) a manutenção dos trabalhadores negros, indígenas e seus descendentes na condição de despojados históricos das condições materiais de reprodução e base da pirâmide das relações baseadas na superexploração da força de trabalho; 2) a reprodução de um mecanismo ideológico que busca justificar e legitimar tal desigualdade: a ideia racista de que estes ocupam os piores lugares nesse processo devido à “inferioridade da sua raça”.

A centralidade que damos a estas categorias nesta tese tem sentido teórico-metodológico e, como não poderia deixar de ser, político. **Terra e racismo**, em particular, são duas categorias marginalizadas na produção teórica nas Ciências Sociais no Brasil, mesmo nos setores que se propõem críticos. Quando aparecem são sempre *explicadas*, mas raramente *explicativas*. A primeira é encoberta pelo constructo ideológico da sociedade urbano-industrial-tecnológica que se impõe desde as perspectivas da programática desenvolvimentista, dominante pós fins da 2ª Guerra Mundial e fortalecida no período modernizador-conservador-ditatorial. A marginalização da segunda é por ela mesma explicada. Em que pese o mito da democracia racial, o racismo nunca deixou de se fazer presente, pois é uma ideologia de dominação fundamental à reprodução burguesa, em particular nestes trópicos - dada a centralidade do modo de produção escravista, confirmando as concepções de Jacob Gorender (2016) e Clóvis Moura (2014), que antecedeu o capitalismo dependente e estruturou a desigualdade social e racial perpetuada ao longo do desenvolvimento capitalista.

Se o ponto de partida para o verdadeiro processo do pensamento é o concreto como concreto real, do qual emanam as abstrações necessárias para a elaboração da “totalidade concreta como totalidade pensada”, conforme explicita Marx (2008), é indispensável tomar o estudo daquelas categorias considerando-as como determinações fundamentais à concretização da “lei geral da acumulação capitalista” na América Latina.

Para entender a luta de classes na contemporaneidade e suas múltiplas expressões a partir da “questão social”, Netto (2001), nos dá a seguinte indicação:

O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

Esta determinação não pode desconsiderar a forma contemporânea da “lei geral da acumulação capitalista”, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela realiza. Sistemas nos quais, dado o modo universal e mundializado daquela “lei geral” objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas, e nacionais que igualmente requerem determinação concreta. Se a lei geral opera independente das fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico, acima salientado, envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e se tencionam na efetividade social. Em poucas palavras, a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais (Netto, 2001, p. 48-49).

As indicações teórico-metodológicas trazidas pelo autor na citação acima nos abre possibilidades dialógicas de interpelá-las, conforme o sentido que nos suscita. Assim, como é preciso levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações que o capital realiza na *lei geral da acumulação capitalista* para compreender outras “expressões da questão social”, além das já conhecidas, faz-se necessária a busca pelas particularidades subsumidas das “expressões”, centrada nas investigações sobre as particulares contradições entre o capital e o trabalho em cada formação social. Em outras palavras, é necessário buscar na realidade concreta as *diferencialidades* que constituem singularidades no antagonismo geral entre classes exploradas



e exploradoras. Estas diferencialidades definem elementos essenciais da relação de classes partir das estruturas particulares de formações sociais historicamente determinadas. Para tanto, é preciso ter em conta, como afirma Gorender, (2016, p. 77), que “(...) o particular não é um exemplo do geral, (...) e sim a existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral”.

Nesse sentido, buscar *a marca da história* que concretiza a dinâmica da lei geral da acumulação capitalista no Brasil e na América Latina consiste em uma tarefa que se reveste de inquestionável relevância, a exigir trabalho analítico árduo, tanto no sentido de colocar em diálogo obras e elaborações teóricas de autores cuja produção é rica em elementos que contribuem para a realização desta tarefa, mas que são marginalizados no campo das Ciências Sociais, quanto no sentido de buscar, criticamente, preencher as lacunas teóricas que a transposição esquemática da teoria marxiana deixaram na explicitação da formação sócio-histórica latino-americana e brasileira, em particular. Este é o desafio teórico, certamente, importante, inesgotável nos limites de uma tese. Mas, sem enfrentá-lo ainda que parcialmente, pouco faremos para superação da estagnação do debate da luta de classes no nível conceitual e geral.

Na perspectiva teórico-metodológica desta tese, **terra e trabalho e racismo** se evidenciam como categorias da crítica da economia política latino-americana, a partir das quais buscamos uma explicitação mais ampla da substância e a dinâmica da nossa realidade. Nisto, estabelecemos um contraponto aos debates hegemônicos no âmbito das Ciências Sociais, que marginalizam a questão agrária e a questão racial. Em especial, sobre o debate racial a partir da condição escravista, nos termos que Gorender (2016, p. 49) chama a atenção, ou seja, sobre como a maior parte das pesquisas sobre a formação sócio histórica brasileira [e latino americana] tomaram o escravo ou a escravidão como elementos a serem explicados, mas não como categorias explicativas, de modo que o debate sobre o tema ocupa “na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupará na hierarquia social objetiva”.

A análise da realidade conduzida a partir daquelas categorias nos exige a apreensão de tantas outras categorias mediadoras, as quais sintetizam processos com distintos níveis de conexão entre si, compreendendo também distintos níveis de abstração, isto porque, a apreensão teórica da realidade concreta, por mais elaborada e completa que seja, sempre será aquém da mesma. Metodologicamente,

elaboramos uma síntese das categorias mediadoras, as quais podem ser apresentadas em conjunto:

- **Modo de produção, formação sócio-histórica e transição:** nos possibilita apreender a dinâmica dos processos de organização do trabalho e da produção da vida, distintos a partir de determinações sócio-históricas, sob as quais se definem as relações entre produtores e meios de produção, e daí com os produtos do trabalho.

A partir destas categorias é possível apreender a dialética de determinadas relações sociais, bem como o momento histórico em que suas contradições conduzem à sua superação, transitando à outras formas distintas. Neste perspectiva, a categoria **transição** adquire um lócus privilegiado, à medida que nos apropriamos dela para apreender a dinâmica histórica da formação social brasileira a partir dos distintos modos de produção que instituem a nossa história anterior à invasão colonial. Para nós, decifrar a transição é fundamental posto que, para a sociedade latino-americana em particular e brasileira em específico, tal categoria se engendra como o processo de definição no “velho” das relações sociais de produção do “novo”, determinando a vinculação dialética passado-presente como uma mediação particular dessas relações no capitalismo dependente sob o qual vivemos.

- **Colonialismo, escravismo colonial, capital e capitalismo:** permitem deter os processos históricos na sua complexidade, pressupõe analisar tanto suas dimensões e determinações particulares quanto suas múltiplas conexões entre si. As categorias assinaladas nos permitem apreender um dado momento histórico, cuja complexidade de processos não permite unilateralidades ou generalizações.

As transformações ocorridas a partir do século XV, que conduziram à “descoberta” da América, ao colonialismo e ao escravismo e fortalecem o capital comercial/mercantil como mediação e resultado de processos de trabalho escravo/servil na América, se desdobram nas particularidades da Europa Ocidental com processos de liberação da servidão e derrocada do feudalismo, dando lugar aos processos de acumulação originária do capital que possibilitou a

Revolução Industrial Inglesa e a hegemonia da sociedade burguesa, em dinâmica conexas à riqueza pilhada e/ou produzida pelo escravismo colonial. A simultaneidade e constituição mútua de processos particulares conduziram a integração entre modos de produção distintos nas distintas regiões do planeta, integração que acentuou suas contradições ou criou outras tantas, conduzindo processos de transição à uma nova forma de organização do trabalho, expandida globalmente pela mediação das relações mercantis, suas violências e guerras. O capitalismo, como modo de produção que domina em todo o globo é a síntese daquela integração de processos particulares, os quais evidenciam seu desenvolvimento desigual e combinado.

Nos limites das abstrações que empreendemos, a totalização engloba a *acumulação originária de capital*, o desenvolvimento do *modo de produção capitalista*, com a *divisão internacional do trabalho* e o *imperialismo* como última fase desse desenvolvimento. E conexos a estes, desde a América Latina, podemos apreender as totalizações expressas na transição do *escravismo colonial* para o *capitalismo dependente*, as determinações da organização do **trabalho**, de escravo para livre, da absoluta apropriação do trabalhador por inteiro, à *superexploração* de sua força de trabalho.

Uma vez que nos apropriamos dos sentidos de cada uma dessas categorias mediadoras, a contradição fundamental da realidade analisada se apresenta mais rica de explicações. A **luta de classes**, a oposição latente e perene entre expropriadores e expropriados se nos apresenta com um tanto mais de nitidez.

## **1.2. Método materialista histórico dialético: Por que o método marxiano possibilita conectar particularidade e totalidade?**

O desvendar da sociedade moderna capitalista, com o deciframento de sua chave histórica e dos processos constitutivos de sua engrenagem própria, foi genialmente realizado por Marx. A crítica à economia política burguesa o levou a sistematizar o método materialista histórico dialético, cuja coerência na apreensão da relação entre essência e aparência da realidade concreta, o transforma num importante constructo heurístico para desvendar a própria história da humanidade. Ao patentear que as relações sociais de produção são o ponto nodal da história da humanidade e que para aprendê-la na sua concretude é

necessário buscar a processualidade histórica dessas relações, o método de Marx permite a conexão entre a totalidade e a particularidade dos distintos modos de produção e as correspondentes formações sócio-históricas empreendidas pela sociabilidade humana no decorrer de sua constituição. O percorrer da nossa história, isento de qualquer linearidade ou predestinação, só pode ser apreendido, desde o método, se as relações sociais de produção, ou seja, a forma como os sujeitos sociais produzem e reproduzem a sua vida e as contradições que se desenvolvem no âmbito dessas relações forem explicitadas, sendo a sua dialética a constituição da própria história.

Netto (2011), ao abordar as questões metodológicas a partir da obra de Karl Marx, aponta a indissociabilidade entre o “tratamento teórico e a formulação metodológica” presente na análise da sociedade burguesa empreendida por Marx. As categorias de totalidade, contradição e mediação são nucleares na análise marxiana das relações sociais. Compreende-se aí, “uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO 2011, p. 55-57). Cada uma dessas complexidades é regida por legalidades que lhes são peculiares, opera tendências a ela específicas e que não podem ser diretamente relacionadas a outros complexos. A relação entre os diversos complexos é perpassada pela contradição e é a mediação, por fatores que lhes são internos e externos, que as articulam mutuamente na formação dinâmica da totalidade concreta (NETTO, 2011). Como também explica Mandel (1985, p. 14)

O modo de produção capitalista não se desenvolveu em meio a um vácuo, mas no âmbito de uma estrutura sócio-econômica específica, caracterizada por diferenças de grande importância, por exemplo, na Europa Ocidental, Europa Oriental, Ásia continental, América do Norte, América Latina e Japão. As formações sócio-econômicas específicas - “as sociedades burguesas” e economias capitalistas - que surgiram nessas diferentes áreas no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, e que em sua unidade complexa (juntamente com as sociedades da África e da Oceania) abrangem o “capitalismo concreto”, reproduzem em formas e proporções variáveis uma *combinação* de modos de produção passados e presentes, ou, mais precisamente, em

estágios variáveis, passados e sucessivos, do atual modo de produção. A unidade orgânica do sistema mundial capitalista não reduz absolutamente essa combinação, que é específica e, cada caso, a um fator de importância apenas secundária em face da primazia de traços capitalistas comuns ao conjunto do sistema. Ao contrário: o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma *função* da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado (itálicos do autor).

As transformações nas relações sociais de produção que redundaram na dominação global das mesmas pelo modo de produção capitalista, na história recente da humanidade, ainda exigem esforços do ponto de vista da teorização, conforme aponta Mandel (1985). A história do modo de produção capitalista, de acordo com este autor “torna-se a história do desenvolvimento entre o capital e as relações econômicas semi-capitalistas e pré-capitalistas, que o mercado mundial capitalista incorpora permanentemente a si mesmo” (MANDEL, 1985, p. 28).

Para apreender os elementos determinantes do desenvolvimento da chamada sociedade moderna podemos, metodologicamente, organizar o pensamento a partir das seguintes abstrações:

- **Dimensão da totalidade:** sintetiza no plano teórico as transformações das relações sociais a nível global a partir da expansão do mercado mundial, impulsionado pelos descobrimentos e pelo intercâmbio de mercadorias produzidas sob distintas formas de organização da produção, ou seja, sob distintas relações de produção. Em outros termos, a conexão global de distintos modos de produção e formações sócio-históricas que impulsionou o processo global de transição para um modo de produção dominante, porém desigual e combinado.

A dominação do modo de produção capitalista assume distintas processualidades históricas engendradas de acordo com as particularidades de cada modo de produção que o antecedeu imediatamente, ditando ritmos de avanço de sua dominação sobre as antigas formações sociais e a consistência das relações de produção

próprias a cada uma delas. Em outros termos, a transição apreendida no nível da totalidade é determinada por distintos processos de transição particulares e em andamento como processo histórico. Por sua dinâmica mesma, o modo de produção capitalista explicita-se na corrente da história como um contínuo transitar, dominado pelas relações mercantis de produção, cujas contradições não poderão se reproduzir infinitamente, ainda que possam ser prolongadas. É na contradição que reside a dialética histórica, sabemos.

- ❑ **Dimensão da particularidade:** expressa pelas processualidades que demarcam as relações sociais de produção distintas conectadas pelo mercado mundial, fomentando as condições históricas para o desenvolvimento do capitalismo, num processo que abriu caminhos à supressão ou subordinação daquelas relações particulares quando do trânsito à dominação capitalista como modo de produção.

Buscar as mediações teóricas fundamentais na explicitação da relação **totalidade-particularidade**, na sua dinâmica contraditória e inseparável requer, desde uma perspectiva marxiana, apreender a realidade como *totalidade concreta*, construir as categorias explicativas da mesma para explicitar suas determinações fundamentais. De acordo com Karel Kosic (1976, p. 40):

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significa a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são

momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concretude. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo vazio e abstrato.

Outros valorosos autores, seguindo a trilha de Marx e Engels, buscaram explicitar o modo de produção capitalista dando ênfase a seu trânsito desde outros territórios, portanto, desde outros modos de produção e suas formações sociais correspondentes. A busca desses autores sempre foi mais do que explicitar em si mesmo um processo histórico, o que já é de muita grandeza, mas foi também de encontrar elementos nesse processo que sirvam de chave para apreender a dinâmica presente. Em outros termos, desenterrar as pressupostas raízes das contradições atuais é um velho exercício, em particular, aos autores marxistas latino-americanos, o que não significa seu esgotamento, ao contrário, evidencia-se que ainda há muito a prospectar, ainda mais quando a cada elemento importante que se evidencia, outros tantos passam a ser encobertos pelas também velhas contradições entre as classes fundamentais, onde a alienação e o fetiche *recobrem de lama* as relações essenciais que constituem a história.

Ernest Mandel (1985) é um daqueles autores marxistas que deram grande importância ao papel que as sociedades que ele denomina de *não capitalistas* ou *semi capitalistas* têm para a compreensão dos próprios *traços específicos de cada estágio sucessivo do modo de produção capitalista*. A partir deste autor, entendemos que ao constituir um *elo fundamental* na explicação de cada estágio específico do desenvolvimento do capitalismo, as determinações fundamentais da história concreta dessas sociedades, devem ser explicitadas. Sua centralidade na apreensão de cada um dos estágios de desenvolvimento do capital exige que as contradições próprias, que dinamizam o desenvolvimento particular das suas formações sócio-históricas sejam reveladas a partir das relações sociais fundamentais, antes e depois da dominação capitalista sobre a produção da riqueza nos seus territórios. Trata-se pois, de entender os mecanismos concretos que forjaram a sua história, do movimento de contradição e superação entre as relações sociais próprias de cada uma dessas sociedades e a síntese desse movimento na constituição de cada estágio do desenvolvimento social demarcado pela conexão no mercado mundial.

A busca dos elementos fundamentais particulares à América Latina e, de forma singular, ao Brasil, exige um esforço teórico exatamente no sentido de apreender as estruturas de reprodução do capital neste território, forjadas não sobre o vácuo, mas sim sobre processos concretos de contradições e transformações artificiais ou naturais de modos de vida. Significa dizer que tais transformações são forjadas na história concreta de sujeitos históricos concretos.

Indagar as manifestações concretas e as tendências históricas das relações sociais sob o capitalismo, hoje, requer conhecer sua estrutura de reprodução e, para tanto, é necessário reconhecer os elementos que lhes são fundantes, o que implica em indagar os processos históricos sob os quais se constituíram. Não se trata de um historicismo ou de buscar no passado as explicações para o presente, trata-se de descobrir os fios conectores passado-presente, que não foram superados pelas transformações históricas, antes, são revigorados por estas, à medida que se movimentam sobre contradições tornadas perenes por elas mesmas.

Como alertado por Marx (2013), trata-se de buscar suas *formas, ritmos e temporalidades diferentes nas distintas formações sócio históricas*. A perspectiva da *totalidade* é dispensável, se não tomarmos *próprio* como elemento fundamental e darmos centralidade apenas ao *comum*, ou vice-versa, perdemos importantes mediações para a explicação do *todo*.

De acordo com Ianni (1978, p.122) “o passado explicativamente importante provavelmente está impregnado e revivificado no presente, na prática dos vivos”. É evidente que muito importam as questões do presente: são as determinações presentes do processo de expropriação e monopólio da terra; a reprodução do racismo como ideologia dominante; e seus impactos combinados na luta de classes no capitalismo dependente. No entanto, a interrogação deste presente em si mesmo nos remete ao passado. Isto não significa buscar uma relação de causação nas continuidades ou descontinuidades dos processos passados no presente, como tem sido feito de maneira historicista, nos termos de Ianni (1978). Significa que, ao buscar entender o presente, é necessário dar um giro metodológico (GORENDER, 2016) no enfoque das relações categoriais, de modo a colocar no centro da análise aquelas que podem explicitar o presente tal qual ele é. Assim, esse giro, necessariamente, exige retomar determinadas categorias do passado e evidenciar suas determinações recobertas pelo lamaçal ideológico dominante, de modo a recobrar teoricamente os elementos desse passado recriados no presente.



Em relação à América Latina, a invasão e dominação europeia após 1492 não apenas se apropriou das riquezas materiais através dos saques, genocídios e escravização, como também apagou, soterrou ou deturpou a memória da história e estórias dos povos originários e dos africanos escravizados que, forçadamente, foram lançados nesta terra. O *memoricídio* e o *etnocídio* (BÁEZ, 2010) ao sucumbir o “anterior”, também estabeleceu as formas dominantes de contar e fazer a história e selecionou, hierarquicamente, o que sobreviveria como estórias.

A *morte da alteridade* é o que resultou do *encobrimento do outro* após 1492, como apontado por Enrique Dussel (1994; 1977). Ao incorporar nos nossos estudos uma perspectiva teórico-metodológica que se baseia no materialismo histórico de Marx, mas se propõe a ir além da dominação eurocêntrica advinda da imposição cultural imperialista sobre a produção teórica-acadêmica nas “periferias” dependentes, torna-se urgente a necessidade do giro teórico-metodológico aqui pleiteado, no sentido de uma nova forma de apreensão da história da América Latina, desenhada não a partir da pretensa universalidade da história da Europa e como apêndice desta, mas como parte da história universal, esta mesma anterior e além daquela forjada a partir da expansão do capital e do território particular sob o qual ele emergiu. Nesta apreensão, ao particularizar o que se pretende universal, como sistema moderno de dominação econômica, política e cultural, se depreende, conforme aponta Dussel (2016, p.58) que,

No Ocidente, a “Modernidade”, que começa com a invasão da América pelos espanhóis, cultura herdada dos muçulmanos do Mediterrâneo (Andaluzia) e do Renascimento italiano (pela presença Catalã, no sul da Itália), é a “abertura” geopolítica da Europa para o Atlântico; é a implantação e o controle do “sistema-mundo” no sentido estrito (pelos oceanos e não mais pelas caravanas continentais lentas e perigosas) e ainda a “invenção” do sistema colonial, que, por 300 anos, irá inclinar lentamente o equilíbrio econômico-político em favor da antiga Europa isolada e periférica. Tudo o que é simultâneo com a origem e o desenvolvimento do capitalismo (mercantil a princípio, de mera acumulação primitiva de dinheiro), ou seja, a Modernidade, o colonialismo e o sistema-mundo, denota aspectos

de uma mesma realidade simultânea e mutuamente constitutiva.

O que se faz mais difícil na apreensão da história da humanidade, na sua expressão universal, num contexto de dominação ideológica a nível global de uma história particular, é exatamente apreendê-la na sua dinâmica dialética, onde não cabem relativismos ou hierarquizações (KONDER 2008), ou seja, apreendê-la como uma mesma realidade, complexa, *simultânea e mutuamente constitutiva*, como apontou Dussel.

É por meio deste giro teórico-metodológico e epistemológico que pretendemos apreender as particularidades da luta de classes desde *Nuestra América*, considerando-a como parte da totalidade, rica em determinações próprias que precisam ser explicitadas para a apreensão da relação singular-universal. Deste giro emergem algumas reflexões: *o que tínhamos de contradição social antes da invasão? A invasão demarca apenas novas contradições ou amálgama-as em novas-velhas contradições? Como acercar-nos a elas dado o memoricídio e a dominação ideológica forjada pela expansão da sociedade burguesa? O marco da invasão, como a própria história, não é de por si problemático e limitado na apreensão da relação particular-universal do sentido dialético da história da humanidade?*

As reflexões acima devem ser incorporadas como direcionamentos metodológicos, que demarcam, os elementos dos quais devemos nos apropriar neste esforço coletivo de avançar na contribuição para a apreensão da história, das suas contradições presentes e das possibilidades futuras, especialmente aportando novas e, ao nosso ver, essenciais dimensões para a análise dos determinantes da questão social concretamente. O que se pretende evidenciar aqui é que o método de Marx, como método científico, nos possibilita fazer outras indagações e investigar outras dimensões e manifestações concretas da história que não aquelas priorizadas por Marx, seja para apreender elementos particulares e manifestações diversas da sociedade burguesa, por ele decifrada nos seus aspectos fundantes, como é o caso deste trabalho; seja para apreender a história concreta de outros momentos da história humana.

A apropriação do método de Marx não requer uma transposição das categorias elaboradas para a crítica da economia política da sociedade capitalista para todos os outros modos de produção, mas sim que se apreenda a elaboração marxiana de leis gerais que permitem uma acepção científica da história, as quais só podem ser apropriadas para a

compreensão da história concreta a partir das leis históricas e transitórias de cada período histórico, como salienta Fernandes (2008a). São estas leis que diferenciam cada época histórica e constituem sua singularidade. Os elementos comuns, fundamentais a cada modo de produção, só podem ser concebidos em abstrato. É de imensa relevância para o materialismo histórico enquanto método científico captar a singularidade, o desenvolvimento interno de cada época histórica, ou seja, modo de produção e a formação social que lhe corresponde, a unidade dialética entre a sua processualidade geral como totalidade histórica-concreta.



## CAPÍTULO II. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA O DECIFRAMENTO DA DINÂMICA DA SOCIEDADE LATINO-AMERICANA.

### 2.1 Modos de produção, formação sócio-histórica e transição: elementos para uma apreensão dialética do processo histórico latino-americano.

Para a apresentação das categorias modo de produção e formação sócio histórica na perspectiva desta tese, a indagação do sentido da sua apreensão perpassa também pela indagação de quais perspectivas são elaboradas nos estudos academicamente dominantes sobre as formações sócio-históricas e qual ou quais carecem ser estudadas para que aprendamos os sentidos concretos dos processos contraditórios que constituem sua história.

No que tange ao estudo da formação sócio-histórica latino-americana, algumas tendências interpretativas se consagraram no âmbito das Ciências Sociais se diversificando mesmo no âmbito dos autores que se definem como marxistas. Definimos como base para este trabalho os autores cuja perspectiva passou pela consideração das particularidades da produção de mercadorias a partir do escravismo e buscaram construir elementos teóricos que subsidiem a interpretação deste período histórico a partir das relações de produção que lhes são próprias, as contradições fundamentais da sociedade escravista, bem como as relações estruturais que esta organização da produção exigia e sustentava, ainda que não fosse inerentes a ela, mas sim fatores externos, que, no entanto a dinamizavam e/ou a conectava com os processos globais.

Segundo Hobsbawm (1975), Marx, ao buscar explicitar a sociedade burguesa, não apenas formulou leis gerais para tal como se preocupou em formular, em níveis gerais e abstratos, um mecanismo de apreensão crítica de todo o desenvolvimento histórico da sociedade humana, sendo este o meio também de comprovar a validade do estudo da época específica desse desenvolvimento que se propôs a analisar - o capitalismo. Este empreendimento, nas palavras do historiador, se apresenta tanto no *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política* (MARX, 2008), como nas *FORMEN - Formações econômicas pré-capitalistas* (MARX, 1975). Também na *Introdução à Contribuição...* MARX (2008) o autor apresenta um esboço consistente que demonstra seu ponto de partida e os objetivos do seu trabalho. Tal *Introdução* foi deliberadamente suprimida por Marx no momento da

publicação original deste texto, conforme anuncia no *Prefácio...*, sendo este apenas(!) algumas indicações que achara pertinente, com todo o cuidado de não adiantar, naquele momento, possíveis resultados de um trabalho ainda em elaboração. De acordo com Hobsbawm (1975), Marx estabelece, tal qual se apresenta no *Prefácio...*

o mecanismo geral de *todas* as transformações sociais: isto é - a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais; o desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção; às épocas de “revolução social” em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas (HOBSBAWM, 1975, p.15).

A riqueza dos elementos trazidos por Marx naqueles textos, à luz da brilhante construção teórica sintetizada em *O Capital*, nos possibilita construir as bases necessárias à compreensão dos processos históricos que não são analisados por Marx nas suas dimensões particulares, dado que seu objetivo central foi de análise do particular modo de produção capitalista. A longa citação abaixo retirada da *Introdução à Crítica...* explicita a concepção de Marx:

Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um determinado grau do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que, ao falar da produção, seria preciso ou seguir o processo de desenvolvimento em suas diferentes fases, ou declarar desde o primeiro momento que se trata de determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que na realidade é o nosso próprio tema. Todavia, todas as épocas da produção possuem traços característicos em comum, determinações comuns. *A produção geral é uma abstração*, mas uma abstração razoável pelo fato de que põe realmente em relevo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as repetições. *Esse caráter geral, portanto, esse elemento comum, discriminado pela comparação, está organizado de uma maneira complexa e diverge em diversas*

*determinações.* Alguns desses elementos pertencem a todas as épocas; outros são comuns a algumas delas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se os idiomas mais perfeitos tem leis e caracteres determinados que são comuns aos menos desenvolvidos, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia desses elementos gerais e comuns. *As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se perca de vista a diferença essencial por causa da unidade,* a qual decorre já do fato de que o sujeito - a humanidade - e o objeto - a natureza - são os mesmos. [...] (MARX, 2008, p.241 - grifos CS)

No trecho citado, Marx (2008) está debatendo com os economistas clássicos sobre um elemento fundamental: a produção. Combatendo as tautologias e trivialidades, utilizadas por estes como caráter científico, busca desvelar o caráter historicamente determinado da produção material, assim como as forças produtivas e relações de produção que a engendram.

Em resumo: todos os graus de produção possuem em comum certas determinações que o pensamento generaliza; mas as chamadas condições gerais de toda a produção não são outra coisa senão esses momentos abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico real da produção (MARX, 2008, p. 244).

Nas FORMEN, Marx busca “formular o *conteúdo* da história na sua forma mais geral. Este conteúdo é o progresso” Hobsbawm (1975, p.16 - grifo nosso). Para este autor, nesta elaboração Marx desenvolve os principais elementos analíticos de sua teoria. O progresso refere-se à evolução social e econômica que, através do trabalho, diferencia o homem como um animal social. Evolução na qual se desenvolve as relações de apropriação da natureza (propriedade), linguagem, cooperação, divisão social do trabalho, que possibilitam a produção de excedente e a troca. A partir destes elementos Marx aponta como, à medida que aumenta a emancipação do homem relativamente à natureza e o seu domínio cada vez maior sobre a mesma, modificam-se

também as formas de existência daqueles elementos, afetando tanto as forças produtivas quanto as relações de produção. As relações de troca e propriedade se modificam nessa processualidade histórica.

O autor elabora os fundamentos para desvendar a história da sociedade humana, entendendo-a não como resultado de um crescimento econômico linear, mas como sucessão de distintas épocas históricas determinadas e estruturas sociais particulares. Desse modo, nos apropriarmos do materialismo histórico como método correto para a interpretação da história significa apropriar dos fundamentos teóricos que possibilitam apreender o movimento particular de cada uma das diferentes épocas do desenvolvimento histórico, mas, não necessariamente, a reduzir as possibilidades de explicação à periodização elaborada pelo autor, apenas como *linhas gerais*, como aparece no *Prefácio...* ou nas FORMEN, - modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno. Conforme afirma Hobsbawm (1975), não somos obrigados a aceitar a classificação das épocas históricas de Marx tal como foram apresentadas nas obras citadas, formuladas a partir do material histórico disponível, que evidentemente era muito aquém daquele que acessamos hoje, restrição que, no entanto, tampouco reduz a periodização de Marx a uma visão unilinear e simplista da história.

Para Hobsbawm (1975, p.22) “A teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão”. É nesse sentido que podemos nos apropriar do método de Marx para a apreensão de outras épocas históricas e suas estruturas sociais distintas, não analisadas por Marx na sua especificidade, dado que suas elaborações sobre esta periodização foram apenas em *linhas gerais*.

Assim explicita Marx no *Prefácio...*

Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então uma época de revolução social. A



transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 2008, p.48).

Assim, se evidencia a concepção de Marx sobre a *transição* entre distintas épocas na história da humanidade, ou seja entre os diferentes modos de produção que a constituem. A forma concreta como esta se realiza só pode ser apreendida interrogando a história concreta.

As categorias modo de produção e formação social, fundamentais na construção metodológica de Marx precisam ser entendidas em suas dimensões dialéticas para que seja possível desvendar o desenvolvimento histórico, síntese de múltiplas determinações, a partir da crítica à economia política. A síntese das elaborações de Marx, feita por Gorender (2016) muito nos auxilia:

quando falamos em sociedade humana no singular, pensamos no sujeito único e contínuo da história, pensamos na humanidade como categoria sob a qual abrangemos desde a mais primitiva tribo até as mais modernas organizações sociais do século XX. A sociedade humana se antagoniza consigo mesma pela divisão em classes e se pluraliza na história da multiplicidade de formações sociais coexistentes e sucessivas. Pela própria atribuição ontológica dos seres humanos - seres práticos conscientes que espiritualizam sua materialidade -, as formações sociais não se reduzem aos modos de produção. Compõem-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e se articulam em cada formação social. A categoria de formação social seria dispensável se a concepção marxista da sociedade humana se prendesse unicamente ao modo de produção.[...] Sob o conceito de modo de produção não se compreende apenas a produção propriamente dita de bens materiais, porém, por igual, sua distribuição, circulação e consumo. O modo de produção constitui a totalidade organiza e um processo

reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases *distintas*, e, ao mesmo tempo, *interpenetradas* no fluir de um processo único. Mas, neste, é à produção que pertencem a determinação fundamental e o ponto de partida sempre recorrente. A produção contém em si as demais fases como pressupostos e momentos particulares. Por isso, é ela o princípio formador da organização social dos homens que chamamos de modo de produção (GORENDER, 2016, p.57-8).

Na América latina os processos originários do capital, a separação entre a terra e o trabalho, e a sua transformação em propriedade privada e mercadoria, criam uma estrutura histórica na qual as relações de produção exacerbam as contradições e desigualdades inerentes à reprodução do capital. De acordo com Marx (2013, p. 963)

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. *Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas* (grifos nossos).

Consideramos que as colocações de Marx sobre as *tonalidades distintas, as várias fases e diferentes épocas históricas*, são praticamente uma advertência sobre os cuidados e perigos das generalizações. Observação metodológica fundamental no entendimento do movimento desigual e entrelaçado pelo capital dos processos históricos que engendram em cada território as bases sobre as quais se estrutura o modo de produção capitalista. Marx rechaçou duramente as tentativas de fazer da sua obra uma teoria absoluta. Em sua resposta a Nikolai Mikhlailovski, sobre a deturpação que este lançava sobre a sua teoria, distorcendo sua visão sobre o processo da Rússia, Marx reforça aquela advertência, conforme mostra Musto (2018).

Estudiando por separado cada una de estas formas de evolución y comparándolas luego, se puede encontrar fácilmente la clave de este fenómeno, pero nunca se llegará a ello mediante el pasaporte universal de una teoría histórico-filosófica general cuya suprema virtud consiste en ser suprahistórica (Marx, 1987 [1934])<sup>19</sup>.

A riqueza metodológica das colocações de Marx sobre o processo da acumulação primitiva, à medida que o autor adverte que tomará como exemplo apenas a Inglaterra, por apenas esse país apresentar a *forma clássica* desse processo, jamais supra-histórica, está na explicitação da necessidade de investigar os demais territórios a partir dos seus processos particulares, das *tonalidades distintas* que possam apresentar em relação ao processo *clássico*. Também nos esboços da carta a Zasulich<sup>20</sup>, o autor expõe sua posição de que embora outros territórios pudessem se tornar também capitalistas, e o movimento interno daquele momento (no exemplo da Rússia) assim o apontasse, deve-se rechaçar qualquer predestinação histórica (MUSTO, 2018).

A partir da assimilação e incorporação do método de Marx e Engels, entendemos que o processo de expropriação, de separação primordial entre *terra e trabalho* na América Latina não se configura como exemplo de um processo geral, tampouco sob o espelho do processo *clássico* - inglês -, mas expressa as condicionantes que instituem a diferencialidade histórica entre os distintos territórios, que constituem suas próprias épocas históricas. Gorender (2016) demonstra como grande parte dos estudos sobre este tema no Brasil [e América Latina] voltaram-se para explicar os processos internos a partir de sua vinculação com os processos externos, com as transformações na Europa, e não tomando como centralidade suas diferencialidades. Tais explicações, sendo válidas e necessárias, permitem-nos apreender, pois, o que implicou para o desenvolvimento do capitalismo, na Europa, o processo de invasão colonial, mas em si mesmas não explicitam aquelas

---

<sup>19</sup> Optamos por trazer a citação na íntegra, editada em espanhol, já que a inserida por Musto(2018) no seu livro está com recortes.

<sup>20</sup> Esboços podem ser encontrados em: Marx, K. Engels, F. et..al. Lutas de classes na Rússia. Editora Boitempo (2013) carta definitiva encontra-se disponível também como anexo no livro I d'O Capital. Editora Boitempo (2013).

diferencialidades, e, portanto, também não explicitam a sucessão diversa dos processos desde “dentro” e os impactos que estes terão na gênese do modo de produção capitalista na América Latina em sua *própria* época histórica.

A categoria *transição* como processo histórico é fundamental para a apreensão das manifestações concretas sintetizadas nas categorias modo de produção e formação social. Ela expressa a mediação entre cada época histórica e seus correspondentes modos de produção e formações sociais. Como categoria adequada para sintetizar a luta entre relações sociais que morrem e as que estão a nascer, ela é rica, complexa e reveladora, à medida que engendra as continuidades e rupturas, como o processo que *dissolve* determinadas relações de produção e possibilita a germinação de outras distintas. Esse processo não pressupõe, necessariamente, a *desaparição* imediata das condições anteriores, como explica Marx (1975; 2008). Disso, depreende-se que os níveis de conexão entre velho e novo, só podem ser apreendidos analisando a realidade concreta, as condições objetivas de nascimento e desenvolvimento das novas relações de produção.

No caso da América Latina, determinadas condições não apenas se mantiveram na transição, como são reproduzidas como condição inerente à reprodução do capital neste território. Mas seguindo o método dialético, o que implica dessa reprodução é que ela não é mero continuísmo das formas anteriores, mas, antes, elas correspondem ao nível das relações sociais de produção inerentes à nova sociedade. Muitas vezes as concepções idealistas “do que deve ser” impedem de ver o que de fato é.

De acordo com Maurice Dobb:

Como têm insistido corretamente aqueles que desconfiam de toda a falação sobre as épocas, na realidade os sistemas jamais se encontram na sua forma pura, e, em qualquer período da história, elementos característicos, tanto dos períodos anteriores, quanto dos posteriores, podem ser achados, às vezes, misturados numa complexidade extraordinária. Elementos importantes de cada nova sociedade, embora não forçosamente embrião completo da mesma, acham-se na matriz anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga

sobrevivem muito tempo na nova. (...). [Mas] De importância muito maior será o estágio em que a forma nova tiver atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca histórica no todo da sociedade e exercer influência principal na modelagem da tendência do desenvolvimento. Também é verdade que o processo de modificação histórica, em sua maior parte, é gradual e contínuo. No sentido de que não há acontecimento que não possa ser ligado a algum acontecimento imediatamente anterior numa cadeia racional, ele poderá ser descrito como contínuo em toda a parte. Ma o que parece forçosamente estar implicado em qualquer concepção do desenvolvimento dividido em períodos ou épocas, cada qual caracterizado por seu sistema econômico distinto, é que há pontos decisivos no desenvolvimento econômico nos quais o *ritmo* se acelera além do normal, e nos quais a continuidade é rompida, no sentido de uma mudança acentuada de direção na corrente de acontecimentos (DOBB, 2009, p.21).

Os processos históricos conduziram gênese à ampliação do modo de produção capitalista a nível global, cercando-se dos processos particulares em cada território, ainda carecem de muitas mediações para serem explicitados. Como já assinalado, não nos filiamos à perspectiva que entende que desde os processos invasores na virada para o século XVI e a colonização que se engendram a partir deles tinham um caráter ou um sentido capitalista. A leitura do *Capital*, de Marx (2003), em especial do capítulo XXIV não deixa dúvidas sobre isso. Em termos históricos, o que o século XVI inscreve para a Europa é um processo de transição, cujas manifestações no sentido de germinação de relações capitalistas está apenas no seu início e se diversificam demasiado no território europeu e mesmo na parte ocidental do mesmo. Se a Grã-Bretanha já apresentava desde o século XIV elementos de dissolução das relações feudais, isso não era generalizado, por exemplo, para Portugal que dado o foco na conquista ultramarítima, só muito mais tarde passará por um processo completo de transição. Como revela Marx no Livro III (2017, p.378)

Não resta dúvida - e precisamente esse fato gerou pontos de vista totalmente falsos - de que nos

séculos XVI e XVII as grandes revoluções ocorridas no comércio graças aos descobrimentos geográficos e que incrementaram rapidamente o desenvolvimento do capital comercial constituem um fator fundamental no favorecimento da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. A súbita expansão do mercado mundial, a diversificação das mercadorias em circulação, a disputa entre as nações europeias por apoderar-se dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, tudo isso contribuiu de maneira essencial para derrubar as barreiras feudais da produção. No entanto, em seu primeiro período, o da manufatura, o modo de produção moderno só se desenvolveu onde as condições para isso haviam surgido durante a Idade Média. O fato de que as navegações conectam produtos de distintos territórios no mercado mundial, sob o comando do capital mercantil não significou que nesse momento histórico o capitalismo como modo de produção houvesse se generalizado ou mesmo que já existisse.

O desafio é captar os movimentos na sua interconexão, sem deixar de lado a sua processualidade própria. As transformações internas na Europa Ocidental que desde o século XIV transitaram entre a dissolução das relações feudais, um longo desenvolvimento da manufatura e posteriormente à Revolução Industrial, dando as bases definitivas para o modo de produção capitalista na segunda metade do século XVIII, coincidiram historicamente com a criação e desenvolvimento de modos de produção particulares nas Américas. Estes, que nada tinha a ver com um feudalismo ou um capitalismo, e só no seu resultado, ou seja, na esfera da circulação das suas mercadorias se conectava com outros modos de produção a nível das relações no mercado mundial. O auge do modo de produção escravista colonial - que aprofundaremos adiante - se dá no mesmo momento histórico da Revolução Industrial, e se esta influenciou o seu desenvolvimento ou foi por ele influenciada, não mudou em nada a substância que lhe era própria, ao contrário, apenas dinamizou e aprofundou sua capacidade de conduzir a produção de excedente a partir de sua própria estrutura, cujas contradições só a impossibilitam, dando lugar à organização capitalista da produção em fins do século XIX.

Entendemos que apreender as transformações históricas na América Latina desde a sua constituição pela invasão colonial exige que nos atentemos a dois momentos históricos que demarcam processos de **transição**, ou seja, mudanças estruturais nas relações de produção: 1) a instituição de modos de produção engendrados pelo violência da invasão colonial após 1492; 2) os processos de desestruturação do escravismo/servidão até a abolição das escravaturas/trabalho servil, que demarcam a transição na forma de organização do trabalho para relações capitalistas.

O primeiro se apresenta pela anulação de qualquer possibilidade de continuidade da reprodução autônoma dos modos de produção dos povos originários e a implantação de um modo de produção escravista colonial e/ou outros baseados também no trabalho forçado/servil. Este primeiro momento da transição se diferencia da transição tal qual é explicada por Marx (1975;2013), foi a imposição externa, alheia aos interesses de todos os sujeitos que habitavam o território, não engendrou das contradições oriundas do processo de desenvolvimento das forças produtivas e as respectivas relações de produção dos modos de produção originários. Neste a dominação externa cumpre papel primordial. A violência na imposição de transformações nas formas de organização do trabalho, da propriedade e dos objetivos da produção social da riqueza, parteira da nova sociedade - escravista colonial - conduziu processos de genocídio, memoricídio e etnocídio tão brutais, que até mesmo resgatar o fio da história como memória e fonte de conhecimento se torna um desafio enorme.

Desse modo, é uma questão em aberto o quanto os modos de produção forjados pelo colonialismo se apropriaram dos resultados do trabalho social acumulados pelos povos originários, ou em que nível as contradições inerentes às sociedades originárias permaneceram nos modos de produção posteriores ou foram recriadas por estes. Diante dessas questões o que se pode apontar, a partir de uma perspectiva dialética da história, é que o desenvolvimento das forças produtivas pelos povos originários, suas formas de organização do trabalho e apropriação dos meios de produção e, principalmente todo o conhecimento acumulado historicamente foram, sem dúvidas,

apropriados para a organização da produção sob o colonialismo escravista/serviil<sup>21</sup>.

O que queremos ressaltar é que a invasão colonial, com o soterramento ou apropriação dos processos de trabalho originários, foi o marco da expropriação dos meios de produção (terra), dos povos originários. Processo que se imbrica e coincide com a expropriação também dos povos africanos, expropriados inclusive de suas condições humanas e submetidos à escravidão, e, não menos, coincide com a expropriação feudal da terra na Europa, que resultou em muitos desterrados, trabalhadores “livres” ou semi-livres, miseráveis que vieram para as Américas, conforme aponta Éric Williams (2012). Ou seja, a expropriação “de cá” corresponde, a distintas formas de expropriação em outros territórios, as quais dão o pontapé inicial ao que viria ser o capitalismo em nível mundial. No entanto, faz-se necessário apreender os elementos históricos fundamentais e particulares de cada processo em cada território. O processo na Europa é o que encontra mais estudos.<sup>22</sup> Na África, Ásia e Oceania ainda é para nós quase desconhecido, dado o pouco acesso à historiografia de outros continentes frente à dominação eurocêntrica<sup>23</sup>. E neste trabalho buscaremos referências deste processo na América Latina, cuja bibliografia, apesar de extensa, é permeada como já sinalizado, por distintas perspectivas que na maior parte das vezes sequer dialoga entre si.

---

<sup>21</sup> Para nós, este desenvolvimento anterior, em particular dos povos Astecas, Incas e Maias é um dos principais elementos explicativos das distinções entre os modos de produção implantados ao longo das Américas. O acúmulo histórico desses povos em muito foi apropriado para dar bases à produção de riquezas após a invasão colonial. Ver: BAEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Editora nova Fronteira, 2010.

<sup>22</sup> Para este, a própria produção teórica de Marx é substancialmente rica. Mais especificamente indicamos o trabalho de Maurice Dobb, A transição do Feudalismo para o capitalismo (2009) e o rico debate gerado em torno dele (SWEEZY, P. et al, 1977).

<sup>23</sup> Indicamos como aproximação sobre o debate africano: Walter Rodney, Como a Europa subdesenvolveu a África (1975); e Kwame N’Kruma, Neocolonialismo: fase superior do Imperialismo (1967).



Sobre o segundo ponto, da dissolução das relações escravistas e estruturação de relações de produção tipicamente capitalistas, o que se faz necessário ressaltar é que uma análise do processo de expropriação no território latino americano desde a invasão colonial e a suplantação dos modos de produção originários, o que se evidencia é que essa expropriação já engendra as formas que se tornariam, futuramente, de *fato*, adequadas ao modo de produção capitalista - propriedade privada da terra e dos meios de produção - além da produção mercantil. Mas o fato de estas formas coincidirem com as necessárias ao modo de produção capitalista, não significa que já naquele momento histórico este existisse. Até porque as relações fundamentais de trabalho se davam entre trabalhadores escravizados e escravistas e a condição básica do modo de produção capitalista, além da separação entre trabalhadores e meios de produção é, como salienta Marx (2013), a de trabalhadores livres.

O caráter mercantil da produção, voltado aos interesses do mercado mundial é um dos principais elementos que conduzem a uma assimilação da sociedade fundada pela colonização como uma sociedade de caráter capitalista desde a sua origem, o que se expressa de maneira singular nos trabalhos de Caio Prado Jr. e Fernando Novaes, por exemplo, cuja ênfase nos aspectos externos a partir da circulação das mercadorias relega os aspectos fundamentais de *como* eram produzidas tais mercadorias.

Entender a especificidade histórica dos modos de produção, dos estágios distintos que marcam o desenvolvimento histórico, tal qual na perspectiva marxiana, compreende que qualquer modo de produção,

[...] pressupõe, como sua condição histórica, um certo nível das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento, uma condição que, por sua vez, é ela mesma resultado e produto histórico de um processo anterior e do qual o novo modo de produção parte como sua base dada; que as relações de produção que correspondem a esse modo de produção específico e historicamente determinado - relações que os homens contraem no processo de sua vida social e na criação desta última - possuem um caráter específico, histórico; e que, por fim, as relações de distribuição são essencialmente idênticas à essas relações de

produção, expressando-as de modo reverso, de tal forma que ambas compartilham do mesmo caráter historicamente transitório (MARX, 2017, p.940).

A questão aqui é entender que o caráter mercantil - forma da circulação - nesse caso, era forma adequada aos modos de produção fundados neste território após a invasão colonial,<sup>24</sup> e anteriores à organização capitalista da produção, ainda que articulados com um nascente mercado mundial. No Livro III d'O Capital, Marx deixa evidente que a existência do capital comercial não efetua por si só uma transição a um modo de produção capitalista ou qualquer outro.

“ (...) não só o comércio, como também o capital comercial é mais antigo que o modo de produção capitalista; ele é, na realidade, a forma mais antiga de existência livre que o capital apresenta na história.(...) Qualquer que seja o modo de produção sobre cuja base foram produzidos os produtos que entram na circulação como mercadorias - sobre a base da comunidade primitiva ou da produção escravista, pequeno camponesa e pequeno burguesa ou capitalista - isso não altera em nada seu caráter de mercadorias, que, como tais, devem percorrer o processo da troca e as metamorfoses que o acompanham. Os extremos entre os quais medeia o capital comercial estão dados para ele do mesmo modo que estão dados para o dinheiro e para o movimento deste último. A única coisa necessária é que esses extremos existam como mercadorias, não importando se a produção inteira é produção de mercadorias ou se no mercado lança apenas o excedente de produtores que produzem por conta própria, ou seja, aquilo que ultrapassa suas necessidades imediatas, que são satisfeitas por sua própria produção. O capital comercial medeia somente o movimento desses extremos, das

---

<sup>24</sup> Vale ressaltar, mais uma vez, que usamos *modos*, no plural, à medida que são processos que nas diferentes regiões, dentro das Américas se distinguem entre si em alguns elementos, sendo o escravismo colonial aquele que se apresenta hegemônico e mais homogêneo em muitos territórios, como no Brasil, nas Antilhas e no sul dos Estados Unidos.

mercadorias como pressupostos que lhe estão dados (MARX, 2017, p.369)

Pelo exposto, podemos retornar aos pontos destacados acima no sentido de realizar uma síntese do entendimento. Partindo do primeiro momento assinalado, ou seja, da invasão colonial após 1492, poderíamos dizer que os *destemplos* que forjam a história da América Latina (TRASPADINI, 2016) já haviam instituído a forma necessária dos meios de produção fundamentais à reprodução do capital antes que se pudesse instituir as relações de produção que lhe são adequadas, nesse sentido apenas parte da transição foi historicamente determinada pelos processos de abolição das escravaturas e instituição do trabalho “livre” como relação de produção fundamental. No entanto, parece mais coerente afirmar, seguindo o método de Marx, que as formas apresentadas pelos meios de produção (propriedade da terra) nos modos de produção imediatamente anteriores ao modo de produção capitalista na América Latina coincidem com as formas necessárias a este modo de produção, restando ao processo de transição a simples adequação jurídica (ideológica) destas. Ao passo que foram as relações de trabalho que sofreram a transição necessária ao novo modo de produção, passando de escravo/servil para “livre”, sem, necessariamente, assalariamento formal e real, mas engendrando a *possibilidade* posterior de sua inclusão na tipificação do trabalho ao longo da história urbano-industrial latino. Ou seja, nesse segundo momento modifica-se a forma de existência da força de trabalho sem que as condições de reprodução desses trabalhadores “libertos”, em relação aos meios de produção anteriores sofresse alteração, pois, naquilo que é fundamental ao modo de produção capitalista, a relação da força de trabalho com os meios de produção e a forma da propriedade privada da terra já estavam adequadas.

O que, sem dúvida, aquele primeiro momento significa é que a imposição através da violência da constituição da propriedade privada dos meios de produção, pelo processo invasor, impactou nos tipos de revolucionamentos/rupturas conduzidos quando as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção dos modos de produção escravistas/servis, instaurados pelo processo colonial, sucumbiram suas possibilidades de existência; ou seja, engendraram processos de transição que, enraizados no *velho*, ergueram as possibilidades de crescimento do *novo*, deram lugar à hegemonia da organização

propriamente capitalista do processo de produção neste território. Como explica Marx (2008):

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no seio da velha sociedade (MARX, 2008, p.48).

## **2.2. Colonialismo: o renascer do escravismo, o parto do capitalismo e seu sustentáculo perene**

A apreensão dos elementos históricos constitutivos da realidade brasileira, a partir do método dialético, requer, no giro metodológico e epistemológico proposto nesta tese, um retorno às colocações marxianas sobre a transição, como buscamos sinalizar no tópico anterior. É necessária atenção aos processos que engendram as *forças produtivas e as relações de produção novas* a partir das quais se estrutura uma sociedade neste território vinculada a outros territórios pelo mercado mundial. Se tratando das Américas, devemos admitir como fato histórico a ocorrência de um processo totalmente distinto do que seria uma *transição clássica*, de um movimento de *contradição, superação e síntese*, que engendra a relação entre *velho* e *novo* modo de produção, tal qual se apresentou o processo na Europa Ocidental no trânsito do modo de produção feudal para o capitalista. Aliás, deve-se admitir que nesses moldes, no período histórico estudado - pós-século XV DC - a transição entre modos de produção na maior parte do globo foi perturbada por um fator externo comum, que jogou no solo histórico de evoluções sociais específicas novas contradições, passando a ser um determinante fundamental nos modos de organização do trabalho que a partir dele se transformaria. Este fator é o moderno *colonialismo*. E dele, nem mesmo a transição clássica da Europa Ocidental pode se considerar livre, posto que, se não há unilateralidade no processo, também os colonizadores são impactados por ele, ainda que o significado do mesmo seja radicalmente distinto daquele expresso para os dominados.

No capítulo sobre “A assim chamada acumulação primitiva do capital”, no qual trata do processo de transição na Inglaterra, Marx ressalta os impactos dos processos abertos com os “descobrimentos”

para “impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro” (MARX, 2013, 821).

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2013, p.821).

Marx nos dá pistas para investigar a complexidade do sistema colonial e sua intrínseca relação com a acumulação originária do modo de produção capitalista e, com a aceleração do desenvolvimento do mesmo, ao explicitar, em termos gerais, a brutalidade da espoliação de riquezas de outros modos de produção. Como bem acrescentam Gorender (2016) e Moura (2014), também com a criação de modos de produção específicos, vinculados pela circulação mercantil em nível mundial. Vinculação que se deu principalmente pelo comércio triangular, comandado pelas nações europeias, conforme ressalta Williams (2012).

Autores como Frantz Fanon, Clóvis Moura, Éric Williams, Jacob Gorender, Aimé Césaire, dentre outros, nos permitem entender o que o *“burguês faz de si mesmo e do trabalhador lá onde tem plena liberdade para moldar o mundo, segundo sua própria imagem”* (MARX, 2013, p.821) tendo o cristianismo como aparato ideológico fundamental para justificar a pilhagem do resto do mundo. Da colonização apenas o racismo, a brutalidade e a miséria nasceram, pois, como afirma Aimé Césaire (2010), dela “não se podia resgatar um só valor humano”.

As barbaridades e as iníquas crueldades perpetradas pelas assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que conseguiram subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal (...) (HOWITT, *apud* MARX, 2013, p.821)

O estudo em detalhes das dimensões da colonização a partir das realidades dos territórios que foram subjugados, ou seja, que foram

moldados a partir da imagem e do desejo encarniçado do colonizador, revelam de maneira profunda que a espoliação não foi apenas das riquezas materiais e da força de trabalho de povos que foram escravizados e transformados em mercadoria. Ademais, revela que tal processo, como nenhum outro processo de subjugação de uma parte da humanidade por outra, roubou, destruiu, negou a tais povos sua própria humanidade e construiu sob a força e a violência a ideologia da inferioridade das raças não-cristãs-europeias.

O colonialismo, de acordo com Manoel Bomfim (2008), se resume num processo parasitário, onde o dominador tem por objetivo sugar todas as riquezas do dominado e delas viver sedentariamente, impelindo para tanto as mais vis formas de violência. No século XV, a conquista e a invasão de outros territórios já era uma prática de mais de oito séculos entre os povos ibéricos, desenvolvidos na guerra e acostumados a viver de forma parasitária dos frutos das conquistas, do saque e da rapina. Espanha e Portugal eram senhores do mundo nesse período e a crença de que estavam autorizados a dominá-lo e saqueá-lo era engrandecida com a justificação da nobreza de sua missão cristã (BOMFIM, 2008).

A Europa é cristã, e o motivo de propagação da fé não poderia ser invocado; demais, a Europa é pobre, naquela época; não é lá que estão esses tesouros que fazem pular o coração. Para o lado do mar é que aparece a visão de riquezas e tesouros; visão real, sem dúvida. A Espanha esteve mesmo em contato com essas riquezas, por intermédio do árabe. Admira até esse esforço a que certos historiadores se entregam para achar os motivos metafísicos que impeliram os povos ibéricos para o mar. Eles se lançam para ali, porque vinham atrás do árabe, vivendo em grande parte das rapinas praticadas sobre ele, e vieram as riquezas que eles – os sarracenos – desfrutavam lá, para além dos mares. Vencem-nos, e desejam naturalmente essas riquezas – esse domínio que os outros exploravam além: "... havia a ambição do Oriente e do seu comércio, acendida em toda a Europa pelas Cruzadas; e mais particularmente na Espanha pelo contato íntimo em que a ocupação árabe a pusera com os monopolizadores desse comércio". Vinham atrás do árabe, devorando-o: o

árabe atravessou o mar, foram atrás dele. Em verdade, o sarraceno é uma presa que nunca foi abandonada. Por isso, os primeiros avanços, os primeiros ensaios de conquista são sobre a África (BOMFIM, 2008, L. D. Pos. 803).

Atrás das riquezas do Oriente passaram pela África e, neste momento, não à saquearam. Chegaram à América e à Índia, espanhóis e portugueses, respectivamente. Eram os anos finais do século XV e “os processos de um e de outro [conquistador] são absolutamente os mesmos - *devorar o descoberto*” (BOMFIM, 2008, L. D. Pos. 862). A rapinagem de toda a riqueza produzida pelo povo conquistado era a prática e para tanto nenhuma atrocidade foi poupada.

Na América, os espanhóis procedem como os portugueses na Índia. Toda a diferença está em que as riquezas acumuladas no Novo Mundo eram em muito menor quantidade que as do Oriente, e que a Espanha tem um estômago mais vasto que o de Portugal. Este não chegou a devorar, a consumir a presa inteiramente; (...) A Espanha depara com uma presa que ela devorou na primeira investida. Não foram só as riquezas, foi tudo: povos, civilização, monumentos históricos. A violência da sua voracidade tudo consumiu. Os portugueses cortavam os pés e as mãos das mulheres para arrancar-lhes os brincos e braceletes – os espanhóis arrasaram um mundo para colher alguns sacos de ouro. Trinta anos depois de pisarem os espanhóis o continente americano, ninguém que visitasse as paragens do México ou do Peru seria capaz de desconfiar, sequer, que ali existiram dois impérios adiantados, fortes, populosos, encerrando um mundo de tradições. Tudo desaparecera. Nem átilas, nem tamerlões, nem vândalos, nem citas – ninguém cumprira, jamais, façanha igual: eliminar duas civilizações, de tal forma que até as tradições se perderam, desaparecendo as próprias cinzas; e isto, há quatro séculos! Reconstitui-se hoje com mais facilidade a história de Nínive, ou do Egito das primeiras dinastias – de povos e civilizações – sobre os quais passaram mais de vinte conquistadores – do que a do México e Peru, onde

ainda se encontram certamente descendentes diretos dos primeiros invasores (BOMFIM, 2008, L. D. Pos. 1051).

As riquezas dos incas e astecas foram assim devoradas num relance, os impérios eliminados e, dentro em pouco, não estava ali, de toda a riqueza sonhada, senão o solo, prodigiosamente rico de ouro e prata, e restos de tribos selvagens, apavoradas, combalidas, desmoralizadas. O espanhol, que apenas iniciara o seu parasitismo sobre a América, por essa forma depredadora, adaptou logo as suas tendências e apetites naturais às condições novas que se lhe ofereciam. Enquanto houve riqueza acumulada, ele foi depredador, guerreiro, conquistador. Esgotaram-se as riquezas, ele fez-se imediatamente sedentário. Colheu os restos de populações índias sobreviventes às matanças, escravizou-as e fê-las produzir riquezas para ele – cavando a mina ou lavrando a terra ( BOMFIM, 2008, L. D. Pos.1126).

Assim começa o colonialismo Espanhol na América, de cujas *veias abertas* ainda se drena a riqueza, cinco séculos depois. Com prática na rapina, as possibilidades de produção de riqueza nas Américas, para muito além da existente e saqueada, fez com que espanhóis e portugueses, seguidos de perto pelos concorrentes holandeses e ingleses, logo dessem início à ocupação e dominação permanente neste território. Com a Índia já saqueada, mas não ocupada e perdida na disputa com os concorrentes, Portugal se voltou ao enorme pedaço da América que lhe coube na disputa com os espanhóis.

Foi-se a Índia, e Portugal perdeu até a independência. Todavia, mesmo nessa hora de crise, ele não deixou de viver parasitariamente. Quando o holandês e o inglês o despojaram, já o Brasil era uma colônia, estava preparado para sustentá-lo – o Brasil e a África. O Brasil dá-lhe os tributos, dízimos e monopólios, a África dá-lhe o tráfico dos negros. Devorando a Índia, Portugal ia enviando para aqui os seus degredados, e os fidalgos mal aquinhoados na partilha do Oriente; e uns e outros foram fazendo no Brasil o mesmo



que a Espanha fazia no resto da América – obrigaram logo o índio a trabalhar para eles.

Estava encaminhado para o parasitismo sedentário, regime que é favorecido pela circunstância de ser portuguesa a África. Pisando ali, nós o vimos, os portugueses, na falta de riquezas acumuladas, de minas ou tesouros a colher, achando a terra coberta de negros, trataram logo de aproveitar isto mesmo que se lhes oferecia. O primeiro português que pisou a costa da África equatorial – Gil Eanes, em 1438 – trouxe logo de lá negros escravos para vender. E a mina nunca mais foi abandonada. Descobrem-se ao mesmo tempo as ilhas do Atlântico, e os negros são logo aproveitados para ir lavar a terra, ali, para os colonos portugueses. Aproveitaram-nos também na península, onde todos os misteres baixos passaram a ser executados geralmente por pretos. Logo depois, descobriu-se a América; as riquezas havidas dos incas e astecas dissolvem-se nos estômagos vastos do heroísmo castelhano; o índio escravizado reluta ainda, recalçitra, não chega a produzir a contento do colono, e este, que tem notícia do magnífico proveito que o português soube tirar do negro africano nas ilhas, faz importar negros. O tráfico desenvolve-se prodigiosamente. (...) Alimentados pelo trabalho escravo, os colonos se desenvolve tanto, floresce de tal forma a colônia, que outros são tentados a ir explorá-las. Assim se fez o Brasil - um produto espontâneo da fertilidade das terras e do tráfico de escravos (BOMFIM, 2008, L. D. Pos. 1139-1150).

A síntese realizada por Bomfim dá conta de ilustrar o circuito dos acontecimentos que fundaram o que veio a ser a América Latina, espoliada e dominada até no nome. Cumpre a nós destacar os elementos importantes desse processo. O colonialismo significou: a globalização da guerra comercial; a exterminação e dominação de povos inteiros, econômica, social e culturalmente; a retomada da prática de escravização e a transformação de homens e mulheres do continente africano em mercadorias; a fundação de novas formas de organização do trabalho e da produção nos territórios invadidos; a drenagem

permanente da riqueza produzida aos países dominadores; a exigência de um sistema protecionista e monopolista.

Esses elementos determinam, de formas distintas, as transformações históricas e estruturais nos territórios dominados e nos dominadores. Distintas, mas umbilicalmente conexas. E o capital comercial é a mediação ultramar dessas transformações. E os detentores desse capital são aqueles que, direta ou indiretamente, drenaram as riquezas produzidas nas colônias e, do mesmo modo, comandaram o processo produtivo nas metrópoles, como retrata Eric Williams (2012) ao tratar do processo colonial inglês.

Marx (2013; 2017) aponta como o sistema colonial possibilitou o desenvolvimento do capital comercial e de todos os sistemas fundantes, na Europa, da estrutura necessária ao desenvolvimento do capital mercantil e, depois, do capital industrial. A combinação após os “descobrimentos” do sistema colonial, do sistema da dívida pública, do moderno sistema tributário e do sistema protecionista, todos eles combinados no seio o Estado, da “violência concentrada e organizada da sociedade” (MARX, 2013, p. 821).

A estreiteza entre o sistema colonial e o nascedouro da era capitalista é mediada pela dívida pública, à qual o antecede, mas é sob ele que se fará uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva, impulsionada pelo comércio marítimo e pelas guerras comerciais, como salienta Marx (2013), através da alienação do Estado, seja qual fosse o regime, o capital se multiplicou artificialmente, dando as condições de acumulação necessárias aos capitalistas industriais e ao processo definitivo de revolução das forças produtivas na Europa Ocidental.

Os países dominantes do capital comercial foram os que definiram dentro dos seus territórios a supremacia no desenvolvimento de suas forças produtivas. Estes eram os que estavam no setor da circulação das mercadorias, e não os que viviam sedentariamente sobre os impostos arrancados dos colonos. Holanda e Inglaterra ocupavam o primeiro posto, enquanto Portugal e Espanha parasitavam, e isso explica bastante as diferenças no desenvolvimento das forças produtivas e na transição do feudalismo para o capitalismo em uns e outros, como mostra Bomfim (2008).

Eric Williams enfatiza a importância da associação entre o sistema colonial e o escravismo no processo de acumulação primitiva do capital nos países centrais da Europa e demonstram nas suas obras o fluxo da circulação mercantil entre colônias e metrópoles, na qual as últimas detinham as rendas desse comércio, podendo investir internamente nos setores industriais. Entendemos que o destaque à importância do colonialismo para a acumulação primitiva nos centros já é suficientemente demonstrada pelos autores citados e outros, não sendo nosso objetivo nos estender sobre o tema, mas sim dar destaque ao significado do colonialismo para a organização interna da produção de riquezas na América Latina, a partir do escravismo colonial. Antes de adentrarmos nesse aspecto, porém, cumpre apontar dois aspectos da dominação colonial que temos como fundamentais para entendermos as relações sociais estabelecidas a partir dele, exatamente porque os seus impactos transcenderam o marco histórico da colonização e se reproduzem nas relações sociais ainda nos nossos dias, mostrando que o próprio colonialismo se perpetua, sob outros contornos.

Destacamos os impactos da dominação para além dos seus aspectos da pilhagem das riquezas, ainda que desdobramentos desta. *Genocídio* é o termo que expressa a profundidade dos atrozos assassinatos de povos inteiros na América Latina conquistada. Às vezes esquecido, este episódio da história foi a mais trágica destruição de contingentes populacionais inteiros da espécie humana. A matança, os castigos, as doenças, o suicídio coletivo na negação da submissão, tudo isso aos olhos e pelas mãos daqueles que anunciavam a civilização.

Para Henry F. Dobyns, 95% da população da América Latina morreram nos 130 anos seguidos à chegada de Colombo, e mais 90% dos nativos incas morreram pelas epidemias de varíola, tifo, difteria e sarampo que sucederam desde 1529. O mais incrível é que a América Latina tinha dez vezes mais o número de habitantes da Espanha e de Portugal (BÁEZ, 2010, p. 36).

Depois do fatídico ano de 1492, quando Colombo atracou na América, esta nunca mais teve paz e o sangue dos seus filhos nunca deixou de escorrer. Destacar o *genocídio* empreendido na colonização não é apenas para manter viva a memória das atrocidades que os dominantes sempre buscam apagar, é sobretudo, lembrar do processo violento inaugural da constituição dos países latino-americanos, o qual

se estendeu também aos africanos para cá sequestrados, donde, dos quase 15 milhões transportados, mais de um terço morreu durante a viagem. Do processo inaugural, os métodos de exterminação da população indígena e negra, aprimorados e institucionalizados, seguem correntes nos nossos dias. O genocídio é método corrente do colonialismo e, como já assinalamos, o colonialismo é o método corrente do imperialismo, por isso não devemos esquecer das atrocidades cometidas pela mais moderna das civilizações, em pleno século XX em toda a África. Só os belgas assassinaram mais de 10 milhões de pessoas no Congo, e até a recentíssima década de 1960, grande parte dos países africanos ainda estavam sob domínio colonial.

Certamente a matança de um povo não é apenas dos indivíduos que compõem sua população. É a destruição da sua memória, da possibilidade de que os sobreviventes se apropriem da sua história, é, sobretudo o empobrecimento e o retrocesso daquilo que se pretende humano. Fernando Báez (2010) cunha dois termos de grande valia para esse destaque: *memoricídio e etnocídio*, aos quais acompanha a *transculturação*, pois aos dominadores não bastava destruir a modo de ser encontrado, era necessário impor também o seu próprio modo de ser, mesquinho e arrogante.

Desde o primeiro instante, na etapa da exploração, a desnaturalização da memória histórica da América Latina significou manipulação, queima, desarticulação ou censura e isto foi uma infâmia constante que prevaleceu em todas as nações que contribuíram para crimes tão indignos. Não houve exceção: o monopólio comercial e delituoso foi cultural.

O saque e o usufruto não foram suficientes, mas aplicou-se um processo de exclusão por meios menos sutis de discriminação, desprezo e retrocesso cultural. A transculturação da memória da América Latina foi executada com perfídia em três etapas: 1) estilhaçamento da memória subjugada, evidente nas perdas e nostalgias; 2) incorporação forçada da cultura dominante; 3) elaboração, por parte da sobrevivência, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato (BAEZ, 2010, p. 37).

O *etnocídio* veio pela negação das cosmovisões dos povos, da sua religiosidade, dos seus costumes, da sua língua. Estes, de uma diversidade imensa - mais de 1.750 línguas e muitíssimas civilizações, incas, maias, astecas, mexicas, caraivas, tupis, guaranis... - foram em sua maioria extirpados pela evangelização. Seus objetos religiosos, incompreendidos, desmoralizados e demonizados, foram destruídos (BÁEZ, 2010).

Eduardo Galeano (2010), no livro *Veias abertas da América Latina* nos lembra que a superioridade dos brancos não estavam neles mesmos, mas sim na pólvora, nos cavalos, cães, nos vírus e nas bactérias, e com estes foi que puderam se lançar sobre povos cuja humanidade só poderia ser questionada com força e violência. E Aimé Césaire (2010), no seu *Discurso sobre o colonialismo*, diz que a calúnia sobre os colonizados conduziu as equações equivocadas que tudo que fosse cristão fora considerado civilizado, tudo que era pagão, ou seja, não cristão, fora considerado selvagem. Dessas equações “só poderiam resultar consequências colonialistas e racistas abomináveis, cujas vítimas deveriam ser os índios, os amarelos, os negros” (CÉSAIRE, 2010, p.18). Sob a colonização, a civilização é a negação da civilização. Colonização é igual à coisificação. Entre colonizador e colonizado não se pode estabelecer nenhuma relação humana.

(...) a colonização, repito, desumaniza o homem mesmo o mais civilizado; que a ação colonial, a empreitada colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo do homem nativo e justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente a modificar aquele que a empreender, que o colonizador, ao habituar-se a ver no outro a besta, para acalmar sua consciência, tende objetivamente em transformar-se ele próprio em besta (CÉSAIRE, 2010, p. 31).

O processo de desumanização apresenta muitas nuances, ontem e hoje, a *alienação colonial*, como sintetiza Frantz Fanon (2008 LD, pos. 538), expressa, por um lado, a existência de “negros [e indígenas] alienados (mistificados) e por outro de brancos não menos alienados (mistificadores e mistificados)”. A dominação é unilateral, mas os efeitos dela se propagam sobre todos os envolvidos, numa dialética degenerativa, onde o que se supera é a capacidade de ser humano. Sob o colonialismo e dele, sob o capitalismo imperialista, a coisificação se

estende do escravo ao trabalhador “livre”, a relação entre sujeitos se torna uma relação entre objetos. Na teia dessas relações, a civilização e a barbárie se confundem e, de tão seletiva, a humanidade se restringe e se comove por muito poucos.

Kwame N’Krumah (1967), analisar a dinâmica da dominação no Pós-segunda Guerra Mundial, observa que sob o imperialismo, no seu último estágio, o colonialismo, como principal instrumento do capitalismo, dá lugar formas de subordinação entre nações expressas sob a forma de um *neocolonialismo*. Sob este, Estados teoricamente independentes e soberanos têm, na verdade, seu sistema econômico e político dirigido do exterior.

Sem entrar no mérito das elaborações de N’Krumah, o que queremos ressaltar aqui é que nas suas novas-velhas formas, entender o colonialismo nos ajuda a melhor decifrar o processo contínuo de pilhagem dos países antes diretamente colonizados pelos mesmos países antes colonizadores. América Latina, África e Ásia, designados de “terceiro mundo”, ou os países dependentes, cumpriram sempre a tarefa primeira de fornecedores riqueza aos dominadores. A exploração sem trégua dos trabalhadores dos países dominados e a drenagem das riquezas por eles produzidas segue sendo o ritual sagrado dedicado ao deus capital. Para tanto, exige-se a dominação dos sistemas financeiros e monetários, a exacerbação dos conflitos e da violência, a espoliação dos territórios, a imposição cultural e a guerra declarada àqueles que oferecem resistência. Mais ou menos abertos, mais ou menos transmutados, os métodos da dominação colonial se renovam e se expandem, e com eles respira o capitalismo.

Recuperadas tais análises sobre o colonialismo, importa-nos agora decifrar os processos internos que sob ele se engendraram na América Latina, e em particular, no Brasil. A partir dos estudos de autores como Manoel Bomfim, José Carlos Mariátegui, Fernando Baez, fica evidente que o processo apresentou distinções entre as diversas regiões dentro da própria América Latina, a depender do nível de desenvolvimento das forças produtivas apresentados pelos distintos povos que ocupavam este território quando da invasão colonial. Como já anunciado, nossa ênfase nesta parte do trabalho será dada aos processos no Brasil.

### CAPÍTULO III - O PROCESSO DE TRABALHO E AS LUTAS DE CLASSES NO ESCRAVISMO COLONIAL

Os processos de transição a modos de produção historicamente particulares na América Latina, após a invasão colonial em 1492, foram engendrados a partir da imposição colonialista e interromperam o desenvolvimento próprio dos modos de produção dos povos originários. Estes modos de produção engendram, em conexão com os processos de transição ao modo de produção capitalista na Europa Ocidental, formas particulares de produção de riqueza a partir do trabalho escravo/servil, sobre o qual se estruturam as sociedades colonizadas e suas contradições próprias. É na relação entre as classes sociais fundamentais que se formam com o processo colonizador que podemos apreender a dinâmica contraditória dessas sociedades, bem como a processualidade histórica dessas relações fundadas para a extração de riquezas a ser drenada através do mercado mundial para as Metrôpoles colonizadoras.

Neste capítulo, focaremos a análise desse processo exclusivamente no Brasil. A complexidade e diversidade com que o mesmo se deu nas diferentes regiões do território latino americano exige esse recorte.

Gorender (2016) defende que no Brasil se constituiu um modo de produção singular a partir da invasão colonial: **O modo de produção escravista colonial**. Este, segundo o autor, “não pode ser explicado como síntese de modos de produção preexistentes” (GORENDER, 2016, p.84). Ou seja, a **transição** à novas formas de organização, empreendidas a partir do século XVI neste território, deve ser entendida a partir da realidade concreta que se constituiu com a invasão e do impacto que elementos exógenos à evolução da organização do trabalho dos povos originários apresentava, e não como síntese das contradições desenvolvidas nas relações sociais no próprio território até então.

(...) o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de um determinismo socioeconômico rigorosamente definido no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características *novas*, antes desconhecidas na história humana (GORENDER, 2016, p. 84. grifo do autor).

Nos seus aspectos fundamentais, ou seja, na afirmação de que a organização das forças produtivas e das relações de produção no território após a invasão e colonização no século XVI estruturou um modo de produção historicamente novo, é que a tese de Gorender é apropriada como referência chave nesta tese.

Como este autor, descartamos a ideia de que uma organização produtiva de mais de três séculos tenha se constituído numa anomalia dentro de relações capitalistas de produção, ou que tenha sido o resultado do transplante de relações feudais europeias, assim como descartamos as colocações de um capitalismo escravista ou outras similares. Entendemos também que o fato de estar vinculada ao mercado mundial e, em muitos aspectos, determinada por este, ou mesmo o fato de que seu *sentido* tenha sido atender às necessidades deste, como aponta Caio Prado Jr., ou compor à acumulação primitiva de capital na Europa (WILLIAMS 2012), não explicitam, por si só, as contradições particulares das relações de produção estabelecidas e sua processualidade histórica.

Antes que as mercadorias fossem intercambiadas no mercado mundial, realizando o valor que compôs parte da acumulação primitiva de capital na Europa Ocidental, *elas foram produzidas pelo trabalho a partir de determinadas relações de produção - as relações específicas do escravismo colonial*. Estas relações de produção não foram acidentais ou casuais, elas se constituíram, como mostra Gorender (2016), a partir de determinações socioeconômicas específicas, cuja complexidade e processualidade histórica não pode ser explicitada de modo unilateral. É no sentido de apreender seus elementos fundamentais e como se engendra, a partir deles, as contradições constitutivas do *vir-a-ser* da sociedade moderna neste território, que seguiremos a exposição de nossa investigação. De acordo com Moura (2014, p. 74)

Assim, como o fundamental para caracterizar um modo de produção são as relações de produção, não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros. O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração e sobretrabalho e da exploração econômica e extraeconômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (MOURA, 2014, p. 74).



Para decifrar a dinâmica do modo de produção escravista colonial e entender como a sua formação sócio-histórica estrutura elementos que a transcendem e enraízam a organização social do trabalho “livre”, capitalista, é necessário atermos à própria organização escravista, interpelando seus fundamentos e buscando apreender sua complexidade e contradições, como indicam Gorender (2016) e Moura (2014; 2014a).

Reforçamos que o fundamental é evidenciar as contradições inerentes à organização social da produção escravista colonial, de modo a refletir sobre como o seu desenvolvimento ao longo de mais de 300 anos determinou elementos objetivos e subjetivos *continuados* pelo capitalismo dependente que o suplantou. Especificamente, trata-se da propriedade da terra, ou seja, do principal meio de produção num território que ocupa na divisão internacional do trabalho a função de fornecedor de bens primários; e da desigualdade racial, estruturadas pela organização do trabalho no escravismo e reproduzidas pelo capitalismo dependente. Estes elementos não foram abolidos pela Lei Áurea em 1888, pois suas bases estruturais não se situavam apenas no terreno da legalidade escravista-burguesa, e sim em raízes profundas que sustentavam as relações de produção centradas no atendimento das necessidades do mercado mundial e cuja organização interna se dava a partir de uma sociedade extremada de contradições entre produtores – escravos, e expropriadores – proprietários de escravos. Como o *sentido* da produção sob o trabalho “livre” não foi modificado, ou seja, o capitalismo nestes trópicos seguiu, como o escravismo, tendo como núcleo da sua dinâmica econômica o fornecimento de bens primários ao mercado mundial, àqueles elementos objetivos e subjetivos engendrados pelo escravismo continuam sendo fundamentais ao capitalismo dependente, sendo mantidos e recriados no seu processo de reprodução.

A síntese de Marx e Engels (1998) sobre a história das sociedades até o nossos dias, é de que esta é a história da luta de classes. Os autores refutam a ideia de que a história possa ser apenas uma sequência de fatos. Ela é dinâmica e, até então, esta dinâmica tem sido conduzida pelas contradições entre sujeitos que produzem a riqueza a partir do trabalho (escravos, servos, trabalhadores livres assalariados...) e sujeitos que se apropriam desta mesma riqueza (senhores, suseranos, capitalistas...). Entretanto, a contradição entre a separação e oposição entre produtores, meios de produção e produto do seu trabalho dinamiza a sociedade e, dialeticamente, gesta os elementos necessários à sua

própria superação. A nível teórico-conceitual, de elevada abstração, esta é a síntese marxiana da história de todas as sociedades até os nossos dias. Para apreender a dinâmica particular de cada uma delas, é necessário nos atermos à relação daqueles processos em cada época histórica determinada.

Acrescentamos que, em determinadas épocas históricas, há que se considerar também os elementos exógenos às relações de produção da sociedade em análise, que, conexos à estas, possam se constituir como determinações contraditórias à totalidade do processo. A época inaugurada pela expansão do mercado a nível mundial é uma dessas. Entendemos que não é possível analisar nenhum processo de transição ao capitalismo, em nenhuma parte do mundo sem ter em consideração sua conexão a processos de trabalho distintos conduzida pela expansão do mercado a nível global, quando o mundo se torna “palco” do capital, conforme explicitara Marx (2013).

A apreensão da dinâmica da propriedade privada a partir da realidade concreta dos territórios colonizados também exige-nos atenção. Não apenas a terra e os demais meios de produção serão aprisionados no processo de dominação, mas também o trabalhador com toda a sua corporeidade é transformado em propriedade privada nos primeiros quatro séculos após a invasão. Este, na sociedade fundada sob o trabalho escravo, se apresentará como a mais valiosa propriedade privada, para a qual estava voltadas construções jurídicas e cuja posse determinava as relações sociais. Enquanto permaneceu o escravismo colonial, a terra, pilhada em nome de deus, manteve-se como propriedade privada, em muitos aspectos, apenas formalmente, sendo sua ocupação menos regulada. Era o escravo a propriedade privada fundamental ao processo de expropriação do trabalho, fonte da riqueza.

Adentraremos no próximo tópico nos elementos histórico-concretos desse processo, mas ainda demarcando a perspectiva teórico-metodológica desta tese, definimos, pelo exposto, que, para apreender a sociedade criada na América Latina a partir da invasão europeia, e, em particular a sociedade que se constitui como Brasil a partir de então, é necessário nos atermos aos seguintes processos históricos do escravismo colonial e sua transição ao capitalismo dependente:

1. à relação entre as classes fundamentais no escravismo colonial: senhores e escravos; as

relações de produção: separação entre trabalhadores e meios de produção - terra - e separação do trabalhador *consigo mesmo*, pela tentativa de coisificação absoluta do mesmo e sua transformação em propriedade privada.

2. particularidade das conexões externas e as contradições internas do escravismo colonial: produção dependente do mercado externo e voltada para este; a dinâmica da produtividade, do tipo de mercadorias e do ritmo da exploração do trabalho subordinada à demanda externa; fluxo da apropriação da riqueza subordinada ao colonizador e o processo de *desacumulação* inerente ao escravismo colonial.
3. as contradições geradas por aquelas separações: criação a nível da superestrutura de processos de tentativas de regulação e manutenção das contradições - dominação política e cultural; legislação sanguinária; ódio e violência, alienação e degeneração dos sujeitos. Em outros termos, a luta de classes.
4. o processo de totalização das relações contraditórias: a relação dialética entre as determinações conexas e sua síntese - superação e manutenção de elementos fundados no escravismo colonial como base do capitalismo dependente.

### **3.1. Os elementos fundantes do escravismo colonial<sup>25</sup>**

---

<sup>25</sup> Ressaltamos que este debate, em particular a partir nas elaborações de Gorender (2016), o que se evidencia é a preocupação do autor em demarcar também, para além das características da processualidade do escravismo colonial, o papel da particularidade na totalidade. Ou seja, a conexão entre a riqueza produzida pelo trabalho escravo na composição geral da riqueza que passa a ser drenada pelas metrópoles dominantes. Ao demarcar a complexidade da particularidade e suas determinações, permite elucidar com riqueza analítica,

Para delimitarmos os aspectos essenciais de relações sociais fundamentais do escravismo colonial, é necessário ter em vista que este modo de produção fundou-se por uma forma específica de escravidão, historicamente determinada, que é a *escravidão colonial*. Para Gorender (2016), característica mais essencial da escravidão como categoria sociológica é o ser escravo, ou seja, o fato de que um humano é propriedade de outro, no qual a sujeição pessoal do escravo revela a relação assimétrica entre escravizado e escravizador. Para o autor, a categoria escravidão é uma categoria social que por si mesma não indica um modo de produção, podendo explicitar processos de sujeição e objetificação de um sujeito pelo outro sem se tornar o elemento estruturante de uma sociedade, podendo existir sob distintos modos de produção. A escravidão quando engendra um tipo fundamental e estável de relações de produção pode dar origem a dois modos de produção diferenciados: o *escravismo patriarcal* e o *escravismo colonial*. Este último se caracteriza pelo fundamento da produção mercantil, que no caso da América Latina se engendra a partir dos processos de invasão colonial no século XVI.

O caráter mercantil é a principal diferenciação da escravidão desenvolvida sob o colonialismo e a escravidão antiga, de tipo patriarcal. Isto significa que as relações de expropriação do trabalho na escravidão colonial tinham um objetivo definido - suprir de mercadorias o mercado externo - distinto das formas anteriores, nas quais o excedente apropriado era para o consumo ostensivo dos exploradores, não chegando a tornar-se um processo de reprodução mercantil ou o sendo apenas de forma irrisória.

Diferente do escravismo antigo, de tipo patriarcal, engendrado por diversos elementos num lento processo de evolução histórica, Gorender ressalta que a Era moderna da escravidão colonial resultou da voluntariedade e do condicionamento objetivo, ou seja, da vontade dos colonizadores de produzir mercadorias para o mercado ultramar já em

---

a processualidade histórica global e suas contradições, a qual colocou em conexão, pelo colonialismo, distintos modos de produção e, portanto, distintas formas de organização do trabalho – escravo, livre, servil... – que engendraram, nas transições, as estruturas necessárias à dominação do capital no modo de produção da riqueza a nível global.

expansão pelo o intercâmbio com o Oriente. Portanto, não foi acidental, (...)“irrompeu bruscamente, resultante de atos deliberados e planejados, que dão ao seu processo de formação uma aparência anormal na evolução histórica” (GORENDER, 2016, p.173). O escravismo colonial definiu-se rápido e racionalmente pela voracidade dos invasores na espoliação das riquezas encontradas no Novo Mundo e pela ganância de explorarem o potencial produtivo que este oferecia.

Quanto aos fundamentos da escravização dos africanos nesse processo, Moura (2014), Gorender (2016), Williams (2012) e C.L. R. James (2010) lembram que a escravização dos povos originários nas Américas antecedeu por algum tempo a escravidão dos africanos, mas esta já havia sido despertada pelos processos coloniais instituídos na Costa da África pelos portugueses tempos antes da invasão colonial nas Américas. O genocídio indígena escasseou com pouco tempo as possibilidades de que estes dessem conta da oferta de mão de obra que se fazia necessária ao empreendimento colonial. Como aponta James (2010), a consciência religiosa de Bartolomeu de Las Casas em relação à brutalidade da escravização indígena foi o assombro com a possibilidade de que se pudesse destruir totalmente os braços indígenas disponíveis para o trabalho em tempo de uma geração; e a África, abundantemente populosa, poderia evitar esta tragédia e tranquilizar a consciência dos cristãos. A riqueza continuaria sendo explorada, não mais apenas pelos braços e almas indígenas, mas pelos milhões de homens, mulheres e crianças sequestradas na África e arrastadas nos porões dos navios negreiros para o lado de cá do Atlântico.

O caráter mercantil da colonização é que determinava que tipo de organização do trabalho se fazia necessário. A vultuosidade de mercadorias requeridas para que o empreendimento fosse rentável exigia uma forma de produção específica: a plantagem. E esta excluía as possibilidades de unidades produtoras de tipo familiar e o trabalho livre assalariado era impraticável. Entretanto, “ (...) ao começarem a colonização no território brasileiro, os portugueses já traziam consigo a experiência conjugada da escravidão e da plantagem” (GORENDER, 2016, p.156). Esta experiência, ainda restrita na Costa Africana podia ser potencializada na vastidão territorial do Novo Mundo e o mercado mundial, que se fazia crescente para as especiarias, metais preciosos e madeira, abriu-se também para a mercadoria humana.

(...) Constituiu fato incontestável a escassez de mão de obra assalariada, porém o emprego do trabalho escravo teve como pressuposto as características da forma plantagem. Era preciso que houvesse uma força produtiva à qual o trabalho escravo se adaptasse em condições de rentabilidade econômica para que os escravos fossem requeridos em tão enorme escala durante séculos. (...)

A força produtiva encarnada na plantagem adequava-se ao trabalho escravo e a ela se associou não só na América, mas antes na própria Europa. Sucede, contudo, que a América oferecia imenso fundo de terras fertilíssimas inapropriadas, o que deu a plantagem canavieira do continente americano viabilidade muitíssimo maior do que nas ilhas mediterrâneas e atlânticas. Mas esta mesma viabilidade só se compreende por ser o continente americano um continente colonizado. De outra maneira, ficaria inexplicado o escravismo colonial. (GORENDER, 2016, p.178).

Para Williams (2012, p. 32) o que fez com que o negro fosse sequestrado na África para trabalhar nas terras roubadas dos indígenas foi uma questão de racionalidade econômica, “uma questão específica de tempo, espaço, trabalho e solo”. Esta é a mesma perspectiva tanto de Gorender (2016), quanto Moura (2014) e James (2010), os quais contestam os argumentos de que a escravização do africano se deu devido a questões geográficas, climáticas ou raciais. O fundamento da sua escravização é econômico. A necessidade de mão-de-obra para as plantagens determinava que a mesma fosse sequestrada e trazida de onde quer que fosse. E além do indígena e do africano, também em algumas colônias, como nas inglesas, por exemplo, por algum tempo, também europeus foram submetidos ao trabalho servil, os chamados *engajados*. O fato é que todos os trabalhadores forçados eram absolutamente desgastados e sucumbiam diante da exploração do trabalho na plantagem ou nas minas, a diferença que manteve o africano como principal mão de obra reside no fato de que a África, diferente da Europa e frente ao genocídio indígena, dispunha de abundância populacional para repor os milhões de mortos no processo; além do que

era geograficamente mais próxima das colônias americanas do que a Índia e a China, que também teriam sua vez (WILLIAMS, 2012).

A plantagem exigiu o trabalho escravo e criou uma tradição na qual o trabalho braçal era associado ao escravo, e este associado ao negro. A coerção extra econômica necessária ao nível de exploração requerida para que a plantagem fosse rentável era constante e despótica, exigindo do escravizado um nível absoluto de sujeição, o qual sempre enfrentou formas de resistência. A racionalização econômica no escravismo exigia tal nível de coerção e a racionalização ideológica da mesma encontrou na explicação nas diferenças raciais, forjando ideologicamente critérios de hierarquização de raças, no qual o negro, escravizado e desumanizado, passava a ocupar o pior lugar. A apropriação das diferenças de feição, de cor e de cultura dos africanos, acusadas de inferiores foi a forma racional de justificar a escravidão.

Com as diferenças raciais ficava mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, arrancar uma obediência mecânica como a um boi de tração ou um cavalo de carga, exigir aquela resignação e aquela completa sujeição moral e intelectual indispensáveis para a existência do trabalho escravo ( WILLIAMS, 2012, p. 49).

Esta racionalização ideológica, para ocultar os fundamentos econômicos, teve impactos na criação de um processo de profunda alienação e degeneração dos sujeitos da sociedade escravista e das relações sociais fundadas sob ela, a qual se estende a *posteriori*.

O que caracteriza o *ser escravo* é a condição de um *sujeito* de *ser* propriedade absoluta de outro, ter sido feito *objeto*, mercadorizado independente do tipo de atividade que exerce e das condições de vida que possa ter.

A propriedade sobre o escravo é absoluta. Se ele trabalha de ganho a atividade na qual há uma relação monetária ele (escravo) é exterior a essa transação, embora a realize materialmente. Daí acreditarmos que esses escravos, embora privilegiados na divisão do trabalho (quando são escravos de *ganho* ou *alugados* na zona urbana) continuam escravos como os outros. Achamos por isto, como Carlos Simões, que: “O escravo não

possui o corpo como livre instrumento de sua vontade. A subordinação absoluta a que está submetido advém-lhe da expropriação de qualquer propriedade. Expropriação dos meios de produção, não se torna livre, proprietário natural de si mesmo para vender sua força de trabalho em troca de salário (sabemos que a troca por salário in natura é corrente nas economias em que os trabalhadores são proprietários dos instrumentos de trabalho). Mas a propriedade de si mesmo é um atributo que impede aos expropriados, no modo de produção capitalista, torna-o livre” (MOURA, 2014, p. 51).

Em relação à duração e processualidade histórica do escravismo colonial, Clóvis Moura (2014) entende que no Brasil a escravidão teve duas fases distintas, não apenas no seu aspecto demográfico, mas também no social, econômico, político e cultural: uma fase ascendente, que vai dos seus primórdios no século XVI até 1850, à qual o autor denomina de *escravismo pleno*; e uma fase descendente, de 1850 a 1888, denominada de *escravismo tardio* e a qual incidem os elementos que conduzem à sua crise final e engendra a transição a um modo de produção capitalista. Na primeira fase demarca-se a estruturação plena do *modo de produção escravista*, na qual se definiu as suas relações fundamentais de produção, desenvolveu-se as contradições a elas inerentes e estas se irradiaram sobre todas as demais relações que emergiram sob o escravismo colonial.

O escravismo colonial teve “como componente estrutural mais importante as contradições entre senhores e escravos. E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social e não as áreas de estabilidade parcial que nele existiam” (MOURA, 2014, p. 37).

Moura, na sua análise da sociedade escravista no Brasil, foi incansável no reforço e na comprovação da concepção de que as relações sociais entre escravos e senhores não apenas eram as relações fundamentais, que davam dinâmica as demais no escravismo colonial, como o fato de que estas nunca foram estáveis e harmoniosas. As teses de que o escravizado ocupava um lugar de semovente, adepto à subordinação na relação onde “casagrande-senzala” formavam um todo estável e complementar, apenas com alguns momentos de



conflito, são amplamente rebatidas por Moura. Como marxista, o autor entende que:

o procurar as causas da dinâmica social de um modo de produção e os mecanismos que fizeram ser substituídos por outro, deve-se procurar nas contradições e nos conflitos as causas geradoras dessa dinâmica, e não as áreas neutras e estáticas de conciliação existentes no sistema (MOURA, 2014, p. 41).

Portanto, é nas contradições que Moura (2014) buscou a explicação da sociedade escravista, expondo os elementos ocultados pela historiografia oficial e dando ênfase à *dialética radical do Brasil negro*; um Brasil que, ao longo de mais de 500 anos desde as fundações do escravismo colonial ao dinamismo da Nova República, tem sua população marcada pela desigualdade e pelo racismo e, nem de longe, vivenciou um processo de democracia racial - tampouco social, política, cultural, religiosa, etc..

Também Jacob Gorender (2016) busca expor as relações sociais estruturantes do *modo de produção escravista colonial* a partir da concepção de que são as contradições que dinamizam a sociedade, destacando as especificidades deste modo de produção e reivindicando nos seus próprios elementos histórico-concretos a capacidade de explicação do processo histórico ascendido a partir da exploração de trabalhadores escravizados. O autor nos ajuda a entender a processualidade da organização do trabalho sob o escravismo colonial ao definir, a partir da realidade concreta, categorias teóricas que buscam explicitar a sua especificidade, limpando o terreno das generalizações e transposições categoriais que mais ocultam do que revelam a realidade, tão comuns na historiografia oficial, como aponta Gorender (2016).

É evidente, como em toda sociedade de classes, que no escravismo colonial havia a presença de áreas de estabilidade, onde a classe subordinada se adaptava em maior ou menor grau, consciente ou inconsciente, parcial ou total aos valores escravistas, mas esta estabilidade nunca foi permanente, foi, antes, sempre perturbada pelas zonas de conflito, e isso se expressa pelos mecanismos de controle engendrados pela classe dominante. Moura (2014) e Gorender (2016) mostram como as legislações e o aparelho administrativo da colônia foram se estruturando ao longo de todo o escravismo para defender os

interesses da Coroa e dos senhores de escravos, com estrutura militar para proteger os senhores e conter os escravizados que se recusavam ao trabalho, cometiam crimes contra os senhores, fugiam individual ou coletivamente, dentre outros atos de oposição ao sistema escravista. “Durante o tempo em que o escravismo pleno funcionou os negros viviam em um verdadeiro corpo a corpo com os senhores e autoridades” (MOURA, 2014, p.42).

O eixo da dinâmica social desse período passa pelo comportamento rebelde ou descontente e as medidas das autoridades para impedi-lo. Isso não quer dizer que todo escravo fosse um quilombola ou fugitivo. Em qualquer sociedade dividida em classes a consciência dos seus antagonismos não atinge a totalidade de seus membros, nem seria possível. Quando voltamos a repetir que a dinâmica desse tipo de sociedade passa pelo antagonismo entre escravos e senhores queremos assinalar que toda máquina ideológica, administrativa e militar estava montada objetivando manter o equilíbrio social e ele somente seria possível se houvesse uma estrutura de contenção capaz de mantê-la equilibrada (MOURA, 2014, p. 42).

A barragem ao escravizado era também social e étnica, e mesmo quando libertos ela ainda irradiava sobre os sujeitos; os comportamentos definidos na relação senhor-escravo, permeados pela dominação ideológica racista, ilustram a dinâmica das relações sociais sob o escravismo colonial durante mais de três séculos, se estendendo também às relações “livres” quando da Abolição definitiva da escravatura em 1888. Para Manoel Bomfim (2008, LD. Pos.1611), a barbarização nestas relações

Não se trata[m] de coisas passageiras, de ódios e crueldades que acompanham as lutas armadas. Não; é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo.

Quanto à racionalidade do modo de produção escravista colonial, tanto Moura quanto Gorender vão defender que este o modo de produção teve uma racionalidade própria, distinta dos demais, à medida que cada modo de produção tem suas *leis econômicas específicas*. E o fato de que existia uma relação de dependência com o mercado mundial ou vínculos externos com a Europa Ocidental em transição para o capitalismo não invalida a especificidade destas leis, ao contrário, estas relações tornam-se parte dos seus determinantes. Para Moura (2014, p. 66)

O modo escravista de produção que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente poderia sobreviver *com e para* o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro e se completavam.

No desenho histórico-metodológico de Gorender, o autor afirma que para entender as leis econômicas é necessário atentarmos, do ponto de vista do método marxista, ao fato de que toda lei é geral e que é o grau de generalidade dessa lei que pode ser questionado. Desse modo, ele denomina de “*onimodais* as leis vigentes em todos os modos de produção sem exceção. Tal é, em primeiro lugar a lei da correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas” (GORENDER, 2016, p.190). Há ainda as leis *plurimodais*, verificadas em apenas alguns modos de produção, como a *lei do valor*; e as *monomodais* ou *específicas*, exclusivas de um único modo de produção. Ressaltando que as leis econômicas têm caráter tendencial e não absoluto.

Na definição das leis específicas do modo de produção escravista colonial, Gorender (2016, p.186) afirma que, como nos demais modos de produção, estas devem ser buscadas na forma de utilização da força de trabalho, pois é delas que “decorrem as relações necessárias, absolutamente essenciais que definem as leis específicas do modo de produção” qualquer um que seja. Portanto, no escravismo colonial o caráter da produção deve ser buscado na relação entre o

plantador e os escravos. O prioritário na análise são as relações de produção. Nestas o escravizados, em que pese a tendência da historiografia brasileira de apresentá-los como um fator contingencial ou destituído de influência decisiva, compõem uma determinação fundamental, conforme afirma Gorender (2016).

(...)As relações de produção não constituem uma essência autossuficiente, mas existem sempre em vinculação com forças produtivas determinadas, quando estas últimas são omitidas ou se negligencia sua determinação, escravo, servo e assalariado se convertem em tipos esquematizados, que pretensamente definiram, por si só, um modo de produção. Este, entretanto, é sempre unidade de forças produtivas e relações de produção.(...) No que se refere à colonização do continente americano, seria impossível compreender a escravidão sem estudá-la em conjunto com as forças produtivas e sua organização fundamental: a plantagem (GORENDER, 2016, p. 186).

A plantagem foi a organização da produção dominante no modo de produção escravista colonial no Brasil, bem como nos demais países das Américas, antecedida ou conciliada com os ciclos de metais preciosos e do extrativismo. O trabalho escravo se irradiou da plantagem às demais formas de produção social e os ciclos de produção demanda pelo mercado mundial - cana de açúcar, algodão, café...- definiam a expansão territorial da colônia e a consolidação do poderio dos colonizadores sobre a terra e, sobretudo, definiam o volume de mão de obra escravizada necessário, bem como o ritmo da exploração do seu trabalho. Todas as formas econômicas nas colônias escravistas, inclusive as não-escravistas giravam em torno desta economia, por isso, para Gorender (2016, p. 120): “Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental no modo de produção escravista colonial”.

A plantagem escravista se caracterizou pela especialização na produção de gêneros destinados ao mercado mundial, expressa na monocultura, embora esta não fosse exclusiva dada a necessidade estrutural do desenvolvimento de uma economia natural, sendo que a relação entre esta e a monocultura se movia de acordo com as mudanças conjunturais. Desse modo, “nunca chegou a constituir, por isso, uma

organização mercantil em sua totalidade. Havia nela permanente dualidade interna, com a tendência à monocultura, sua motivação vital, conflitando sempre com os limites da economia natural” (GORENDER, 2016, p.121).

A apreensão da organização da produção e das relações de trabalho que se desenvolvem sob ela - plantagem e escravidão - nos permite entender a dinâmica do processo de trabalho, do sistema de exploração e das contradições do escravismo colonial, passemos, pois, aos seus aspectos fundamentais.

### **3.2. O processo de trabalho, o sistema de exploração e suas contradições no escravismo colonial**

A realização do trabalho no escravismo colonial, como nos demais modos de produção fundamentados na exploração do trabalho, se dava a partir da separação dos trabalhadores dos meios de produção, em particular da terra. Esta, apropriada privadamente pelo sistema de *sesmarias* ou pelo sistema mercantil a partir de 1850, já se apresentava ao trabalhador escravizado como um elemento a ele alheio, dele apartada. O escravizado jamais pode dispor da terra para si, pois sendo ele mesmo uma *propriedade privada*, todo o produto do seu trabalho era expropriado e o que se detinha para a sua reprodução continuada como mercadoria não se pode considerar como de sua propriedade; antes, mesmo sendo fruto do seu trabalho, e geralmente ínfimo e precário, o sustento do escravo aparecia ao escravista como um novo dispêndio para além daquele invertido na sua compra. Em síntese, terra e trabalhador escravizado eram, ambos, mercadorias em interação no processo de produção de riquezas no escravismo colonial, no entanto, sob a racionalidade desse modo de produção, a valorização de um e de outro se deu na razão inversa.

A abundância de terras férteis era uma das condições do desenvolvimento do escravismo colonial, embora não fosse a sua causa determinante, e é a plantagem, como forma de organização do trabalho que determinou a forma de utilização da terra: grande propriedade e grande exploração, afirma Gorender (2016). Esta organização do trabalho, assentada na exploração absoluta do trabalho escravo e não na inovação tecnológica para melhorar a produtividade, exigia sempre a expansão das terras ocupadas, avançando suas fronteiras à medida que o uso predatório do solo revelava seu desgaste. Privilegiados pela doação

das *sesmarias* - expressão da pilhagem efetuada antes junto aos nativos indígenas - a ocupação de grandes propriedades fundiárias, acima da necessidade imediata de utilização da terra, dava garantias aos proprietários monopolistas de continuidade da sua produção, mas era também uma forma de manutenção de *status* e não apenas interesse econômico.

Se a plantagem, por si mesma, implicava a grande exploração, a verdade é que, de modo geral, as propriedades fundiárias dos plantadores ultrapassavam de muito a extensão de terras estritamente imposta pelas normas técnicas habituais. A propriedade do Salgado abrangia duas léguas quadradas, o equivalente - tratando-se de léguas de sesmaria - a 8.712 hectares, dos quais apenas 8% estavam aproveitados. Não era este um fenômeno isolado, mas generalizado em toda a Zona da Mata Pernambucana, conforme observação de Tollenare. Em São Paulo, em 1818 (...) tal era o quadro da região açucareira: 5,58% dos proprietários concentravam 64,50% da área apropriada, tendo as propriedades deste grupo a área média de 6.190 hectares (GORENDER, 2016, p.402).

Por toda a América escravista a grande propriedade fundiária apresentou-se como estrutural, mas, de acordo com Gorender (2016), a formação da mesma apresentará distinções de acordo com as normas jurídicas de cada metrópole colonizadora. No Brasil sua regulamentação legal procedia do direito português à época, o que não significa que não houvesse discrepâncias e contradições entre a realidade e as normas legais, antes, estas ocorriam e eram resolvidas no processo prático. As capitânias hereditárias, foram a forma primeira de doação de terras apropriadas pela Coroa Portuguesa a seus agentes privilegiados, os quais, no entanto, era subordinados legalmente à Coroa, na sua monarquia absoluta.

Quatorze capitânias hereditárias, pelas quais se dividiu todo o território apropriado pela Coroa a título de invasão, foram entregues a doze capitães donatários. Mas estes só podiam se apropriar de 20% da área de cada uma, o que expressava sua propriedade privada; os 80% restantes deveriam ser distribuídos a título de *sesmarias*, sobre as quais os donatários não tinham nenhum direito efetivo e os proprietários

destas deviam à Coroa o pagamento dos tributos, ainda que politicamente estivessem subordinados ao poder público dos donatários das capitanias. As sesmarias eram repartidas gratuitamente, sem ônus para os apropriadores, como se dava os encargos senhoriais feudais. A posse sesmeira, portanto, não implicava nenhum laço de dependência pessoal, tendo apenas o proprietário a obrigação de povoá-la e cultivá-la, sob pena de revogação e de pagar os impostos sobre a venda dos produtos (GORENDER, 2016)

Povoar e cultivar frente ao caráter da plantagem que se definia pelos interesses mercantis dos colonizadores, demandava-se o elemento fundamental para a produção: trabalhadores, especificamente escravos. O caráter escravista da plantagem que passa então a definir os critérios para a doação das sesmarias; e a quantidade de escravos possíveis de serem possuídos pelo súdito passa a ser o critério fundamental para que este apropriasse da terra pelos critérios das sesmarias, inclusive sendo revogadas as posses cujos sesmeiros não tivessem possibilidades, isto é, escravos, para cultivá-las (GORENDER, 2016).

Em controvérsia com a norma geral e burocrática da doação via sesmarias, encontrava-se também a posse da terra por pequenos colonos pobres, posse esta realizada muitas vezes numa terra já doada por sesmarias, o que levava com o passar do tempo, quando a terra fosse necessária ao grande plantador, ao conflito entre este e o posseiro, resultando na maior parte das vezes na expulsão deste último ou na cobrança de foro.

Tollenare testemunhou a expulsão de toda uma população de cerca de 1200 pessoas, cujas famílias havia muito tempo estavam no gozo das terras. O processo de apropriação das terras no Vale do Paraíba pelos fazendeiros de café se fez com o emprego da violência contra os posseiros ali estabelecidos, expulsos por meio de esbulhos judiciais, da força bruta e até do assassinato (GORENDER, 2016, p.421).

A violência e o conflito que, historicamente, marcam a apropriação da terra no Brasil se desenha desde este contexto de disputa entre os grandes proprietários escravistas e os pequenos e pobres colonos posseiros, aliás, desde antes, quando a terra é pilhada dos povos originários pela invasão. O acirramento do conflito entre sesmeiros e

posseiros levou à extinção definitiva da doação por sesmarias em 1822. Deste ano até 1850, a terra foi considerada pública e a posse, tanto por pequenos quanto por grandes produtores era legítima, como se há de prever, isso não incluía a possibilidade de os escravos se apropriarem da terra. Com a Lei de Terras de 1850, a posse fica proibida e apenas a compra garantia a propriedade.

As posses anteriormente efetivadas deveriam ser legalizadas por meio da medição e extração de títulos concedidos por órgãos governamentais. À tramitação burocrática, que por si só favorecia os poderosos, acrescentou à lei de terras de 1850 dispositivos que vedaram aos pobres o acesso à propriedade fundiária e asseguraram a preservação da estrutura latifundiária vigente.

A história do regime territorial no Brasil colonial permite aferir como a instituição portuguesa da sesmaria foi amoldada aos interesses dos senhores de escravos (GORENDER, 2016, p. 421).

Em que pese a avidez dos grandes proprietários privilegiados pela posse da terra e seu significado como elemento estruturante da produção na plantagem, sendo seu mais importante *meio de produção*, em termos de *propriedade privada*, o escravo era a mais importante; tanto que a propriedade de escravos foi, durante a vigência da doação por sesmarias, o critério para a aquisição de terras; além do que, o escravo era a principal mercadoria na qual se fazia a inversão da renda monetária adquirida com a exploração escravista do trabalho.

Sob o escravismo, “ o mais significativo consiste, todavia, no fato de que as relações de propriedade vigentes no Brasil colônia e no Brasil império, aquela que tinha a função econômica *principal* e *decisiva* era não a propriedade da terra como sucedera no feudalismo, mas a *propriedade de escravos*” (GORENDER, 2016, p. 424). A importância da propriedade de escravos se revelava na dupla função que ele cumpria, sendo não apenas elemento fundamental, como trabalhador, criador de novas riquezas no processo produtivo, mas também a maior expressão da riqueza. Exemplo disso são os empréstimos bancários, bem como a compra de terras, quando estas passaram a ser mercantilizadas efetivamente após 1850, que exigiam escravos como garantia



hipotecária. Era o preço do escravo no mercado que era decisivo para balizar a vida financeira no escravismo colonial e não o preço da terra.

Martins (1998) mostra que com o fim do tráfico, em 1850, a mercadoria escravo foi ainda mais valorizada, tendo o seu preço elevado em dobro no período entre 1843 e 1882. A ampla necessidade de braços demanda pela ampliação cafeeira, movimentava o sistema de empréstimos bancários já comandado principalmente pelo capital inglês. Já havendo o fazendeiro invertido a sua renda na compra de escravos, “subordinava-se uma segunda vez ao capital comercial, mediante empréstimos para poder pôr em movimento seus empreendimentos econômicos” (MARTINS, 1998, p. 26) e era o próprio escravo a garantia de pagamento. Em consequência desse aumento de demanda e da escassez de oferta com o cessar do tráfico internacional, acentuava-se a exploração dos escravizados, intensificando sua jornada de trabalho e, conseqüente e contraditoriamente, o desgaste físico e a desvalorização do escravo; isto demandava sua rápida reposição, que se fazia cada vez mais onerosa.

Após quase quarenta anos do fim do tráfico internacional, o escravismo se tornou-se economicamente inviável. Só a partir desse momento a terra ganha centralidade como propriedade privada. Enquanto teve vigência o escravismo colonial, a terra era mais ou menos destituída de valor monetário ou a tinha apenas nominalmente. Como também salienta José de Souza Martins (1998), somente com a “libertação” do trabalho escravo é que a terra se tornará efetivamente “cativa”, isto é, transformada em mercadoria de grande valia, em *capital fictício*, a partir da qual os proprietários fazem a capitalização e se apropriam da riqueza produzida pelo trabalho, gratuitamente, a partir da *renda da terra*. Entretanto, sua apropriação monopolista e sua separação dos trabalhadores já estava dada pelo processo constitutivo do regime territorial fundado desde o primeiro momento da colonização.

De acordo com Gorender (2016), sobre a organização da produção na plantagem, apresenta-se que, além de monocultora, também tinha por característica o trabalho por equipes sob comando unificado, adequada ao trabalho escravo. Sua forma de organização dispensava a iniciativa autônoma do trabalhador individual, este era impelido pelo comando da direção unificada, sob rigorosa disciplina e vigilância, num processo que integrava todas as tarefas, o que coaduna com outra característica da plantagem, que é a divisão quantitativa e qualitativa do

trabalho. Se caracterizava ainda pela conjugação no mesmo estabelecimento do cultivo agrícola e de um beneficiamento do produto, o que revela a complexidade do processo de trabalho realizado na unidade plantacionista. Pela importância econômica e o significado social da plantagem, podemos apreender na sua análise os elementos fundamentais do trabalho no escravismo colonial, foi sob ela que se empregou de forma mais estrutural este tipo de trabalho.

Tomar a plantagem como referência, é preciso reforçar, não significa uma redução das atividades produtivas do escravismo colonial à esta organização do trabalho, significa apenas que tomamos por base aquilo que foi preponderante, tanto nos aspectos produtivos quanto na dinâmica social. Da plantagem irradiava aos demais setores não apenas o trabalho escravo e seu padrão de exploração, mas também a organização política e cultural. Portanto, em nenhum momento a plantagem se deu isolada e unívoca. Sua própria existência suscitou a criação de uma economia natural, estruturada sob suas necessidades e dinamizada a partir do próprio movimento econômico da plantagem. Mesmo no interior da unidade plantacionista, se fazia necessário a implantação de uma produção voltada ao consumo interno, para o sustento dos escravos e dos escravistas. Também um setor de trabalhadores livres, nas mais diversas colocações sociais emergiu e cresceu às margens da plantagem. Sendo preponderante, tanto nos aspectos produtivos quanto na dinâmica social, da plantagem irradiava ao demais setores não apenas o trabalho escravo e seu padrão de exploração, mas também a organização política e cultural da Colônia. Os setores de economia natural autônomos da plantagem se fizeram crescentes à medida que crescia a população livre do país. Esta era dinamizada tanto por pequenos produtores não escravistas, quanto por escravistas que cultivavam gêneros diversos, mas em nenhuma hipótese ela deixava de ser parte do modo escravista colonial de produção, a ele subordinada e por ele reproduzida (GORENDER, 2016).

De acordo com Gorender (2016) e Moura (2014) aquilo que a historiografia associa como sendo um patriarcalismo, ou uma brecha camponesa ou ainda, uma manifestação de feudalidade ou capitalismo em concomitância com o escravismo, não passa da própria reprodução contraditória deste modo de produção. No escravismo colonial, era predominante a forma plantagem e sendo esta uma “unidade de tendências contraditórias” (GORENDER, 2016, p.307), comportava outras formas de produção menos expressivas.

No Brasil, em regra, o plantador dispunha de vastas extensões de terras incultas, sem perspectiva de aproveitamento econômico imediato. Daí servirem para fixar na periferia do latifúndio ou em suas faixas menos férteis, alguma gente livre despossuída, que já formava contingente numeroso ao começar o século XIX. Originaram-se dessa maneira os *apegados* (...). Essas famílias miseráveis, que recebiam pequeno trato de terra, não tinham significação econômica para a plantagem, mas integravam a clientela do proprietário. O latifúndio gerava despossuídos e os absorvia como subordinados do dono da terra (GORENDER, 2016, p. 305).

A presença de outras categorias sociais, para além do senhor e do escravo se estendia numa heterogeneidade de sujeitos que compunham a sociedade escravista às margens da dinâmica fundamental. As relações de trabalho livres, no entanto foram sempre subsidiárias enquanto o escravismo vigorou na sua plenitude, não impactando na transformação do fundamento econômico da sociedade escravista. Gorender (2016) aponta a presença de homens livres e assalariados na plantagem, que demandava algum número de trabalhadores qualificados no seu quadro produtivo, como mestres de açúcar, purgadores, caldeireiros etc., mas a tendência era sempre a redução desses e a assunção de todo o trabalho pelos escravizados. Em outras tarefas externas à produção plantacionista, como a carpintaria, também eram encarregados trabalhadores livres, assim como os empregados na vigilância dos escravos, capatazes e feitores.

Moura (2014) aponta que a medida que a sociedade escravista se diversificou e urbanizou, em especial após 1808, com a chegada da Família real no Brasil, a divisão do trabalho foi também se complexificando. Mas esta divisão era também hierarquizada de modo a impedir que libertos e mestiços livres ocupassem postos de trabalho mais qualificados.

Havia também homens e mulheres livres, agregados das fazendas, os quais viviam sem nenhuma relação contratual com o proprietário, apenas no trato verbal; estes podiam possuir ou não escravos, sendo no primeiro caso definidos como *moradores* e no segundo como *lavradores*. Num geral estes sujeitos livres eram quem conduziam a economia natural, mas sendo esta subordinada à dinâmica

mercantil, era subjugada à arbitrariedade do proprietário fundiário. Este, que assim que necessitasse das terras poderia despejar o agregado e sua família sem nenhum ônus. As relações entre agregados e proprietários se expressavam muitas vezes de forma conflituosa, o que se acirrava à medida que expandia o escravismo e a ocupação das terras. Gorender (2016) registra também a presença de pequenos cultivadores não escravistas independentes, posseiros e sitiantes que produziam numa organização familiar, no elementar para a sua subsistência e fora do domínio territorial da plantagem, representavam uma ocupação ínfima, considerada ainda inadequada à plantagem ou em terras ainda não alcançadas por ela. Em termos atuais, eram os sujeitos que abriram a fronteira agrícola, que avançavam no território ocupando as partes ainda não utilizadas pela plantagem, mas tão logo as terras por eles ocupadas se faziam interessantes aos grandes produtores escravistas, eram expulsos.

Os escravos e a terra eram concentrados nas mãos de poucos proprietários latifundiários, delimitando o abismo entre estes e os demais sujeitos livres e despossuídos. Gorender retrata essa relação em São Paulo:

Perto dos 60% dos proprietários podem ser considerados minifundiários para as condições da época. Com uma área média de cerca de 25 hectares não seria possível senão uma economia de autossubsistência nos limites da reprodução simples. No outro pólo, temos 4% de latifundiários, cujas propriedades apresentavam área média de 7.388 hectares.

A tendência evolutiva de São Paulo foi idêntica à de todo o país na era escravista: concentração extrema de propriedade de escravos e de terras e crescimento constante da população livre despossuída. Esta, formada de agregados e posseiros, constituía junto aos sitiantes minifundiários, a classe camponesa da época, a classe camponesa *possível* numa formação social escravista (GORENDER, 2016, p. 327- grifo do autor).

No que tange ao trabalho escravo, a base da plantagem, a sociedade escravista comportava uma grande heterogeneidade de postos

de trabalho, na plantagem e fora dela, nos quais se empregavam escravos. A medida que se desenvolvia a sociedade, também a divisão dos trabalho entre estes se ampliava. A estratificação funcional do escravo se dava tanto em atividades produtivas quanto improdutivas, a qual também influía no comportamento do escravizado e nas suas atitudes de aceitação ou não da sua situação (MOURA, 2014).

O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração de sobretabalho e da exploração econômica e extraeconômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (MOURA, 2014, p. 74).

Moura (2014a) apresenta um mapeamento dos principais espaços sociais ocupados pelos escravos brasileiros na estrutura de estratificação e mobilidade social que lhes eram permitidos, conforme sistematizado no quadro abaixo:

<b>Escravos do eito destinados a atividades extrativas</b>	1-Na agropecuária nas diversificações regionais.
	2- Escravos ocupados em atividades diretamente extrativas (congonha, borracha, algodão, fumo, etc.).
	3- Na agroindústria dos engenhos de açúcar e suas atividades auxiliares.
	4- Nos trabalhos nas fazendas de café a algodão e outras atividades ligadas a esse processo de produção agrícola.
	5- Escravos da pecuária no Rio Grande do Sul e outras províncias.

<b>Escravos da mineração</b>	1- O escravo doméstico urbano: Ouvires, Ferreiros, Mestres de oficinas, Pedreiros, Taverneiros, Carpinteiros, Barbeiros, Calafates, Parteiras, <i>Correios</i> , Carregadores em geral.
	2- Escravo do eito: Trabalhadores nas minas de ouro, Extratores de diamantes.
<b>Escravos domésticos nas cidades e casas-grande em geral</b>	Carregadores de liteiras, Caçadores, Mucamas e demais escravos de serviço doméstico, Amas de leite, Cozinheiras, Cocheiros.
<b>Escravos de <i>ganho</i> nos centros urbanos</b>	Barbeiros, <i>Médicos</i> , Vendedores Ambulantes, Carregadores de pianos, pipas e outros objetos. Músicos componentes de orquestras dos senhores, Prostitutas de <i>ganho</i> , Mendigos de <i>ganho</i> .
<b>Outros tipos de escravos</b>	Escravos dos <i>cantos (de ganho)</i> , Soldados, Escravos do Estado, Escravos dos conventos e igrejas, Reprodutores.

Fonte: Moura, 2014, p. 46-47.

Existiam duas determinações inerentes à existência do escravo que precisam ser apreendidas para entendermos as contradições fundamentais do escravismo. Sendo o escravo o elemento mais fundamental do modo de produção escravista colonial, ele se apresentava como *produto-mercadoria* e como *produtor de mercadorias* (MOURA, 2014). Nessa dupla determinação sobre o sujeito escravizado se manifestava uma das contradições fundamentais do escravismo, a contradição entre *coisa* e *pessoa*. A qual expressa o processo de dominação e *alienação colonial* e estrutura toda a sociabilidade fundada pelo escravismo.

Como *coisa, produto-mercadoria*, era o escravizado submetido à todo tipo de transação comercial. Como mercadoria, era comprado pelos escravistas, que o fazia com a expectativa de ganhos futuros, era

através do escravo que os proprietários enriqueciam. Desse modo, o escravo era a principal mercadoria na qual se fazia a inversão da renda adquirida na exploração escravista, mas esta inversão por si só não gerava riqueza, era necessário inserir o escravo no processo de produção de outras mercadorias na plantagem.

No entanto, como afirma Gorender (2016) o escravo não é um meio de produção - como o é a terra, ele é a força viva da produção de riquezas, seu elemento subjetivo. Somente como *humano* ele pode se apresentar como *produtor de mercadorias*, ser criativo que na sua ação pensada transforma a natureza e cria novas riquezas. Em que pese toda a brutalização, toda a tentativa de absoluta coisificação ou animalização do escravo, a coerção extra-econômica através da vigilância e castigos constantes, somente na sua humanidade ele pode criar novas riquezas.

A análise dos termos dessa contradição, na sua dinâmica concreta, nos dá elementos fundamentais para apreender o escravismo colonial e a experiência histórica da luta de classes fundada a partir dele. Vejamos nos pontos seguintes a explicitação destas determinações na realidade concreta do escravismo colonial.

### *3.2.1. Determinações e contradições da existência do escravo como produto-mercadoria.*

Com a compra do escravo, o proprietário só teria lucros, ou seja uma renda acima daquela gasta na compra do escravo, se o empregasse produtivamente colocasse-o para trabalhar e criar novas riquezas. É com novas mercadorias criadas pelo trabalho do escravo que o escravista poderá, ao vendê-las, adquirir uma nova renda, acima daquela que gastou comprando o escravo. Portanto, não é na esfera da circulação mercantil que se dá o aumento da riqueza do escravista, mas sim na esfera da produção. No intercâmbio com o mercado mundial ele apenas realiza o processo de transformação da renda natural - mercadoria, em renda monetária, ou seja, dinheiro.

Todo regime de exploração do produtor direto se rege por uma lei específica de apropriação do sobretrabalho pelo explorador, isto é, de apropriação daquela parte do trabalho da qual resulta o sobreproduto ou excedente criado pelo trabalhador acima do produto necessário ao seu sustento e reprodução. No escravismo colonial, a

lei de apropriação do sobretrabalho formula-se da seguinte maneira: *a exploração produtiva do escravo resulta do trabalho excedente convertido em renda monetária*. (GORENDER, 2016, p.193 - grifos do autor).

Diferente do escravismo antigo, de tipo patriarcal, onde a exploração do escravizado se convertia, predominantemente, em renda natural, ou seja, no acúmulo de bens pelos exploradores, no escravismo colonial, de tipo mercantil, ela é predominantemente convertida em renda monetária. Ainda que houvesse também a presença da renda natural no escravismo mercantil, ou da renda monetária no escravismo antigo, a determinação de cada uma no sistema obedece àquela predominância. “As categorias de renda natural e renda monetária permitem estabelecer a diferença essencial entre dois tipos históricos de escravismo: o escravismo patriarcal e o escravismo mercantil ou colonial” (GORENDER, 2016, p. 194).

A engrenagem do modo de produção escravista colonial passava pela *esterilização* de parte da renda monetária na compra de novos escravos, a partir dos quais era possível repor a força de trabalho desgastada ou aumentá-la, para dar continuidade ao processo de produção e exploração.

De acordo com Gorender (2016), é importante ressaltar que a conversão das mercadorias apropriadas pela exploração do trabalho escravo em dinheiro não dava ao escravismo colonial um caráter capitalista, como aparece em muitas análises.

Vejamos, o *capital mercantil* - comercial e usurário, predominante no processo de *realização* da riqueza produzida pelo trabalho escravo, por si só não representa a conversão em um *modo de produção capitalista*. Essas formas de capital existem desde as sociedades antigas, representando suas primeiras formas de existência, como apontou Marx (2017).

O capital comercial se elevou a partir do século XV, pelas Grandes Navegações, como intermediário na esfera da circulação de mercadorias produzidas em distintos modos de produção, mas autônomo em relação a estes, sem se desenvolver no seu interior como forma determinante das transformações nas relações de produção. Ao contrário, o capital mercantil contribuía para o atraso dessas



transformações, visto que é da manutenção das mesmas que ele pôde se desenvolver. Marx (2017, p. 372) aponta que

O desenvolvimento autônomo e preponderante do capital como capital comercial tem o mesmo significado de uma insubmissão da produção ao capital, isto é, do desenvolvimento do capital sobre a base de uma forma social da produção que lhe é estranha e que não depende dele. Portanto, o desenvolvimento autônomo do capital comercial se apresenta na razão inversa do desenvolvimento econômico geral da sociedade.

O capital mercantil, autonomizado na esfera da circulação, cumpria, pois, no período do escravismo colonial, o papel de mediador entre os extremos, naquilo que Eric Williams (2012) denominou de *comércio triangular*. Isto significa que sua atuação se dava no intercâmbio de mercadorias entre as Américas, que com o escravismo colonial eram produzidas pelo trabalho escravo; a Europa Ocidental, com as manufaturas e o modo de produção capitalista nascente, intercambiava mercadorias produzidas a partir do trabalho “livre”; e a África, acossada pelas guerras provocadas entre os distintos povos, com a caça de “peles negras” que transformava de homens em mercadorias; estes, evidentemente não brotavam da terra e, deveras, só poderiam estar vivos para serem sequestradas e mercadorizadas por terem se reproduzido a partir de formas de organização do trabalho, de modos de produção próprios e em diversos estágios de desenvolvimento das forças produtivas, os quais foram amplamente interrompidos ou modificados pelas guerras e pela colonização.

Fora do que Williams (2012) compõe na triangulação comercial, podemos ainda incluir, na mediação parasitária do capital comercial, todo o fluxo de mercadorias do Oriente, também produzidas por distintos modos de produção, os quais Marx denominou de *Asiáticos*. Eis a simultaneidade dos processos que ascenderam o mercado mundial e deram ao capital mercantil seu período de glória.

Gorender (2016) afirma que o escravismo colonial deu ao capital mercantil a possibilidade de se desenvolver com amplitude. Se nas sociedades antigas o mesmo se apresentou irrisório, às margens da renda natural, sob o escravismo colonial pôde se expandir. Isto se deve ao fato de que sob este modo de produção o mercado interno é

demasiado estreito e inadequado aos fins mercantis dada a sua própria composição social. O escravismo colonial somente poderia existir de modo dependente do mercado externo, o que se expressa na tendência à especialização conferida à plantagem. O mercado europeu, destino da produção escravista, já havia iniciado a sua expansão pelas Grandes Navegações e o intercâmbio com o Oriente.

Estavam, portanto, criadas as condições para que o escravismo com fins mercantis assumisse a única forma em que pôde desenvolver-se com amplitude: a forma de escravismo colonial, isto é, de um modo de produção dependente do mercado metropolitano.

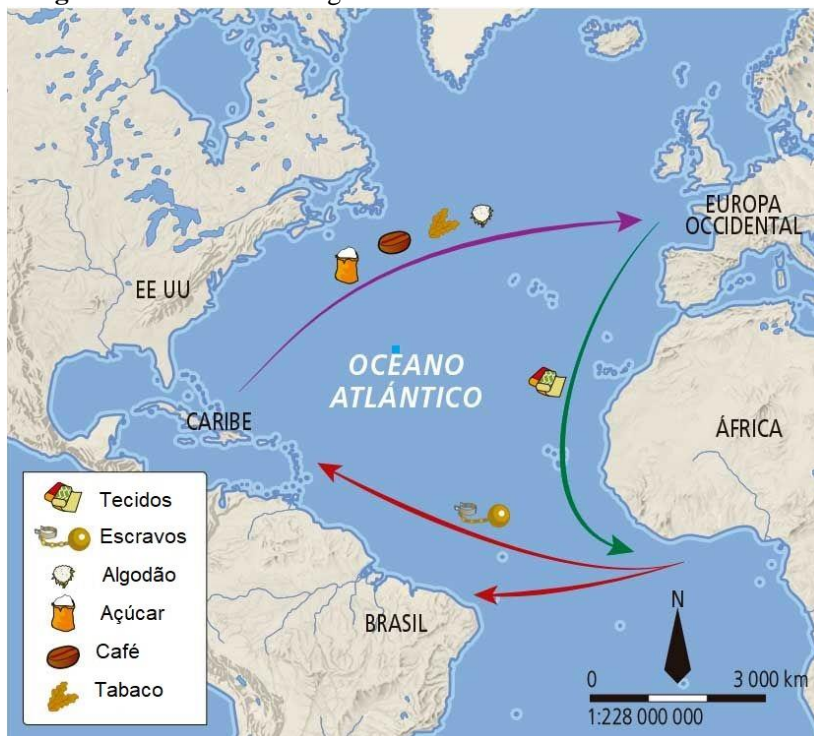
(...) o conceito de colonial é aqui puramente econômico. (...) O significado econômico de colonial, próprio a era iniciada com o mercantilismo, explicita-se, a meu ver, nos seguintes traços principais: 1º - economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2º - troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações; 3º - fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo (GORENDER, 2016, p. 201).

Para Moura (2014) e Williams (2012) sendo dependente do mercado mundial, a unidade econômica escravista, expressa na plantagem, só poderia sobreviver com e para o mercado mundial. Este, por sua vez, só se dinamizou como comprador de mercadorias e acumulador de capitais, em ritmo acelerado, por conta da produção escravista colonial. Na relação de dependência, eram complementares.

O relevante aqui, do ponto de vista teórico, consiste no fato de se compatibilizar um modo de produção fundado na escravidão com a finalidade mercantil. O escravismo antigo e o feudalismo comportaram relações mercantis sem ameaça a estabilidade de suas estruturas, porém somente até determinado nível de desenvolvimento das relações mercantis. Acima desse nível, mais elevado decerto para o feudalismo do que para o escravismo patriarcal, um e outro passam a perder

a força coesiva interna. O escravismo colonial não comportava a mercantilização total, pois subsiste nele um setor de economia natural, porém o comércio intensificado não exerce efeito desagregador na sua estrutura. O escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital. A explicação já se contém no exposto acima: um modo de produção baseado na escravidão é compatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado *externo* apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional (GORENDER, 2016, p. 201, grifo do autor).

A circulação mercantil e a existência de um mercado externo foram, portanto, os pressupostos para o modo de produção escravista colonial e a mercadoria escrava era a mola propulsora desse modo de produção, sem a qual seria inviável. O mapa abaixo retrata os termos dessa operação, conforme a interpretação de Williams (2012).

**Imagem 1 - Comércio Triangular**

Adaptação de: <https://www.pinterest.ie/pin/841047299137986705/?lp=true>. Acesso em: 13/01/2019.

Há entre os pesquisadores do tema grandes divergências sobre a quantidade de escravos importados para as Américas, muitos documentos oficiais foram perdidos ou destruídos, mas de todo modo não retratavam a totalidade do tráfico, posto que o contrabando ilegal era comum. Entretanto, há consenso de que o Brasil foi o que recebeu o maior percentual dos escravos sequestrados na África. Calcula-se entre 3,5 a 5,5 milhões o número de escravos ingressos no Brasil, dos cerca de 9 a 10 milhões que ingressaram nas Américas. Ressaltando que a diferença entre o número de escravos embarcados na África e os desembarcados nas Américas haviam perdas substantivas, relativas às mortes por doenças, fome etc.

Pesquisas recentes, sistematizadas pelo *Slave Voyages* trazem os resultados mais recentes sobre o cotejamento dos documentos os

documentos oficiais, na tabela abaixo podemos ver que a representação do Brasil na absorção dos escravos.

**Imagem 2** – Mapa do fluxo de escravos



Fonte: <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>.

Nota-se, a partir dos dados apresentados acima, que a quantidade de escravos trazidos para o Brasil foi bastante expressiva, principalmente se compararmos com os dados acerca do número de escravos desembarcados em outras regiões da América. A tabela a seguir mostra a distribuição dos escravos no Brasil de acordo com as entradas anuais por região. Nota-se um grande salto nos números entre os séculos XVIII e XIX, período de fastígio do escravismo pleno até o fim do tráfico em 1850. “Há quem estime em 50.000 o número de negros importados anualmente. Foi quando o escravo africano passou a ser chamado “pés e mãos dos senhores” e Angola “nervo das fábricas do Brasil” (MOURA, 2014a, p. 83).

**Tabela 1** – Número de escravos entrados no Brasil

<b>Número de escravos entrados no Brasil</b> (avaliação feita baseada em estatísticas aduaneiras)				
	<b>Regiões</b>	<b>Entradas Anuais</b>	<b>Total Anual</b>	<b>Total de Importação</b>
Século XVI	Todo o Brasil			30.000
Século XVII	Brasil Holandês	3.000		
Século XVII	Brasil Português	5.000	8.000	8.000
Século XVIII	Pará	600		
Século XVIII	Recife	5.000		
Século XVIII	Bahia	8.000		
Século XVIII	Rio	12.000	25.000	
Século XIX	Rio	20.000		
até 1850	Todo o Brasil	50.000	1.500.000	
Durante o tráfico				4.850.000

Fonte: MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1935, *apud*. MOURA, 2014, p. 191.

De acordo com Clóvis Moura, durante o escravismo pleno, até o ano de 1808, os escravos representaram o grosso da população da

Colônia, que a partir daí começa a se diversificar mais com um maior fluxo de imigrantes europeus.

[...]no ano de 1583, as estimativas davam à Colônia uma população de cerca de 57.000 habitantes. Deste total, 25% eram brancos, 18.000 índios e 14% negros. Segundo cálculos de Santa Apolônia, em 1798, para a população de 3.250.000 habitantes havia um total de 1.582.000 escravos, dos quais 221.000 eram pardos e 1.361.000 negros, sem contarmos os libertos que ascendiam a 406.000. Para o biênio de 1817-1818 as estimativas de Veloso davam, para um total de 3.817.000 habitantes, a cifra de 1.930.000 escravos, dos quais 202.000 eram pardos e 1.728.000 negros. Havia também uma população de negros e pardos livres que chegavam a 585.000 (MOURA, 2014a, p. 84).

Importa na análise da inserção do escravo como mercadoria, que tanto a escravização dos negros sequestrado na África, quanto a dos indígenas, exigiam uma inversão de renda para a sua aquisição. O tráfico de escravos africanos, um dos negócios mais lucrativos da época do mercantilismo, conforme apontam Williams (2012) e Gorender (2016), engendrou um processo que envolvia o traficante africano e o traficante europeu. Como a captura se obtinha pela guerra e pelos sequestros, o custo do escravo era zero para o fornecedor, não havia por este nenhum investimento ou trabalho cristalizado, já que não havia na África a *criação* de negros para serem escravizados, reforça Gorender (2016). Ao traficante africano interessava sobretudo o escambo, a troca simples por produtos exóticos, sem um sentido estritamente mercantil ou de acúmulo de capital. Já o traficante europeu visava o lucro, atuava no processo da circulação mercantil e todo o investimento realizado em embarcações e no transporte transatlântico recuperava-se vantajosamente com a venda dos escravos na América, como diz: “A diferença entre os preços no mercado vendedor e no mercado comprador podia ser, em consequência, muito ampla e proporcionar um lucro excepcional em comparação com outras aplicações do capital mercantil” (Gorender, 2016, p. 169).

A venda do escravo era, pois, um dos meios pelos quais o capital mercantil se apropriava da renda produzida pelo trabalho escravo nas Américas. Representava a captação de recursos na esfera da

circulação. Ao comprar o escravo o plantador adquire o direito de explorá-lo durante toda a sua vida, garantindo a permanência e a continuidade do processo produtivo, “Nesse sentido, constata-se que a compra do escravo é inteiramente funcional no escravismo e resume sua racionalidade específica. Irracional seria pretender que a produção escravista pudesse prescindir de escravos” (GORENDER, 2016, p. 205).

O empregador capitalista não compra o operário, mas contrata com ele o fornecimento de sua força de trabalho por determinado tempo. A existência do servo é simultaneamente pressuposto e decorrência da propriedade dominial. Já o escravista só terá o escravo se o adquirir e, para tanto, precisa realizar um investimento, um adiantamento de recursos. Esta inversão prévia - a inversão inicial na aquisição do escravo - constitui categoria econômica absolutamente específica do escravismo (GORENDER, 2016, p. 203).

Entretanto, o autor afirma que a inversão inicial na compra do escravo representa um gasto que nada tem a ver com o processo de produção em si. Tal gasto se insere na operação da economia escravista a partir da sua exploração. Por exemplo, se imediatamente após a compra do escravo este viesse a falecer ou a fugir, não teria tido vínculo nenhum com o processo produtivo na unidade plantacionista, no entanto a operação comercial, o gasto da renda do escravista comprador já havia se consumado, e as expectativas de se apropriar de uma nova renda a partir da aquisição daquele escravo estariam frustradas.

Gorender (2016) descarta as teses que apontam o investimento na compra do escravo como *capital fixo*, apresentadas nos trabalhos de N.W. Sodré, F.H. Cardoso e mesmo Caio Prado Jr.. Para o autor há somente uma analogia entre o dinheiro gasto no escravo e o gasto no capital fixo.

Também o preço do escravo é desembolsado de uma vez e recuperado gradualmente, no curso dos 10 ou 20 anos de vida produtiva do escravo. Marx, entretanto, não diz que o escravo é capital fixo. Afirma, isto sim, que o *capital dinheiro* [*Geldkapital*] empregado na compra do escravo *desempenha o papel* [*spielt die Rolle*] da *forma dinheiro* do capital fixo [*von Geldform des fixem*



*Kapitals*]. Portanto, não é o escravo como tal, como ser humano concreto, que desempenha o papel de capital fixo, mas o *dinheiro* aplicado em sua compra se comporta à maneira da forma dinheiro do capital fixo (GORENDER, 2016, p. 218).

Também não era capital variável, já que este diz respeito à salários, o que não se aplica no emprego de escravos. O custo de reprodução física do escravo era na maioria das vezes absolutamente reduzido, mas independente disso, a parte do tempo de trabalho que era gasta na produção dos bens por ele consumida representava a *lei da reprodução necessária da força de trabalho gasta no processo de produção*, intrínseca a todos os modos de produção (GORENDER, 2016). Este tempo aparecia ao escravista como um gasto de produção, mas, era em verdade um falso gasto de produção, ressalta o autor, já que o dispêndio no sustento do escravo se dava dentro do próprio processo de produção no qual este estava empregado, é a parte do *trabalho necessário* à sua reprodução, sem a qual não pode haver *sobretabalho*.

Para Gorender (2016), o *capital-dinheiro* aplicado na compra de escravos é semelhante ao aplicado na compra da terra nua, sem qualquer obra beneficiadora, esse capital não concorre para a produção, mas dá ao comprador o direito de receber uma renda, à qual só pode ser extraída do processo de trabalho, já que a mera propriedade jurídica da terra ou do escravo não cria renda. A citação de Marx abaixo, trazida também por Gorender (2016) deixa bastante explícita esta questão:

Tomemos, por exemplo, a economia escravista. O preço que se paga pelo escravo não é outra coisa senão o mais-valor ou o lucro, antecipado e capitalizado, a ser extraído dele. Mas o capital que se paga na compra do escravo não pertence ao capital por meio do qual se extrai do escravo o lucro, o mais-trabalho. Pelo contrário. É capital de que o senhor de escravos alienou, dedução do capital que ele detém na produção real. Não existe mais para ele, exatamente como o capital investido na compra da terra não existe mais para a agricultura. A melhor prova está no fato de que ele só volta a ter existência para o senhor de escravos ou para o proprietário fundiário quando

ele volta a vender o escravo ou a terra. Então se produz a mesma situação para o comprador, A circunstância de que ele tenha comprado o escravo ainda não o capacita a, sem mais nem menos, explorá-lo. Só o capacita a isso um capital posterior, que ele emprega na própria economia escravista (MARX, 2017, p. 869).

É da exploração do trabalho do escravo, da apropriação do sobretrabalho produzido por este, que que o escravista adquire nova renda, acima da gasta na sua compra. Disso depreende outra lei específica do escravismo colonial, de acordo com a formulação de Gorender (2016, p. 221, itálicos do autor)

*(...) a inversão inicial de aquisição do escravo assegura ao escravista o direito de dispor de uma força de trabalho como sua propriedade permanente e simultaneamente esteriliza o fundo adiantado neste puro ato de aquisição, reposto a custa do excedente criado pelo mesmo escravo.*

A reposição do capital-dinheiro investida na compra do escravo, acrescida de nova quantia, se dava por um processo de amortização que dependia da duração da vida útil do plantel de escravos ou seja, do período de plena capacidade de trabalho do mesmo. A vida útil do escravo, e portanto, o tempo de amortização do capital-dinheiro adiantado na sua compra, bem como o tempo poderia gerar lucros ao escravista, era variável a depender de alguns elementos:

A) preço de compra: definido pelo movimento da oferta e da procura no mercado internacional, que variava de acordo com os ciclos produtivos. Quanto mais caro o escravo, mais o proprietário deveria zelar por sua vida, para não ter prejuízo. Este elemento entrava sempre em contradição com os demais, posto que a tendência do escravista é explorar o escravo na sua máxima capacidade;

B) da capacidade de trabalho: elementos como idade, sexo, robustez etc. impactavam nessa capacidade;

C) da rentabilidade da produção escravista no mercado internacional: esta, por sua vez, era subordinada também às demandas do mercado mundial por produtos, havendo conjunturas de alta e baixa rentabilidade; na primeiras o escravo sofria um desgaste muito maior,

pois a demanda exorbitante de trabalho implicava numa ampliação ainda maior da jornada de trabalho, que em regra já era bastante prolongada, o desgaste decorrente desse processo reduzia sua vida útil; na segunda, não tendo uma demanda de ampliar produção, sua capacidade de trabalho poderia se prolongar, mas isso impactava na rentabilidade da plantagem e nas possibilidades de reposição do capital-dinheiro gasto no plantel. Nota-se uma contradição, mas era parte da racionalidade do escravismo.

Desta racionalidade e de suas próprias contradições se expressa a relação entre a exploração do escravo na produção de riquezas e a acumulação de capitais no âmbito do escravismo. Relação que obedece às particularidades dessa racionalidade própria, as quais não podem ser apreendidas se não por sua processualidade historicamente determinada.

Da exploração do trabalho escravo, o proprietário retirava tanto a renda retida anteriormente, quanto uma renda acrescida, parte desta era retida novamente na compra de novos escravos, esterilizando novamente uma parte do seu capital-dinheiro, e outra cobria o consumo do proprietário ou era poupada. Gorender (2016) afirma que, sempre que a conjuntura fosse favorável e a economia escravista fosse privilegiada com a venda de seus produtos a preço de monopólio, era possível a acumulação no seu interior, no entanto, o impacto da inversão de renda na compra de novos escravos, condição *sine qua non* para a continuidade do sistema, conduzia, em conjunturas normais, ao inverso.

A renda retida na importação de novos escravos, ao esterilizar parte do capital-dinheiro do plantador, cumpria sobre o processo de acumulação da economia escravista um papel de *desacumulação*, pois ao ser drenada pelo capital comercial pelos traficantes europeus, reduzia substancialmente os recursos poupados para investimento. “Nem é preciso mais do que isto a fim de demonstrar o caráter não somente pré-capitalista, mas também anticapitalista, do regime escravista colonial (GORENDER, 2016, p. 240)”. Diz ainda:

Se juntarmos este efeito desacumulativo aos demais efeitos da conservação da estrutura escravista e à continuação da espoliação colonialista, implícita no escravismo, teremos explicado o retardo do desenvolvimento econômico do Brasil na mesma época em que a

economia capitalista avançava impetuosamente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

A suposição de que entre o escravismo não existe barreira constitui uma falácia da *New Economic History*. Tanto no Brasil como no sul dos Estados Unidos, o desenvolvimento industrial teve seu ponto de partida na acumulação originária do escravismo. Mas este também foi um obstáculo, um fator de contenção e de retardamento do desenvolvimento industrial de tipo capitalista. Completamente o contrário do que sucedeu no norte dos Estados Unidos, onde o impulso da industrialização capitalista não precisou romper os freios do capitalismo colonial (GORENDER, 2016, p. 241, grifo do autor).

Através do *comércio triangular* o capital mercantil pôde se expandir de forma parasitária por longo tempo, o qual se delinea pela manutenção das condições objetivas sob os quais se ancorava: a apropriação da riqueza produzida pelo escravismo colonial. Somente a ascensão do capital industrial é que erige barreiras à sua dominação, como veremos no próximo capítulo desta tese.

O comércio exterior impelia um processo no qual a subordinação da economia escravista colonial ao centro *explorador-comprador* definiu um quadro, onde a apropriação da riqueza produzida pelo trabalho escravo fluía quase que completamente para o exterior; mas, ao mesmo tempo, este fluxo é que retroalimentou a dinâmica escravista,

O sistema que funcionava como regulador da produção das colônias - quer na sua quantidade, quer estabelecendo o ritmo de rotatividade dos produtos nativos a serem adquiridos - era também o responsável pelo suprimento de escravos. Com isto, forma-se um circuito fechado articulado no sentido de subordinar as economias coloniais na sua totalidade, e não apenas em alguns aspectos particulares (MOURA, 2014, p. 75).

A drenagem da riqueza se completava pelo estrangulamento fiscal, que durante todo o período colonial impôs o pagamento de dízimos, impostos, obrigações e contribuições fiscais ao Reino,

onerando ainda mais os produtores. Gorender (2016) relata ainda como até mesmo a parte retida pelos proprietários escravistas terminava, de um modo ou de outro, nas mãos dos mercadores representantes do capital comercial, comprometendo o processo de acumulação interna da economia escravista.

Nesse processo, que impactava numa *desacumulação* e compressão do investimento produtivo na ampliação dos meios de produção, compreende-se, além da pilhagem externa pelo capital comercial e pelos dízimos e impostos pagos à Metrópole, outros elementos como o entesouramento e o consumo de luxo. Sobre o consumo de luxo e suas contradições dentro do processo, Moura (2014, p.80) aponta que este tipo de consumo fazia parte do *ethos* social dos senhores. O prestígio social da classe dominante passava pela suntuosidade. O prestígio do senhor “era avaliado não apenas pela sua renda, mas, também, pelo número de escravos não produtivos que o cercavam”. Todos os atos sociais eram também um ritual de ostentação da riqueza, necessários para demarcar o poder do escravista para o restante da sociedade. “A emulação do poder passava pelos rituais simbólicos de prestígio dos membros da classe senhorial, sendo um deles a forma como se exibiam em certos atos” (MOURA, 2014, p. 81).

Salta a vista que a economia escravista era capaz de acumulação, porém, nem sempre conseguia fazê-lo sob forma de ampliação dos meios de produção. *Uma parte da renda poupada se acumulava sob a forma de tesouro, de riqueza retirada da aplicação à criação de novas riquezas, o que, por sua vez, reduzia a escala ulterior da própria acumulação* (GORENDER, 2016, p. 589).

A análise do escravismo sob a ótica da racionalidade do modo de produção capitalista leva sempre à conclusão da sua irracionalidade. Gorender (2016) chama atenção à imposição analítica de uma racionalidade “supra-histórica”, que abstrai das condições concretas, das finalidades e leis objetivas do escravismo. O que parece irracional no escravismo, sob a ótica da racionalidade capitalista, é, na verdade parte do razão lógica daquele modo de produção emergida das condições concretas que o fundaram. Primeiro é preciso entender que a produção de riqueza, através do trabalho é diferente de acumulação de capital nos termos capitalistas. Circulação simples de mercadorias é diferente de

processo de valorização do capital. Ater-se ao fato de que cada modo de produção possui *leis específicas* é fundamental para entender a racionalidade de cada um.

Em síntese, o ciclo de produção de riqueza no escravismo colonial tinha como ponto de partida a inserção do escravo no processo produtivo. Da exploração do escravo o escravista obtinha tanto o equivalente à renda - *capital-dinheiro* - gasto na compra do mesmo, quanto uma quantidade de renda monetária acima daquela. Desta renda adquirido pela venda das mercadorias, era, portanto, amortizada a parte correspondente à compra do escravo, repostos os gastos com a produção e a parte restante ou o “lucro”, era distribuída de várias formas:

1) uma parte era revertida novamente na compra de mais escravos para dar continuidade ao ciclo produtivo, e, portanto, apropriada pelo traficante de escravos, saindo definitivamente do processo de produção interno;

2) outra parte era drenada pela Metrópole através dos diversos encargos fiscais, o que também estrangulava as possibilidades de retenção interna de *capital-dinheiro*;

3) finalmente, parte do “lucro” ficava com o escravista ou era entesourado, portanto retirado do processo de circulação e do processo produtivo, ou gasta em consumo suntuoso.

Ou seja,

A economia não permitia, portanto a acumulação interna de capitais em nível capaz de dar um passo de mudança econômica e social qualitativo nem que fossem transformadas as relações de produção fundamentais. Com isto, ficava quase estagnado o seu dinamismo interno no nível de reprodução contínua do trabalho escravo quase de maneira circular, sem uma espiral ascendente que rompesse as barreiras estruturais. O escravismo criava os seus próprios mecanismos de estagnação econômica e social internos e era estrangulado externamente de forma quase completa pelo polo de poder da Metrópole (MOURA, 2014, p. 82).

De acordo com Moura (2014), com todas as suas contradições, suas particularidades regionais e históricas, o escravismo durou plenamente até quando não foi mais possível a reposição da população escrava, fonte primordial da sua riqueza. Apenas a partir deste empecilho se inicia a sua decadência.

### *3.2.2. As determinações e contradições da existência do escravo como produtor de mercadorias: A luta de classes no escravismo colonial.*

*Meu avô já foi escravo  
Mas viveu com valentia  
Descumpria a ordem dada  
Agitava a escravaria  
Vergalhão, corrente, tronco  
Era quase todo dia  
Quanto mais ele apanhava  
Menos ele obedecia*

(Paulo César Pinheiro, Toque de São Bento grande de Angola)

Com referência em Marx, Gorender (2016, p. 214) nos lembra que qualquer que seja o regime de exploração, no qual se dá “o desenvolvimento da riqueza material em contradição com o indivíduo e à sua custa”, há a conversão do ser humano em ‘simples meio de produção’. “A coisificação do produtor humano (...) constitui a perspectiva do regime de exploração”. Mas o sujeito do processo de trabalho é sempre o trabalhador, é ele o agente subjetivo que transforma a natureza, independente se escravo, servo ou assalariado.

Não obstante, Marx reiteradamente referiu-se a homens e indivíduos, focalizou a exploração e a alienação sob o prisma deles e não só das classes sociais. Os portadores de relações econômicas não perdem sua vivência entre pessoas e somente pessoas são capazes de *personificar* categorias econômicas. Isto é, aqui a categoria econômica define um modo de existência histórico do ser humano e não de coisas impessoais, puramente objetivas. Os homens, individualmente considerados, só podem ser portadores de relações de produção se e quando, forçados ou não, assumem subjetivamente e agem conforme a elas,

motivadas por elas. A objetividade das relações de produção nunca dispensa o momento de sua personificação, de sua introjeção na subjetividade das pessoas agentes, qualquer que seja a imagem mistificada que estas formem a respeito das próprias relações de produção (GORENDER, 2016, p. 215-16).

Moura (2014, 2014a) e Gorender (2016) empreenderam nas suas obras um embate contra a historiografia predominante na academia brasileira, que retrata a existência dos escravizados de forma (distorcida) que redundaram sempre na conclusão de sua submissão e adaptação ao sistema escravista. Para tanto, esta historiografia tem interpretado sempre a sua rebeldia, seus crimes e protestos como reações animalescas, não dotadas de consciência, insignificantes. Estudiosos que, desde Nina Rodrigues e Oliveira Viana<sup>26</sup>, reduzem os termos de luta relacionados aos negros a simples movimentos aculturativos, de rejeição aos padrões culturais ocidentais. Mesmo muitos dos que se propuseram críticos, materialistas, ao se limitarem com a noção de classe e de consciência de classe, ao transplante automático ou imersos na dominação ideológica eurocêntrica, nunca se deram conta, ou nunca se deram ao trabalho, de analisar a realidade concreta da luta de classes que fundou a sociedade brasileira durante quase quatro séculos de escravismo.

Com isto a dinâmica social praticamente desaparecia na sua concretude para dar lugar a uma explicação cômoda, na qual tudo se ajustaria, não fossem essas diferenças culturais. Transferiria-se, assim, para o plano cultural, através dos conceitos de acomodação, adaptação, aculturação, assimilação e outros, diversos níveis de consciência social do escravo negro e sua consequente rebeldia. O conflito social era substituído pelos choques culturais. E com isto a

---

<sup>26</sup> Ambos estudiosos brasileiros que incorporavam o debate sobre a classificação da humanidade em distintas raças. Ver: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-13-Marcia-Neves.pdf> e <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/oliveiravianaeasquestoesdamiscigenacaono brasil.pdf>



escravidão ficava apenas como pano de fundo estático onde ele se operava (MOURA, 2014a p. 35).

Assim, predominantemente, também se conta a história da luta de classes no Brasil a partir do trabalho “livre”, da chegada dos imigrantes brancos em fins do século XIX, de um modo de produção capitalista apreendido de forma supra-histórica, sem considerar suas particulares conexões com o modo de produção que o antecedeu, sem apreender as experiências de luta dos africanos e seus descendentes no território desde o escravismo colonial. A estes é legada apenas a “herança cultural”, quando muito.

Sempre subalterna e comparacionista, a historiografia predominante não deu conta de decifrar que as manifestações da luta dos negros no Brasil escravista emergiram das suas próprias contradições e se dinamizaram sob elas. O fato de que essas lutas não conduziram organizadamente à uma transformação radical da sociedade escravista não as invalida como manifestações das contradições de classes e suas determinações sobre aquela sociedade.

O conteúdo ideológico desta cegueira, da mitologia de que o negro era um semovente, é tão profundo que se reflete no amplo desconhecimento ou desvalorização dos processos de luta até mesmo onde os negros a radicalizaram formando uma organização como a de Palmares, e mesmo onde sua luta radical levou à tomada do poder e à proclamação da independência da nação, como foi no Haiti, na brava luta empreendida pelos escravizados entre 1791 a 1803. O *memoricídio* também se expressa largamente na história do povo negro na diáspora africana, é também expressão do racismo. Ontem e hoje, a inferiorização da sua existência, a vulgarização da sua história e a minimização das suas lutas se apresentam como armas potentes na manutenção da subordinação e exploração da população afrodescendente.

Na dinâmica do escravismo, a contradição e entre *coisa* e *pessoa* que emana da existência do sujeito escravizado engendra um processo de conflito entre o escravo e a condição que lhe é imposta e, portanto, com a estrutura social e os sujeitos que representam tal imposição. Esta dupla determinação contraditória permeia a existência dos escravizados enquanto classe social, em cuja oposição está a classe dos proprietários, pois

o escravo, sendo uma propriedade, também possui corpo, aptidões intelectuais, subjetividade, - é em suma, um ser humano. Perderá ele o ser humano ao se tornar propriedade, ao se coisificar? (...) Essa questão incide na contradição inerente à condição escrava, desde que surgiu e se imprimiu em determinada classe social ( ...) primordialmente, a contradição foi manifestada e desenvolvida pelos próprios escravos, como indivíduos concretos, porque, se a sociedade humana os coisificou, nunca se pode suprimir neles ao menos o resíduo último de pessoa humana ( GORENDER, 2016, p. 92).

O escravizado, antes de qualquer outro sujeito ou instituição, expressa esta contradição ao reagir à condição de coisa. E esta reação é a mola propulsora da luta de classes entre escravizados e proprietários de escravos. O ato de afirmação da humanidade do escravo é visto como crime, porque, necessariamente, viola o direito de propriedade dos escravistas e ameaça a ordem do sistema.

Seu comportamento e sua consciência teriam de transcender à condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendem, antes de tudo, pelo ato criminoso. O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o senhor à fuga do cativo. Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens [e mulheres] (GORENDER, 2016, p. 94).

De acordo com Gorender, a pena pelo crime cometido pelo escravo implicava em reconhecer que se punia um ser humano. Contradição expressa no direito escravista, que se estrutura para dar resposta à dinâmica das relações sociais escravistas, protagonizadas pelo antagonismo entre senhores e escravos. O fato de estabelecer penas aos crimes cometidos por escravos revela certo reconhecimento da condição humana dos mesmos. Isto não alterava, no entanto, as leis econômicas objetivas do modo de produção escravista, as quais se assentou na coisificação do ser escravizado, no entanto jogou água no moinho das contradições que emanavam daquelas leis econômicas.

A coerção extra econômica era fundamental ao escravismo colonial. Neste modo de produção o **trabalho** apresenta-se no seu reverso; de fundamento ontológico da humanidade, mecanismo que fez nascer o homem enquanto homem, *ser social*, ele se apresenta diretamente como o mais absoluto mecanismo de consolidação da objetificação, de deturpação das possibilidades criativas do sujeito, da sua animalização e brutalização.

Ao escravizado o trabalho significa e se apresenta como a afirmação da condição de *coisa* que lhe fora imposta, e negá-lo é negar esta condição. Por isso a coerção extra-econômica se fazia fundamental no escravismo, apenas sob a pena de violação do corpo, da violência das chibatadas, troncos, e demais instrumentos de tortura e morte, poderia o sujeito escravizado concretizar esta condição. Desse modo, *trabalho e castigo* - físico e psicológico - tornam-se termos indissociáveis no sistema escravista, afirma Gorender (2016). Negar o trabalho, assim como cometer um crime é a reação do escravizado na afirmação da sua humanidade. “O escravo é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado. A reação ao trabalho é a reação da humanidade do escravo à coisificação” (GORENDER, 2016, p. 99).

Porque o escravo real só conquistava a consciência de si mesmo como ser humano ao repelir o trabalho, o que constituía sua manifestação mais espontânea de repulsa ao senhor e ao estado de escravidão. A humanidade se criou pelo trabalho e, por mediação dele se concebeu humanamente – nisto reside a verdade da fenomenologia hegeliana. Já ao homem escravo só foi dado recuperar sua humanidade pessoal pela rejeição do trabalho. Tal a dialética concreta num momento dado do desenvolvimento social (GORENDER, 2016, p. 105).

A diferenciação entre escravo e trabalhador livre reside no fato substancial de que este último não é pessoalmente apropriado pelo explorador, apresenta-se no processo de trabalho como força puramente objetiva. “Dispõe de força de trabalho - complexo de suas energias físicas e mentais - e a vende ao capitalista ‘livremente’ como o faz qualquer outro possuidor de mercadorias” (GORENDER, 2016, p.115). Ser livre é a condição fundamental do trabalhador assalariado, livre da

sujeição pessoal e livre da propriedade dos meios de subsistência. Sendo também objetificado e deturpado pelo processo de exploração, o assalariado se diferencia do escravo na sua *não sujeição pessoal*. Sua submissão ao capital não aparece no processo de trabalho, sua alienação é mistificada pelo contrato de compra e venda da sua força de trabalho, pelos termos jurídicos do direito burguês que o igualam ao capitalista perante o mercado. Os processos de dominação ideológica do trabalhador assalariado ocultam a sua relação desigual com o capitalista. O contrário se deu na escravidão colonial, onde a dominação ideológica pressupunha a criação de mecanismos de deturpação, inferiorização, negação ontológica do escravizado e a coação extra-econômica se faz fundamental para regular as relações entre sujeitos construídos socialmente como desiguais.

Para que o trabalhador livre seja alienado na pretensa igualdade burguesa, ele não pode ser propriedade, não pode ser pessoalmente submetido ao despotismo capitalista, ele deve ser “livre” para vender sua força de trabalho de forma consentida, ainda que, em essência, não lhe reste outro modo a não ser submeter-se ao capital. Na ideologia burguesa o trabalho alienado aparece ao trabalhador como a sua redenção e a coação extra econômica se faz dispensável, pois

Por um lado, a educação, a tradição e o hábito tornaram espontânea nos operários a aceitação das exigências do trabalho assalariado no modo de produção capitalista. Por outro lado, o mecanismo deste adquiriu determinado desenvolvimento e quebrou toda a resistência ao criar uma superpopulação relativa mediante a tecnologia intensiva poupadora de mão de obra (GORENDER, 2016, p.117).

*A alienação colonial* (FANON, 2008) que emergiu da estrutura do escravismo expressa a deformação do subconsciente social de ambos os sujeitos no processo, tanto escravizados quanto escravistas. Nas sociedades de classe onde surgiu a escravidão, (...) a tendência dos senhores de escravos eram vê-los como *animais de trabalho*, como *instrumentum vocale*, bem semovente” (GORENDER, 2016, p.93), o que no reverso constituía sobre si mesmos a visão de superiores, humanos, dominadores.

No Brasil, e na diáspora africana como um todo, a barragem social ao escravizado se revestiu da reivindicação racial, construída a

partir das diferenças físicas e culturais dos indígenas e africanos, estes, mesmo quando libertos da escravidão, ainda sentiam pesar sobre si tal reivindicação. Os comportamentos definidos na relação senhor-escravo ilustravam a dinâmica das relações sociais sob o escravismo colonial, se estendendo também às relações “livres” quando da Abolição definitiva da escravatura em 1888. Para Manoel Bomfim (2008, LD. Pos.1611), a barbarização destas relações

Não se trata[m] de coisas passageiras, de ódios e cruezas que acompanham as lutas armadas. Não; é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo.

Ainda que na sua análise sobre o escravismo chegue a conclusões de uma analogia entre este e o capitalismo, Antonio Barros de Castro, diferente de Moura (2014) e Gorender (2016), levanta uma interessante questão no sentido da apreensão da presença social do escravo na sociedade escravista: “Como se faz sentir, sobre a economia e a sociedade fundadas sobre o braço escravo, o fato de que a escravidão implica o uso da força, e contém no seu âmago o gérmen da rebelião?” (CASTRO, 1980, p.94). A importância que Castro dá a esta questão é semelhante àquela dada por nossos autores de referência. Para este autor, tal questão foi tratada como se não tivesse relevância por estudiosos como Caio Prado Jr. e F.H. Cardoso, os quais têm grande divulgação e prestígio por suas pesquisas:

Os autores que compartilham esta posição parecem crer que a rebeldia do escravo, manifestando-se ao nível individual, seria abafada, *in loco*, direta e pessoalmente, de tal maneira, que a chamada coerção extra-econômica, efetivamente, começa e termina com o chicote, sem deixar marcas no regime econômico-social. Quanto às rebeliões, quando, raramente, bem-sucedidas (e isto, possivelmente, apenas por algum tempo), não criariam as bases de uma nova história, podendo assim ser deixadas de lado. Os escravos existiriam, em suma, apenas como fonte de energia – “instrumentos vocais” - integrando-se

ao regime de produção, como uma quantidade social nula. A sua presença só se faria sentir a meados do século XIX, mas já, então, como barreira ou “entreve” ao desenvolvimento capitalista (CASTRO, 1980, p. 95-96).

Castro ressalta que há um véu de ignorância sobre as lutas dos escravos e seus impactos na sociedade escravista. O autor aponta certas dimensões organizadas da rebelião escrava a partir de documentos recolhidos pelo pesquisador Stuart Schwartz, que retratavam as rebeliões escravas no Engenho de Santana, em Ilhéus, em 1789. Nesses documentos estão registrados os tipos de reivindicações dos escravos para cessar a rebelião, as quais revelam a atuação protagonista dos escravos e sua capacidade de fazer reivindicações e exercer pressões sobre o regime que os explorava e oprimia.

Dentre as reivindicações constantes nos documentos estavam: o direito de utilizarem as sextas e sábados para o trabalho próprio; escolher a terra para o cultivo de arroz sem pedir licença; fixar posse permanente das ferramentas de trabalho; ter disponível e sem encargos, o direito de utilizarem o barco que ia para Salvador para transportarem suas mercadorias; redução da carga diária de trabalho de acordo com sexo e idade e o direito de se divertirem, “folgar, cantar, dançar” sem pedir licença. O movimento foi derrotado, mas o que é importante captar das suas exigências é o grau com que elas evidenciam a oposição dos escravos ao escravismo, manifesta não apenas de forma passiva, mas na *práxis*, no questionamento e tensionamento ativo daquela estruturas.

Seria ocioso realçar o alcance e a amplitude destas reivindicações. Importante é perceber que se trata, a rigor, de uma tentativa de transformação do regime econômico-social escravista. Com efeito, aceitas as propostas apresentadas, a escravidão se descaracterizaria, profundamente (CASTRO, 1980, p. 97).

É Clóvis Moura, sem dúvidas, o autor mais importante na sistematização dos termos da luta de classes no escravismo, buscando explicitar as contradições geradas no seu âmago e os seus impactos na transformação do modo de produção. Para Moura (2014a), a rebelião escrava, produzida pelo próprio sistema que exigia a presença do escravo, não apenas foi fundamental na destruição do escravismo, como

deixou marcas na sociedade de classes que o suplantou. Moura (2014; 2014a) apresenta a história do escravo negro no Brasil no reverso daqueles historiadores que focalizam no escravo como um elemento positivo, conformado, adaptado à situação e que passivamente se submeteu à classe senhorial de forma constante, implicando em apenas algumas perturbações de ordem cultural. Se fosse assim ainda seria o Brasil um país escravista. Mas a verdade, de acordo com os autores de referência nesta tese, é que a história foi muito diferente do que tem mostrado os historiadores oficiais.

As revoltas dos escravos formaram uma antinomia dessa sociedade [escravista]. Mas não foram apenas um dos termos dessa antinomia: foram um dos seus elementos dinâmicos, porque contribuíram para solapar as bases econômicas desse tipo de sociedade. Criaram as premissas para que, no seu lugar, surgisse outro. Em termos diferentes: as lutas dos escravos, ao invés de consolidar, enfraqueceram aquele regime de trabalho, fato que, aliado a outros fatores, levou o mesmo a ser substituído pelo trabalho livre (MOURA, 2014a, p. 397).

Moura (2014a) aponta que foi o *quilombola* - escravo que fugia e se marginalizava do processo produtivo escravista - o protagonista das lutas que se travaram em toda a parte onde ocorreu o trabalho escravo no Brasil. Foi o quilombola o sujeito ativo da luta durante todo o período da escravidão. A quilombagem não foi um fenômeno isolado, tampouco pontual.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes

e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 2014, p.163).

### Imagem 3 – Quilombos do Brasil do século XVII ao XIX

#### Quilombos do Brasil do século XVII ao XIX



No seu livro *Rebeliões da Senzala - quilombos, insurreições e guerrilhas*, Clóvis Moura registra cerca de 53 aquilombamentos no Brasil entre os séculos XVII e XIX, ressaltando que estes expressam apenas aqueles que pela importância e resistência foram registrados nos documentos oficiais. Em muitos deles o contingente populacional era bastante expressivo. No Campo Grande, que supõe-se, durou entre os anos 1720 e 1759, situado entre os entre as províncias de Minas Gerais e



Goiás, a estimativa de sua população era de mais de 20 mil pessoas, sendo mais de seiscentas apenas no seu exército.

Palmares, o mais estudado e conhecido historicamente, teve início no século XVII, durante a ocupação holandesa, na então Capitania de Pernambuco. Existiu entre 1630 e 1695. Foi o que durou mais tempo, entre derrotas parciais e reconstituições da sua estrutura no interstício das sangrentas lutas entre sua população e o poder colonial que buscava derrotá-la. Palmares foi um dos grandes inimigos do poder colonial e causou danos expressivos aos colonos e também foi numericamente expressivo, contando com forte organização política e militar, da qual seus principais líderes, Ganga-Zumba e, sobretudo, Zumbi, se destacaram e ganharam papel na mitologia nacional.

Moura aponta que as guerrilhas acompanham o movimento dos quilombos, de forma complementar e, às vezes independente da sua estrutura, mas proliferando nos locais onde aqueles apareciam,

A guerrilha era extremamente móvel. Por isto mesmo, pouco numerosa. Atacava as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançados dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães do mato e os moradores da vizinhança (MOURA, 2014, p.164).

Em contraposição ao sistema escravista, o quilombola exerceu um papel fundamental na desagregação do mesmo, como elemento negativo e negador, que impulsionou as transformações contraditórias na sociedade escravista.

O quilombola era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o material e socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente. Ao fazer isto, sem conscientização embora, criava as premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho (MOURA, 2014a, p. 398).

Para Moura (2014a), tomar o quilombola como um termo *ativo e dinâmico*, é o que permite entender a dialética da sua existência e dos elementos que surgiam da sua atividade rebelde; seja em contraposição à ela, como a estrutura repressiva, seja no seu fortalecimento, com a transformação de novos escravos de passivos em quilombolas. Sua atividade onerava o sistema escravista, evidenciava suas falhas e a possibilidade de outra forma de organização do trabalho que dispensava a escravidão.

Moura (2014) afirma que a atuação quilombola era crítica, embora inconsciente. O que é importante nesta atuação, do ponto de vista das transformações que impulsionou, não são suas intenções ou atitudes ideológicas, mas sim o desgaste econômico e assimetria social que produzia. As insurreições armadas e guerrilhas causavam temeridade não apenas pela desordem social que provocavam, pelos saques e violências que os escravos imprimiam na sua luta, mas, também pela possibilidade de que fosse incitada uma revolta geral entre os escravos do eito, especialmente a partir das notícias da Revolução negra no Haiti iniciada em 1791. O desgaste militar e político das autoridades a cada incursão frustrada contra os quilombos não significava apenas o desperdício de recursos financeiros e perdas humanas, mas também uma grande desmoralização para a sociedade escravista:

Esses desajustes produziram-se me cadeia e refletiram-se, quer do ponto de vista de criar necessidade de serem os escravos considerados indesejáveis como máquinas de trabalho, quer pelo próprio ônus que tal procedimento acarretava, abrindo bolsões negativos na economia escravista e onerando consequentemente o conjunto do trabalho escravo. O sistema de controle social que, por causa disto, foram obrigados a montar os senhores de escravos, isto é, os elementos repressores, as instituições de combate ao quilombola, a mobilização de recursos econômicos para combater o escravo fugido, o pagamento aos capitães do mato e, além de outras despesas, a perda do próprio escravo que se rebelava, durante todo o tempo da escravidão pensava como um elemento negativo. Além disso, tal fato, à medida que se agrava o problema com a maior

participação dos escravos nesse processo de reação, influía na produção total e na margem de lucros individuais da classe senhorial.

Mas não está apenas neste aspecto relatado acima o dinamismo das reações dos escravos. Ao se refugiarem nas matas, mostravam-se aos outros a possibilidade concreta de um tipo de sociedade sem a existência do *status* degradante (MOURA, 2014, p. 400).

O quilombola negava o escravismo, econômica e socialmente, e na sua práxis gerava, em outras camadas sociais em antinomia com a classe senhorial, elementos de reação contra o sistema, como foi o caso do movimento abolicionista. Estas reações surgiam independente e com interesses diversos aos dos escravos, mas, na totalidade, acentuaram conjuntamente a contestação ao escravismo, contribuindo para a sua decomposição econômica e social, para o fim da dominação da sua ética e dos seus valores.

De acordo com Moura (2014a), do ponto de vista da massa escrava, o quilombola contrastava com os cativos, criando uma dicotomia dentro da própria casta escrava. Mas uma dicotomia flexível, à medida que tanto o escravo passivo poderia fugir e vir a ser quilombola, quanto este poderia ser capturado e reinserido no processo de trabalho, voltando à passividade.

Uma parte desses elementos escravos, mesmo sem conscientização do processo e sem possibilidade de autoconsciência social era já *para si*, criava barreiras defensivas ao sistema, organizava-se contra o mesmo. Outra parte dos escravos, no entanto, vivia ainda prostrada sob o complexo escravista, não tinha ótica para ver sequer a sua situação imediata, o que o levaria à rebelião, era ainda um componente de uma classe *em si*, simples objeto do fato histórico. Enquanto os componentes da primeira categoria compunham a parte dinâmica da escravidão - por negação ao regime - no sentido de a transformar em organização superior de trabalho, extinguindo-a, a outra compunha a parte que consolidava aquele regime de trabalho. O *devir* social e histórico estava, portanto, perspectivado intuitiva e

fragmentariamente, mas era de qualquer forma *intuído* pelo quilombola.

(...)

A dinâmica da sociedade brasileira no que diz respeito à passagem da escravidão para o trabalho livre teve, assim, no quilombola, no elemento rebelde e que por isso mesmo negava o regime existente um fator positivo; já o escravo engastado no processo de produção, à medida que ele se conformava e mais produzia, era um elemento *conservador*. (...) A escravaria passiva sustentava a escravidão. O quilombola solapava-a (MOURA, 2014a, p.401- 402).

Clóvis Moura (2014a, p.403) sintetiza as formas fundamentais nas quais se revestiu o protesto escravo:

**Tabela 2** – Formas de protesto escravo

<b>Formas passivas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) suicídio, a depressão psicológica (banzo)</li> <li>2) assassinato, dos próprios filhos ou de outros escravos</li> <li>3) fuga individual ou coletiva</li> <li>4) organização de quilombos longe das cidades</li> </ol>
<b>Formas ativas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) revoltas cidadinas pela tomada do poder político;</li> <li>2) guerrilhas nas matas e estradas;</li> <li>3) participação em movimentos não escravos;</li> <li>4) resistência armada dos quilombos às invasões repressoras;</li> <li>5) violência pessoal ou coletiva contra senhores e feitores.</li> </ol>

Chama atenção o fato de que, mesmo sendo uma mercadoria cuja perda gerava prejuízo ao proprietário, muitas vezes os escravos atuantes nas revoltas, principalmente aqueles com liderança, eram punidos pesadamente pelo seu crime de violar a ordem, na maioria das

vezes condenados à pena de morte das mais vis formas. A derrota do quilombo resultava sempre no mais brutal massacre dos negros e os responsáveis por tais feitos eram considerados heróis, como foi o caso de Domingos Jorge Velho, que destruiu definitivamente Palmares, assassinou Zumbi e expôs a sua cabeça em praça pública na cidade de Recife, para dar exemplo aos demais escravos.

O confronto entre quilombolas e a classe senhorial, determinou padrões de comportamento dessa classe, que também era condicionada a reagir de maneira diversa ao conflito aberto ou velado representado pela existência dos rebeldes

[quer] criando mecanismos de defesa ideológicos, quer institucionais através da manutenção de tropas repressoras nos diversos locais onde havia perigo de sublevação de escravos ou onde elas estavam se verificando. Como se vê, aquilo que se chamou “ o constante perigo que a escravaria representa” não apenas solapava o regime de trabalho, mas atingia o comportamento da classe senhorial (MOURA, 2014a, p.403).

Moura (2014a) aponta que a participação dos escravos nos movimentos políticos ocorreram durante a todo o período da Colônia e do Império, decorrente da situação em que se encontravam como base da pirâmide social e sua força produtiva mais importante. Esta participação acontecia tanto por sua própria iniciativa, ou, ainda, pela inserção em movimentos iniciados em outras camadas sociais. Estas nem sempre tiveram um objetivo abolicionista, no entanto a participação do escravo nesses movimentos era sempre permeada pela expectativa, ou mesmo a promessa, de liberdade ao vislumbrar numa possível vitória dos rebeldes, um proveito próprio no sentido da abolição da sua escravatura. De todo modo, a presença dos escravos, que por vezes constituía o grosso dos rebeldes, dava a esses movimentos novas conotações.

Conjuntamente com outras camadas rebeldes, registra-se sua participação por exemplo, na revolta de Felipe dos Santos (1720) e Inconfidência Mineira (1789), ambas em Minas Gerais. Nestas a sua participação não foi tão central e não havia por parte dos dirigentes um objetivo abolicionista. Diferente do que foi a Inconfidência Baiana (1798) - muito menos estudada - que teve significado mais profundo em

termos de reivindicação da independência do país e foi conduzida majoritariamente por libertos e escravos, sendo um movimento representativo das camadas populares de poucas posses e não da elite, como os de Minas Gerais. De acordo com Moura (2014a), na Inconfidência Baiana os escravos, com sua participação, deram à revolta um conteúdo preciso, já que a abolição se inseria como um dos seus postulados fundamentais.

Conforme aponta Moura (2014a), os ocorridos na luta pela Independência, desde a Revolução de 1817 em Pernambuco até a Independência definitiva do Brasil, apareceram para os escravos como uma “ilusão de liberdade” e eles engrossaram as fileiras de lutas nessa expectativa. Frustrada a liberdade pelos resultados dos movimentos pró-Independência, nos quais muitos escravos foram condenados pela participação, eles continuaram sua luta em outros movimentos conjuntos com outros setores sociais. Por exemplo na “revolta de Pedroso” como ficou conhecido o movimento de negros que prometia acabar com a população branca, em Pernambuco (1823); na Confederação do Equador (1824); na Revolução Farroupilha, no Sul do País, entre 1835 e 1845. Nesta última, com expectativas de libertação, muitos escravos seguiram junto a várias outras camadas sociais, num processo de consciência sobre as desigualdades não suplantadas pela Independência. O caráter antiescravista de Bento Gonçalves atraía os escravos, que rapidamente se transformavam em soldados e engrossavam as fileiras da luta; e foram eles que ficaram até o fim junto ao seu líder, afirma Moura (2014a).

Os movimentos e revoltas nas quais o escravo participou isolado dos demais setores da sociedade são ainda mais numerosos, estes são detalhadamente estudados por Moura (2014a), aos quais atribuem grande importância na desagregação do escravismo no Brasil.

As mudanças políticas ocorridas no início do século XIX, com a chegada da Corte no Brasil e a transferência da capital para o Rio de Janeiro, colocam a Bahia, província que sediava anteriormente o centro do poder colonial, num estado de crise política que refletia também sua situação econômica. Quase a totalidade da economia era monopolizada pela plantagem açucareira, com seus fins mercantis exportadores. O domínio político da plantagem impedia o desenvolvimento de um setor de economia natural ou da pecuária, ou quando existiam estes também eram monopolizados. Diante de tal estrutura produtiva, a população

livre já bastante expressiva na província, ficava numa situação de penúria perante a falta de víveres.

A ampla demanda pelo açúcar no mercado externo determinava o direcionamento da economia. O açúcar ocupava o primeiro lugar nas exportações da colônia nesta época. Nos dados trazidos por Moura (2014a), em 1817, chegou-se a exportar 1.200.000 arrobas de açúcar, produzindo em 511 engenhos. O algodão, também de ampla procura, ocupava o segundo lugar, e chegou a 40.000 sacos exportados naquele mesmo ano. O momento de alta rentabilidade na plantagem, implicava em acentuar as contradições que lhes são próprias. Sendo totalmente baseada no trabalho escravo, ela implicava em acentuar sua exploração, com a extensão das jornadas de trabalho e colocando o escravo numa situação ainda mais perversa que, por sua vez, gerava mais revoltas. Outra contradição se expressava no impedimento do desenvolvimento de uma economia natural, e isto implicava não só a sobrevivência dos escravos, como dos demais setores sociais. Os escravos ficavam sem uma alimentação correspondente ao seu desgaste físico pelo aumento das jornadas de trabalho, muitos submetidos à fome ou à precária alimentação à base de farinha. Assim era também a todo o restante da população, com exceção das classes senhoriais, evidentemente. A população livre e pobre era cerceada do direito de ocupar as terras para cultivo, e aqueles que podiam cultivar eram proibidos, por lei, de comercializar sua mercadoria para o exterior, pois a mesma não poderia ocupar espaço nas embarcações destinadas aos produtos monopolizados pela plantagem. Também a pecuária era limitada e monopolizada. A prioridade absoluta era a plantagem. Diante de tal situação, não só os escravos se rebelavam, procurando fugir da situação de penúria e exploração, como também a população livre e pobre se punha em polvorosa.

A província da Bahia contava em 1824, dois anos após a Independência, com 858.000 habitantes, destes, 524.000, ou seja, mais da metade, eram escravos negros e pardos; 192.000 eram brancos; 13.000 índios; 129.000 livres, entre negros forros e outros descendentes. Os escravos formavam “uma enorme massa que constitui[a] a base da pirâmide social baiana e cuja efervescência exigia da parte dos senhores de escravos uma vigilância constante e enérgica” (MOURA, 2014a, p.228).

Como vemos, se, de um lado, a província produzia uma soma considerável de produtos, por outro lado, a quase totalidade dessa produção era enviada aos portos europeus, que a consumiam. Os escravos, os pequenos lavradores, sitiantes, pecuaristas, intelectuais, e artesãos viviam asfixiados pelos senhores de engenho e de escravos, que usufruíam vantagens desse sistema de economia colonial (MOURA, 2014a, p. 228).

Diante dessa situação, a crise e o descontentamento atingiram largas camadas da população, sendo muito criticada e denunciada pela imprensa insurgente. O estado crônico da crise se refletiu numa série de insurreições escravas que marcaram o início do século XIX.

As insurreições ocorreram durante todo o período do escravismo e, nos séculos XVII e XVIII, houve o aquilombamento, as guerrilhas. Moura (2014a) destaca o papel das insurreições do século XIX, em particular as da Bahia, no tensionamento das relações internas que conduziram à proibição do tráfico internacional de escravos no Brasil, decretado praticamente vinte anos após as leis inglesas proibirem o tráfico internacional de escravos.

Além dessas causas particulares e específicas da Bahia, agregava-se a crise geral do país. Havia uma conjuntura que favorecia as lutas contra o governo. Os farrapos levantavam-se no Rio Grande do Sul (1835), em Pernambuco os escravos levantavam-se das fazendas, assassinando feitores; no Pará, em 1833, os cabanos se revoltaram contra a prepotência imperial. Na época em que se verificaram as revoltas dos escravos baianos, no Leão do Norte já estavam sendo aglutinadas as forças que liderariam a Revolução Praieira. A balaiada, no Maranhão em 1838 será a continuação desse estado geral de coisas. A situação era francamente favorável à situação e os escravos souberam aproveitá-la. As lutas se ascenderiam a tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do número de escravos, proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no país (MOURA, 2014a, p. 233).



As insurreições baianas, protagonizadas em sua maioria pela população escrava, teve como destaque a Revolta dos Malês, que foi a mais importante revolta urbana de negros brasileiros, pelo número de revoltosos, grau de organização e objetivos militares. Ela se inscreveu entre as grandes revoltas assistidas pela província na primeira metade do século XIX: 1807, 1809, 1813, 1826, 1828, 1830 e 1844, as quais em sua maioria tinham Salvador como cenário. A partir das elaborações de Moura (2014a), elencamos a seguir, em ordem cronológica, a síntese dessas insurreições:

**Tabela 3 – Insurreições Baianas**

<b>Primeiras insurreições - (1807 a 1813) na capital Salvador</b>	
1807	em 26 de maio ocorre o primeiro levante na capital da Bahia, de escravos citadinos, unidos a escravos dos engenhos do Recôncavo.
1808	em 26 de dezembro, se inicia a revolta dos escravos hauassás (maometanos), unidos a escravos nagô do Recôncavo; fugidos para a mata empreenderam ações de violência indiscriminada, destruindo e incendiando propriedades. Foi rapidamente sufocada, mas teve êxito ao dar origem à temida Ogboni, sociedade secreta dos escravos com papel importante na organização das próximas insurreições.
1813	em 28 de fevereiro, mais de 600 escravos ocuparam a capital, atacando e destruindo senzalas e casas de senhores. 13 brancos foram mortos e o ataque ao levante resultou na morte de muitos escravos, que nem por isso desanimou os demais. Em fins de maio se organizava um novo levantavam novamente com a adesão de outros escravos, o qual foi denunciado e muitos foram presos, condenados e severamente punidos; alguns executados, outros açoitados ou degredados.
<b>Revolta em Cachoeira (1814) - Recôncavo Baiano</b>	

Em 20 de março, a importante vila de Cachoeira, sede da aristocracia agrária do Recôncavo, é surpreendida por um levante escravo com as mesmas características da capital. Reprimido e tendo presos 3 escravos hauassás, terá continuidade nos anos subsequentes, onerando o poder público pela criação de medidas repressivas.

### **Revolta a Bordo (1823) - Tumbeiro em alto mar**

Apesar das comuns dificuldades de reagir aos maus tratos, mutilações e toda ordem de crimes aos quais eram normalmente submetidos nos navios negreiros, e que resultavam na morte de parte expressiva dos cativos, neste ano os escravos de um tumbeiro que se dirigia à Bahia se revoltaram e formaram um motim, assassinado diversos tripulantes do barco e os lançando ao mar; sendo sufocada a revolta, a embarcação chegou ao destino e os implicados foram presos e julgados.

### **Insurreição da Vila de São Mateus (1822)**

Com escassa documentação a respeito, Moura indica que esta rebelião estourou com o objetivo de tomar o poder e instalar um reinado aos modos africanos. Sendo contrários à presença de brancos e pardos. Rapidamente sufocada, resultou na prisão de dois escravos.

### **Quilombo do Urubu (1826)**

Formado em 1826 nas matas do Urubu, próximo à capital baiana, deste quilombo com cerca de 50 escravos entre homens e mulheres, saíram os escravos que fizeram ataques na região e premeditaram um ataque de vulto à capital. A existência do quilombo e os ataques por eles realizados resultou numa forte repressão e perseguição de escravos, sendo muitos presos e condenados. Em 1828 outro levante similar foi registrado, mas não chegaram a cumprir o objetivo de atacar a cidade, sendo reprimidos e derrotados numa luta sangrenta contra a polícia local.

### **Insurreição de 1830**

Surgindo mais ou menos de improviso na capital baiana, teve duração mínima e foram violentamente reprimidos os cerca de 20 escravos

envolvidos.
<b>A grande insurreição (1835)</b>
<p>A mais histórica das insurreições de escravos baianos, se deu com organização e com o objetivo definido: a libertação. Resultou da assimilação da trajetória de lutas das primeiras décadas do século e de um longo tempo de aliciamento e preparação dos escravos. Reuniu nagôs e escravos de diversas outras “nações”. Tinham, inclusive, reservas financeiras. O movimento armado começou em 24 de janeiro e seu confronto com as forças policiais da capital resultaram numa carnificina, mais de 40 escravos mortos, 281 presos entre escravos e libertos. A maioria foi condenada a penas de açoites, e as lideranças foram fuziladas. Moura calcula que foram mais de 100 escravos mortos. Também ocorreram perdas por parte das forças repressoras, apesar de muito inferiores, e ainda de civis que ficaram feridos no confronto.</p>
<b>Insurreição esquecida (1844)</b>
<p>Segundo Moura, esta marca o fim das insurreições baianas, pouco documentada pelos historiadores. Teve em seu comando escravos hauassás, tapas e nagôs, alguns lutadores da insurreição de 1835.</p>

As últimas insurreições na Bahia coincidiram com o fim da prosperidade da plantagem açucareira, tendo a região cafeeira do Vale do Paraíba como sucessória na importância econômica.

O fim do tráfico internacional, em 1850, não significou o fim da escravidão, mas abriu uma nova fase à qual Clóvis Moura (2014) denominou de *escravismo tardio*. A partir daí própria luta escrava ganhou novos contornos e especificidades. Cessada a entrada de escravos vindos diretos da África no processo produtivo na economia cafeeira em ascensão, este será ocupado nas últimas décadas do escravismo colonial por escravos já desenraizados das sua origem africana ou nascidos no Brasil (ladinos e crioulos) e por poucos escravos boçais (que ainda tinham fortes aspectos de sua cultura original). Historicamente, foram estes últimos, por não assimilarem a escravidão, os que mais ofereceram resistência ativa. Essas características dos

escravos inseridos na economia cafeeira na segunda metade do século XIX, eram determinantes nas suas formas de luta no *escravismo tardio*.

Moura (2014) aponta que a própria economia cafeeira, por sua complexidade e dinâmica, já encontra no elemento escravo certo anacronismo, especialmente porque, cessado o tráfico, os preços de oferta de escravos no mercado eram cada vez mais vultuosos e a demanda cada vez maior com a expansão daquela economia não apenas em São Paulo, mas também em Minas Gerais. Ao contrário dos ciclos anteriores, onde o livre tráfico internacional repunha a força de trabalho escrava perdida por todas as contradições próprias do sistema ou pelo seu desgaste natural, no ciclo do café esta reposição foi cada vez mais impossível.

Foi no ciclo cafeeiro que o trabalho escravo ganhou importância econômica no estado de São Paulo. Ampliada a demanda, a região cafeeira foi abastecida pelo tráfico interno, o qual ao mesmo tempo dava dinamismo aos estoques de escravos contraproducentes nas regiões de economia decadente. As economias açucareira do Nordeste, aurífera e diamantífera em Minas Gerais, ao mesmo tempo que abastecia de escravos a economia cafeeira, também eram estranguladas ainda mais pois ficavam sem o elemento principal para a sua produção.

No período anterior ao surto cafeeiro, a expressividade da presença escrava em São Paulo era pouca, mas nem por isso aqueles escravos deixaram de lutar. Moura (2014a) registra que durante o período do desbravamento bandeirante, durante todo o século XVIII os escravos paulistas realizavam frequentes fugas, se aquilombando e buscando se refugiar do trabalho forçado. As fugas individuais ou em pequenos grupos foi a forma de rebeldia mais comum neste período, tendo registradas poucas reações *ativas* contra a sociedade escravista.

Na segunda metade do século XIX, pelas características assinaladas acima e por outros elementos, o protesto escravo assume novas formas e a luta contra a escravidão se amplia a outros setores da sociedade. Todas as mudanças políticas e econômicas advindas da Independência, com a frustrada expectativa da liberdade dos escravos, mais a ampla demanda de mão-de-obra pela economia cafeeira, além das pressões externas contra o trabalho escravo...tudo isto vai influenciar a derrocada do escravismo, não sendo mais apenas os escravos a lutar contra este modo de produção, mas também amplos setores de diversas

camadas sociais, em particular a classe intermediária e letrada, que se sentia muito prejudicada pela dominação do setor agrário exportador.

Tendo os escravos um nível de assimilação da escravidão diferenciado, como assinalado, e inseridos num contexto social também diverso, empreenderam na região cafeeira, majoritariamente, formas de resistência que não tinham mais a fuga, o aquilombamento e a rebeldia ativa como princípios. Sem perspectivas de libertação, eles praticavam crimes de outra ordem, pelos quais eram presos. Crimes comuns, atentados contra os senhores, reações de auto destruição, não apenas pelo suicídio e infanticídio, mas também pelo envenenamento dos seus próprios companheiros. Também os escravos domésticos se rebelavam envenenando os senhores e seus familiares. Por estas reações, que levavam a repressão com a prisão do escravo, a cisão no processo econômico baseado no trabalho escravo se acentuava. Além disso, o aparelho repressor era sempre desgastado pela constante ameaça de rebelião, o que gerava um clima de incertezas e tornava as medidas materiais e administrativas de manutenção do *status quo* cada vez mais acentuadas (MOURA, 2014a).

De acordo com Moura (2014a, p. 342), “Um clima de medo generalizado, mercê desta contradição, estendia-se assim, por todas as áreas de trabalho escravo em São Paulo”. Tanto no campo, como na cidade, o clima de tensão se alastrava, aguçado pelas necessidades econômicas da dinâmica cafeeira e pelo descontentamento dos setores livres médios com a sua própria situação subordinada à aristocracia agrária.

A própria extinção do tráfico de escravos era - perante essa opinião pública - um atestado concreto da irracionalidade do regime. Atestava a sua agonia lenta, numa dispneia cada vez mais violenta que iria até a sua morte final. Ninguém acreditava mais na eternidade do regime. De várias maneiras os jornais paulistas, parlamentares e abolicionistas militantes expressavam a necessidade de pôr fim ao trabalho servil. Essa nova ideologia que se formava em algumas camadas da sociedade paulista ganhava cada dia áreas maiores de influência, aprofundava-se mais deixava de ser raciocínio *subversivo* para ser aceito como argumento *normal* dentro do conjunto de ideias em debate. A necessidade da

modificação do escravismo *racionalizava* o abolicionismo em São Paulo. Era a abertura que os escravos das fazendas de São Paulo precisavam para prosseguirem nas suas revoltas, nas suas fugas, continuadas, agora com o respaldo de grande parte da opinião pública e da imprensa (MOURA, 2014a, p. 343).

Sobre a atuação dos abolicionistas como tensionadores do sistema escravocrata, Moura (2014) chama atenção ao fato de que só no período tardio do escravismo, ou seja, após o fim do tráfico internacional, é que estes movimentos ganharam proeminência na sociedade. Durante todo o tempo anterior, os escravos lutaram sozinhos, eram os protagonistas ativos da busca pela libertação e transformação social “eram o sujeito da ação histórica” (MOURA, 2014, p.147). Somente no período de desagregação do escravismo, quando a ética capitalista já começava a fincar seus pés na sociedade brasileira, é que os abolicionistas assumiram este protagonismo, muitos deles interessados não em dar liberdade ao trabalhador ou criar uma sociedade menos anacrônica, mas se livrar do elemento fundamental do escravismo, que passou a aparecer como um entrave ao desenvolvimento da sociedade, o qual ascendia não mais no sentido escravista, mas capitalista. Nesse momento, grupos abolicionistas atuaram em várias partes do Brasil, inclusive de forma radical e com vistas a libertar os escravos por todos os meios, como os *caifases* de Antonio Bento. O movimento abolicionista teve a crescente adesão de diversos setores livres, que passaram a ajudar os escravos nas fugas e financiar o movimento. Conforme afirma Moura (2014a, p. 348), o movimento convergia em dois pólos de ação,

[...] os abolicionistas radicais e os escravos fugidos. Eram duas partes de uma luta tenaz que apertava cada vez mais a ordem escravista. As propriedades rurais paulistas se despovoam quase completamente dos escravos, em conseqüências das suas fugas sucessivas. Em muitas delas os proprietários viam-se obrigados a contratar trabalhadores livres por falta de mão de obra escrava; muitos desses trabalhadores livres eram escravos fugidos. Antônio Bento mesmo oferece aos fazendeiros do interior escravos fugidos para irem trabalhar nas suas propriedades como assalariados.(MOURA, 2014a, p. 348).

Tomando proporções cada vez maiores, o trabalho livre suplantou o trabalho escravo e, quando em 1888 a Lei Áurea foi assinada, ela apenas simbolizou a derrocada do escravismo para o qual, de acordo com Clóvis Moura (2014a), o próprio escravo desempenhou papel fundamental:

Podemos ver que a posição do quilombola influenciou o comportamento de toda a sociedade da época. Na classe senhorial e no Estado monárquico que a representava criou a necessidade de mecanismos de defesa, quer psicológicos quer institucionais. A primeira forma de controle social podemos ver nos diversos níveis de justificativas políticas usados pelos senhores para a *escravidão* e de medidas de *pacificação* do escravo, através do uso da religião ou do feitor, usados pela classe senhorial. O Estado escravocrata recorreu a inúmeras formas de controle, que vão desde as medidas do Conde dos Arcos para incentivar as fricções intertribais até a montagem de todo o aparelho repressor que durante a Colônia e Império foi usado contra os negros fugidos; máquina que vai dos Alvarás da Colônia, mandando ferrar os fujões, até as leis da regência, contra cativos rebeldes (MOURA, 2014a, p. 404. grifos do autor).

Nesta tese, concordando com os argumentos de Moura (2014a), é valioso destacar que estas insurreições são os seus elementos dinâmicos, os quais devem situados historicamente. No contexto histórico em que ocorreram, o que importa é a sua existência e o quanto sua práxis revolucionária mexeu com as estruturas objetivas e subjetivas. Compreender esta práxis requer situá-la na processualidade histórica, como determinação social de um processo de transformação da totalidade da sociabilidade fundada pelo escravismo colonial.

É necessário desvendar e decifrar as conexões entre a práxis revolucionária do escravo e as transformações globais daquela sociabilidade, posto que tais conexões não nos aparecem de forma imediata ou foram demasiado ocultadas pela minimização do seu significado pela historiografia dominante.

De acordo com Moura (2014a), as insurreições impactaram tanto na esfera econômica, quanto na política e na social. Na econômica vimos que para reprimi-las, foram gastos recursos financeiros e humanos; sem contar que, ao fugir do processo produtivo e se aquilombar, o escravo dava prejuízo ao proprietário em dois níveis conexos: como *produto-mercadoria*, deixava de representar certa riqueza apropriada e a possibilidade de ser inserido no processo de circulação de riquezas no qual era submetido aos mais diversos tipos de transações financeiras; como *produtor de mercadoria*, a fuga impossibilitava que estivesse no eito trabalhando para repor o capital-dinheiro nele esterilizado e, portanto, para criar mais riquezas ao proprietário. Nesse sentido, suas formas de rebeldia *passivas* e sobretudo as *ativas* criavam cisões no processo econômico, acentuando as contradições emergentes do escravismo colonial.

Na esfera política e social, o impacto da rebeldia escrava se manifestava em profundos desgastes tanto das autoridades políticas, cobradas a dar respostas e manter a ordem, isto é, manter o escravo cativo e o processo econômico em funcionamento; quanto na sociedade como um todo. As insurreições, violentas e violentamente reprimidas, impactavam no comportamento de todas as classes sociais do escravismo, tanto na dos senhores, quanto nas classes intermediárias e na própria camada de escravos cativos.

As classes dominantes manifestavam sua alteração de comportamento em relação ao escravo com a adoção de estratégias ideológicas de racionalização da escravidão, manifestas na criação no imaginário social de uma imagem deturpada do escravo rebelde, o qual era tido como o maior inimigo da sociedade. Eram apresentados como o terror, o não humano, o animal bruto, o constante perigo a que todos estavam sujeitos. O medo, traduzido pelo ódio aos escravos negros, foi manifesto naquelas ideologias e havemos de nos perguntar sobre os reflexos delas no psicológico dos sujeitos sociais daquela época e o quão profundas foram as marcas deixadas no subconsciente social brasileiro.

Nas camadas médias formou-se, especialmente nas camadas letradas, uma consciência antiescravista. Além dos letrados, elementos da burguesia comercial incipiente, artesãos, (artesãos e escravos participaram juntos da Inconfidência Baiana) e elementos empobrecidos da sociedade também sentiam, não apenas pela literatura da



época, mas também pela ação dos quilombolas, a instabilidade do escravismo. (...) na camada dos escravos que ainda não haviam perspectivado o problema, a luta da camada rebelde despertou elementos de intuição capazes de fazê-los entrar no rol dos que, através da práxis revolucionária, negavam o sistema vigente (MOURA, 2014a, p. 404).

Pelo exposto, entendemos que, mais cedo ou mais tarde, pelas forças repressivas da Colônia ou do Império, mais do que a intencionalidade da insurreição escrava, mais do que terem cumprido ou não seus objetivos, mais do que o fato de terem sido todas massacradas, o que importa foi a existência da insurreição constante e renovada no território escravista, ela mesma complexa e dinâmica, fosse de poucas horas ou dias de duração, fosse de décadas, como foi Palmares e Campo Grande. Do ponto de vista da luta de classes no escravismo colonial, este é o elemento fundamental da análise. Como afirma Moura (2014a, p.404),

Toda esta constatação sociológica de negação ao regime escravista, se não foi determinada pelo menos teve contribuição ativa do escravo rebelde. A rebeldia era, portanto, uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade e servia não apenas para equacionar, mas para dinamizar a sociedade.



## **CAPÍTULO IV. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO: DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA À CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE/ DAS LUTAS PELA LIBERDADE DO TRABALHADOR À CONFORMAÇÃO DO TRABALHO LIVRE SUPEREXPLORADO**

Até o ano de 1808, o monopólio comercial imposto à Colônia, por Portugal, conduziu à regulação externa de um modo de produção particular desenvolvido internamente. A política colonialista, amplamente estudada por Fernando Novaes (1985), correspondia à organização da superestrutura das forças produtivas do escravismo colonial e se dinamizou a partir delas. Quando em 1808 a Família Real portuguesa aportou no Brasil, fugida da guerra napoleônica, a dinâmica interna na Colônia sofreu grandes alterações políticas. Ao ser elevado a Reino, o Brasil passou a ser o centro do poder português e os interesses das classes dominantes tiveram uma maior convergência.

O primeiro movimento político de importância do Rei no Brasil foi a quebra do Exclusivo Metropolitano, ou seja, a liberação do comércio dos produtos coloniais, antes monopolizados por Portugal. No entanto, frente ao avanço da guerra de Napoleão na Europa, apenas a Inglaterra estava em plenas condições de negociar no mercado externo e assim se fortaleceram seus vínculos de favores políticos com Portugal às custas da produção na Colônia.

As modificações trazidas pela Corte, em particular no âmbito urbano, foram amplas, dinamizando a vida nas cidades pacatas da Colônia, em especial no Rio de Janeiro onde se instalou a Família Real. O exercício da centralização política do absolutismo português a partir do território colonizado impactou num súbito desenvolvimento da superestrutura e na complexificação das relações sociais, mas mantendo intacta a escravidão e a estrutura produtiva elevada sobre ela.

O fervor político nas diversas camadas da sociedade e a luta das classes dominantes para manterem seus privilégios conduziram à Independência em 1822. Esse acontecimento, conforme aponta Clóvis Moura (2014), assim como Florestan Fernandes (2006), só foi revolucionário no sentido das transformações políticas que engendrou, outorgando às classes senhoriais internas o controle do destino da

Nação. No mais, foi um processo negociado entre as elites, que não modificou em nada a estrutura produtiva e, tampouco a social.

Entretanto, não se pode falar que não ocorreram lutas pela Independência no Brasil, estas estouraram desde os fins do século XVIII até a sua realização definitiva, como acenado no capítulo anterior. Entretanto estas lutas, em sua maioria empreendidas pelas camadas populares, pela classe média letrada e pelos escravos, se serviram para tensionar a estrutura política, reprimidas e esmagadas pelo poder Colonial, não puderam dar direção aos rumos da Independência. Além do mais, com exceção daqueles onde foi expressiva a participação dos escravos, como na Inconfidência Baiana, grande parte dos movimentos ideológicos que ensejaram a Independência não pautaram o fim da escravidão, pois esta os satisfazia econômica e socialmente, como aponta Moura (2014). Assim, com a Independência

Apenas houve uma transferência dos mecanismos reguladores do sistema para o Estado Nacional. Do ponto de vista estrutural, no entanto, o que se viu foi a consolidação desse modo de produção com o fortalecimento da classe senhorial. O aumento da importação de escravos e a dinamização da política de exportação são um sintoma disto (MOURA, 2014, p. 79).

Os termos dessa relação, de *transformação* e *continuidade* no processo histórico, engendrada pela Independência brasileira, renderam grandes debates acadêmicos. Na busca de apreender os elementos explicativos do nosso subdesenvolvimento, em especial a partir da década de 1950, muitos estudiosos se debruçaram sobre o tema, com as mais diversas formas de análise. Todavia, nesta tese, dialogamos com os autores que explicam as contradições de classes no Brasil a partir do entendimento de que os processos particulares do escravismo engendraram formas igualmente particulares de estruturação das relações de produção no País, imprimindo às relações capitalistas de produção no território tais particularidades manifestas na sua condição dependente. Jacob Gorender (2016) e Clóvis Moura (2014;2014a), ao darem ênfase às contradições do escravismo e as particularidades históricas de sua transição ao capitalismo, nos ajudam a decifrar a constituição das relações sociais que reproduzem formas históricas e

contraditórias constituídas no escravismo, as quais são fundamentais à reprodução dependente do capital nestes trópicos.

Conforme nossas premissas analíticas, as formas históricas do **monopólio da terra** e do **racismo** configuram as bases fundantes da **superexploração** da força de trabalho. A dialética de cada um desses elementos, nas suas dimensões objetivas e subjetivas, precisa ser decifrada para que as conexões determinantes entre ambos possam se tornar evidentes e evidenciar as contradições emanadas do **trabalho alienado** neste território. Isso requer apreender no processo histórico da **transição**, o modo como estes elementos se configuraram no âmbito da superação dialética do modo de produção escravista colonial pelo modo de produção capitalista. Do monopólio escravista da terra resultou o monopólio capitalista da terra. Da dominação escravista do trabalho resultou o racismo como *arma de dominação ideológica* do conjunto dos trabalhadores “livres” - assalariados ou não.

#### **4.1. A superação dialética do escravismo colonial: o nascimento do capitalismo dependente**

Na explicitação do giro teórico-metodológico proposto nesta tese, buscamos neste tópico elucidar o processo de transição do escravismo ao capitalismo dependente a partir do diálogo com as obras de diferentes autores de referência, com o intuito de, a partir de suas contribuições, aportar os principais elementos categoriais necessários ao deciframento da luta de classes na realidade latino-americana e, em particular, na realidade brasileira.

Jacob Gorender(2016; 2004) e Clóvis Moura (2014; 2014a) são unânimes na afirmação de que foi da expansão do escravismo colonial após a abertura dos portos (1808) e a Independência (1822), impulsionado pela prosperidade da plantagem cafeeira, que permitiu certo nível de acúmulo de capital mercantil dentro das fronteiras do país, possibilitando uma *acumulação originária* interna, mesmo diante da drenagem de riquezas decorrente da vinculação dependente ao mercado externo.

A dependência externa, fundante do escravismo colonial, continuou sendo a condição da produção escravista após a Independência, aliás, Gorender (2004, p.9) afirma que “o modo de

produção continuou tão escravista e tão colonial (no sentido *econômico*) quanto foi sob o domínio da Metrópole portuguesa.”

Entretanto, no que tange às condições políticas, Gorender (2004, p.10) afirma que a instituição de um Estado Nacional, apesar da manutenção da estrutura econômica e do domínio dos plantadores escravistas, repercutiu positivamente no “fortalecimento da burguesia mercantil e, mais tarde, sobre o aparecimento dos primeiros núcleos da burguesia industrial”. Isto porque possibilitou a eliminação da intermediação parasitária do comércio português e seus custos fiscais. A receita dos impostos passou a integrar a receita do Estado Nacional, incrementando a circulação de capital-dinheiro no país. E, sem o intermédio português, a importação de bens de consumo e de produção ficou mais barata para os brasileiros. Decorreu deste processo também a estruturação das funções burocráticas do Estado nascente, que contribuíram para o desenvolvimento urbano e do mercado, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Todas estas modificações se deram sobre as costas do escravo, que continuava sustentando a produção de riquezas no País.

No mesmo sentido da argumentação de Gorender (2004), Moura (2014) aponta que no processo de transição - denominado pelo autor de *escravismo tardio* - acentua-se a dinâmica de extração de valor a partir do trabalho compulsório dos escravizados, ao mesmo tempo ocorre a decadência das possibilidades de continuidade desse modo de produção. A decadência e superação do escravismo se tornam inevitáveis à medida que as contradições fundamentais da relação de produção deixaram de encontrar compensação e reposição na importação de novos escravos, conduzindo a um estrangulamento das suas condições de reprodução. Entretanto, também para este autor, é somente após a abolição da escravatura que se define o capitalismo dependente como modo de produção dominante, ainda que os germens das relações capitalistas de produção tenham se desenvolvido desde os processos demarcados pela *modernização* conduzida pela Independência.

Para Moura (2014, 2014a) e Gorender (2004), a continuidade do monopólio da terra e do trabalho escravo após as mudanças políticas proporcionadas pela Independência, contraditoriamente, significou a possibilidade de criação dos mecanismos necessários a transição ao capitalismo e na criação das condições estruturais deste. Foi por esta

continuidade que a acumulação interna de capitais se tornou possível. As concepções dos autores sobre o processo que engendrou o capitalismo dependente, em alguns aspectos, assemelham-se às de Florestan Fernandes (2006;2008), com quem ambos dialogam em suas obras, e também com as de Agustín Cueva (1983).

Florestan Fernandes (2008; 2006) classifica o período de transição entre os modos de produção denominados por ele de pré-capitalistas e o capitalismo dependente em toda a América Latina, como *neocolonial*. Este período corresponde àquele situado entre as Independências formais e fins do século XIX. No Brasil especificamente, entre a Independência (1822), a Abolição(1888) e Proclamação da República (1889). O autor tem em conta que a *revolução* política não alterou as estruturas sociais, mantendo formas pré-capitalistas, escravista/servis (arcaicas), como base da produção. Nesse sentido, Fernandes (2006) aponta que, sem autonomia econômica e cultural, a burguesia emergente a partir da Independência nacional reproduz a *mentalidade* e a estrutura social herdada do sistema colonial como base das desiguais relações sociais decorrentes da “nova” realidade nacional. A desigualdade entre as estratificações de classe se revela na autocracia, na subordinação e na primazia dos interesses particulares dos estratos dominantes como se fossem de toda a Nação

Fernandes (2006) aponta que no Brasil a Independência política fincou as bases da nova forma de dominação externa, atendeu aos interesses internos dos agentes econômicos privilegiados em reter o que era diretamente tomado pela ex-Metrópole e criou as condições de consolidação do papel econômico secundário e dependente do país na divisão internacional do trabalho.

Tanto Moura (2014) como Fernandes (2006) apontam que, em concomitância com processos modernizantes em alguns setores - comunicações, comercial, financeiro etc. - conduzidos pelo capital estrangeiro (majoritariamente inglês), houve um processo de *recolonização indireta* que ditou os rumos do desenvolvimento da sociedade, abrindo nas entranhas do arcaico, e com suporte deste, os caminhos do *moderno*. Este moderno, aberto sobre o escravismo, só ganhará dinamismo predominante em termos das relações sociais de produção a partir da Abolição, em 1888, tendo já consolidada a necessária permanência de elementos arcaicos para a sustentação das

relações dominantes internas e externas, condicionadas pela dependência.

Florestan Fernandes têm uma importante contribuição também na inserção no âmbito acadêmico das questões raciais no Brasil, suscitando debates e buscando entender o significado do *protesto negro* e das condições de reprodução da parcela negra da classe trabalhadora após a Abolição.

Já Agustín Cueva (1983), analisando os elementos históricos da dependência no âmbito da América Latina, também busca explicitar as relações próprias dos períodos de transições constituídos desde as guerras de independências e o fim do trabalho escravo/servil, a partir dos quais se engendraram de forma dominante as relações capitalistas de produção de riquezas no território latino-americano. Para Cueva, a debilidade que torna estes países dependentes se localiza no plano estrutural, na gênese do legado colonial que se conclui como um amplo processo de “desacumulação” interna, à medida que suas riquezas - produzidas em modos de produção pré-capitalistas, pela escravidão/servidão - foram drenadas para a acumulação primitiva externa, nas metrópoles.

O autor destaca que, “a primeira fase de nossa vida independente, longe de impulsionar a imediata dissolução dessa matriz pré-capitalista, registrou um movimento em sentido inverso” (CUEVA, 1983, p.27). Ou seja, reforçaram-se as bases dos modos de produção anteriores que impulsionaram a continuidade da extração de valor para a acumulação primitiva, para dentro e para fora, baseada no trabalho compulsório não-livre. A condição independência das Nações só abriu espaços para a ação do capital estrangeiro, comercial, especulativo e usurário, que não se destinavam a modificar os modos de produção existentes. Ao contrário, era necessário mantê-los como forma de dar continuidade à absorção de excedentes internos para o exterior. Cueva aponta que foi este processo, sem se esgotar ou ser substituído imediatamente, que abriu espaço a outras esferas de investimento externo nas economias latino-americanas, tensionando o rompimento das estruturas pré-capitalistas, ainda que, não exatamente, por caminhos revolucionários.

(...) chega-se ao momento em que a esfera tradicional de ação do capital comercial torna-se estreita para este, que tem de ampliar seu campo



não só em virtude do seu movimento particular, mas também em função de uma total realização da mais-valia do setor industrial metropolitano.

As formas de vinculação da América Latina pré-capitalista com a Europa e os Estados Unidos protoimperialistas diferem desde logo, qualitativamente, daquelas que se estabelecerão na fase seguinte. Mas isso não significa uma desconexão ou descontinuidade absoluta entre etapas: a que se conclui em torno de 1870 não só constitui o piso estrutural sobre o qual se levantará a próxima, mas também lega toda uma série de vínculos concretos de dependência que facilitarão a transição no momento oportuno (CUEVA, 1983, p.38-39).

De acordo com Moura (2014) e Gorender (2004), só o fim do escravismo demarca a dominação do capitalismo dependente no Brasil. Esta transição, como em toda América Latina, de acordo também com Fernandes (2006;2008) e Cueva (1983) se dá num momento histórico no qual o capitalismo metropolitano já entrava em sua fase imperialista. Processo que concorre para que as nações latino-americanas transitem de pré-capitalistas à subdesenvolvidas, afirma Cueva (1983), nas quais só foi possível o desenvolvimento de um capitalismo dependente.

Na nossa leitura, tanto para Moura (2014) como para Gorender (2004), Fernandes (2006;2008), Cueva (1983), a categoria dependência explicita a dialética do desenvolvimento da economia latino-americana nos marcos do mercado mundial, cuja dinâmica está arraigada na histórica relação desigual e combinada, sob os desmandos das economias dominantes. Na dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente, o subdesenvolvimento manifesta-se nos mais diversos níveis da vida econômica, social, política e cultural e também reproduz internamente uma dinâmica desigual e combinada entre os diversos países e dentro de suas próprias regiões. A condição dependente determina a função da terra e as formas de exploração do trabalho em conformidade com os interesses dominantes.

É nestes termos que ratificamos nossa tese: entendemos não só a possibilidade, como a necessidade de colocar em diálogo as distintas teses dos autores citados para que tenhamos uma melhor apreensão da

dinâmica histórica concreta da dinâmica da dependência, em particular no Brasil.

Outros três autores são incorporados nesta tese pela importância de suas obras no entendimento da constituição da condição dependente: Estes autores são Manoel Bomfim (2008) e José Carlos Mariátegui (2010), principalmente pela denúncia ao colonialismo e a desmistificação das ideologias que culpabilizam o negro e o índio pelo subdesenvolvimento da América Latina. Ambos são a nosso ver, fundantes do debate da “dependência”, ainda que não estejam inscritos no rol de autores conhecidos por este debate por sua atuação nos anos 1960/1970, quando o tema se tornou mais corrente no âmbito acadêmico. Por último, Ruy Mauro Marini apresenta-se como um autor de grande importância na explicação da relação imperialismo/dependência a partir da explicitação dos mecanismos de drenagem de valor das nações dependentes às tecnologicamente mais desenvolvidas.

Bomfim (2008), escreveu sua obra *América Latina: males de origem*, em 1903, num contexto onde as Repúblicas recém formadas na América Latina, mergulhadas no subdesenvolvimento, enfrentavam o avanço do imperialismo e a justificação ideológica de que eram nações inferiores, incapazes de guiar seu próprio destino. A razão dessa inferioridade era amplamente justificada pelas ideologias racistas. Estas afirmavam que por serem amplamente formadas por negros e índios, considerados seres inferiores, estas nações jamais poderiam se desenvolver sem a tutela das nações desenvolvidas européias. Aos ideólogos racistas, internos e externos, Bomfim responde com veemência, demonstrando as reais razões da miséria latino-americana.

Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes (BOMFIM, 2008, L.D., pos. 3370).

Bomfim (2008) defende o negro e o indígena, reconhecendo como positivo aquilo que os racistas da sua época (bem como da nossa) condenavam como a causa da degradação do país. Para autor foi a ação

tenebrosa dos europeus que conduziu negros e índios a determinados comportamentos, os quais, sem educação e estrutura objetiva de vida, tampouco poderiam ser superados. Para Bomfim, os analistas de sua época confundiam “alternativas históricas dos povos com inferioridade definitiva das raças” (BOMFIM, 2008, L.D., pos. 3550).

O autor critica a dominação econômica e cultural sofrida pela América Latina, a qual reflete tanto no âmbito das desigualdades sociais, como na internalização pela classe dominante interna das concepções forjadas pelas classes dominantes europeias sobre o território. Tal internalização, segundo o autor, se refletia na ignorância dos letrados latino-americanos, que replicavam de forma subordinada e acrítica as ideias deturpadas da realidade. A crítica ao eurocentrismo, portanto, já era feita pelo autor, pouquíssimo conhecido e estudado, que teve sua obra marginalizada não apenas na sua época, mas ainda hoje.

Assistindo a ação estatal de importação de força de trabalho europeia, numa política migratória como estratégia para melhorar - branquear - o país, Bomfim (2008) defende o trabalhador nacional, negro, índio, mestiço, em oposição às opiniões da época que os viam como incapazes e inaproveitáveis.

Convém repetir: não há razões científicas, nem outras, que autorizem o sociólogo a declarar um povo, qualquer que ele seja, incapaz de progredir. Neste particular, tudo o que a observação e o exame histórico alcançam se resume nestas duas verificações: que certos grupos humanos, devido às condições favoráveis do meio ou do momento, alcançaram mais cedo do que outros uma forma elevada de cultura; e que, devido ao parasitismo exagerado, de umas classes sobre as outras, certas nações se corromperam e decaíram (BOMFIM, 2008, L.D., pos. 4900).

Como também demonstraram depois os autores citados anteriormente, Bomfim (2008) afirma que os Estados nacionais que se constituíram após a colonização tiveram a função de atender interesses alheios aos nacionais, alheios aos interesses do conjunto da sociedade. O autor também identifica na reprodução da desigualdade econômica e social estruturada pela colonização, bem como na dominação imperialista sobre as novas nações, os grandes entraves para o progresso

da sociedade, pois tanto as classes dominantes internas, quanto os países dominadores estão sempre em posição conservadora dos seus privilégios e *status quo*.

Bomfim (2008) já criticava os níveis de exploração da força de trabalho no Brasil diante da economia agrário exportadora, a qual, subordinada às nações dominantes, se mantinha tecnologicamente subdesenvolvida. Para o autor havia uma falta de consideração das classes dominantes sobre a necessidade de investimento no progresso técnico, através da difusão da instrução e da ciência para a realização de um *trabalho inteligente*. Frente aos problemas da sua época, que pouco mudaram em relação à nossa, reivindicava uma educação que possibilitasse a observação da realidade e servisse à sua transformação.

Mariátegui (2008) também segue esse rumo. Analisando a situação peruana, sua obra, escrita em 1928, tem um diálogo direto com a tradição marxista, numa análise histórica das condições estruturais da formação social peruana em conexão com a de toda a América Latina. Nos seus *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, o autor coloca em evidência os fundamentos do atraso econômico que assolava o Perú, tanto em relação às economias centrais, quanto dentro das distintas regiões do País.

A análise de Mariátegui nos possibilita apreender a formação histórico-concreta da América Latina à medida que os problemas dos países da região têm o mesmo marco fundante, o colonialismo. Entender os processos desenrolados pela colonização é, para Mariátegui, a chave fundamental na análise sociológica da sociedade que se forma após a dominação externa. Uma sociedade que se forma sem o índio e contra o índio - e no caso do Brasil, poderíamos dizer, sem o índio, sobre o negro e contra ambos.

Mariátegui (2008) denuncia a invisibilização de  $\frac{3}{4}$  da população peruana, indígena, a qual tem todas as suas referências econômicas, sociais e culturais herdadas da formação social incaica, ignoradas na constituição da Nação. Uma nação que apresenta abismos enormes dentro das suas próprias regiões, acomodando da modernização à mais absoluta miséria dos povos indígenas acoitados para as piores e mais longínquas terras. Aliás, para Mariátegui (2008), o problema do índio, ocultado pelo racismo e pelas tentativas de inferiorização do indígena, tem suas raízes no regime de propriedade da terra. Não é

étnico, nem moral, é econômico, social e político: “A miséria moral e material da raça indígena aparece muito claramente como uma simples consequência do regime econômico e social que pesa sobre ela há séculos” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

Como Bomfim (2008), Mariátegui (2008) também tece críticas às teorias raciológicas, desmistificando seus argumentos sobre a inferioridades dos povos dos países subdesenvolvidos.

A suposição de que o problema do índio é um problema étnico se nutre do repertório mais envelhecido das ideias imperialistas. O conceito das raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista. (...) A degeneração do índio peruano é uma invenção vagabunda dos leguleios feudais (MARIÁTEGUI, 2008, p. 57).

Mariátegui (2017) escreveu em 1929 também sobre o problema do negro no Ocidente ao observar a crescente vinculação das reivindicações da população negra à questão cultural, ao passo que além de todas as formas de exploração, também sua cultura se transforma em mercadoria no mundo capitalista. O autor escreve:

O Ocidente branco e capitalista aperfeiçoa e intensifica a exploração tradicional dos negros [escrava]. Na Grande Guerra, as potências imperialistas da Entente empregaram em vasta escala o material humano que suas colônias negras podiam lhes oferecer. E hoje, desenvolvidas tecnicamente, em um grau inverossímil, a exploração do trabalho, o consumo e a produção dos negros nada mais natural do que explorar sua arte. O negro continua abastecendo de material a civilização branca (MARIÁTEGUI, 2017 )

Para a análise histórico-concreta da exploração e da decorrente miséria dos povos da América Latina, o peso dado por Mariátegui (2008) à questão agrária é fundamental. É na questão agrária que Mariátegui localiza os fundamentos da miserabilidade da maior parte da população peruana, e, podemos dizer, latino-americana. O monopólio da terra é a raiz dos problemas sociais racionalizados pela classe dominante

como sendo um problema racial. “O regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda nação” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 70). Somente a resolução dessa questão tem a capacidade de resolver os problemas enfrentados de forma particular pela população indígena e negra. Resolução que, de acordo com o autor, não poderia se dar com uma solução liberal-burguesa, na sua fórmula individualista, apenas o socialismo seria capaz de resolvê-la.

Por fim, entendemos que Marini, como demarcado na introdução desta tese, (2011; 2012) apresenta-se como um autor também fundamental na apreensão da dinâmica da dependência, possibilitando uma análise que conecte particularidade-totalidade. O objetivo central da principal obra do autor, *Dialética da dependência*, é explicitar o processo de drenagem de riquezas das nações dependentes às imperialistas, elaborando categorias históricas que nos permitem apreender a dinâmica das determinações a nível global do processo de reprodução do capital e seus movimentos particulares nos territórios periféricos. O autor abstrai das formas particulares de produção de valor que existiam na América Latina antes do modo de produção capitalista bem como dos processos de transição e foca a sua análise na explicação da dialética da dependência.

Para o autor, a dependência se demarca pela integração das economias latino-americanas, como Nações Independentes, na divisão internacional do trabalho, a qual se deu de forma desigual e subordinada aos interesses imperialistas. Desta forma, esta inserção resulta na troca desigual entre as economias dependentes e as dominantes, implicando numa contínua transferência de valor das nações tecnologicamente dependentes para as dominantes e mais desenvolvidas em termos de produtividade do trabalho. A troca desigual coloca às economias dependentes uma radicalização da *lei do valor*, sob a qual as formas de apropriação da mais valia produzida pelos trabalhadores ganha formas particulares, expressas numa superexploração da força de trabalho. No próximo capítulo desta tese retomaremos o diálogo mais a fundo com o autor.

Destacamos que autores e debates arrolados acima são aqueles que localizamos como fundamentais ao giro teórico metodológico proposto nesta tese para a apreensão da luta de classes na América Latina e, particularmente, no Brasil. A síntese a que chegamos a partir dos estudos dos mesmos é que o colonialismo criou modos particulares

de produção social na América Latina, os quais, após quase quatro séculos de reprodução, são superados dialeticamente num processo que engendrou as bases estruturantes do capitalismo dependente. Este, síntese daquela dialética, da superação e continuidade de elementos dos modos de produção anteriores, reproduz continuamente elementos herdados dos modos de produção anteriores, à medida que são fundantes da sua constituição particular neste território.

A partir dos autores citados, entendemos que nos países dependentes na sua relação contraditória com a dominação imperialista, **terra** e **trabalho**, elementos fundantes de toda a produção de riqueza, são subordinados à continuidade do monopólio e de particularidades nas formas de expropriação da riqueza produzida pelo trabalho, a qual Marini (2011) bem categoriza como **superexploração**.

A **terra**, dominada pelos interesses das classes dominantes internas e externas é aprisionada à produção extensiva para exportação, tendo sua função social subordinada à forma mercadoria, a qual se complexifica e ocupa um lugar cada vez mais disputado na apropriação geral da riqueza frente ao esgotamento inevitável dos seus recursos naturais e a crescente demanda pelos mesmos no mercado mundial. Junto ao cativo da terra (MARTINS, 1998), se acentua a questão agrária e a latente luta dos povos latino-americanos pela terra.

O **trabalho**, liberto formalmente das condições vis da escravidão e da servidão, não pode existir como meio de emancipação humana na sociedade dominada pelo capital. E sob as condições particulares do capitalismo dependente, as relações de trabalho só podem existir permeadas por níveis de exploração que proporcionem uma apropriação de excedente econômico correspondente à drenagem de riqueza para as classes dominantes externas e para necessária manutenção do status quo das classes dominantes internas.

A relação econômica decorrente da dominação da terra e do trabalho pelo capital na América Latina, com os níveis de aprofundamento da desigualdade entre capital x trabalho, expressas pela superexploração, se dão sobre um processo histórico no qual a expropriação foi racionalizada ideologicamente, desde o colonialismo, a partir da negação da ontologia dos sujeitos dominados no processo, expressa no **racismo**.

O **racismo** é, no capitalismo dependente uma determinação fundamental na racionalização dos desníveis sociais criados pela apropriação dividida da riqueza entre as classes dominantes internas e externas. Ele antecede a organização capitalista do trabalho neste território e confere sentido às ações das classes dominantes internas na tentativa de defender seu status quo frente à dominação externa. Criado pela dominação colonial clássica, o racismo foi reproduzido pela dominação imperialista, que por si mesma expressa formas de colonialismo. O imperialismo deu critério pseudocientífico à inferiorização dos dominados criado pelo colonialismo. O racismo expressa portanto, no capitalismo dependente, a racionalização do abismo social criado entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, reproduzido internamente pela superexploração das classes trabalhadoras.

Da superação dialética do escravismo colonial se constituiu as formas particulares das relações de produção sob o capitalismo dependente. Da ruptura adveio o **trabalho “livre”**. Da continuidade se reproduz o **monopólio da terra** e o **racismo**.

#### **4.2. O nascimento do novo sobre o velho que insiste em não morrer: dinâmica da transição do escravismo ao capitalismo dependente.**

Decifrar as conexões dos termos fundantes da luta de classes na América Latina, e em particular, no Brasil, é o que nos permitirá uma melhor apropriação teórico-política sobre as suas manifestações neste território. Assim, apresentaremos a seguir uma exposição do processo de totalização das relações contraditórias que engendraram o capitalismo dependente no âmbito das determinações do processo global de reprodução do capital.

A partir do giro metodológico apresentado, entendemos que da dialética contraditória do escravismo colonial e sua síntese, ou seja a superação conservadora da sociedade escravista, engendra o capitalismo dependente. Este, necessariamente, reproduz dos elementos conservados. Neste tópico, trataremos as determinações fundamentais que explicitam, a partir do processo histórico concreto, as determinações daqueles elementos.



As particularidades da decomposição do trabalho escravo no Brasil devem ser melhor computadas para compreendermos a extensão desse traumatismo escravista nas relações subsequentes à sua substituição. Fomos o último país a abolir a escravidão, quando isso se verifica, conforme dissemos, o capitalismo já iniciava sua fase monopolista, fato que irá determinar não apenas a forma como a abolição foi feita, mas também os reflexos negativos dessa solução compromissada com na estrutura da sociedade brasileira. A abolição conserva a estrutura latifundiário oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial. Com isto ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força e trabalho liberadas que irão constituir a massa de marginalizados, saída das senzalas.

Acentuado pela dinâmica da luta de classes interna - entre senhores e escravos, com o aprofundamento da produção escravista e pelo esgotamento das possibilidades de sua reprodução após o fim do tráfico internacional em 1850 o escravismo chega ao fim no Brasil somente em 1888, conforme mostra anexo I.

Muita ênfase tem se dado às pressões inglesas pela extinção da escravidão no Brasil, o que é um fato, mas um fato cuja relevância tem sido tratada de forma quase absoluta em detrimento da explicitação dos demais elementos. Desde 1807 quando proibiu o tráfico para as suas próprias colônias, a burguesia inglesa passou a condenar o escravismo, mas o fundamento da sua crítica nunca foi humanista, era econômico e dizia respeito às implicações que os privilégios dos colonos colocavam para a expansão do mercado manufatureiro. Entretanto, enquanto o tráfico e o trabalho escravo das demais colônias/nações pôde existir sem ameaçar os interesses imperialistas ingleses, suas classes dominantes não apenas foram coniventes como o reforçaram.

Williams (2012) mostra como as pressões inglesas para o fim do tráfico internacional de escravos correspondem às contradições das próprias classes dominantes inglesas em fins do século XVIII para o

século XIX. A burguesia capitalista em ascensão contra a classe dos senhores de escravos colonialistas.

Tendo alcançado um alto nível de desenvolvimento das bases capitalistas após a Revolução Industrial, com a conseqüente necessidade de expansão do mercado para a circulação de suas mercadorias, as burguesias inglesas começaram a se confrontar com os colonialistas escravistas, no âmbito do Estado, em torno dos privilégios que os últimos gozavam, os quais, contraditoriamente, ajudaram o capitalismo a se erguer contra o sistema feudal. Os escravistas das colônias inglesas tinham o monopólio do mercado inglês na venda do açúcar e isto se tornou um entrave para a expansão do mercado inglês. As burguesias manufatureiras necessitavam, concomitantemente, de expandir o mercado às suas manufaturas e expandir os mercados fornecedores de matérias primas, o que não seria possível sob o protecionismo do Estado em relação aos interesses dos colonialistas.

De acordo com o autor, somente após o capitalismo ser fertilizado com a riqueza produzida nas colônias pelo trabalho escravo é que o sistema escravista, e toda a estrutura protecionista e monopólica que este pressupõe, se tornou um empecilho à expansão capitalista.

Enquanto no século XVIII todos os setores econômicos importantes da Inglaterra se alinhavam com o monopólio e o sistema colonial, após 1783 todos eles, um a um, passaram a investir contra o monopólio e o sistema escravista das Índias Ocidentais. As exportações britânicas para o mundo consistiam em produtos manufaturados que só podiam ser pagos em matérias-primas: O algodão e o açúcar dos Estados Unidos; o algodão, o café e o açúcar do Brasil; o açúcar de Cuba; o açúcar e o algodão da Índia. O aumento da capacidade das exportações britânicas dependia da capacidade da Inglaterra de absorver as matérias primas como pagamento. O monopólio proveniente da cana plantada em colônias não britânicas para o consumo interno, era um entrave (WILLIAMS, 2012, p. 215).

Mas se localizando no âmbito da política, tais entraves foram logo removidos, já que no âmbito da produção era natural a sua derrocada. Sem o protecionismo e o monopólio na comercialização das mercadorias produzidas pelo trabalho escravo, é impossível sua concorrência com mercadorias produzidas pelo trabalho livre assalariado, que, uma vez estruturado, é muito mais barato e produtivo que o escravo.

O fim do tráfico para as colônias inglesas foi decretado em 1807, a abolição da escravidão em 1833, e o fim das tarifas preferenciais em 1846. Para Williams (2012), esses acontecimentos, indissociáveis, marcam a luta entre escravistas e capitalista em torno do mercado.

Estes acontecimentos marcaram a superação do capital mercantil, onde a circulação de mercadorias teve caráter monopolista/protecionista, pela ascensão do capital industrial com a demanda de mercado livre para expandir-se.

A partir dessas mudanças a burguesia inglesa poderia negociar com todo o mundo, trocando suas manufaturas por matérias primas. Mas estas últimas, fora dos seus domínios colonizadores, continuaram sendo produzidas pelo trabalho escravo.

Derrotada a classe escravista de suas próprias colônias, a burguesia inglesa ainda poderia conviver plenamente com o escravismo nas colônias de outras nações, desde que houvesse o livre mercado para as suas manufaturas, ou seja, que não houvessem políticas protecionistas. Decorre daí as pressões para o fim do tráfico internacional de escravos. Afinal, antes de mais nada, “o ataque aos fazendeiros das Índias Ocidentais era mais que um ataque à escravidão. Era um ataque ao monopólio. Seus adversários não eram somente os humanitaristas, eram também os capitalistas” (WILLIAMS, 2012, p.193).

Os capitalistas inicialmente encorajaram a escravidão nas Índias Ocidentais e depois ajudaram a destruí-la. Enquanto o capitalismo britânico dependeu das Índias Ocidentais, eles ignoraram ou defenderam a escravidão. Quando o capitalismo britânico passou a considerar o monopólio das Índias Ocidentais um entrave, destituíram a escravidão naquelas colônias como o

primeiro passo para destruir o monopólio das Índias Ocidentais. Para eles a escravidão era relativa e não absoluta, e dependia da latitude e da longitude, como provam suas atitudes depois de 1833 diante da escravidão em Cuba, no Brasil e nos Estados Unidos. Escarneciam de seus adversários por verem escravidão onde eles viam apenas açúcar e por limitarem sua visão à circunferência de um barril. Não iriam moldar suas tarifas segundo critérios morais, não ergueriam uma tribuna em cada posto da alfândega e não obrigariam os funcionários aduaneiros a fiscalizar o cumprimento das doutrinas abolicionistas (WILLIAMS, 2012, p. 234).

Williams (2012) mostra, portanto, as contradições postas à própria burguesia inglesa no seu intento de derrotar a escravidão através da pressão para que as demais nações proibissem o tráfico internacional de escravos após 1807. A ameaça de boicote resultou em nada, pois a proibição do tráfico arruinaria Cuba e Brasil, maiores produtoras de açúcar e outras matérias primas, e potenciais mercados para as manufaturas inglesas. Mesmo o condicionamento do reconhecimento da Independência brasileira ao fim do tráfico não passou de ameaça. Se a Inglaterra não o fizesse a França o faria. E os interesses dos negociantes ingleses no mercado sul-americano falaram mais alto, afinal, era evidente para eles que

(...) a abertura do mercado sul-americano à indústria britânica poderia render os mais vantajosos resultados para o comércio da Inglaterra. O capitalismo britânico não podia mais se contentar com o contrabando.

Esse mercado sul-americano, em especial o Brasil, era fundado no trabalho escravo e exigia o tráfico de escravos. Assim, os capitalistas britânicos iniciaram uma campanha vigorosa contra a política do governo inglês de eliminar o tráfico negreiro à força, com a presença de navios de guerra estacionados na costa africana. (WILLIAMS, 2012, p. 237).

De acordo com Williams (2012), mesmo após 1833, com a abolição do tráfico nas colônias inglesas, os capitalistas britânicos continuaram envolvidos com o tráfico de escravos. Foram as manufaturas inglesas que possibilitaram grande parte a compra de escravos na Costa da África, correspondendo a mais de 70% dos artigos usados pelo Brasil para comprar escravos. Além disso,

Os bancos ingleses no Brasil financiavam o tráfico de escravos e faziam seguro da carga de seus navios negreiros, ganhando com isso a boa vontade de seus hospedeiros. As mineradoras Britânicas possuíam e compravam escravos negreiros para usá-los nas suas empresas. “Devemos necessariamente aceitar a conclusão dolorosa”, disse Brougham referindo se ao desenvolvimento cubano e brasileiro, “que pelo menos um grande volume do capital exigido devia, em grande medida, pertencer aos homens ricos deste país”. John Bright sabia muito bem dos interesses dos seus eleitores em Lancashire em 1843, quando fez um discurso eloquente contra o projeto de lei que proibia o investimento, mesmo indireto, de capital britânico no tráfico de escravos, argumentando que o decreto não passaria de letra morta e que a questão devia ficar entregue à moral e ao sentimento de honra de cada um. Naquele mesmo ano, empresas britânicas cuidaram dos três oitavos do açúcar, metade do café e cinco oitavos do algodão exportados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia.

Os capitalistas já tinham tido o suficiente da “nobre experiência” britânica. O comércio era o grande libertador. A única maneira de derrubar a escravidão era confiar nos princípios justos e eternos do livre-comércio.

De acordo com Williams (2012) o confronto contra as nações escravistas levava a prejuízos econômicos e os defensores da burguesia inglesa mudaram seu discurso contra o tráfico de escravos para a causa humanitária, esvaziada e retórica, justificando que cada nação deveria ter seu próprio tempo para alcançar os objetos desta causa. Nos primeiros trinta anos de atuação da Inglaterra no combate ao tráfico internacional de escravo, não apenas se frustraram seus objetivos, como

o tráfico aumentou desde que a marinha inglesa passou a realizar suas excursões de combate em alto mar. Moura (2014), também aponta este aspecto, na primeira década após a chegada da Família Real no Brasil, o desembarque de escravos nos portos Brasileiros teve um crescimento significativo o qual durou até 1850. Os dados do *Slave Voyages*, na tabela abaixo mostra o crescimento significativo nas cinco primeiras décadas do século XVII e ratificam esta argumentação:

**Tabela 4** – Número de escravos embarcados e desembarcados no Brasil no século XIX

	Portugal / Brasil	
	Embarcados	Desembarcados
1801-1810	131.741	116.531
1811-1820	516.854	463.613
1821-1830	594.421	535.912
1831-1840	438.826	358.393
1841-1850	517.078	427.498
<b>Totais</b>	<b>2.198.920</b>	<b>1.901.947</b>

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 13/01/2019.

Para Williams (2012), o interesse econômico das burguesias inglesas nas matérias primas, produzidas pelo trabalho escravo, fez com que as classes dominantes criticassem o combate ao tráfico. Na opinião daqueles nobres senhores era vã e dispendiosa a política inglesa de forçar o fim do tráfico, o que resultava apenas em tensões nas relações com Cuba e Brasil, mercados importantes demais para serem sacrificados por conta do capricho dos abolicionistas. O capitalismo britânico “continuava a prosperar sobre a escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos” (WILLIAMS, 2012, 243).

Em 1831 a Lei Regencial que previa o fim do tráfico para o Brasil foi ignorada e mesmo após a chamada Bill Aberdeen, lei inglesa de 1845 que pretendia pressionar o Brasil para o fim do tráfico, este continuou por mais cinco anos. Só em 1850 foi definitivamente proibido pela Lei Eusébio de Queirós.

A pesquisa de Williams (2012) reforça as teses de Moura (2014) e Gorender (2012) sobre as contradições do modo de produção escravista colonial, determinantes fundamentais para o fim da escravidão no Brasil em 1888.

A Independência se deu pela conservação do modo de produção, ou seja, a plantagem e o trabalho escravo permaneceram intactos, e, se sofreram alguma influência foi no sentido do seu aprofundamento, o qual só se reverteu com a proibição do tráfico. Mesmo após esta data, as pesquisas apresentadas pelo Slave Voyages, apontam que ainda desembarcaram 7.318 escravos no Brasil até o ano de 1866.<sup>27</sup> De todo modo, Moura (2014) aponta que a proibição demarcou a fase decadente do escravismo, e a população escrava, sem reposição externa sobre quedas aceleradas entre 1850 e 1888, ao passo que aumenta a população de negros e mestiços libertos e livres. A tabela abaixo, elaborada por Moura (2014) mostra o movimento populacional no século XVIII e XIX:

**Tabela 5** – Movimento populacional em fins do século XVIII e XIX

Ano	Escravos	Livres	Total
1789	1.500.000		
1800	1.000.000	2.000.000	3.000.000
1808	1.930.000		4.396.132
1817	1.930.000		4.396.132 (a)
1823	1.143.515	2.813.351	3.960.866

<sup>27</sup> <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 13/01/2019.

1830			5.340.000
1850	2.500.000	5.520.00	8.020.000
1854			7.677.000
1864	1.715.000		
1872	1.510.802	8.419.772	9.419.784 (b)
1873	1.542.230		
1873	1.409.453		
1875	1.410.668		
1880	1.368.097		
1882	1.272.355		
1883	1.211.946		
1884	1.140.806		
1885	1.000.000		
1887	637.602		
1888	500.000		
1890			14.333.915
1900			17.318.556
(a) Em 1817, os dados incluem 800 mil índios.			
(b) Recenseamento em 1872.			

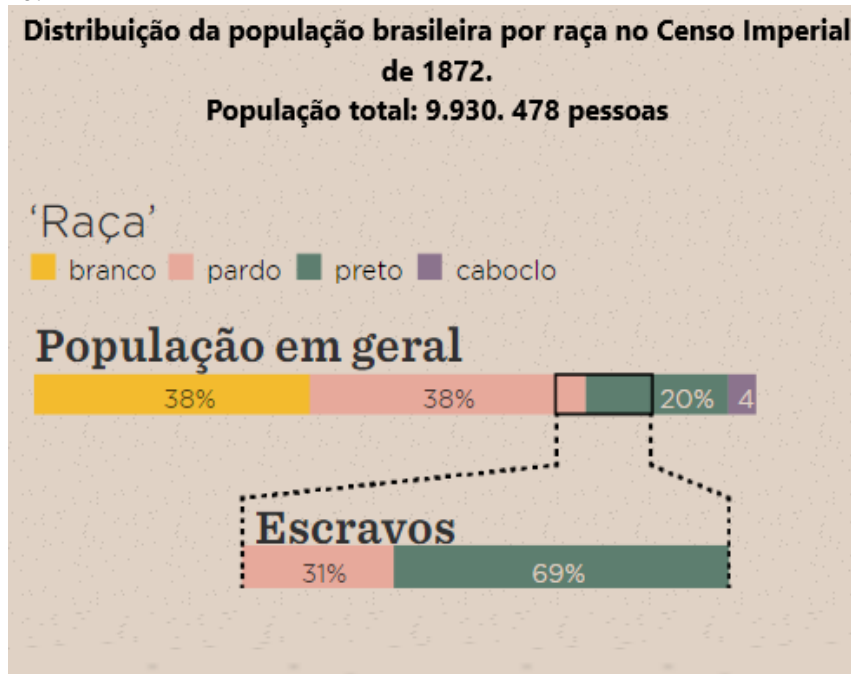
Fonte: MOURA, 2014, p.202.

O ano de proibição do tráfico demarcou o auge da população escrava no Brasil, aumentada pelo crescente número de desembarques nos anos anteriores. Esta população se reduziu drasticamente nos 38



anos que se seguiram. Moura (2018) atribui esta redução tanto ao nível de desgastes e mortes dos escravos, quanto à sua alforria por diversas circunstâncias. Também é notável o crescimento da população livre nos cinquenta anos que antecederam o Censo Imperial de 1872, o primeiro de grande abrangência no País. O período de decadência do escravismo diversificou a composição demográfica do Brasil, que no escravismo pelo foi, majoritariamente, composta por escravos negros. O quadro abaixo, elaborado a partir do Censo Imperial de 1872 ilustra esta diversificação:

**Imagem 4** – Distribuição da população brasileira por raça no Censo Imperial de 1872



Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o> (adaptação).

A manutenção do escravismo após a proibição do tráfico se deu porque, mesmo se confrontando no mercado externo com a produção manufatureira produzida por trabalho livre, a produção escravista no país permanecia com outro elemento fundamental para a sua existência: o monopólio do mercado cafeeiro. Com o monopólio o escravismo

colonial pôde perdurar economicamente até que as contradições internas aceleradas pela não reposição do escravo com o fim do tráfico o levasse a derrocada final.

Em 1850 o ciclo do café era expansivo, a condição monopólica de produção permitia grande rentabilidade a esta era mercadoria no mercado mundial. Brasil praticamente era absoluto na sua produção. O trabalho escravo não apenas continuava necessário, como ainda era muito rentável frente a condição monopólica. No entanto, o fim do tráfico e a impossibilidade de repor a força de trabalho escrava no ritmo necessário, a contínua luta dos escravos pela liberdade e as disputas no mercado mundial, permeadas pela ideologia liberal, abriram cisões intratransponíveis, as quais conduziram à inserção do trabalho livre e ao esgarçamento definitivo do escravismo (MOURA, 2014).

O modo de produção escravista perdurou para sustentar a *modernização sem mudanças sociais* iniciadas pela Independência. Isto quer dizer

(...) que em determinada parte da sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural, e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza, aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, de outro lado, *as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou.* Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se modernizou. Cria-se uma contradição na estrutura que começa a produzir choques, assimetrias e conflitos como reflexos e reduções dessa diferença. Essas contradições e/ou desestruturação manifestam-se das mais variadas formas, quer na área de trabalho, onde elas são mais agudas, quer no nível ideológico, gerando idéias em grupos e organizações que passam a reproduzir o que tem de moderno, isto é, a ciência e tecnologia

avançadas. Mas por outro lado, ao serem aplicadas essa ciência e essa tecnologia elas irão servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras desse poder que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social. Em outras palavras o moderno passa a servir ao arcaico (MOURA, 2014, p. 85-86).

Para Moura (2014), a modernização impacta de formas distintas na luta entre escravos e senhores. Isto porque esta modernização se deu de forma desigual entre as regiões do País, ocorrendo naquelas onde a economia escravista cafeeira dava dinamismo ao setor financeiro, ou seja, na região Sudeste. Nesta o aparelho de Estado, com sua moderna burocracia, começava a deslocar-se do controle constante das revoltas e outras formas de descontentamento da massa escrava. No Norte e Nordeste, antigos pólos do dinamismo escravista, o modo de produção escravista em transformação conservou suas formas arcaicas e o aparelho de Estado continuou vigilante contra a quilombagem. Nas áreas não penetradas pela modernização, o que ameaçava a estabilidade da escravidão ainda eram os quilombos, onde esta se realizava, uma série de mudanças foram notificadas.

Nessas áreas, verifica-se um processo de modernização relativamente importante no setor tecnológico, e há uma série de reformulações de medidas políticas, procurando estabelecer táticas reordenadoras do comportamento das classes em fricção e recompondo a classe senhorial para os desafios que a decadência do sistema começa a revelar no seu conjunto. É a partir daí que as classes médias também começam a se sensibilizar com a substituição da mão de obra, e os grupos políticos procuraram realizar as primeiras medidas para a substituição do escravismo.

Com esse processo de modernização injetado, que modificava tecnologicamente o escravismo, sem modificar-lhe a estrutura naquilo que ele possuía de fundamental, mas, ao mesmo tempo, subordinando a sociedade brasileira às forças de dominação que ao mesmo tempo a modernizavam, iniciou-se a última fase do escravismo, o *escravismo tardio* (MOURA, 2014, p. 85).

De acordo com Moura (2014), nas transformações do escravismo tardio houve um cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. “O escravismo moderniza-se e o Brasil ficou dependente” (MOURA, 2014, p. 86). A rentabilidade do setor escravista cafeeiro, apesar da dependência externa, proporcionou algum nível de acumulação interna de capital, dando possibilidades de investimentos da renda extraída do trabalho escravo no setor *moderno*. Intensificada a produção escravista e o poderio do setor agrário, a dinâmica da economia permitiu o surgimento tardio de uma burguesia urbana enquanto classe, mas esta já nasceu subordinada aos interesses dos compradores, vendedores e investidores da nova metrópole: a Inglaterra.

A dinamização do setor moderno também se deu pela entrada de capitais estrangeiros, particularmente o inglês, conformando a condição dependente desta modernização. Isto exigiu que a produção continuasse fornecedora de bens primários para o mercado europeu, o que, por sua vez impôs a continuidade da plantagem, do monopólio das terras e do trabalho escravo. Este último, sem uma reposição externa, agonizou em concomitância com a consolidação das estruturas do capitalismo dependente e da emergência do trabalho livre. Em síntese, a inserção de capital estrangeiro no país, já num momento em que o capitalismo estava consolidado e alcançando tendências monopolistas nas Europa, teve impactos duradouros na definição dos rumos da estrutura produtiva e das relações de produção no território.

Esse capital, aqui investido de diversas maneiras e naquelas áreas estrategicamente relevantes para um processo autônomo de desenvolvimento da nossa economia, criou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até hoje de forma cada vez mais traumática. (...)

Os ingleses modernizaram o Brasil, mas através de estratégias de subordinação - sutis ou abertas - que determinaram progressivamente, à medida que nos endividávamos, esse processo de dependência (MOURA, 2014, p. 87).

Assim como Moura (2014), Fernandes (2006) também reforça os impactos que a entrada do capital estrangeiro teve, não apenas na transição do escravismo ao capitalismo dependente, mas ao longo do desenvolvimento econômico capitalista no Brasil. As articulações conformadas durante o escravismo tardio entre o moderno e o arcaico consolidaram a impossibilidade de um desenvolvimento nacional não dependente, também nas dimensões políticas e culturais.

Durante a transição do escravismo ao capitalismo dependente, a dominação estrangeira - inglesa - deu nos setores estratégicos de comunicação, transporte, seguros bancários, exportação-importação, comércio etc. A inundação do país com mercadorias inglesas sufocou as possibilidades de um desenvolvimento industrial. Tudo era importado e as casas importadoras inglesas dominavam o comércio com produtos para o consumo interno, atuando tanto no setor de importação quanto no comércio varejista. De manteiga a carvão, passando por tecido e até *açúcar!*, os artigos da indústria britânica inundaram o nascente e crescente mercado interno brasileiro. Não havia muitas possibilidades de um desenvolvimento da indústria interna e esse era o preço da modernização, pago com o trabalho escravo que produzia os bens primários de interesse da burguesia dominantes externa. (MOURA, 2014).

Moura (2014) afirma que onde apresentou possibilidades de desenvolvimento, a indústria foi dominada pelo capital estrangeiro. O investimento inglês se lançava em cada nicho econômico que surgia.

os ingleses não apenas dinamizavam a modernidade brasileira, como, em contrapartida, procuravam impedir o desenvolvimento da nossa economia, especialmente nos setores bancário, ferroviário e industrial nascente. No particular, do setor industrial, é significativo como procederam quando alguns brasileiros procuravam competir com eles na área em que estavam interessados em investir (MOURA, 2014, p. 94).

Dominado pelos setores agrários, que por sua vez estavam voltados para o exterior e subordinados aos interesses estrangeiros, o Estado nacional protegia o capital estrangeiro e seus empreendimentos no Brasil em detrimento dos poucos investidores nacionais. Estes, quando podiam investir na indústria, tinham dificuldades de se

desenvolverem, enquanto os ingleses tiveram garantias e protecionismo governamental.

Portanto, com continuidade da produção voltada ao mercado externo, a permanente dependência do capital estrangeiro e o consequente endividamento, demarcam a dependência, foi é impossível formar-se uma burguesia industrial autônoma, com capacidade de se colocar com classe transformadora do processo histórico. Esta nasceu sobre a manutenção do escravismo, formou suas articulações políticas sobre o trabalho cativo e atua internamente como auxiliar dos interesses externos, aos quais se articula para defender seus próprios interesses como se fossem os de toda a Nação. Internamente os interesses dos setores burgueses se confrontam, entretanto, o *modus operandi* das classes dominantes para manter seu *status quo* revela-se nas articulações contraditórias entre a aristocracia agrária, agroexportadora e os setores financeiros e industriais.

A modernização com a condição dependente significou o investimento estrangeiro nos setores mais rentáveis, empréstimos a condições escorchantes, a ampliação do setor bancário com o controle do capital estrangeiro, e a subordinação política e cultural aos países dominantes, o que apenas se aprofundou ao longo do tempo.

#### *4.2.1. A dinâmica da luta de classes sob a modernização sem mudança social*

De acordo com Moura (2014) a derrocada do modo de produção escravista, além das questões no âmbito estritamente econômico, foi demarcada por processos políticos que definiram as condições da estrutura social brasileira após o fim da escravidão. Moura dá destaque a cinco medidas que incidiram naquelas condições: 1) a tarifa Alves Branco; 2) a Lei da Terra; 3) a Lei Eusébio de Queirós; 4) a Guerra do Paraguai; 5) a política de *branqueamento*. Esta última, se manifesta em maior ou menor medida através das anteriores, como expressão da dominação ideológica das elites brancas no poder que, prevendo o fim da escravidão, buscaram se livrar do negro e seus descendentes, de forma institucionalizada pelo Estado. Os processos decorrentes das medidas assinaladas demarcam as bases do racismo que se expande de modo estruturante nas relações sociais desenvolvidas no âmbito do capitalismo dependente.

- 1) A tarifa Alves Branco (1844): De acordo com Moura (2014) esta medida se antecipou ao fim do tráfico e foi uma medida fiscal e de intenção protecionista da indústria nascente, realizada com vistas a taxar a entrada de mercadorias estrangeiras no país e garantir a indústria a absorção de mão de obra estrangeira que sobrasse no pano rural. Era a expressão do *liberalismo escravista* que buscava modernizar o país mantendo toda a estrutura da escravidão. Era também uma resposta às pressões da Inglaterra pelo fim do tráfico. Resguardava os setores internos que tinham necessidade de força de trabalho livre fosse composta basicamente por imigrantes brancos. Esta medida criou barreiras para que o negro escravizado se integrasse à nova ordem econômica quando saísse da senzala, pois esta já estaria dominada. A medida buscava criar um setor de trabalhadores livres para uma possível industrialização nas brechas da economia escravista. Era uma medida que acontecia sobre o trabalho do negro escravizado e contra o negros e não brancos. De acordo com Moura (MOURA, 2014, p. 105),

No caso particular do Brasil, a política de desvalorização do trabalhador nacional, especialmente do negro e do não branco para esse tipo de atividade, significava estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros brancos capazes de dominar “técnicas mais avançadas de produção” e branquear nossa população, segundo a ideologia predominante. Os escravos, como fica claro, estavam excluídos desse processo de mobilidade social, bloqueados pela sua condição de cor e de classe e por isso mesmo impossibilitados de competir nesse processo de *modernização* na área do trabalho.

Acrescente-se a isso todas as variantes da ideologia do branqueamento – racistas – da sociedade brasileira preconizada pelas elites deliberantes e poder-se-á ver até que ponto essa massa de mão de obra em potencial da parte do escravo estava excluída desse processo.

- 2) a Lei da Terra (1850): Transformou a terra em mercadoria vendável a qualquer um que tivesse dinheiro, portanto aquisição praticamente impossível ao escravizado que ao ser alforriado não tinha acumulada

nenhuma renda. Esta lei criou as premissas objetivas para a marginalização social dos ex-cativos quando se deu a Abolição.

A Lei da Terra tinha, no fundo, conteúdo político. Ela deu um cunho liberal à aquisição de terras no Brasil, mas visava a, de um lado, impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos e, de outro, estimular o migrante que via, a partir daí, a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando (MOURA, 2014, p.111).

Foi um processo pré-abolição, ocorrido no mesmo ano da proibição do tráfico de escravos para o Brasil, prevendo, portanto, o esgotamento inevitável do escravismo e prevenindo para que as massas saídas do cativeiro não tivessem condições de se reproduzir. Pelo efeito da Lei da Terra, a marginalização do escravizado quando liberto se somou a marginalização de milhões de camponeses pobres e mestiços espalhados pelo país. Estes que ao longo da história do escravismo travaram disputas com os grandes plantadores pela posse da terra. Somente ao imigrante europeu eram dadas as condições de tornar-se proprietário de terras. Com Lei da terra criadas as condições para o monopólio da terra em contraposição ao aumento da população sem terra, descendentes de negros e índios - mestiços de modo geral.

Em especial nas regiões Sudeste e Sul onde a política a política de branqueamento assumiu uma forma institucionalizada, com de incentivo à imigração, o imigrante europeu, branco, teve possibilidades de adquirir a terra, com poupança própria ou apoio do Estado. Nas outras regiões, o Nordeste em particular, onde a economia decadente dos engenhos não permitia aos senhores importar mão de obra, estes facilitaram a permanência de trabalhadores livres como “moradores de condição”, ou seja, com permissão para morar e trabalhar na terra, mas com a obrigação de trabalhar em alguma medida para o proprietário (MOURA, 2014)

Nessas economias, quer no sudeste, quer no nordeste, com suas diferenças regionais, a Lei da Terra de 1850 desempenhou a mesma função: impedir que a plebe e as populações que estavam prestes a sair do cativeiro tivessem acesso à mesma. Criou-se os mecanismos de dependência



dos sem-terra que perduram até hoje (MOURA, 2014, p. 118).

O trabalhador do campo seguiu as margens da grande plantação como oferta de força de trabalho barata. A Lei da Terra ratificou o monopólio da terra e definiu as condições da superexploração dos trabalhadores no campo e na cidade. Nos rumos da economia brasileira agroexportadora e dependente, estavam dadas as condições necessária à constituição da força de trabalho livre. Livre de qualquer possibilidade de se reproduzir que não seja submeter-se aos ditames da superexploração da sua força de trabalho. Da Lei da Terra emerge a questão agrária aberta e latente e as cisões entre as parcelas da classe trabalhadora brasileira, distinguidas no acesso à terra também pela *origem racial*.

O objetivo da Lei da Terra não era apenas vender terra, mas vendê-la ao emigrante, aliás, chamado por Tavares Bastos de “descendentes de raças civilizadas.

A política programada para uma manobra de branqueamento no seu nível ideológico nada tem a ver com o favorecimento à integração das populações brasileiras compostas de negros, mulatos, mamelucos e não brancos em geral.(...)

Estava fechado o circuito, estabelecendo-se a profilaxia que impediria a mobilidade da sociedade brasileira rumo a um estágio com possibilidades iguais para todos os seus filhos. Depois disto, a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle. (MOURA, 2014, p.120)

### 3) A Lei Eusébio de Queirós (1850)

Proibição do tráfico internacional esvaziou a dinâmica demográfica que sustentava a escravidão. Deu o golpe de morte no escravismo brasileiro apesar das inúmeras tentativas dos escravistas de burlá-la e da continuidade de um contrabando ilegal de escravos até a década de 1860, o qual se juntava ao tráfico interprovincial que dinamizou a circulação do escravo entre as áreas de economia decadente e as de economia em ascensão.

#### 4) A guerra do Paraguai (1865-70)

A Guerra contra o Paraguai atendia aos interesse britânicos na América do Sul, em especial na região do Rio da Prata. e foi incentivada por suas classes dominantes.

A política econômica do Império, nessa fase tardia do escravismo, era deixar-se dominar pelo capitalismo inglês internamente e endividar-se externamente com nações e casas estrangeiras. E a Guerra do Paraguai foi um dos fatos que mais contribuíram para essa posição de quase insolvência da nossa economia e o final do modo de produção escravista no Brasil. (MOURA, 2014, p.146).

A atuação do Brasil na guerra se deu com a inclusão no exército de uma quantidade significativa de escravos. Estes eram adquiridos pelo Estado ou enviados pelos senhores escravistas, protegidos politicamente, que não alistaram no nas forças defensoras da Nação. Os escravos eram feitos soldados com a promessa de libertação. O exército brasileiro nesta guerra foi composto por negros, mulatos e a parcela mais pauperizada da população branca. De acordo com Moura (2014,p.141), no episódio da Guerra do Paraguai:

A ideologia do *branqueamento* funcionou de modo dinâmico, procurando reestruturar e reordenar etnicamente a nossa sociedade através de uma política seletiva e racista na qual os membros dessas elites *brancas* somente participavam do conflito (quando participavam) nos seus níveis deliberantes: postos de comando. Enquanto isto a plebe e os escravos negros formavam o grosso da tropa que iam matar ou morrer nos campos paraguaios.

Moura (2014) afirma que os pesquisadores do tema chegam com segurança a um número de 90 mil negros mortos na Guerra, sem contar outros tantos milhares que morreram durante o treinamento e o transporte, de doenças e maus-tratos. Os brasileiros transformaram escravizados em soldados e soldados paraguaios capturados em escravos para trabalhar nas fazendas de café de São Paulo, na tentativa de restabelecer o equilíbrio demográfico, contraditoriamente, afetado ainda

mais pela transformação dos escravos em soldados. A guerra ainda serviu para atizar o racismo dos dois lados, a destacada presença dos negros no exército brasileiro colocou no campo de guerra também os valores étnicos.

Do ponto de vista da análise dos valores étnicos em jogo no conflito, verifica-se a existência de um pré-julgamento contra o negro dos dois lados, sendo que, do lado do Brasil, esse julgamento tinha superposta a ele a existência dos grupos que o viam apenas como escravos e executavam uma prática que correspondia ao julgamento de valores e às diferenças sociais concretas. Desta forma, do lado paraguaio havia apenas uma visão etnocêntrica, do lado brasileiro, esse etnocentrismo tinha como suporte a sustentá-lo as relações escravistas. Dessa realidade podemos apresentar como situação extrema o que os brasileiros faziam com os paraguaios, transformando-os em escravos, já que o tráfico africano havia sido extinto nada mais justo na lógica escravista que transformar prisioneiros de guerra em escravos, como acontecia no escravismo clássico (MOURA, 2014, p.144)

Moura (2014) aponta ainda que os escravizados que foram à guerra e conseguiram retornar, adquiriram na, sua maioria, uma consciência crítica da sua condição frente hierarquia baseada na disciplina militar que atingia a todos - escravos, negros e mestiços livres e brancos. Retornados da guerra, voltavam com outra visão da escravidão, era impossível mantê-los cativos e os mesmos exerciam influência sobre aqueles que ainda estavam nesta condição. O medo de uma insurreição geral, decorrente desse processo também impacta na forma como o poder político passa a tratar os escravos. Além do mais a ruína econômica com que o Brasil sai da guerra agrava a decomposição do sistema escravista.

Pelos pontos destacados, Moura (2014) afirma que o escravismo tardio consignou a estrutura social que daria bases à reprodução do capitalismo dependente, nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Em síntese, Moura (2014) afirma que sob o *escravismo tardio* a modernização sem mudança social, não possibilitou modificações no sentido de uma nova distribuição de poder e de renda:

“O pano de fundo arcaico do escravismo continua imóvel enquanto os outros níveis da sociedade se movimentavam procurando ajustar-se àquelas condições de dependência que a área do trabalho livre estava abrindo (MOURA, 2014, p. 92).

Os processos de modernização dependente e de estruturação desigual das relações sociais e raciais, ocorridos no âmbito do *escravismo tardio* demarcam na **transição** ao modo de produção capitalista, a estruturação de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ergueram o *novo* modo de produção e se entranharam nas novas relações sociais no País.

O fim do trabalho escravo no Brasil, formalizado pela Lei Áurea em 1888, se deu quando o conjunto de fatores assinalados acentuaram suas contradições até o limite. Com o esvaziamento demográfico do elemento escravo, causado pelo fim do tráfico e pela Guerra do Paraguai e o aumento violento do preço dos escravos fez com que o trabalho forçado se tornasse contraproducente e insuficiente para a economia cafeeira. Esta enfrentava cada vez mais as leis do mercado livre, sagradas às classes dominantes externas, o que exigiu uma absorção crescente de força de trabalho livre - assalariada ou não. junto a isto se somaram os impactos das lutas dos próprios escravos e da pressão dos abolicionistas e da opinião pública frente à expansão do trabalho livre.

O número de escravos em 1888 era de 500.000, cinco vezes menos do que se apresentava quando foi proibido o tráfico. Meio milhão de homens e mulheres negros e mestiços que no dia 13 de maio daquele ano se somaram à grande massa de população *parda* e *cabocla* livre, compondo mais de 60% da população do país<sup>28</sup>. E é diante desta população, que a política imigratória de europeus é fortalecida com o argumento de suprir as necessidades de mão-de-obra. Uma política que, diante do racismo, soava mais importante do que criar condições de integração da população afrodescendente e indígena na *sociedade moderna*. A não integração, foi também uma política deliberada, como mostra Bomfim (2008).

---

<sup>28</sup> Censo Imperial 1872.

O fim do escravismo manteve a consolidação do monopólio da terra e as ideologias de rejeição racial do negro, do índio e seus descendentes. Ambos, o monopólio da terra e o racismo institucionalizados pela ação direta do Estado e reproduzidos como mecanismos de controle objetivo e subjetivo da enorme massa de trabalhadores marginalizados no processo de desenvolvimento da Nação por sua origem de classe e de raça.



## **CAPÍTULO V. TERRA, TRABALHO E RACISMO: AS CONTRADIÇÕES FUNDANTES DO CAPITALISMO DEPENDENTE.**

*Nestas terras,  
não assistimos à infância selvagem do capitalismo,  
mas sua decrepitude.*

(Eduardo Galeano)

Na capítulo anterior, vimos que o Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo e o fez num momento em que a economia mundial não apenas já era dominada pelo capitalismo europeu e norte americano, como também esse capitalismo já expressava suas contradições numa grande crise (1873 a 1896). O desenvolvimento do capital nos países centrais implicava desde os fins do século XIX em novas configurações nas relações de dominação mundial, expressas tanto no colonialismo direto, como na dominação indireta das nações (in)dependentes e periféricas. Em superação de suas configurações concorrenciais, o capital monopolista impunha sua expansão ao mundo, não mais a partir da drenagem de riquezas produzidas por outras organizações sociais do trabalho, mas pela dominação total dos processos produtivos e da apropriação direta da riqueza. O capital alcançava a fase na qual a concentração e a centralização da riqueza fez crescer o caráter monopolista e a dominação imperialista consolidou o desenvolvimento desigual e combinado do capital entre as distintas nações e no interior das mesmas (MANDEL, 1985)

Assim, na Era do capital monopolista/financeiro - fusão dos capitais industrial e bancário - e sob sua dominação, a política imperialista, requerida à expansão capitalista, cancelou quaisquer possibilidades concretas de um desenvolvimento autônomo dos países antes colonizados na América Latina, como mostram Marini (2011), Fernandes (2008) e Cueva (1983).

No Brasil, de acordo com Moura (2014) o escravismo tardio fundou as bases do capitalismo dependente e este nasceu sufocado sob o imperialismo. As burguesias industriais nascentes aceitaram e se adequaram ao sufoco de forma subordinada, buscando, entre a aristocracia agrária e a burguesia externa, construir o setor moderno.

Florestan Fernandes (2006; 2008) chama esta relação contraditória entre as classes dominantes, as quais se perpetuam ao longo do desenvolvimento do capitalismo dependente internas e externas, de *dupla articulação dependente*, e Ruy Mauro Marini (2011) a categoriza como *cooperação antagônica*<sup>29</sup>. Dessas relações contraditórias implica que:

A consequência da dinâmica dependente latino-americana, estruturada pela articulação dependente e a cooperação antagônica, é a perpetuação da condição de parceiro menor de capital hegemônico mundial e de todas as iniquidades a ele inerentes. Processo que expõe a lógica interna de movimentação da burguesia nacional, frente a suas reais limitações de posicionamento externo. Dessa situação gerou uma letargia na ação da burguesia nacional, uma vez que não há movimentos das classes dominantes internas, no sentido de romper a subordinação à qual é submetida, ao contrário, a ação histórica da burguesia conduz sempre a um aprofundamento dessa situação. Para Marini (2012), bem como para Fernandes (2006), o que explica a acomodação das classes burguesas, perante os termos de integração impostos pelo imperialismo, é a possibilidade de manter suas próprias vantagens frente a esse processo. Conduzem o Estado Nacional em direção a seus interesses comuns, de modo que o potencial político e econômico do Estado convertem-se num mecanismo de proteção dos interesses dominantes. Assim, procuram evitar conflitos suficientemente fortes a ponto de impor uma mudança estrutural nas relações de poder. Externamente, a supremacia militar e econômica dos EUA força, de forma velada ou aberta, a existência de tal situação (SOUZA, 2017).

---

<sup>29</sup> Desenvolvemos os termos dessas categorias elaboradas por Fernandes(2006, 2008) e Marini(2011) em dois artigos publicados no decorrer das pesquisas para esta tese. Ver: Souza (2017; 2017a).



A relação imperialismo-dependência implica na definição internamente da forma e o conteúdo da luta de classes no campo e na cidade, a partir do ciclo reprodução da economia capitalista dependente: a *superexploração* da força de trabalho, conforme sintetiza Marini (2011).

Na dialética do desenvolvimento capitalista desigual e combinado, nos termos de Mandel (1985), o intercambio desigual permite aos países centrais drenarem as riquezas produzidas na América Latina e resolverem parte do problema estrutural de crise na acumulação de capital: *a tendência à queda da taxa de lucro com a aceleração tecnológica* (MANDEL, 1985). Por sua vez, as economias dependentes compensam internamente as perdas no âmbito externo, estabelecendo uma particular forma de exploração da força de trabalho – *superexploração* - e o uso irracional dos recursos naturais como mecanismos “normais” de produção de valor (SOUZA, 2016).

A superexploração da força de trabalho, nos termos de Marini (2011) se conforma a como a característica *sui generis* do capitalismo dependente, resultado do movimento particular da lei geral da acumulação capitalista nos países dependentes, os quais, inseridos num processo de troca desigual,

não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2011. p.146-147).

Para Marini (2011; 2012), no processo de desenvolvimento do capitalismo dependente a vinculação de dependência entre a indústria nascente para com o setor externo define a forma e o conteúdo da luta de classes no campo e na cidade e a própria base do ciclo de produção e circulação da economia capitalista dependente: a superexploração da força de trabalho. na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente econômico produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. Isto não foi tão difícil, já que, dada a extrema concentração da propriedade da terra, os

trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua força de trabalho por um preço vil (MARINI, 2012, p. 67).

Nesta tese, buscamos explicitar a dinâmica interna dos processos de dominação do capital, decifrando os processos históricos que constituíram particularidades na relação capital x trabalho na América Latina e, de modo específico, no Brasil, entendendo que a deterioração da estrutura política nacional decorre da sobreposição do capitalismo monopolista às velhas iniquidades existentes e persistentes na realidade brasileira. Assim, as classes dominantes internas, no seu afã por poder e privilégios, forjaram a autocracia burguesa como a forma política possível nos marcos do capital-monopolista. Dita condição expõe a síntese das desigualdades políticas históricas entre as elites e a classe trabalhadora. Esta última, solapada pela superexploração, pela marginalização e opressão de formas diversas, nunca pode constituir-se como uma esfera da sociedade que imputasse controle aos desmandos das oligarquias locais. E quando representou de fato uma ameaça aos interesses dominantes – internos e externos – a reação da elite no controle do Estado se deu de forma brutal, antipopular e terrorista, contendo pela força os movimentos reivindicatórios e garantindo, através da coerção, o equilíbrio entre as forças produtivas necessárias ao desenvolvimento capitalista dependente. As elites no controle do Estado renunciaram a qualquer iniciativa política que alterasse a dinâmica de distribuição de riquezas na sociedade brasileira situação que instituiu mecanismos jurídicos de garantia da permanência na concentração da terra e do capital, perpetuando seus próprios privilégios e poder a despeito da grande maioria dos trabalhadores (SOUZA, 2016).

A estrutura de reprodução do capitalismo dependente, imputa a permanência da desigualdade, da marginalização e da miséria, expressas de maneira devastadoras sobre os descendentes dos africanos escravizados e dos povos indígenas – negros, quilombolas, caboclos, mestiços, ribeirinhos sertanejos, etc., sujeitos estes submersos a condição de venda da força de trabalho em situações violentas de precariedade estrutural. Palco de sustentação objetiva da violência particular manifesta na superexploração da força de trabalho como forma-conteúdo do capitalismo dependente (SOUZA, 2016). Buscaremos a seguir expor elementos que explicitem a complexidade da superexploração da força de trabalho e suas conexões com a formação sócio-histórica brasileira. Daremos ênfase aos processos históricos que

engendraram relações sociais de alienação determinadas de modo particular pelo racismo e pela questão agrária.

### **5.1. Racismo: a construção da alienação colonial e suas determinações no capitalismo dependente**

*Tudo o que mais nos uniu separou  
Tudo que tudo exigiu renegou  
Da mesma forma que quis recusou  
O que torna essa luta impossível e passiva  
O mesmo alento que nos conduziu debandou  
Tudo que tudo assumiu desandou  
Tudo que se construiu desabou  
O que faz invencível a ação negativa  
É provável que o tempo faça a ilusão recuar  
Pois tudo é instável e irregular  
E de repente o furor volta  
O interior todo se revolta  
E faz nossa força se agigantar*

(Paulo César Pinheiro - Mordaça)

Escrevemos esta tese num momento histórico em que o racismo se expande brutalmente em todo o mundo. Frente à crise estrutural do capital, suas manifestações se amalgamam à xenofobia, às manifestações fascistas e neonazistas e se alastram aos mais diversos níveis das relações sociais. A grande massa de deslocamento humano, das regiões periféricas aos centros acentuada nos últimos anos – em particular da África e Oriente Médio para a Europa e da América Latina para os Estados Unidos – acentuam o racismo como arma de dominação ideológica, dentro das próprias nações desenvolvidas, atua como mecanismo de dominação das classes trabalhadoras na construção da ideia de que são os imigrantes que ameaçam seus empregos, a estabilidade das suas vidas e dos seus países. Ideia que oculta os reais fundamentos da crise que se alastra das periferias aos centros, a crise estrutural do capital que coloca na ordem do dia suas contradições e limites. Aliás, como mostra Aimé Césaire (2010), o movimento das classes dominantes no nível da superestrutura sempre passou pelo racismo, empregado largamente na dominação colonialista de outros territórios, mas pelo qual suas próprias populações não passam incólumes, afinal, civilização é igual a proletarianização e mistificação.

Neste momento do século XXI, quando a concentração da riqueza se exacerba a ponto de 1% da população global deter a mesma riqueza que os demais 99% restantes, sendo que apenas 62 pessoas detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial (OXFAN, 2015), as respostas políticas e ideológicas dadas pelos detentores do poder ao abismo criado entre os países e dentro destes passa, necessariamente, pelo racismo em suas múltiplas formas de manifestações.

Pietro Basso (2015), afirma que o centro de irradiação do racismo não está nas classes populares, como comumente se alega, ao contrário, está bem no topo da estrutura social. E dos países e classes dominantes que ele irradia ao resto do mundo. Nos centrais,

O primeiro proponente (em força e importância) do reavivamento do racismo em curso é o racismo institucional; e seus primeiros protagonistas são exatamente os Estados, os governos, os parlamentos, as instituições em geral, com suas legislações especiais e seus discursos públicos contra os imigrantes, sua prática administrativa arbitrária, sua seleção racial entre nacionalidades “boas” e nacionalidades “perigosas”, suas obsessivas operações policiais e seus campos de internamento para imigrantes “indocumentados e solicitantes de refúgio” (BASSO, 2015, p.73).

Se no âmbito dos países centrais - europeus e Estados Unidos - o racismo ganha proeminência a partir do combate ideológico aos imigrantes e setores minoritários de sua população, já na periferia do mundo - legado do processo colonial impetrado por aqueles países ao longo de mais de 500 anos em diferentes configurações do colonialismo - o racismo se configurou como um mecanismo fundamental na apropriação do território e expropriação da riqueza de inúmeros povos. Assim bem o explicita Moura (1994 s/p):

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações,

especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças.

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”.

Nesses países, o racismo é estrutural, é uma forma de racionalidade, de normalização, de assimilação das relações, das ações conscientes e subconscientes (ALMEIDA, 2018). A normalidade da sociedade burguesa produz e reproduz as condições de desigualdade, das quais desencadeiam múltiplas determinações que se desdobram nas diversas formas de violência. No Brasil, conforme destaque dos capítulos anteriores, o capitalismo dependente se estruturou sobre a continuidade das formas de racionalização da dominação de classes herdada do escravismo colonial e reforçou institucionalmente, por meio da atuação estatal, os mecanismos de reprodução dessa dominação.

O último país a abolir a escravidão é também aquele que tem o maior contingente populacional afrodescendente das Américas, com quase 112,7 milhões de pessoas em 2016, conforme dados IBGE (2016). Na soma entre pretos e pardos, 54,95% da população brasileira é afrodescendente, sendo o segundo maior contingente do mundo, atrás apenas da Nigéria. Entretanto, esta parcela da população, especialmente no que tange às instituições e suas políticas, é tratada como “minoria”, o que por si já é uma expressão do racismo, que minimiza a existência dos negros no Brasil de muitas e complexas formas. O racismo institucional se manifesta amplamente na situação econômica, social, política e cultural da população negra no Brasil, que desde o escravismo colonial, é rebaixada social e moralmente pelos mecanismos dominantes. Traremos abaixo alguns indicadores sociais da para ilustrar esta questão, mas, antes, é importante elucidarmos a construção social da classificação da população negra no Brasil, a qual impacta diretamente no *lugar* que os sujeitos ocupam na sociedade a partir da sua *cor*. Reflete, sobretudo, as estratégias dominantes de fragmentação da

população negra como forma de liquidação da mesma (NASCIMENTO, 2017).

O IBGE utiliza atualmente duas classificações de cor para a população negra: preto e pardo. “O sistema de classificação adotado pelo Instituto se apoia em cinco categorias, consolidadas em uma longa tradição de pesquisas domiciliares, mas não deixa de ser passível de críticas” (IBGE, 2018). De acordo com Clóvis Moura (1983), a classificação corresponde ao gradiente de cor criado pelos processos de miscigenação, deliberadamente conduzidos na colonização para uma reposição da população escrava, mas que também determinou um processo de hierarquização racial desde a sociedade escravista, na qual o negro e o branco ocupam os extremos e a classificação de superioridade se dá na ordem de aproximação do branco. Esta categorização torna-se ainda mais utilizada, à medida se acentuou a política de branqueamento no Brasil.

Na classificação mais recente do IBGE, “pardo” substitui o termo pejorativo “mulato” e outros, como “moreno”, “pardo-claro/escuro”, “de-cor”, etc. Abdias Nascimento (2017) reforça que estas classificações são originárias da estratégia de branqueamento, que é também uma estratégia de *genocídio* da população negra, para a qual um dos recursos mais utilizados foi o “estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante”, sendo que a miscigenação, longe de representar um processo de *democracia racial*, como se alega, tem sua origem na opressão e objetificação ainda mais perversa da mulher negra: “O crime de violação e subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal ao longo das gerações” (NASCIMENTO, 2017, p. 83).

De acordo com Moura (2014;1983), o Brasil apresenta ainda uma característica específica, originária da colonização portuguesa. A ideia da democracia racial foi forjada pelos processos de *verbalização democrática*, que expressa a política deliberada do colonizador português pela miscigenação. Esta já ocorria nas suas próprias terras antes da colonização do Brasil, como meio de reposição demográfica de uma população arrasada e decadente. A importação de africanos para repor a força de trabalho em Portugal antes da colonização do Brasil, já havia criado tanto uma população miscigenada quanto os critérios de rejeição racial e de hierarquização cromática dos sujeitos. A miscigenação no Brasil, de acordo com o autor, cria o “mulato” como

termo pejorativo que mistifica a condição dos sujeitos na hierarquia social. No âmbito da escravidão resultou numa fratura no comportamento do negro, que, se livre, se identificava com o “mulato” e na maior parte das vezes negava o escravo, identificado como negro. Isso se reflete no fato de que grande parte dos homens livres e mulatos, que incidiram em alguma forma de protesto contra a opressão racial, o fizeram como “homens-livres”, especialmente por meio da imprensa, lutando contra a opressão na medida em que esta afetava, mas não lutaram contra a condição do escravo, associada ao negro. “Reivindicam, por isto, reformas para si, dentro dos padrões do sistema” (MOURA, 1983, p.128). Ou seja,

Tudo isto vai significar a desarticulação ideológica e política do segmento negro que passa a se compartimentar etnicamente, fragmentando-se ao invés de se unificar. Mais uma vez a política do colonizador de “dividir para governar” exerce uma função desagregadora. O conceito de mulato passou, assim, a ser usado como uma dobradiça amortecedora capaz de fazer funcionar essa política divisionista do colonizador português (MOURA, 1983, p.129).

“[N]esse gradiente racial que se formou desarticulado, o Negro somente poderá ter funcionalidade a partir de outro conceito manipulado com o mesmo fim: o da existência de uma *democracia racial* no Brasil” (MOURA, 1983, p.129). A manipulação do gradiente racial pela ideia de uma democracia racial significa um descompasso entre a realidade e sua verbalização, entre o comportamento e sua explicação, ela emerge do passado escravista e se revitaliza na base das contradições do capitalismo dependente. Assim temos uma sociedade absolutamente violenta e perversa, como mostra a realidade empírica, mas que é apresentada como passiva e *cordial*. Esta manipulação ideológica oculta as contradições do escravismo, sua dinâmica de luta e repressão, impondo a ideia da docilidade do escravo e da benignidade do escravista. E oculta a perversa desigualdade racial do capitalismo dependente, impondo a ideia de que se os negros não alcançam melhores posições sociais é por sua exclusiva culpa, afinal todos têm a mesma oportunidade e no Brasil não há segregação racial (MOURA, 1983).

Apesar das recentes mudanças no processo de autodeclaração de pretos e pardos nos últimos anos, com o aumento do percentual de

pessoas que se identificam como pretas ou pardas nos últimos recenseamentos do IBGE<sup>30</sup>, o histórico da produção estatística no Brasil reflete, de acordo com Nascimento (2017, p.93)

[...]outro instrumento de controle social e ideológico: o que deveria ser o espelho de nossas relações de rala se torna apenas um travesti de realidade. E as informações que os negros poderiam utilizar em busca de dignidade, identidade e justiça lhes são sonegadas pelos detentores do poder. O processo tem sua justificativa numa alegação de “justiça social”: todos são brasileiros, seja o indivíduo negro, branco, mulato, índio, ou asiático. Em verdade, em verdade, porém a camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo se menciona que nessas ocasiões os negros estão tratando de impor ao país uma suposta superioridade racial negra... Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra nesse obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional (NASCIMENTO, 2017, p. 94).

São muitos os observatórios que desmentem a ilusão democrática por meio do controle estatístico, que reflete o controle social e a manipulação da opinião pública. Um exemplo disso, é que os dados do Censo Agropecuário, realizado há décadas pelo IBGE, se limita a trazer o critério racial na distribuição do “pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários”, mostrando o percentual de cada grupo neste quesito, entretanto, nunca houve uma divulgação sistemática do

---

<sup>30</sup> De acordo com o IBGE- PNAD Contínua (2017), entre 2012 a 2017, os dois grupos cresceram consistentemente: os pretos foram de 7,4% da população para 8,6%, enquanto os pardos saíram de 45,3% para 46,8%. Os que se dizem brancos, por outro lado, caíram de 46,6% para 43,6%.



percentual de proprietários a partir do recorte racial. Esta limitação, apesar das pesquisas possibilitarem a divulgação deste indicador, reflete o nível de manipulação ideológica das informações oficiais no país. Afinal, num país onde o latifúndio expressa a forma de propriedade da terra, quantos são os latifundiários negros?? Aliás, quem são os latifundiários no Brasil? Soam retóricas estas questões, de tão profundas que são suas raízes.

Passemos aos dados elaborados pelo IBGE (2018, 2016):

**Imagem 5** – Dados sobre população negra IBGE

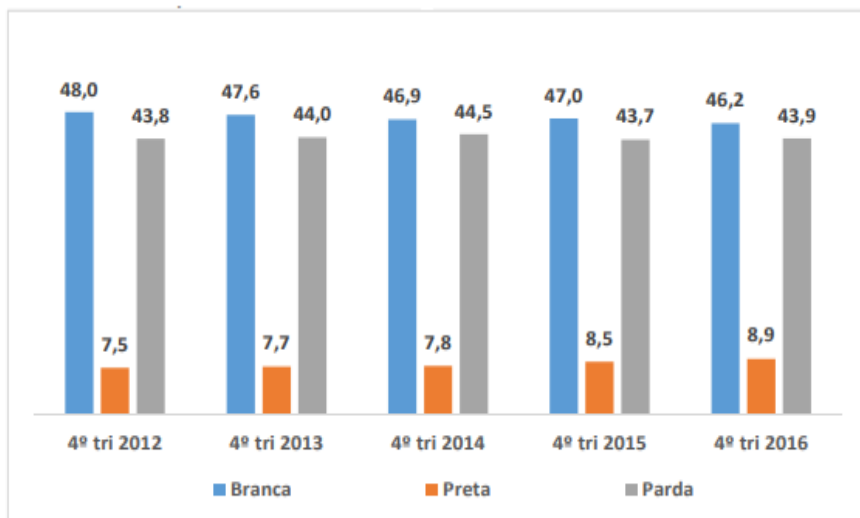


Fonte: Adaptado - IBGE (2018)

Sobre a educação, os dados do IBGE (2016) mostram que a chance de um negro ser analfabeto é 5x maior, assim como apenas ¼ das pessoas com ensino superior é negra. Os dados sobre escolarização segundo cor ou raça no Brasil mostram a discrepância entre a população negra e branca. A taxa de analfabetismo em 2016 era de 4,2 para a população branca e mais que o dobro, 9,9 para a negra (PNAD/IBGE, 2016). Segundo relatório do IPEA(2014), a desigualdade entre a população branca e a negra na frequência escolar, aumenta à medida que aumenta o grau de escolaridade. A parcela da população negra que frequentava o Ensino Médio e o Ensino Superior, em 2012 é significativamente menor do que a população branca. Apenas 47,8% dos jovens negros frequentam o Ensino Médio, contra 62,9 dos jovens brancos. Já no Ensino Superior são 9,6% de negros contra 22,2% dos brancos. Mas ainda quando negros e brancos são equiparados pelo mesmo nível de escolaridade, as diferenças de renda entre ambos os grupos aumenta a cada nível. De acordo com o SEADE (2016) os negros com ensino médio completo ganharam 15% a menos que o auferido por brancos no mesmo nível; no nível superior, a disparidade foi maior: negros 35% a menos que os brancos em igual condição.

De acordo com o IBGE (2016), o número de trabalhadores ocupados no 4º trimestre de 2016 era de 90,3 milhões de pessoas. Destas 41,7 milhões que se declararam de cor branca (46,2%); 39,6 milhões de cor parda (43,9%) e 8,1 milhões de cor preta (8,9%). No 4º trimestre de 2012 a população que se declarou branca representava 48,0% da população total; a parda 43,8% e a preta 7,5%.

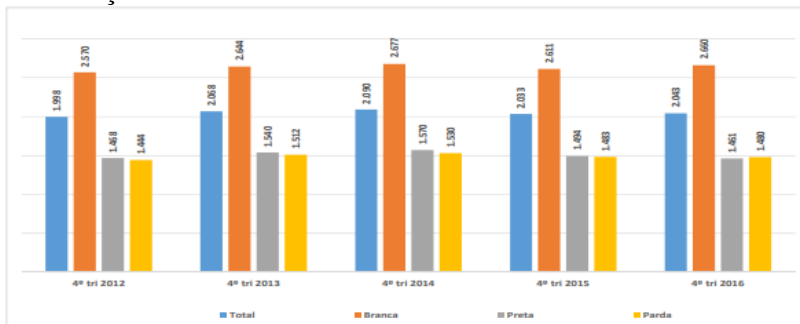
**Gráfico 1** - Distribuição da população ocupada segundo a cor ou raça - Brasil - 4º trimestre - 2012-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Em relação ao rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas no País foi estimado no 4º trimestre de 2016 em R\$ 2.043. Entretanto, o rendimento dos pardos foi de R\$ 1.480, e dos pretos R\$ 1.461. O que significa respectivamente a 55,6% e 54,9% do rendimento dos brancos, como mostra o gráfico a seguir

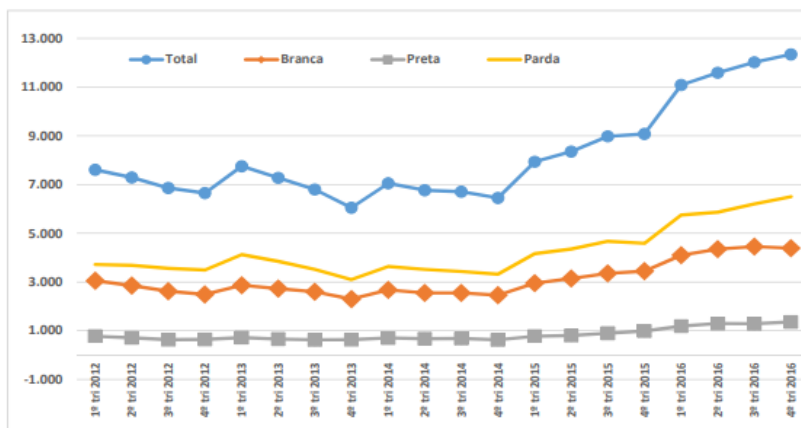
**Gráfico 2** - Rendimento médio real habitualmente recebido segundo a cor ou raça - Brasil - 4º trimestre - 2012-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Quanto aos desocupados, no Brasil comparando 4º trimestre de 2012 e de 2016, no primeiro ano, foi estimado em 6,7 milhões de pessoas, quando os pardos representavam 52,4% dessa população; seguido dos brancos, 37,5% e dos pretos 9,6%. No 4º trimestre de 2016, esse contingente subiu para 12,3 milhões de pessoas e a participação dos pardos passou a ser de 52,7%; a dos brancos 35,6% e dos pretos subiu para 11,0%. Ou seja, o aumento dos desocupados no Brasil, entre os anos de referência, tem uma incidência muito maior sobre os pardos e pretos.

**Gráfico 3** - Evolução da população desocupada segundo a cor ou raça - Brasil - 2012-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Ainda de acordo com os dados do IBGE/PNAD (2016), foi de 12% a taxa de desocupação 4º trimestre de 2016. Sendo: brancos (9,5%) abaixo da média nacional; pretos (14,4%) e dos pardos (14,1%), ou seja, para esta população, o desemprego estava cerca de 2 pontos percentuais acima da média nacional.

Conforme IBGE(2016) dentre as pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, 70% são negras. 70% das pessoas que dependem do SUS também são negras, e ainda assim os programas para saúde da população negra são residuais.

O Atlas da violência (IPEA/FBSP, 2018) aponta que em 2016, a taxa de homicídios de negros no Brasil por 100 mil habitantes era de 40,2%, com destaque para estados como o Pernambuco, com 60,4%, Rio Grande do Norte, com 70,5% e Sergipe, com 79,9%. As taxas de homicídios entre a população branca também são alarmantes, mas apresentam uma diferença significativa da população negra. Em 2016 a taxa de homicídios da população não negra no Brasil foi de 16%, com destaque para os estados de Roraima, com 38,3%, da Paraíba, com 30,6% e de Tocantins com 28,9%. A cada 12 minutos uma pessoa negra é assassinada no Brasil.

Quanto aos dados relativos à população carcerária, eles são ainda mais expressivos. De acordo com o DEPEN (2017), 64% dos presos no Brasil são negros, num universo de 726.712 presos em junho de 2016, dos quais mais de 465.000 são negros.

Quando colocamos o recorte de sexo/gênero no levantamento de dados, a situação se mostra ainda mais complexa. As mulheres negras, nesta sociedade classista, racista e patriarcal compõem, historicamente, a base da pirâmide social, sofrendo os impactos mais profundos das contradições sociais. De acordo com o IBGE (2010), as mulheres negras correspondem a 25% da população brasileira e mais da metade da população feminina. O IPEA, no projeto *Retrato das desigualdades de gênero e raça*<sup>31</sup>, que reúne dados entre 1995 e 2015, revela que, em 2009 as mulheres negras eram as mais atingidas pelo desemprego, 12,5% contra 9,2 da mulheres brancas; no mesmo ano, a média de anos de estudo das mulheres negras era de 7,8 anos, enquanto as mulheres brancas estudavam em média 9,7 anos; mais de ¼ dos domicílios (26%) eram chefiados apenas por mulheres negras no Brasil; a renda média das mulheres negras em 2009 era de R\$544,40, enquanto a média dos homens brancos é de R\$1491,00, mais de duas vezes mais. De acordo com os levantamentos de dados recolhidos pela Agência Patrícia Galvão<sup>32</sup> retratam a violência contra a mulher negra no País:

- **58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica;**
- **53,6% das vítimas de mortalidade materna;**
- **65,9% das vítimas de violência obstétrica;**
- **68,8% das mulheres mortas por agressão;**
- **Duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas** (Taxa de homicídios por agressão: 3,2/100 mil entre brancas e 7,2 entre negras);
- **Entre 2003 e 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%;**
- **56,8% das vítimas de estupros registrados no Estado do Rio de Janeiro em 2014.**

Poderíamos elencar aqui mais uma infinidade de dados que retratam o abismo social entre negros e brancos na sociedade brasileira. Trata-se do mesmo abismo social investigado na empiria pelas agências

---

<sup>31</sup> [http://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos\\_mercado\\_trabalho.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos_mercado_trabalho.html)

<sup>32</sup> Infográficos disponíveis em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/biblioteca/mulheres-negras-e-violencia-no-brasil/>

governamentais e outras, estudados por acadêmicos de muitas áreas e denunciados por militantes dos movimentos negros e de defesa dos direitos humanos ao longo dos anos. Mas como os dados empíricos podem nos ajudar a entender e transformar a questão racial no Brasil? Como superar a fragmentação das explicações de cunho liberal ideologicamente dominantes?

Concordando com Clóvis Moura (2014;1983), entendemos que para decifrar as contradições da sociedade brasileira expressas na *questão racial* é necessário situar historicamente os processos que a forjaram, e o escravismo colonial é o mais fundamental desses processos.

Sem o esforço do aprofundamento nos processos histórico-estruturais que forjaram ontem e hoje a marginalização da população negra no país e o racismo como *modus operandi* das relações sociais, a dominação ideológica burguesa - por si mesmo racista - se sobrepõe inclusive nos processos políticos que visam a “emancipação” do negro. Isto porque, deslocadas das raízes das contradições que instituem o racismo estrutural, muitas propostas sucumbem à tentação da “cidadania” e da “inclusão”, todas elas baseadas na participação no negro através do consumo, dentro do status social burguês. O pêndulo do discurso da inclusão, deslocado da apreensão das contradições da sociedade no capitalismo dependente, se aproxima muito da ratificação destas contradições. Há que se apropriar da realidade empírica em vista do deciframento das contradições que constituem a essência da questão racial, não basta estudá-la de forma suspensa e a-histórica como se tem feito, conforme apontou Moura (1983, p.125):

As modernas pesquisas sobre o Negro (salvam algumas evidentemente) fazem, no entanto, simples levantamentos empíricos, quantitativos, os graus de preconceito racial, marginalização, prostituição e criminalidade existentes na comunidade negra. A sociedade de modelo capitalista dependente consegue apresentar o problema do Negro no Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo suficientemente às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao mesmo tempo que remanipula os símbolos escravistas contra o negro procura apagar sua

memória e história étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, a-histórico.

Porque situá-lo é vê-lo como agente coletivo dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil.

No Brasil após a abolição da escravidão, portanto, do ponto final simbólico do modo de produção escravista colonial, o fundamento da estratificação social a partir do critério da raça buscou sua fundamentação na pseudo-ciência, produzida e financiada pela burguesia europeia, que se esforçou por longo período em tentar provar a inferioridade das raças não-europeias. De acordo com Moura (1994), já em meados do século XIX (ou seja, quase concomitante aos processos de independências na América Latina) a dominação europeia sobre os outros povos transitava da justificação baseada no sobrenatural, na vocação cristã de civilizar o mundo, para basear-se na ciência, ou melhor, numa roupagem científica manipulada como se fosse ciência.

É exatamente nesta confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência do mais apto que o racismo se apresenta como corrente “científica”. Surge, então, a ideia de raça como chave da história. Ela aparece exatamente na Inglaterra com Robert Knox (*Races of Men*, 1850) e na França com Arthur de Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*) (Moura, 1994 s/p).

Esse racismo científico ou racialismo, desenvolvido no âmbito da produção científica europeia, com a disciplina “raciologia”, entre meados do século XIX e início do XX, se baseava em estudos que forjavam o determinismo biológico e criou uma hierarquização social que traçava uma linha de escala intelectual que começava com os brancos europeus, os indígenas abaixo dos brancos e os negros abaixo de todos os outros. É sob estas ideias que se justificava a “partilha” do continente africano entre os países europeus entre as últimas décadas do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial. Partilha esta, vale ressaltar, que engendrou em pleno século XX, no território já largamente despojado de suas gentes, feitas escravas na Diáspora, um brutal processo de espoliação, numa colonização ainda mais destrutiva (RODNEY, 1975).



No Brasil na passagem do século XIX para o XX, o racismo teve larga influência, atribuindo à população negra a responsabilidade pelas mazelas sociais, justificando a condução política do Estado de “importar” imigrantes europeus para “branquear” a Nação e assim alcançar as condições para o desenvolvimento, como mostra Manoel Bomfim (2008). Este processo racista atribuiu à população negra, recém saída da escravidão, a responsabilidade por sua condição miserável, associando-a à preguiça, à menor capacidade intelectual, etc. (SCHWARCZ, 1993).

O que no fundo buscava-se era cristalizar ideologicamente a divisão do mundo feita anteriormente pela colonização: nações onde a maioria da população era de “raças inferiores” precisavam se manter vinculadas àquelas de “raças superiores”, e toda a sua riqueza, terras e a força de trabalho deveria ser apropriada pelos descendentes diretos europeus, os “homens puros”. A ex-colônia só se desenvolveria se estes estivessem no controle, então buscava-se o branqueamento como forma de aproximar do ideal de sociedade com capacidade superior para se desenvolver, numa brutal higienização e genocídio das populações negras e indígenas, as quais vão sendo cada vez mais marginalizados na estrutura social, ao mesmo tempo em que, enquanto trabalhadores livres, vendedores de força de trabalho, assumem o ônus dos piores trabalhos, considerados não dignos as pessoas brancas. É nesse contexto que se define a estrutura de poder e se consolida ideologicamente o processo de expropriação no Brasil.

A raciologia, em concomitância com o imperialismo e fruto dele, teve grande impacto na compreensão dos níveis desiguais de desenvolvimento entre a Europa/Estados Unidos e os países do Sul do globo, em particular às ex-colônias imersas no subdesenvolvimento e aos países africanos, muitos ainda colonizados até as décadas de 1960/70. No movimento da acumulação geral do capital, que define as relações centro/periferia ou imperialismo/dependência, a ideia de países subdesenvolvidos como países de segunda, ou do terceiro mundo, se assenta também na definição dos trabalhadores destes territórios como trabalhadores inferiores, de segunda, cujo padrão de exploração é a escravidão, mas que, sequer sua conservação física como mercadoria tem garantia num contexto de superexploração.

É sob esta ideologia que a política de branqueamento toma a forma de uma espécie de *política pública* no Brasil, a qual resulta uma brutal invisibilização do negro e do indígena e da suas histórias de resistências, e de suas lutas pela preservação da memória e da cultura, já

muito mitigadas por todo o processo anterior. Esta política se expressa ao longo da histórica brasileira de muitas formas, desde a importação de trabalhadores brancos e a negação ao negro de integração ao mercado de trabalho livre nascente; negação de possibilidades de acesso à terra sendo obrigado a ocupar as áreas mais marginais das cidades, longe dos terrenos valorizados pela especulação imobiliária; como nas cada vez mais crescentes ações impetradas pelo Estado, travestidas de “guerra às drogas”, mas que se expressam numa guerra contra a população negra e pobre, em especial contra os jovens negros. Como afirma Abdias Nascimento (2017) estas muitas formas da política de branqueamento expressam no seu revés o *genocídio do negro brasileiro*.

As ideologias eugenistas, a partir de certas mudanças provocadas pela incipiente industrialização, são revestidas pelas interpretações da sociedade brasileira que conduziram ao mito da democracia racial, o qual reflete ainda hoje, apesar dos muitos processos de luta dos negros e das próprias contradições desta sociedade lançarem por terra tal mistificação.

Abdias Nascimento (2017) afirmou que “ No Brasil, criamos esse arco-íris étnico, em que o tipo ideal é o branco e o anti-ideal é o negro, a sua negação” a graduação de qualificação social dos sujeitos se dá de acordo com o lado em que se aproxima. De acordo com Fanon (2008), a ideia de inferioridade de uma parcela majoritária da população coloca a toda sociedade, no subconsciente social, o critério que dá base e justifica todas as iniquidades sociais.

A estrutura desigual fundada na hierarquização racial molda tanto a forma com o negro se percebe enquanto sujeito social, ou seja, como negado, inferiorizado, incompleto na sua humanidade, como molda também a percepção do branco como sendo superior, privilegiado, naturalizado como padrão universal. Ela deforma ambas as percepções e existências, do ser e do sentir o mundo (FANON, 2008). Esta hierarquização legitima a violência como prática política continuada, que faz parte da racionalidade e do funcionamento normal da vida cotidiana, organizada e perpetrada também pelo Estado e por suas instituições. Pois, sabemos, é o Estado a instância necessária para manter o ordenamento social apropriado à acumulação do capital, ou seja, capaz de assegurar institucionalmente a superexploração.

Para Fanon (2008), as formas de dominação impostas pelo processo colonial estruturado sobre o trabalho escravo dos africanos resultou em processos profundos de mistificação das relações sociais nas sociedades estruturadas a partir de então.

Na perspectiva marxiana, nas sociedades fundadas pela exploração do trabalho de uma classe sobre outra, a alienação do trabalho expressa a negação ontológica do trabalho. Ou seja o cancelamento das possibilidades de que as atividades criativas do trabalhador o constitua como um ser social na sua essência. Perante a exploração do trabalho, o trabalhador só pode ser um sujeito alienado, que não se reconhece no processo de trabalho e não reconhece o resultado do seu trabalho. Entretanto, para Fanon (2008), nas sociedades colonizadas, onde a escravidão foi forma de exploração extremada, a alienação do trabalho passa também pela negação imediata do *ser social*. A colonização impacta não apenas na alienação do trabalho, explorado de forma escravista; para que haja esse nível de exploração é necessário uma construção social negativa do trabalhador que incide não apenas na impossibilidade do trabalhador se elevar como ser social através do pelo trabalho, mas também na negação da própria possibilidade de que o mesmo seja um ser social.

Os negros não sabiam que eram negros, até que os europeus os informassem. Também não se sabiam índios os povos originários das Américas. A ambos, sua *cosmovisão*, a forma como se percebiam ontologicamente no mundo, foi totalmente negada pelos colonizadores.

O racismo contra o negro e o índio advém da situação econômica herdada da colonização e da escravidão. “Sim, a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são os responsáveis pelo racismo colonial” (FANON, 2008, LD.Pos. 1265). “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: *é o racista que cria o inferiorizado* (FANON, 2008, LD.Pos.1312 itálico do autor).

Os colonizadores, ao classificarem hierarquicamente os colonizados, impuseram-lhes uma ontologia negativa do seu *ser*, exigindo que fosse negros ou índios - categorias criadas pelos colonizadores, pois assim se justificaria o fato de os terem feito escravos.

A afirmação negativa do *ser* imposta aos sujeitos colonizados não restringiu sua existência à dominação colonizadora direta, ao contrário, é reproduzida ao longo da história das sociedades fundadas pela colonização, exatamente porque as estruturas de exploração nessas sociedades continuam baseadas no trabalho alienado. E, diríamos, porque o colonialismo, metamorfoseando-se continuamente, permanece como a condição fundamental da exploração a nível global, de uma nação sobre a outra. O colonialismo é a outra face do imperialismo, como afirma N'Krumah (1967).

De acordo com Fanon (2008) a alienação colonial é um processo de mistificação, de negação e ocultação do *ser*. Esta mistificação perpetra um processo contraditório que afeta a vida de cada indivíduo na sociedade, moldando seu *modo de ser*, sua condição psicológica. O negro, tendo negada a sua condição humana pelo processo colonial, se nega ao buscar afirmar sua humanidade. O branco, mistificador do negro, também se mistificou no processo e declarou a si mesmo como o sujeito universal, a expressão da humanidade. Se o negro quer ser humano, ele precisa ser branco, sua vida se reproduz permeada por complexos de inferioridade. O branco para ser humano, nega o não branco e sua vida inteira se reproduz permeada pelo complexo de superioridade. A sociabilidade de ambos é mediada pela dialética desta alienação, dimensão subjetiva simbiótica da alienação do trabalho, engendradas pela ordem do capital.

A construção social alienada do *lugar* de cada um na sociedade se dá por profundos processos de construção de estereótipos, para o qual as instituições muito contribuem. A subordinação, imbecilização, infantilização e desmoralização do negro são formas de opressão a partir das quais se definem os *lugares* e *comportamentos* projetados sobre o negro, e qualquer movimento do mesmo no sentido de livrar-se desse constructo social faz com se choque com o *lugar do outro*, do branco, definido pela mistificação. Um bom exemplo disso no Brasil são as críticas sofridas pelas recentes políticas de ações afirmativas, que buscam incluir negros e indígenas nas universidades, concursos públicos, etc. Estas políticas são acusadas de tirar o “lugar” do branco para “dar” ao negro. É tão arraigada esta construção social, que os sujeitos reproduzem de forma naturalizada a reivindicação dos seus privilégios.

A condição alienada é, para Fanon (2008), produto de uma estrutura econômico-psicológica. Para o negro a inferioridade foi historicamente sentida como uma inferioridade econômica, e o branco de superioridade. O branco é belo e rico. O negro feio e pobre. Para o negro é como um sentimento de “menos-valia psicológica”<sup>33</sup>, dirá o autor. Ela se expressa de tal forma que “o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica” em termos de análise psicanalítica (FANON, 2008, LD.Pos.911-937), cuja estrutura binária produz uma sintomatologia de aprisionamentos das mais variadas formas, todas dolorosas a seu modo. A estrutura de poder do capital sobre o trabalho requer uma sociedade que estrutura a individualidade em geral sobre o medo e a dor. Neste espectro terrível, não há qualquer possibilidade de liberdade.

Os impactos dessa alienação na vida dos indivíduos, negros e brancos, perpassam profundamente a construção de suas formas de sociabilidade, desde o modo de ver-se e de ver o *outro*. Passa, portanto, desde a construção sobre que é o belo e o que é feio; o que é agradável e o que é repugnante, sobre o delicado e o bruto; até a construção das suas perspectivas de amor e da sua sexualidade. Aliás, tendo a sexualidade um papel fundamental à reprodução social, em termos amplos, Fanon (2008) mostra como nesse âmbito da vida dos indivíduos a mistificação impacta de formas perversas, dentre as quais a objetificação do corpo negro é uma grande expressão.

Para Fanon (2008) a explicitação da origem da neurose, sonhos e demais manifestações psicológicas do racismo devem ser entendidas não como questões individuais, mas sim como manifestações de toda uma sociabilidade, o que transcende a existência individual.

É preciso dizer que, em certos momentos o social é mais importante que o individual. Penso em P. Naville escrevendo: “Falar dos sonhos da sociedade como se fossem os sonhos do indivíduo, dos desejos coletivos de potência como se fossem o instinto sexual pessoal é inverter ainda uma vez a ordem natural das coisas, uma

---

<sup>33</sup> Aqui Fanon(2008) usa um neologismo, flerte com o conceito econômico de mais-valia, de Marx.

vez que, pelo contrário, são as condições econômicas e sociais das lutas de classes que explicam e determinam as condições reais nas quais se exprime a sexualidade individual, e que o conteúdo dos sonhos de um ser humano depende também, das condições gerais da civilização na qual ele vive”.( FANON, 2008, LD.Pos.1480 - aspas nossas).

Para Fanon (2008) é fundamental reconhecer que há na experiência vivida do negro uma negação ontológica, oriunda do processo de colonização. Toda a experiência vivida dos sujeitos descendentes dos povos colonizados, mesmo após o fim colonialismo direto, passa pela construção negativa do seu ser. Para os africanos e seus descendentes, a negação passa pela construção do *ser negro*. Não *ser humano* ou simplesmente *ser*, mas *ser negro*. O tempo todo na sua relação com o outro, o não negro, ele é apontado, é confirmado como negro, como ser destituído de humanidade ou em nível abaixo dela. Isso estrangula as possibilidades do *ser* para aqueles que a construção social lega a identidade negra. Assim, conforme afirma Fanon (2008, LD, pos. 1600)

Qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. Parece que este fato não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial. Há uma *weltanschauung* [cosmovisão] de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que profbe qualquer explicação ontológica. (...) A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que devemos nos lembrar que a situação tem duplo sentido. Responderemos, não é verdade. Aos olhos do branco o negro não tem resistência ontológica. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referências foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não os conhecia e que lhes foi imposta.

É da própria vivência que o Fanon (2008) abstrai os termos dessa afirmação-negativa do negro. De tudo que ouviu e sentiu na vida, como a maioria dos negros já ouviu ou sentiu, é que o autor sintetiza a impossibilidade ontológica do negro nessa sociedade. Ela se manifesta no cotidiano quando ouvimos ou sentimos apontamentos como: *olhe, um preto; olhe, um preto, cuidado!; nossa, é até bonita essa negra; é preto, mais é inteligente; a maior cantora negra; meu professor negro; o médico negro...* No reverso, o branco apenas é, sem classificação.

Para Fanon (2008), perante a sociedade alienada espera que o classificado como negro, se comporte no padrão de referência do que se forjou como sendo do negro. Que não comporte como um homem ou uma mulher, mas como um *homem negro* ou uma *mulher negra*. Isto significa a renúncia *ser*, a exigência do confinamento e do encolhimento pela confirmação do *ser negro*. Entretanto, para o autor, “O problema do negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados, por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca” (FANON, 2008, LD, pos. 2676).

Em diálogo com Frantz Fanon, Clóvis Moura (2014;1983) também entende que a alienação colonial reflete uma sociedade forjada a partir da escravização e negação do escravizado de *ser humano*, a qual o escravo confrontou pela fuga e pela quilombagem, tornando-se o elemento negativo do sistema. Para Moura, se forjou no processo de enfrentamento da insurreição escrava pelas classes dominantes, ou seja, também no campo ideológico, resultando num constructo sobre o imaginário social do que é o negro a partir da rebeldias do escravo. Se ativas, ele era informado como perigoso, inimigo, animal, bruto, violento etc. Se passivas, era preguiçoso, incapaz, sem intelecto etc. Desse constructo ideológico, resulta que a política fenotípica estruturada pelos colonizadores exerce na sociedade “livre” a contínua negação do ser classificado como negro.

Nesta tese seguimos as indicações teóricas elaboradas Clóvis Moura e Frantz Fanon, buscando as mediações necessárias para amplo diálogo com os demais autores de referência. Entendemos que alienação colonial, criada pela reprodução das relações de extração de riqueza na colônia, da oposição de classe entre senhores e escravos, se metamorfoseou no processo de alienação do trabalho livre, tipicamente capitalista. Na sociedade regida pelo capital, suas expressões se

manifestam nas condições objetivas e subjetivas dos homens e mulheres cuja experiência histórica ancestral, escravizada e subordinada, os conduziu à experiência de trabalhadores livres. Livres dos meios de produção, a desmoralização, rebaixamento, subordinação, todas as formas de opressão racista, são critérios reproduzidos continuamente para justificar a superexploração necessária para que, subordinados ao capital, deem continuidade ao processo de drenagem de riquezas pelas nações e classes dominantes.

As expressões dessa alienação dinamizam a sociedade como um todo, as feridas abertas pela escravidão ainda sangram continuamente à medida que são silenciadas, invisibilizadas e minimizadas por uma sociedade que herdou a perversidade e a violência como forma de ser.

Como Moura (1983), entendemos que para o estudo da questão racial não basta a mera produção de dados e exposição de estatísticas sobre o negro na sociedade; ou a arquitetura de um deslocamento dos processos que envolve a população negra dos processos contraditórios fundantes do capitalismo dependente. Entretanto, tampouco podemos nos render à dissolução dos elementos específicos na constituição histórica do *ser negro* nesta sociedade, os quais não podem ser decifrados se não forem entendidos como determinantes das relações econômicas, políticas, sociais e culturais, e não apenas determinados por elas.

Na perspectiva teórico-metodológica apresentada nesta tese, entendemos que a apreensão das contradições da sociedade latino-americana, e das singularidades do Brasil dentro dela, bem como da dinâmica do capitalismo dependente que a estrutura, é fundamental que a apreensão empírica da situação do negro seja decifrada através dos processos profundos que fundaram histórica e estruturalmente esta sociedade. Só assim poderemos apreender a realidade de forma desmistificada, de modo a captar suas tendências contraditórias e forjar contra-tendências através de uma práxis crítica e transformadora.

Não podemos ver, por isto, como certos marxistas de cátedra, o problema do Negro brasileiro como um simples problema de classes, embora esteja incluído nele e seja um dos seus aspectos mais importantes e pouco estudados. É simplificar - dentro de categorias muito gerais - um problema bastante mais complexo. Partindo esses estudiosos



da ideia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de *imaginação sociológica* ao tratarem do problema atual do Negro no Brasil (MOURA, 1983, p.126).

A história do negro no Brasil passa pela sua práxis negativa da condição de classe forjada pela escravidão colonial. Objetificado, o negro buscou sua humanidade na negação da condição de escravo, lutando contra a classe senhorial dominante e contra sistema de exploração imposto. Com fugido, quilombola, sua práxis, através das rebeldias e insurreições, foi o elemento negativo fundamental na dinamização do escravismo, na sua dialética. Esse elemento negativo foi amplamente deturpado pela classe dominante da sociedade pós-escravismo. A necessidade de criar uma sociedade coesa, com uma massa de proletariado subordinada, fez com que a classe dominante buscasse apagar a histórica do negro escravizado, constituindo a ideia de um negro a-histórico, passivo e positivo dentro da sociedade escravista. Ou considerando como meras exceções as atitudes de resistências.

De acordo com Moura (2014b) a atuação dos intelectuais da classe dominante, no Império e na República, foi fundamental na deturpação da história, em particular historiadores e sociólogos. Heróis e anti-heróis foram construídos a partir de uma intelectualidade elitista, que buscou construir referências para que a classe dominante jamais fosse questionada no seu *status quo*, vez que do seu meio saíram os “salvadores” da pátria.

Esses heróis “oficiais” continuam sendo Duque de Caxias, Domingos Jorge Velho, Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel, Barão de Cotegipe, Feijó, Barão do Rio Branco e, também, Deodoro da Fonseca e os demais participantes do golpe militar republicano.

Por outro lado, continuaram a ser anti-heróis Zumbi, os heróis da Revolta dos Alfaiates na Bahia em 1798 (Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira), assim como, também outros heróis populares como frei Caneca, Elesbão Dandaró, Luís Sanim, Pacífico Licutã e os demais líderes do movimento

insurrecional de 1835 em Salvador, além de Borges da Fonseca, Pedro Ivo, Padre Roma, Preto Cosme, Padre Miguelinho, Sóror Joana Angélica e todos aqueles que constituem o grande painel de heróis sem monumentos, mas que desarticularam as estruturas de poder em vários momentos da nossa história. Eles não são considerados heróis porque o seu heroísmo passa pela áspera estrada dos derrotados.

A nossa “história oficial” seleciona como heróis os vencedores, e não aqueles que foram derrotados nos diversos momentos de rebelião, rebeldia ou projeto de mudança social. Daí a história ser feita através de um processo seletivo, no qual as classes dominantes estabeleceram o critério de quem é herói ou anti-herói. Com isto, os produtores desta historiografia fazem ter uma visão elitista e marcial do nosso desenvolvimento (MOURA, 2014b, p.4).

Diante desse espectro dominador, todas as lutas do negro são inferiorizadas e deturpadas, um *memoricídio* que tem amplos impactos na construção ideológica do próprio trabalhador negro pós-escravidão. Este se torna um elemento deslocado não apenas na marginalização imposta pelo processo, mas também um sujeito cuja memória-história da luta ancestral foi deformada e negada. Para a sociedade branqueada, o negro, descendente de escravos, deve aprender a ser proletário com os proletários modelo importados da Europa.

De acordo com Moura (1983), as classes dominantes buscaram apagar a *mancha negra* da história da luta de classes no Brasil porque ela joga um peso radical no aprofundamento das contradições de classe no país, mistificá-la, deturpá-la ideologicamente é uma forma de amortizar o impacto dessas contradições na dinâmica social. Agiram desde as suas estruturas de poder para apagar a parte negra da história. Ruy Barbosa mandou queimar os arquivos que pudessem depor evidências da história radical do negro; o governo importou europeus para substituir os escravos saídos da senzala, “Entra então, em funcionalidade a ideologia do branqueamento, que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise” (MOURA, 1983, p. 126). A política do branqueamento, institucionalizada, ratifica a alienação colonial,

reforça no trabalhador livre toda a mistificação imposta para justificar a escravização dos seus ascendentes. Ao mesmo tempo, deturpa no trabalhador não negro, a própria perspectiva de si enquanto classe.

Para Moura (2014; 1983) as contradições do escravismo colonial, expressas na sua superação pelo modo de produção capitalista dependente, fizeram emergir no seio do novo modo de produção outras contradições, as quais perpassam as relações de classe no país, mas incide de forma particular sobre a classe trabalhadora.

As contradições emergentes se manifestam de maneiras diversas: primeira entre o negro recém saído do cativeiro, a classe dominante e sua estrutura de poder imersa ainda na ideologia escravista. Segunda, entre o imigrante que chega para vender sua força de trabalho e os interesses da sociedade de capitalismo dependente; “surgem daí níveis de condicionamento e limitação que irão criar defasagens no trabalhador vindo de fora” (MOURA, 1983, p.133). E terceira, entre o trabalhador negro ex-escravo, quase sempre desempregado ou subempregado e o trabalhador estrangeiro que, ainda durante o escravismo, frente ao seu desgaste final, ocupou os postos de trabalho para suprir as demandas da produção interna já condicionada pelo imperialismo (MOURA, 1983)

Moura (1983) afirma que a subordinação ao imperialismo, na qual nasce o capitalismo dependente, define as necessidades de composição da oferta de força de trabalho no Brasil. No capitalismo dependente, a massa de trabalhadores é composta por uma população muito acima das necessidades produtivas, a qual os mecanismos do capitalismo dependente não pode incluir, pois esta é a “*franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar “ (MOURA, 1983, p.133).

Essa *franja marginal* foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é exército de reserva, não é o *lumpenproletariat*, mas transcende a essas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de

produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez nesse sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também corresponder ao tipo ideal brasileiro que as classes dominantes escolheram como símbolo, o branco.

O simbolismo assume, assim, neste caso especial, um papel decisório na seleção do trabalhador brasileiro. O que se chamou de *borra da escravidão* é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o *bom* é o *branco*. Junte-se portanto às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida. A força desse símbolo irá bloquear as possibilidades de mobilização vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado (MOURA, 1983, p.134)

Nesta tese buscamos construir mediações entre categorias e elementos teórico-históricos que possam explicitar a dinâmica da luta de classes no capitalismo dependente. E, a partir das colocações de Moura (2014;1983), sintetizadas acima, começamos a decifrar os processos históricos que conformam o abismo social, não apenas entre a classe dominante e a explorada, mas no seio da própria classe trabalhadora. Como afirma Moura (1983) as contradições suplementares do processo de conformação do trabalho livre no país são indispensáveis para apreender a dinâmica concreta da luta de classes, a qual tem como elemento explicativo imprescindível o escravismo colonial e o racismo que dele derivou.

Na perspectiva da teoria do valor, de Karl Marx (2013), o valor da força de trabalho é socialmente determinado, assim como o é o contingente populacional em cada modo de produção. Ruy Mauro Marini (2011) afirma que na América Latina a economia dependente

apresenta como condição *sui generis* a superexploração da força de trabalho, ou seja, relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria trabalho) abaixo do valor necessário à sua reprodução. A superexploração emana da relação contraditória imperialismo-dependência, sob a qual a transferência de valor às economias dominantes é compensada com uma forma particular de extração de valor internamente.

De acordo com Marini (2011, p.149), a superexploração tem como mecanismos de apropriação do mais valor: a “intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos ( que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2011, p.150).

A economia dependente, sendo voltada ao atendimento das necessidades externas se fecha num circuito que dispensa o consumo do trabalhador individual, ou o requer apenas em níveis mínimos, para realizar seu processo de circulação, por isso a não participação do trabalhador como consumidor individual não impacta no processo de realização da mais valia expropriada do trabalhador. De acordo com Marini (2011), o modo de produção capitalista coloca formas de extração de valor que pressupõe uma elasticidade na oferta da força de trabalho já que,

[...] a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário sem se preocupar em criar as condições para que este se reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços no processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que essa hipótese foi cumprida amplamente: a existência de reservas de mão de obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão de obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora até o início do século XX. Seu resultado tem sido o de abrir livre curso para a compressão do consumo individual do operário, e portanto, para superexploração do trabalho (MARINI, 2011, p.157).

Marini (2011) não dá nenhuma atenção específica ao fato de que o Brasil, o maior país da América Latina, tinha em fins do século XIX um enorme contingente de mão de obra nacional, ao qual se somou o contingente saído do cativeiro em 1888. E, ao contrário do que argumenta Clóvis Moura (2014; 1983) associa a imigração ao desenvolvimento tecnológico e não às contradições geradas pelo fim do escravismo. Sem implicar numa cobrança do autor daquilo que sua obra não se propôs a explicar, entendemos que observar a ausência de destaque a este contingente de trabalhadores é fundamental para que, ao reconsiderá-lo, possamos nos apropriar de elementos históricos mais consistentes na explicitação da essência das relações contraditórias nas quais se funda a relação capital x trabalho no Brasil. Vemos esta observação como necessária não apenas na obra de Marini, mas de todos os autores cujas contribuições teóricas são importantes para decifrar o processo histórico-concreto da luta de classes. Ademais, o próprio Marini (2011) chama atenção para a necessidade de apreender a superexploração para além dos seus aspectos econômicos, trazendo também seus aspectos políticos e sociais.

Entendemos que a categoria *superexploração* tem potencial explicativo das contradições inerentes ao capitalismo dependente, num nível de abstração cuja intencionalidade é colocar os termos teóricos fundamentais para entender a dinâmica da drenagem de valor das

periferias para os centros dominantes. Entretanto, para nós, sua potência explicativa requer que seja aliada às explicações políticas e sociológicas da dinâmica interna da produção de valor, como as elaboradas por Clóvis Moura e José Carlos Mariátegui, pode decifrar, na realidade concreta, a complexidade das relações contraditórias que a determinam.

Na América Latina as relações sociais que definem a relação capital x trabalho, e portanto, o valor da força de trabalho, têm o racismo como uma contradição suplementar na sua dialética, como mostram Moura (2014;1983) e Mariátegui (2008). O racismo determina e movimentam a dialética da dependência, assim como a transferência de valor. Esta, no nível da realização da mais-valia expropriada e o racismo no nível das relações concretas da produção de mais-valia, a medida que a divisão social do trabalho no capitalismo dependente, é largamente estruturada a partir de um recorte racial e a população negra e indígena ocupa a base da pirâmide social. As condições de vida e reprodução da parcela negra da classe trabalhadora no Brasil, conforme ilustrado pelos dados expostos anteriormente, retrata a dinâmica da superexploração e expõe a profundidade dos processo de expropriação da riqueza e dos abismos sociais criados por ele.

Tomar o racismo como uma categoria explicativa da superexploração da força de trabalho é fundamental para apreendermos os processos concretos da *lei geral da acumulação capitalista* neste território. Trata-se de entender que na particularidade dos países colonizados, onde o escravismo e a servidão foram fundantes das relações contraditórias que antecederam a transição ao capitalismo, as condições geradas pela alienação colonial são continuadas, exatamente porque a estrutura produtiva desses países, frente ao imperialismo e a dependência, perpetua as condições de reprodução daquela alienação. Desse modo, os critérios do racismo, que rebaixa o negro e o indígena - e sua força de trabalho - moral, econômica, social e culturalmente, incidem na distribuição da população no mercado de trabalho. E sendo este mercado de trabalho comprimido frente o estrangulamento da dependência, o emprego, assim como o desemprego estrutural, o sub-emprego e as condições mais precárias de trabalho também se apresentarão aos sujeitos a partir da sua origem racial.

Mariátegui já demonstrava esse entendimento no início do século XX. Para o autor, o problema elementar do Peru - e, podemos dizer, da América Latina - é também racial. E reside na dominação e

expropriação sofrida pelo indígena e, acrescentamos, pelo negro. Em suas palavras: “explorado, ridicularizado, embrutecido, o índio [e o negro] não pode ser um criador de riqueza. Desvalorizá-lo, depreciá-lo como homem equivale a desvalorizá-lo, a depreciá-lo como produtor” (MARIÁTEGUI, 2011, p. 87).

Desse modo, tendo por base a teoria do valor, toda a argumentação apresentada, especialmente através das obras de Clóvis Moura (2014, 2014a, 2014b, 1988, 1983, 1978), e Mariátegui (2008) que podemos afirmar, em síntese, que o rebaixamento do valor da força de trabalho da parcela negra e indígena da classe trabalhadora, referenciado também no racismo, impacta na conformação da superexploração do conjunto da classe trabalhadora, rebaixando a média geral da remuneração de todos os trabalhadores/as neste contexto. É nesta perspectiva que o racismo se apresenta como uma determinação social e histórica que complexifica as contradições à dinâmica da lei do valor neste território.

Nesta perspectiva é que podemos desmistificar a realidade empírica manifesta na violência, na marginalização e na miséria que atinge de maneira mais profunda a parcela negra e indígena desta sociedade, de modo a por em evidência os fundamentos históricos e estruturais da mesma e traçar novas elaborações sobre a luta de classes neste território, bem como dar novos sentidos à luta contra o capital.

A seguir amarraremos o debate do trabalho e do racismo no capitalismo dependente com o debate da terra, de modo a evidenciar a indissociabilidade de ambos e a complexidade com que se manifestam na dinâmica concreta das contraditórias relações de produção.

## **5.2. Terra, trabalho e racismo: mediações para o estudo da questão agrária na América Latina**

Nesta tese, como apresentado, propomos a construir elementos histórico-categoriais para o estudo da luta de classes na América Latina e particularmente, no Brasil. No giro teórico-metodológico necessário para decifrar a história concreta e dar novos sentidos ao que se define hegemonicamente como luta de classes, a relação dialética terra-trabalho-racismo é tomada como fundamental. Neste ponto da elaboração trataremos alguns elementos para a explicitação da categoria



terra<sup>34</sup>, de modo a evidenciar sua centralidade na apreensão da luta de classes na América Latina.

Ao acenar as categorias modo de produção, formação sócio-histórica, transição e colonialismo como fundamentais na explicitação da história concreta que funda a América Latina, enquanto um território conectado à produção global de mercadorias, mediado pelo capital em cada uma das suas várias formas dominantes - comercial/mercantil, industrial/concorrencial; financeiro/imperialista - também realizamos um recorte temporal dos períodos históricos a serem enfatizados na análise: aqueles constituídos pela invasão colonial em fins do século XV. Se perguntamos, a partir da concepção dominadora, o que é a terra nas sociedades que se fundam pela invasão, o que se projeta como resposta, na perspectiva da crítica da economia política, é que a terra apropriada privadamente, transformada em mercadoria, capital financeiro, é um bem restrito, de apropriação limitada, cujo monopólio permite aos proprietários se apropriarem da riqueza social na forma de **renda da terra**<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> O debate da terra e da questão agrária, bem como suas determinações no capitalismo dependente foi elaborado de forma mais profunda na dissertação de mestrado. Ver: SOUZA (2016).

<sup>35</sup> A renda da terra, a partir das elaborações de Marx (2017) expressa a dinâmica contraditória da propriedade privada, na qual a terra, como mercadoria permite a apropriação de uma renda futura, condena o trabalho à realização do mais-valor necessário à criação desta renda. Assim, a realização da renda da terra é também a determinação das atividades, da localidade e do espaço de tempo nos quais o capital realiza mais valia sobre a exploração do trabalho. A mobilidade do capital e do trabalho são determinadas também pelos interesses dos proprietários fundiários que atuam ativamente na construção de dispositivos que determinam as formas de posse, uso, e alocação de capital na produção. O debate da renda da terra e de sua função no capitalismo contemporâneo abre a caixa de pandora acerca da histórica condição da questão agrária no capitalismo dependente e mostra, para além da vinculação genética entre ambas, que a questão agrária, assim como a renda da terra não serão suplantadas dentro do capital, pois são elas mesmas frutos das relações antagônicas que sustentam esse sistema e sujeitam o trabalho e o trabalhador à dinâmica irracional de valorização do capital. Nesta perspectiva, o estudo da questão agrária é o que nos permite explicitar o conteúdo e os impactos de tais contradições na sociedade como um todo, bem como seus impactos para a própria existência dos elementos naturais que possibilitam a especulação sobre a terra, uma vez que a dinâmica irresponsável de submissão da terra ao capital – que no século XXI significa a exacerbção da espoliação dos recursos minerais e da água, bem

A partir das elaborações de Marx (2013; 2017), encontramos os elementos teóricos para o estudo da terra e da questão agrária na sociedade capitalista. Este estudo deve centrar-se na relação entre o **trabalho** - prática indispensável à reprodução humana em toda e qualquer forma de sociabilidade - que no capitalismo tem a finalidade contraditória de produzir mercadorias a serem objetivadas como valor que se valoriza, e a **terra**, compreendida na totalidade dos recursos naturais que a compõe. Ambos, mananciais de toda a riqueza, são solapados pelo desenvolvimento técnico e organizacional do processo de trabalho sob a propriedade privada, como afirma Marx (2013).

A terra no modo de produção capitalista é central, não apenas enquanto indispensável à vida em geral, o é, também, à medida que as relações contraditórias nas quais se assenta o capitalismo a condena como propriedade privada, a ser uma mercadoria e a compor diretamente a reprodução do capital, como capital fictício - **renda da terra**. O domínio privado do capital sobre a terra determina as condições de realização do trabalho e, portanto, da reprodução humana. Os interesses vinculados à reprodução do capital se sobrepõem aos interesses sociais gerais, assim, a função social do trabalho e a função social da terra, indissociáveis entre si, são, contraditoriamente, subordinadas à lei do valor (MARX 2017). A apropriação privada da terra e dos produtos do trabalho é intrínseca à produção social capitalista, e implica numa relação deformadora da terra e do trabalho.

A partir do debate sobre a **renda da terra** elaborado por Marx (2017), bem como pelas formulações de Kautsky (1968), é evidente que a questão agrária integra a forma-conteúdo do capitalismo geral. Entretanto, na América Latina, as determinações da questão agrária se complexificam também pelas contradições criadas pela invasão colonial. Isto porque, o sentido da terra é dado pelos sujeitos humanos que nela constroem sua vida, e, por mais que o colonialismo tenha deturpado e subordinado o modo de ser dos povos originários da América Latina; por mais que tenha inferiorizado o sentido ontológico dos sujeitos no

---

como o uso desmedido de agrotóxicos – ameaça não só a biodiversidade natural, mas também a sobrevivência humana, como afirma Vergés (2006) e que para Mészáros (2004), tem caminhado para uma crise civilizatória (SOUZA, 2016).

território que hoje se entende como América Latina; nem o *genocídio*, nem o *memoricídio*, nem o *etnocídio*, suplantaram definitivamente o sentido dado à terra por àqueles sujeitos. Entendemos que a negação ontológica dos colonizados, impetrada pelo colonialismo, como argumentou Fanon (2008), compreende também a negação do modo de ser/viver desses sujeitos em relação à terra. No caso dos povos originários do território que se forjou como América Latina, a relação social com a terra constitui a própria ontologia, na sua cosmovisão, a terra é inseparável do *ser*, pois somente na relação com a terra *podem ser*.

De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves *Abya Yala* expressa a autodeterminação desses povos na concepção do sentido da terra, em contraposição ao sentido mercantil, expresso por América Latina. É a recuperação da memória-história da luta dos povos em mais de 500 anos. Esta autodeterminação expressa na luta pela terra não apenas a necessidade de reapropriação dos meios de produção, mas de construção de outro modo de ser.

A escolha do nome Abya Yala, dos kuna, recupera a luta por afirmação dos seus territórios de que os Kuna foram pioneiros com sua revolução de 1925, consagrada em 1930 no direito de autonomia da Comarca de Kuna Yala com seus 320 mil e 600 hectares de terras mais as águas vizinhas do arquipélago de San Blas. A luta pelo território configura-se como uma das mais relevantes no novo ciclo de movimento dos povos originários que se delinea a partir dos anos oitenta do século passado (posição dos Miskitos com/contra a Revolução Sandinista na Nicarágua) e que ganha sua maior expressão nos anos noventa e inícios do novo século (Marcha pela Dignidade e pelo Território na Bolívia e no Equador, em 1990, e Levante Zapatista, em 1994), revelando mudanças profundas do ponto de vista político (PORTO-GONÇALVES, 2009 s/p).

Na luta pela território, outro sentido de ser e estar no mundo é reivindicado e, ao ser reivindicado, movimenta-se de forma contraditória ao sentido mercantil da terra, forjado pela propriedade privada. Porto-Gonçalves fala da necessidade de descolonizar-se o pensamento. Entendemos que reconhecer as lutas concretas contra a dominação, estas

que movimentam a dialética da história e impedem a dominação total do capital sobre a terra e o trabalho, é fundamental ao giro necessário na compreensão da realidade. Os povos originários são divergentes não só em relação ao capital, mas dentro concepção hegemônica-eurocêntrica do que se define por classe trabalhadora. Assim como o foram também os povos escravizados por mais de 350 anos neste território. Mas longe de “dividir” a classe, como se alega, as manifestações desses povos - na visão dos vencedores, índios e negros - colocam as contradições do processo histórico em evidência, na sua mais profunda necessidade de transformação.

As contradições que permeiam o desenvolvimento capitalista se particularizam em cada fase desse desenvolvimento, e em cada realidade sócio-histórica das diversas regiões do mundo elas também aparecem à sua maneira. As contradições inerentes ao capitalismo multiplicam-se com a sua expansão e, ao mesmo tempo, constituem um entrave a ela. Analisando a partir da América Latina, cujo desenvolvimento capitalista se dá de forma dependente e subordinada aos interesses imperialistas, a separação entre terra e trabalho, base do modo de produção capitalista, apresenta nuances particulares que explicitam passado-presente na questão agrária aberta e latente, numa estrutura que reproduz a superexploração da força de trabalho como condição *sui generis* da extração de valor neste território ( TRASPADINI, 2016; MARINI, 2011).

A estrutura da dependência perpetua a *desigualdade* como condição de existência das classes dominantes e impõe as mais vis formas de extração de valor e de opressão como realidade para a classe trabalhadora. É nesse processo anárquico que se manifesta a questão agrária na América Latina. Nesta região, a monopolização privada das terras, instituída efetivamente a partir da invasão colonial, e formalmente pela constituição das Independências no século XIX, manifesta a desigualdade estrutural e perpetua a questão agrária como um determinante fundamental das relações sociais sobre as quais se baseia o capitalismo dependente. Desse modo, questão agrária e superexploração da força de trabalho são umbilicalmente ligadas e constituem as condições objetivas da luta de classes neste território.

Na América Latina, a luta pela terra é o fluxo constitutivo de suas próprias *veias abertas*, enquanto território delimitado política, geográfica e economicamente pela dominação externa, como nos mostra

Eduardo Galeano (2010). O sangue da terra e o sangue das mulheres e homens desta terra, em particular indígenas e negros, enchem as mãos e os bolsos daqueles que a determinam como fonte direta de riquezas naturais e de força de trabalho barata, para a realização de um projeto de sociedade que mantém, inevitavelmente, à margem a imensa maioria das gentes deste território.

Como apresentado no capítulo anterior, no Brasil, a Lei da Terra de 1850, conforme demonstrado anteriormente, demarcou formalmente o processo de concretização do monopólio das terras, da seletividade racial do acesso à mesma e do bloqueio à população negra das possibilidades de acesso à terra, ao passo que ratificou também o processo histórico de expropriação dos povos indígenas da terra que absolutamente lhe pertence. Nas configurações da propriedade da terra, engendradas desde o escravismo colonial, podemos afirmar que a questão agrária se imbrica, inevitavelmente, na questão racial. E ambas compõem as bases objetivas e subjetivas da reprodução do capitalismo dependente, expressas na superexploração da força de trabalho.

Os dados atuais sobre a luta pela terra, bem como sobre a desigualdade na sua apropriação e o poderio político e social que se estabelece a partir de tal desigualdade, são os balizadores necessários para ilustrarmos o debate da questão agrária ao longo do processo histórico de desenvolvimento do Brasil. Isso exige que aprofundemos a investigação dos elementos determinantes da realidade manifesta. Nesta realidade, a violência<sup>36</sup> é a marca mais expressiva, sob a qual os trabalhadores têm não apenas direitos e/ou garantias sociais em risco ou violados, mas, também, a própria vida, principalmente aqueles que lutam por terra e trabalho e, sobretudo, indígenas e quilombolas.

Os constantes casos de assassinatos de lideranças políticas da luta pela terra engrossam as estatísticas e funcionam como estratégia

---

<sup>36</sup> O debate da violência na América Latina requer um espaço amplo nas nossas pesquisas. A violência, vinculada diretamente a questão agrária é múltipla e muitas vezes imperceptível, outras vezes brutal e aberta; e vai desde a manipulação dos preços dos alimentos de acordo com os interesses dos produtores monopolistas, a contaminação dos alimentos e da água por diversos tipos de veneno até a perseguição e assassinatos de lideranças diretamente vinculadas a luta pela terra e pelo trabalho.

para incutir o medo e desmobilizar as lutas. Só no Brasil, no ano de 2015, foram registrados 742 conflitos, envolvendo 102.973 famílias e 21.387.150 hectares de terra, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entre 2007 e 2015 mais de 300 lideranças entre indígenas, quilombolas e sem terras foram assassinadas no país, sendo que apenas em 2015 foram 50 assassinatos. Os últimos dados disponibilizados pela CPT em 2017 mostram um aumento da violência no campo, tendo sido registrados 71 assassinatos nas diversas regiões do país. Destes, 21 lideranças entre indígenas, sem terras e quilombolas.

Desde 2017, a CPT mantém um registro de todos os massacres ocorridos no campo desde o ano de 1985 até os dias atuais. Segundo esses dados, até 2017 foram registrados 47 massacres que vitimaram 233 pessoas no campo em dez estados brasileiros, dados que organizamos em uma tabela (abaixo). É necessário destacar que os massacres significam, geralmente, o resultado de um longo processo de conflitos no campo, em sua maioria com a ação violenta de fazendeiros sobre indígenas, quilombolas, sem terras e posseiros. Dessa forma, por detrás dos dados dos massacres apresentados abaixo, existem várias histórias de assassinatos de lideranças, de trabalho escravo e de brutalidade<sup>37</sup>. Um exemplo disso é o massacre de Paragominas, no Pará, de 1988, cujo fazendeiro mantinha sob regime de trabalho forçado aproximadamente 80 funcionários, recorrendo inclusive à tortura.

Os dados referentes aos conflitos no campo são reflexo das contradições emergentes do processo histórico de concentração de terras na América Latina, e em particular, no Brasil. Processo que perdura desde a invasão colonial e conforma, no âmbito da reprodução do capitalismo dependente, elemento fundamental para apropriação da mais-valia pelas classe proprietárias através da **renda da terra**.

Outros dados recentes, da OXFAN (2016), mostram que mais da metade da terra produtiva na América Latina está concentrada em 1% dos latifúndios. Na Colômbia, mais de 67% da terra produtiva está concentrada em apenas 0,4% das explorações; no Chile e Paraguai, 1%

---

<sup>37</sup> Para maiores informações sobre cada um dos massacres, o site da CPT apresenta uma linha do tempo que possui informações sobre os crimes, trazendo inclusive registro fotográfico e de matérias de jornal. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/mnc/>. Acesso em: 03/01/2018..

das explorações abarcam mais de 70% das terras. No Brasil menos de 1% das propriedades ocupam mais de 45% das terras produtivas (OXFAN, 2016a). Por outro lado, apesar de responderem por mais de 80% das explorações registradas, as pequenas propriedades rurais utilizam apenas 13% da terra produtiva na região; Colômbia e Paraguai são os países proporcionalmente mais desiguais nesse sentido, 84% das explorações menores administram menos de 4% da superfície produtiva no primeiro, e 91% das pequenas propriedades rurais ocupam apenas 6% das terras no segundo (OXFAN, 2016). No Brasil quase metade dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares de terra (47%) e ocupam apenas 2,3% da área total (OXFAN, 2016a).

A desigualdade em relação à terra não se limita à questão da distribuição da superfície produtiva. A concorrência e concentração de poder em torno da terra se intensificaram nos últimos anos com a acelerada expansão do modelo extrativista, baseado na exploração de recursos naturais direcionada à produção de grandes volumes de matérias-primas – recursos minerais, combustíveis fósseis, produtos agroindustriais, pecuários e florestais – fundamentalmente para o mercado global [...] As concessões petrolíferas e minerárias se multiplicaram nos anos 2000 na Bolívia, Colômbia, Peru e Equador. As plantações florestais na região crescem a um ritmo de mais de meio milhão de hectares ao ano, ocupando uma fração cada vez maior dos territórios no Chile, Brasil e México. A pecuária avança sem parar sobre o Chaco (na Argentina, Paraguai e Bolívia), provocando um dos maiores índices de desmatamento do mundo e ameaçando a sobrevivência e bem-estar de populações indígenas, algumas delas de povos isolados. A produção agrícola, liderada por cultivos como soja, cana-de-açúcar e palma africana, bate recordes de superfície ano após ano no Brasil, Paraguai e Argentina (OXFAN, 2016, p. 06).

Sabemos que a cada Censo Agropecuário, se constata a concentração da propriedade de terras no Brasil, entretanto como acenado no tópico anterior, as informações divulgadas historicamente sobre a estrutura fundiária no Brasil não trazem o indicador *raça* no

perfil do proprietário de terras no país, assim como não traz a nacionalidade dos mesmos. Quanto ao gênero, os dados recolhidos das pesquisas do IBGE pelo OXFAN (2016a), mostram que 87,32% de todos os imóveis rurais que existem no Brasil estão nas mãos de homens, o que equivale a 94,5% das terras do país. Diante da negação da informação, continuamos com a questão: Quem são os latifundiários no Brasil? Elementos que possibilitem desvendá-la certamente levariam a um nível de questionamento muito maior sobre as desigualdades no país. É evidente os limites da estatística produzida a partir dos interesses da classe dominante na explicitação da realidade, mas diante da constituição histórica e dos avanços do capital estrangeiro sobre a terra, intuir a resposta não é difícil, e é o que nos resta.

Para nós é na própria história forjada pela invasão colonial, e continuada no capitalismo dependente, que encontraremos a chave para desvendar as particulares contradições da acumulação do capital na América Latina. Isto requer entender os distintos processos que instauraram modos de produção pré-capitalistas sob a dominação colonial e os processos de transição entre estes e o capitalismo, demarcadores da dependência como a forma de reprodução capitalista na região, bem como o desenvolvimento do capitalismo dependente face à dominação imperialista. Cada um destes períodos históricos foram estruturados em um elemento comum: o monopólio privado da terra e toda violência, exploração e opressão que este implica, modificadas apenas suas expressões.

As guerras sanguinárias coloniais, a subordinação e destituição dos povos originários de seu modo de vida, o seqüestro e escravização de trabalhadores africanos e a transformação de ambos em mão de obra forçada de modos de produção particulares, cujo objetivo central era fornecer a riqueza produzida aos dominadores externos, engendrando parte significativa dos recursos necessários ao nascimento do capitalismo na Europa, ou seja, à “acumulação primitiva do capital”, conforme evidencia Marx (2013), foram os processos que deram abertura ao sentido da luta pela terra na América Latina, ontem e hoje.

Ao determinar possuidores e não possuidores da terra, tais processos fundaram a desigualdade, que se tornara crônica e estrutural a partir da transição ao modo de produção capitalista, dependente e subordinado aos interesses dos países imperialistas. Neles residem as raízes, tanto da luta pela terra, como dos entraves estruturais que



impossibilitam a uma situação de maior igualdade no acesso a terra dentro dos marcos da reprodução capitalista na América Latina. Para entender de forma ampla os significados da questão agrária, é necessário que a categoria terra, seja explicitada na totalidade relações sociais constitutivas do ser e do estar no mundo. Falar sobre a terra é falar sobre o *território*, sobre o *espaço*, sobre o *lugar*, categorias flexíveis e mutáveis, definidas histórica e socialmente, por relações sociais contraditórias, como afirma Milton Santos (1978).

Para o grande geógrafo brasileiro, enquanto o território é delimitado e regulado pela estrutura de poder dos Estados, como o território de uma nação, “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos,1978 p.122). O espaço é social, é humano, é resultado da criação do *lugar* por homens e mulheres na realização da sua vida, expressão concreta e histórica da práxis humana.

O espaço, definido na dinâmica da construção do *lugar* de reprodução da vida, pela qual se define suas *formas e funções*, é, por isso mesmo, construído a partir das relações de poder, mas é muito mais complexo e flexível do que as definições delimitadas pelas relações territoriais de poder no âmbito do Estado, ele corresponde às transformações sociais feitas pelo sujeito-homem na natureza; corresponde à natureza criada por estas transformações. Assim, “O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1978, p. 122), ou seja, na sociedade capitalista deve ser analisado na sua dinâmica contraditória, na qual

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

No âmbito da reprodução do capital, cada vez mais internacional e financeirizado, a construção do espaço determina e é determinada pelo avanço do capital sobre o território, na dominação dos Estados-nação e na reconfiguração do território como palco de apropriação da mais-valia. O território, com Estados cada vez mais servís ao capital internacional, em particular na periferia do sistema, é espaço apropriado e subordinado ao capital, que através na divisão internacional do trabalho se apropria da riqueza produzida, como também mostra David Harvey (2013).

Ao passo que se acentua o avanço do capital sobre os recursos naturais, a renda da terra, através da especulação e financeirização, se acentua também a luta pela terra e pelo território tanto no campo como na cidade. Sem terras e sem tetos são a expressão do processo contínuo da exploração e da expropriação fundada pelo colonialismo e continuada pelo capitalismo dependente. Expressa, portanto, a existência dos sujeitos ontologicamente negados, cuja afirmação do ser é, historicamente, a luta, a rebeldia, a insurreição. Marginalizados ou massacrados pelas estruturas de poder, ontem e hoje, são o elemento negativo na dialética contraditória forjada pela dominação colonial. Nesse sentido, concordamos com Stédile (2004, p. 9), que, ao se referir à luta do MST no Brasil, remete às lutas históricas pela liberdade e por acesso à terra:

Somos filhos do povo brasileiro. Temos nossos antepassados, pais, avôs na vida do povo brasileiro. Assim, só existimos hoje porque, antes de nós, o povo brasileiro realizou outras formas de organização e de luta por justiça no meio rural. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela conquista da liberdade, quando fugiam e constituíam os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses, com alguns deles se transformando em verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado e Caldeirão. E muitos outros, não registrados pela história oficial da classe dominante: houve, com certeza, muitas lutas nos cafezais, nos canaviais, nos engenhos, e por esse sertão afora. Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas organizações nacionais a partir da década de 1950,

e depois massacrados pela ditadura militar, como [...] as Ligas Camponesas, o Master. Somos frutos de muitas reflexões. Somos frutos da teorização de muitas experiências de lutas que nos antecederam, dos movimentos camponeses do Brasil ou de movimentos camponeses da América Latina.

Frente a primazia da propriedade privada como latifúndio, combinada com a inviabilização do acesso à terra e aos meios de produção para a imensa maioria dos trabalhadores, que condiciona as formas de apropriação ultra-concentrada da riqueza produzida, aliado ao pagamento de salários abaixo do nível de sobrevivência dos trabalhadores e o saqueio dos recursos naturais na América Latina, temos o sistema onde a questão agrária e questão racial são indissociáveis, pois ambas expressam a relação dialética entre monopólio da terra e dominação racial neste território, dialética da qual emana as condições objetivas e subjetivas da superexploração da força de trabalho. Tal dialética consubstancia questão agrária e questão racial como expressões das contradições imanentes da produção do valor neste território, que se aprofundam sob a égide do capitalismo monopolista em sua atualidade altamente financeirizada.

Considerando o exposto, entendemos que o estudo da questão agrária na América Latina, entendida em sua articulação estruturante da questão social, apresenta duas dimensões desafiadoras:

□ Primeira, considerar a sua complexidade nos distintos modos de produção, à medida que expressa em cada um deles a própria “dinâmica de produção de vida cotidiana dos sujeitos, que se relaciona a diversas expressões de materialização do poder no território” (TRASPADINI, 2018, p. 1701), ou seja, as contradições próprias da produção da vida em cada época social, histórica e geograficamente determinada. Nesta dimensão, a terra se nos apresenta como relação social imprescindível à vida do *ser*, sobre a qual os sujeitos históricos atuam, determinantes e determinados por esta relação. Ter em vista esta dimensão nos permite traçar perspectivas ontológicas concretas, para além da subordinação da terra e do trabalho à alienação;

□ Segunda, recolocar na crítica da economia política a centralidade da terra para o deciframento da dinâmica

concreta do capital, em particular no território latino-americano. Isso implica em considerar o processo contraditório desenvolvido desde a colonização, na sociedade fundada pelo trabalho escravo, sobre o cativo da terra, pela instituição no espaço territorial de sentidos alheios aos sujeitos que produzem.

Aprofundando esta segunda dimensão, recordemos que dentro deste modo de produção, dada a dialética do desenvolvimento desigual e combinado do capital (MANDEL, 1985), a questão agrária apresenta, nas particularidades do capitalismo dependente, como uma unidade contraditória e complexa, que cria as condições objetivas para uma maior desigualdade na relação entre capital e trabalho na América Latina - manifesta na superexploração da força de trabalho. Nesta região, o monopólio privado das terras, a espoliação dos recursos naturais e todo o complexo contraditório de relações sociais, que dela se desdobram, compõem os fundamentos da produção e expropriação do valor. Tais componentes incidem, portanto, além da existência da renda da terra como parte contraditória das relações capitalistas, ainda que ela seja seu determinante fundamental. O que se expressa aí é também a constituição histórica da dominação patriarcal e racial, fundamentais à reprodução da estrutura desigual.

Ao contrário dos países centrais onde o movimento do capital e as lutas intracapitalistas buscou minimizar a imponência da renda da terra e seus donatários (MARX, 2017), no capitalismo dependente, a *cooperação antagônica* (MARINI, 2012) ou, nos termos de Fernandes (2006) a *dupla articulação dependente* entre as burguesias internas e externas, ramificadas no intercâmbio desigual, torna o monopólio da terra necessário à continuidade do processo de acumulação do capital neste território, objetivando as condições desiguais fundamentais para impor à classe trabalhadora a superexploração da força de trabalho como meio normal de extração de valor (SOUZA, 2017).

Entendemos que um maior amadurecimento do que é a questão agrária, com suas concretas determinações e contraditórias manifestações, é de extrema importância para o deslindamento do capitalismo dependente latino-americano. Assim, buscamos demarcar a questão agrária como *uma unidade contraditória de primeira ordem na luta de classes, determinada pela relação terra-trabalho-raça sob a égide do capital*.

Os estudos até então realizados por nós, levam-nos à assimilação de que sob a dinâmica da dependência, a questão agrária apresenta um duplo caráter:

1) **estrutural**, cuja gênese se arraiga na desigualdade inevitável para a continuidade da acumulação capitalista neste território, a qual se amplia em concomitância ao processo de acumulação do capital, que cada vez mais avança seu domínio sobre a terra e os recursos naturais em toda a América Latina, ampliando as contradições a si inerentes e forjando as condições objetivas necessárias à superexploração da força de trabalho e;

2) **político-ideológico**, como expressão das distintas situações da luta pelo direito à terra e ao trabalho sob a ampla dominação ideológica, de largo cunho racista, dos conflitos que delas resultam, mais ou menos acentuados e mais ou menos organizados de acordo com a realidade de cada país e das forças políticas presentes, mas que têm no centro da luta principalmente os povos indígenas e quilombolas.

A nosso ver, somente se considerarmos a relação dialética desse duplo caráter da questão agrária na Região, principalmente na sua relação com a superexploração da força de trabalho, teremos elementos para explicitar o conteúdo da luta de classes neste território, bem como para traçar as estratégias políticas de fortalecimento da classe trabalhadora contra o capital.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma leveza que eu pensava perdida e, extraindo-me do mundo me entregou ao mundo. Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu. ( Frantz Fanon)*

Chegar a este momento da tese nem de longe permite aludir à sua conclusão. Tomo estas considerações finais enquanto parte de um percurso investigativo cujas dúvidas e questionamento apenas se fizeram aumentar com a sua realização. Entretanto, como espaço de síntese, vejo um ciclo que se encerra para iniciar outros. Neste sentido, traçaremos algumas reflexões adicionais.

Assim, é preciso afirmar que é como trabalhadora, mulher, negra, periférica, vinda de uma família inserida numa estrutura social que negou, historicamente, o acesso à educação formal ou o fez precariamente, que concluo esta tese de doutorado. E se me alegra olhar para trás e ver todo o caminho percorrido até aqui, é pelo fato de ter conseguido vencer muitas barreiras e ocupado um espaço que sempre foi negado aos meus. Por outro lado, me embrulha constatar a solidão desse percurso, uma solidão múltipla, com muitas arestas, mas a que mais me entala é a constatação de que fui a primeira da minha família a concluir uma graduação, e a única! Mestrado e doutorado é tão distante da minha realidade, que às vezes beira o incrível.

Quando olho para a trajetória da minha família, como a das demais famílias negras desse país, percebo que, muito provavelmente, minha geração é a quarta ou, no máximo, a quinta que nasceu “livre” da

escravidão; percebo, sobretudo, que toda a nossa história “livre” ainda carrega de maneira profunda as marcas do rebaixamento moral, econômico e social imposto aos nossos ancestrais.

Toda uma existência do *ser* aprisionado pelo *não ser*. Uma dialética esmagadora. Mas nela, é a negação do *não ser*, do ser menos, do *ser* deturpado e violado que pode movimentar e dar vida ao existir. De certa forma, estar na universidade, ocupar os espaços historicamente negados, contribuir na construção de outras perspectivas teóricas e outros sentidos para o *ser*, faz de mim uma *quilombola*. E isso significa que a solidão se afaga pela memória que se resgata. E esta memória me ensina que enquanto formos negados, é imperativo sermos rebeldes, e fazer a cada tempo a insurreição necessária, individual e coletivamente.

A mim, indagar a estrutura social que se projeta pela desigualdade foi o que moldou a minha vida, pessoal e acadêmica. Indagar as explicações dadas às indagações é outro imperativo. Aprendi na vida que muitas mentiras são travestidas de verdade, e isso mais que se confirmou com a minha entrada na universidade. A dominação ideológica se impõe não apenas na negação e ocultação da história, se põe também nas formas como se conta a história.

Contínua às indagações sobre a luta de classes e sobre as particularidades constitutivas da classe trabalhadora no Brasil, esta tese é também uma indagação as explicações dadas, indagação das apreensões teóricas e políticas sobre a realidade alcançadas até então. Diante disso chegamos na tessitura de uma tese, que é em si uma particular perspectiva teórico-metodológica e epistêmica, cujo ponto forte está exatamente em elaborar questões e sistematizar novos rumos teóricos para respondê-las. Para tanto, partimos das elaborações de muitos autores que vieram antes e, por estarem na contracorrente, inclusive dentro do que se entende por “esquerda crítica”, foram marginalizados nas explicações correntemente elaboradas. Recolocar estes intelectuais, militantes políticos, críticos e revolucionários em debate, construindo mediações para que possamos aprender com eles a decifrar a complexidade da nossa história, foi, sem dúvidas, o que mais me deu prazer e alegria na elaboração desta tese.

Concluimos que o giro teórico-metodológico construído, ainda que de forma preliminar, pode carecer de outras mediações, cabendo ampliar-se a partir de muitas outras elaborações teóricas, ainda assim, entendemos que o elaborado até aqui revela a hipótese proposta no desenvolvimento da pesquisa que aqui se sintetiza. Ao decifrar e expor categorias teóricas que permitem apreender a particularidade histórica da América Latina, manifesta na relação dialética **terra-trabalho-**



**racismo**, o giro teórico-metodológico elaborado possibilita novos sentidos ao que se define hegemonicamente como luta de classes e suas manifestações no capitalismo dependente. Sentidos estes que nos permite reconhecer a complexidade particular desta luta na América Latina e traçar novas estratégias como classe trabalhadora, contra o capital.

Situar a crítica à economia política numa perspectiva latino americana é uma exigência teórica que reforçamos. A luta contra o imperialismo e sua política colonialista também deve passar pela crítica às análises teóricas dominantes, como já afirmavam Manoel Bomfim e José Carlos Mariátegui, ainda no início do século XX.

Entendendo o método materialista histórico dialético como fundamental no estudo da realidade, seguimos também as advertências feitas por Karl Marx sobre a sua teoria. Marx por diversas vezes alertou sobre o caráter geral de algumas das suas elaborações, em particular aquelas que não estavam diretamente ligadas à constituição do capitalismo na Europa Ocidental, mas que foram feitas em busca de elementos históricos para a elaboração teórica sobre o capital. Seu alerta sempre foi no sentido da necessidade de apreendermos os processos histórico-concretos a partir das suas determinações próprias. Não sendo absoluta, nem supra-histórica, a elaboração marxiana exige a quem dela se apropria, *imaginação sociológica*, como afirma Moura (1983), para apreender a dinâmica concreta manifesta em *formas, ritmos e temporalidades distintas* daquelas analisadas diretamente por Marx.

Nesse sentido, concluímos que as formas, ritmos e temporalidades da luta de classes, e, portanto, das expressões da questão social na América Latina e, particularmente, no Brasil, só podem ser apreendidas se situadas historicamente a partir de suas determinações próprias, em conexão com o processo global de acumulação de riquezas que, desde o colonialismo, institui formas determinadas de luta entre produtores de riqueza - trabalhadores -, e expropriadores da riqueza - escravistas, capitalistas.

Considerando as formas, ritmos e temporalidades da luta de classes neste território, e os elementos objetivos e subjetivos que emanam da relação contraditória entre as classes, entendemos que para apreender teoricamente a sua dinâmica, ontem e hoje, é imprescindível considerar a relação dialética **terra-trabalho-racismo**.

Como exposto ao longo dos capítulos que estruturaram esta tese, a história recente da luta de classes neste território tem sua gênese na invasão colonial e na expropriação da terra e dos meios de produção dos povos originários, e do impedimento de que os africanos para cá

sequestrados, como escravos, e seus descendentes tivessem condições objetivas de se apropriarem desses meios de produção e da terra. A subordinação e dependência externas inerentes aos modos de produção aqui fundados - tanto o escravismo colonial, quanto o capitalismo dependente - impõem, historicamente, relações de exploração particulares, que possibilitem a apropriação dividida da riqueza entre as classes dominantes internas e as externas.

No escravismo colonial, luta dos trabalhadores escravizados contra a violência e perversidade, derivada da exploração escravista, se deu num processo que deve ser situado a partir de suas próprias determinações históricas, não cabe comparação ou análises a partir de tipos ideais. Importa que a resistência, a rebeldia, as insurreições deram dinamismo à sociedade. Apreender a práxis dos escravizados, aquilombados, bem como o amplo sistema repressivo - jurídico e ideológico - criado para combatê-la, nos permite não apenas entender o processo de resistência, mas também o processo de construção negativa da imagem do negro pela classe dominante. Assim é possível entendermos como a experiência passada vivida pelos escravos a partir da sua luta contra a escravidão, bem como a dialética das relações sociais escravistas deixam profundas marcas na sociedade do trabalho “livre” que a sucede. Isto é importante para o estudo da luta de classes hoje, porque, superado dialeticamente o escravismo colonial, os elementos repressores da luta quilombola, modificados ou recriados, têm continuidade no processo de estruturação do poder burguês dependente contra a classe trabalhadora “livre”, em particular sobre a enorme parcela dessa classe trabalhadora descendente daqueles que foram escravizados anteriormente.

A colonização criou as *veias abertas* da América Latina e delas, o agronegócio - em suas distintas formas - há mais de 500 anos drena para os países dominantes a riqueza produzida no território - ouro, ferro, lítio...açúcar, café, algodão, soja... - Desde o século XVI o *agro é pop*, e não poupa ninguém. E nesse fluxo da riqueza, escorre também o sangue da terra e o sangue das mulheres e homens desta terra, em particular indígenas e negros, enchem as mãos e os bolsos daqueles que a determinam como fonte direta de riquezas naturais e de força de trabalho barata, para a realização de um projeto de sociedade que mantém, inevitavelmente, à margem a imensa maioria das gentes deste território. Ainda cabe aqui, infelizmente, uma citação do Galeano (2010, p. 387 – itálicos do autor):

*Os navios negreiros já não cruzam o oceano. Agora os traficantes de escravos operam no Ministério do Trabalho. Salário africanos, preços europeus. O que são os golpes de Estado na América Latina senão sucessivos episódios de uma guerra de rapina? As flamantes ditaduras, de pronto convidam as empresas estrangeiras a explorar mão de obra local, barata e abundante, o crédito ilimitado e as isenções de impostos e os recursos naturais ao alcance da mão.*

No Brasil, neste triste 2019, nem mais o Ministério do Trabalho se faz necessário àqueles que impõem aos trabalhadores o brutal aprofundamento da superexploração frente à acirrada crise estrutural do capital. A destruição dos parques direitos trabalhistas, acessados por uma parcela dos brasileiros, acena um momento em que o capital parece dispensar consensos, e a classe trabalhadora necessita reformular seu embate. A rapina foi descaradamente institucionalizada e reaviva as formas mais perversas de relações sociais, nas quais o ódio e a dominação mais uma vez se voltam de forma direta contra negros e índios. Do ataque as recentes Políticas de Ação Afirmativa ao aceleração do genocídio e encarceramento negro; passando pela inferiorização, desumanização e negação do indígena e do direito que este tem às suas próprias terras. Eis a civilização do capitalismo dependente nos idos do século XXI.

Ontem e hoje, o monopólio da terra e a reprodução do racismo como arma de dominação ideológica, como mostra Clóvis Moura (1983), colocam à luta de classes na América Latina mecanismos particulares de aprofundamento da dominação e da exploração dos trabalhadores pelo capital, sendo que, para a parcela negra e indígena, rebaixada moral, social, psicológica e economicamente, os impactos são ainda mais profundos, como mostra os dados acerca das condições de vida – ou morte – dessa população.

Mas a trajetória de luta forjada por negros e indígenas neste território se manifesta também nas diversas formas de re(existência), criadas há mais de 500 anos, contra a miséria, o genocídio, o memoricídio e o etnocídio, instituídos por um processo que impôs o saqueio e a negação ontológica desses povos. Esta re(existência) em múltiplas formas, também precisa ser apreendida, pois nela se manifesta o reverso do processo de mistificação da história, nela revela-se que é porque resistimos que a história se move; e é nesse mover-se que podemos construir outras perspectivas de ser e de existir; é nesse mover-

se que a práxis transformadora pode ser construída, cotidiana e coletivamente, para desmistificar a própria história da classe trabalhadora neste território e, unida toda a diversidade que a compõe historicamente, destruir a sociedade instituída pela dominação colonialista e pelo fetiche da mercadoria.

Antes de encerrar esta parte, assinalaremos ainda alguns debates que emanaram do processo de realização desta tese. Na perspectiva teórico-metodológica e epistêmica que buscamos construir, a investigação realizada a partir dos autores de referência, e outros não incorporados diretamente, nos conduziu a elementos de debate que, subjacentes à elaboração teórica apresentada, requerem novas incursões na sua investigação, as quais pretendemos realizar de forma coletiva ao longo dos próximos anos. Debates que, nos parece, podem evidenciar novos elementos para a análise e compreensão da realidade, os quais se fazem necessários à urgente tarefa de apreender profundamente as dimensões das contradições sociais e a sua dialética histórica, bem de traçar novas estratégias de enfrentamento da realidade que se delinea cada vez mais desigual e opressora.

O primeiro debate é o da história da **luta de classes** no Brasil. A hegemonia acadêmica na produção teórica sobre a classe trabalhadora e sobre o trabalhador brasileiro é uma grande expressão do memoricídio, do ocultamento da história. O direcionamento dado à investigação da luta de classes no Brasil, é, decerto, fortemente impactado pela ideologia do branqueamento, no sentido de que, em sua maioria, recortam sua investigação no marco histórico da chegada dos imigrantes europeus, a partir das últimas décadas do século XIX, a partir do entendimento de que neste marco histórico as relações são capitalistas e, por isso, passa a existir uma luta de classes. Mas, também, porque se tem uma perspectiva do que é a luta de classes, desenhada a partir da realidade europeia, a qual seria importada junto com os trabalhadores imigrantes, com sua trajetória de organização sindical, de apropriação do debate sobre o socialismo, da sua experiência como operário no chão da fábrica, etc, etc.

Na nossa perspectiva em diálogo com Clóvis Moura e Jacob Gorender, e buscamos já nesta tese acenar alguns elementos sobre o tema, é antidialético, antihistórico e antimaterialista, engessar quase 400 anos de contradições senhor-escravo, emanadas das relações de produção e tomá-las apenas como pano de fundo para a explicação da história do Brasil, quando na verdade dela emanam elementos explicativos imprescindíveis para o entendimento da realidade. Estamos nos referindo, em termos cronológicos, à mais de três quintos da história

desse País, desde a invasão colonial. Diante disso, devemos ter a curiosidade e criatividade, para enfrentar a dominação colonialista manifesta também nesta dimensão da nossa história e interrogarmos de forma rigorosa os processos históricos e suas contradições, buscando entender a luta de classes tal qual foi e é constituída neste território com toda a sua complexidade. Isso significa que, ainda que a história da luta de classes contada desde a chegada dos trabalhadores imigrantes - também superexplorados e submersos à opressões - seja real, ela não resume a totalidade dos processos de luta da classe trabalhadora brasileira. História esta que é anterior e além da atuação desses trabalhadores, mas é ideologicamente ocultada por ela. É necessário não apenas interpelar a trajetória histórica dos trabalhadores desde a experiência de resistência escrava e sua dialética histórica, como também superar a ideologia urbano-industrial e do Estado de direito que distorce a realidade de um país que nunca deixou de ser agrário-exportador, e que marcado pela luta dos trabalhadores do campo; além do mais, cuja situação dependente e subordinada impõe o desemprego estrutural e o trabalho sem direitos à uma enorme parcela da sua gente, como demarcamos, em particular à sua gente preta e indígena. Como apontava Clóvis Moura, é necessário *imaginação sociológica* para decifrar a nossa história.

O segundo debate é o da **questão agrária**. Nesta tese, buscamos situá-lo a partir do marco da invasão colonial, assim, o debate da terra e das contradições que se colocam a partir da sua expropriação dos sujeitos que nela trabalham e vivem, se revela nas nossas elaborações como expressão das relações sociais baseadas na propriedade privada, imanente à mercadorização e monopólio da terra. Entretanto, na perspectiva que elaboramos, somos conduzidas a pensar as contradições da apropriação da terra - bem natural escasso - e das relações de poder que emanam desta apropriação, para além das relações fundadas pela invasão colonial, no escravismo e no capitalismo dependente.

Assim, o giro nos conduz a pensar as formas da questão agrária que se manifestavam anteriormente à invasão, nas contradições emanadas da sua apropriação pelos distintos povos que ocupavam o território que se entende por América, antes de 1492, nas suas estruturas de poder e disputas. Nesta direção nos deparamos com o *memoricídio*, na sua vastidão brutal que impede à maioria de nós, até mesmo ter outras perspectivas de investigação. Colocar o debate da terra em evidência, na dialética passado-presente, abre outros caminhos para pensarmos os limites das reivindicações tradicionais acerca da

propriedade da terra. Recuperar a memória pode abrir novas perspectivas de entendimento do lugar que a terra - em todas as múltiplas dimensões desta categoria - ocupa na reprodução da vida em geral e da sociabilidade humana, bem como alcançarmos os limites concretos que a apropriação privada e a depredação capitalista colocam à vida, debate já acenado pelo mexicano Armando Bartra Vergés (2006) e Traspadini (2018) chama atenção à esta ampla dimensão da questão agrária.

O terceiro debate é o da **ontologia**. O estudos sobre a sociedade capitalista, da necessidade de sua superação e da luta pela emancipação humana tem ampla divulgação no âmbito do Serviço Social brasileiro nos últimos quarenta anos. A construção de uma perspectiva profissional crítica, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com a luta pela emancipação humana, encontra nos debates sobre a *ontologia do ser social* um grande e importante aparato teórico. Mas, diante do exposto nesta tese, entendemos que também na concepção do que é a emancipação humana, bem como a profunda análise sobre emancipação política e direitos, necessitamos de um giro teórico-metodológico e epistemológico, que possibilite uma ampliação das nossas perspectivas e, ao mesmo tempo, apresente concretude aos elevados níveis de abstração com que se enfrenta este debate.

Vinculá-la a luta de classes concreta - com os vieses do racismo e sexismo que a ordem fazendária patriarcal-colonial erigiu - é o grande passo, neste sentido. A alienação colonial, como mostramos a partir de Fanon (2008), ao criar uma sociedade deturpada em todos os níveis das relações sociais, tem extensão na sociedade capitalista à medida que a estrutura desigual necessária à reprodução do capital foi forjada pelo próprio colonialismo. Na sociedade capitalista, reproduz-se a negação da ontologia dos colonizados - em particular índios e negros. Isto coloca um grande desafio à perspectiva teórica e política que se faz crítica diante da alienação capitalista. Como afirmou Fanon (2008), *qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada*.

A necessidade de emancipação humana, do resgate do ser social, também é forjada desde uma perspectiva branca e eurocentrica do que é ser humano. Ainda quando se busque outra perspectiva ontológica, esta tem sido projetada de forma colonizadora sobre as demais cosmovisões. As referências do que é ser humano se arraigam desse humano deturpado e negador, que busca abolir os costumes e as referências que se contradizem ao que a colonização concebeu como

civilização. Construir uma perspectiva de transformação social na qual se almeja não a afirmação de uma ontologia do ser social universalizado pela modernidade, mas de uma sociedade humana na qual convivam várias ontologias, sem sobreposição, nos parece, um belo e importante desafio.





## REFERÊNCIAS

ABESS-CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de Nov. de 1996). Caderno ABEPSS. n. 07. São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Marxismo e a questão racial**. In: Revista Margem Esquerda nº 27. São Paulo: Boitempo, 2016. 160 p.

BASSO, Pietro. O retorno a campo do racismo, uma questão de fervorosa atualidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.34, p.70-86, jan./jun. 2015.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. Livro digital: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: [http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM\\_A\\_America\\_Latina\\_Males\\_de\\_origem.pdf](http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/BOMFIM_A_America_Latina_Males_de_origem.pdf) Acesso em: 15 de Janeiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN**. Brasília: MJ; 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CASTRO, Antônio Barros de. **A economia política, o capitalismo e a escravidão**. In: Modos de produção e realidade brasileira. Org. José Roberto do Amaral Lapin. Petrópolis: Vozes, 1980

CEPAL - **Afrodescendientes en América Latina y el Caribe: del reconocimiento estadístico a la realización de derechos**. Serie Población y desarrollo No 87. Santiago de Chile, febrero de 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o comonialismo**. Trad. Anísio Garcez Homem. 1ª reimpressão. Letras Contemporâneas, 2010

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**, 17ed. Siglo XXI editores, México, 1999.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo. Boitempo, 2016

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**. 3ªed., Trad. Georges. I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 2005.

\_\_\_\_\_. **.1492: el encubrimiento del otro : hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.

\_\_\_\_\_. **Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação**. Revista Sociedade e Estado. vol.31 no.1 Brasília Jan./Apr. 2016

DOBB, Maurice H. **A evolução do capitalismo**. [Tradução Manuel do Rego Braga] reimpressão - Rio de Janeiro: LCT, 2009.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008. P.194.

\_\_\_\_\_. **Os Condenados da Terra. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.**

FERREIRA, Luzia Amélia. **Serviço Social e questão agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**. Dissertação de mestrado. PPGSS/UFJF. Juiz de Fora, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica** – 5.ed. – São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Apresentação a Contribuição à crítica da economia política** (Karl Marx). 2.ed. -São Paulo: expressão Popular, 2008

FRANK, André Gunder. **El Desarrollo del Subdesarrollo.** Pensamiento Crítico, Habana, agosto de 1967, número 7, páginas 159-173

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2010.

GONZALEZ, Lélia (1981). **A questão negra no Brasil.** In: Cadernos Trabalhistas. São Paulo: Global Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984, p 223-244

GORENDER, Jacob. **Escravidão Colonial.**--6ed. --São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Burguesia Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **Introdução ao livro Formações econômicas pré-capitalistas de K.Marx.** In: Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Edições Loyola, São Paulo, 2013

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no serviço social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE . Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Algumas características da força de trabalho por cor ou raça. disponível em:

[//ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Caracteristicas\\_da\\_forca\\_de\\_trabalho\\_por\\_cor\\_ou\\_raca/Algumas\\_caracteristicas\\_da\\_forca\\_de\\_trabalho](http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho)

[o\\_por\\_cor\\_ou\\_raca\\_2016\\_04\\_trimestre.pdf](#) pesquisa em 15 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Retratos a revista do ibge. Nº11. mai 2018. disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf) pesquisa em 15 de janeiro de 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado** – Brasília : IPEA, 2014. 115 p. : il., gráfs. color.

IPEA - Instituto de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/> acesso em 14 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf) pesquisa em 15 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Revista eletrônica. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html> Pesquisa em 15 de janeiro de 2019.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. Editora Hucitec: São Paulo 1978.

JAMES, C.L.R (Cyril Lionel Robert). **Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos**. Trad: Afonso Teixeira Filho, -1.ed. rev.- São Paulo: Boitempo, 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Grafica Editora Laemmert. S.A, 1968

KONDER, Leandro: **O que é dialética?**. 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIC, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Torúbio. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3. Ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Lima. 1928. Disponível em: <http://ekeko2.rcp.net.pe/7ENSAYOS/ENSAYOS/Indice.htm>. Consulta 25 de nov. 2017

\_\_\_\_\_. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. Seleção e introdução: Michel Lowy; tradução Luiz Sérgio Henriques. - 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. O Ocidente e o problema dos Negros. In: **Margem esquerda**, Boitempo Editorial, nº 27, 2016, p. 145-146.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. -7 ed.- São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. -São Paulo: expressão Popular, 2008

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX K.; ENGELS F. **Correspondência**. Tomo III. Seleccionada por el Instituto Marx-Engels-Lenin (Leningrado, 1ª edición alemana 1934). Digitalización: Simón Royo Hernández, para el Marxists Internet Archive, mayode 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m1877.htm>. Acesso em: 13/01/2019.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2007

MESZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, Clóvis. A. **A sociologia posta em questão**. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo- SP, 1978.

\_\_\_\_\_. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios. 1994

\_\_\_\_\_. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

\_\_\_\_\_. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014, 452p.

\_\_\_\_\_. Estratégia do Imobilismo Social contra o Negro no Mercado de Trabalho. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, 2(2): p. 44-46, abr./jun. 1988.

\_\_\_\_\_. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, 14 - 1983. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Atritos entre a história, o conhecimento e o poder**. 1990. Disponível em: <[http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina\\_inicial/Biblioteca/21\\_Atritos\\_entre\\_a\\_historia\\_o\\_conhecimento\\_e\\_o\\_poder\\_-\\_Clovis\\_Moura.pdf](http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/21_Atritos_entre_a_historia_o_conhecimento_e_o_poder_-_Clovis_Moura.pdf)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

MUSTO, Marcelo. **O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos**. [Tradução Rubens Enderle]. 1 ed.- São Paulo, Boitempo, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 2ª ed.- São paulo: Perspectiva, 2017.

NETTO, José.Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo – ultimo estágio do imperialismo.** Trad. Maurício C. Pedreira. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.

NOVAES, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** 3ª ed. Editora Hicitec: São Paulo, 1985.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica.** In; OSORIO, Jaime. *et.al* (orgs.) **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo, SP. –Boitempo: 2012.

OSORIO, Jaime. Sistema mundial y formas de capitalismo. **La teoría marxista de la dependencia revisitada, Teoría Marxista de la dependencia.** Historia, fundamentos, debates y contribuciones. México: Editorial Ítaca/UAM, 2016.

OXFAM. **Uma economia para os 99%.** 2017. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99>  
Acesso em 16/07/2017

\_\_\_\_\_. **Privilégios que negam direitos. Desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe.** 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/privilegios-que-negam-direitos> Acesso em 16/07/2017.

\_\_\_\_\_. **Terrenos da desigualdade. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural.** 2016a Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural> Acesso em 16/07/2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Abya Yala.** 2009. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>  
Acesso: 16 de janeiro de 2019.

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Trad. Edgar Valles. Coleção Leste a Oeste. Seara Nova: Lisboa, Portugal, 1975.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166- 175, jul./dez. 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEAD - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Os negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 2018.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013

SOUZA, Cristiane L. Sabino de. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 48-60, jan./abr. 2016 (a).

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, superexploração e migração temporária: O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES/PPGPS, 2016.

\_\_\_\_\_. Cooperação antagônica e dupla articulação dependente: a dinâmica da luta de classes no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, p 485-510, jul./dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina. **Revista Rebelo**, v.7, n.3, p. 429-452, set./dez. 2017.



STEDILE, João Pedro. O significado da celebração. In: MST. **Boletim da educação n° 09**. Setor de Educação, 2004.

TRASPADINI, Roberta S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016

\_\_\_\_\_. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente**. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p.1694-1713.

VALENCIA, Adrian Sotelo. La teoría de la dependencia y la crisis del capitalismo contemporáneo. In: OLAVE, P. **A 40 años de Dialéctica de la Dependencia**. UNAM: Instituto de Investigaciones Económicas, 2015.

VERGÉS, Armando Bartra. **El capital en su laberinto: De la renta de la tierra a la renta de la vida**. 1.ed -- Cidade do México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael Vivar Marquese. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras 2012.